



MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL

Volume 38 2006

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANAIIS

MUSEU **HISTÓRICO** NACIONAL

Volume 38

Edição alusiva aos 50 anos de doação da Coleção
Gomes Moreira ao Museu Histórico Nacional
(1956 - 2006)

© 2006 ©

As opiniões e conceitos emitidos nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento oficial do Museu Histórico Nacional.

É permitida sua reprodução, desde que citada a fonte e para fins não comerciais.

Museu Histórico Nacional
Praça Marechal Âncora, s/nº
Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20021-200

<http://www.museuhistoriconacional.com.br>

Capa: Campos Gerais / Washington Dias Lessa

Catálogo na fonte: Biblioteca do Museu Histórico Nacional

Museu Histórico Nacional (Brasil)

M986

Anais do Museu Histórico Nacional – Vol. 1 (1940) -

Rio de Janeiro: O Museu, 1940 – –

v.:il.; 23cm

Anual

Suspensa a partir do volume 26(1975). Reiniciado em 1995 com o volume 27.

ISSN 1413-1803

1. Brasil-História. 2. Museologia. 3. Arqueologia. 4. Numismática. 5. Museus – acervo. 6. Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte – acervo. 7. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro – acervo 8. Anais do Museu Histórico Nacional (1940-1975). 9. Malta, Augusto (1864-1957). 10. I. Título.

CDD 069.0981

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Presidente Luís Inácio Lula da Silva
MINISTÉRIO DA CULTURA
Ministro Gilberto Passos Gil Moreira
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Presidente Luiz Fernando de Almeida
DEPARTAMENTO DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS DO
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Diretor José do Nascimento Júnior
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
Diretora Vera Lúcia Bottrel Tostes

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Vera Lucia Bottrel Tostes – IPHAN/MHN

MEMBROS

Afonso Carlos Marques dos Santos – UFRJ (in memorian)

Carlos Ziller Camenietzki – UFRJ

Denise Portugal Lasmar – Museu do Índio

Guilherme Paulo Pereira das Neves – UFF

Lorelay Brilhante Kury – UERJ

Manoel Luiz Salgado Lima Guimarães – UFRJ/UERJ

Margarida de Souza Neves – PUC/RJ

Maria Beatriz Borba Florenzano – USP

Maria de Lourdes Parreiras Horta – IPHAN/M. Imperial

Rejane Maria Lobo Vieira – IPHAN/MHN

Roberto Conduru – UERJ

Ulpiano T. B. de Menezes – USP

EDITORES DESTE NÚMERO

Aline Montenegro Magalhães – IPHAN/MHN

Rafael Zamorano Bezerra – IPHAN/MHN

EDITORES CONVIDADOS PARA AS SEÇÕES

Pablo Luiz de Oliveira Lima – M. Histórico Abílio Barreto

Rejane Maria Lobo Vieira – IPHAN/MHN

José Neves Bittencourt – IPHAN/ M. Histórico Abílio Barreto

COMISSÃO EXECUTIVA

ABSTRACTS: Alina Skonieczny

REVISÃO: Ana Gabriela Dickstein

PROJETO GRÁFICO: Marcia Mattos

DIAGRAMAÇÃO: Mauricio Ennes e Marcia Mattos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO Vera Lúcia Bottrel Tostes	6
GRANDES DOAÇÕES, MEIO SÉCULO DEPOIS José Neves Bittencourt	10
1º DOSSIÊ – ARQUEOLOGIA	
APRESENTAÇÃO Pablo Luiz de Oliveira Lima	20
DE SÍTIO ARQUEOLÓGICO A ESPAÇO MUSEALIZADO POSSIBILIDADES E LIMITES PARA A ARQUEOLOGIA MINERAL COLONIAL Carlos Magno Guimarães e Évelin L. M. Nascimento	25
NAVIOS, MUSEUS E A RESISTÊNCIA NEGRA O QUILOMBO DA CABEÇA COMO ESTUDO DE CASO Adler Homero Fonseca de Castro	45
ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NAS LAVRAS DO ABADE UMA PROPOSTA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO Diogo Menezes Costa	71
VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS FERROVIÁRIOS ENTRE A PRESERVAÇÃO E O ABANDONO OS CASOS DE BELO HORIZONTE, SÃO JOÃO DEL REI E RIBEIRÃO VERMELHO Pablo Luiz de Oliveira Lima	103
2º DOSSIÊ – NUMISMÁTICA	
APRESENTAÇÃO Rejane Maria Lobo Vieira	130
A PRIMEIRA MOEDA DO BRASIL INDEPENDENTE Dulce Ludolf	133
ÍNDIA PORTUGUESA – EMISSÕES DE D. JOÃO III Anália Ramos Perpétuo Paniza	141
O PRIMEIRO SÉCULO Luís Augusto Vicente Galante	149

AINDA SOBRE MOEDAS CONTRAMARCADAS COM O CARIMBO PIRATINI Claudio Schroeder	177
ICONOGRAFIA E ICONOLOGIA DAS MEDALHAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI CONCEDIDAS AO EXÉRCITO BRASILEIRO Regina Elísia de M. L. Bibiani	189
3º DOSSIÊ – ACERVOS	
APRESENTAÇÃO Rafael Zamorano Bezerra	208
O FUTURO DO PASSADO DA CIDADE A FORMAÇÃO DO NÚCLEO ORIGINAL DO ACERVO MUSEU HISTÓRICO DE BELO HORIZONTE Gilvan Rodrigues dos Santos e Thiago Carlos Costa	213
RIO DE JANEIRO: ENTRE IMAGENS E IMAGINÁRIOS Inês Nogueira, José Augusto dos Anjos e Tathiana Sant'anna	231
4º DOSSIÊ – RESERVA TÉCNICA DOS ANAIS	
APRESENTAÇÃO José Neves Bittencourt	250
ARQUEOLOGIA BRASILEIRA NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL LEVANTANDO ALGUMAS QUESTÕES José Neves Bittencourt	253
AINDA SOBRE LUND E A LAGOA SANTA Angyone Costa	263
MANIFESTAÇÕES DE ARTE NA ARQUEOLOGIA DO BRASIL Angyone Costa	273
ABSTRACTS	283

Apresentação

Vera Lúcia Bottrel Tostes

Desde que a publicação dos *Anais do Museu Histórico Nacional* foi retomada, onze anos atrás, foi estabelecida como sua principal função a divulgação de estudos versando sobre o acervo preservado e os assuntos a ele relacionados: museus, museologia e patrimônio cultural. No entanto, a publicação também tem diversas outras funções, e uma delas, notável em cada um dos volumes, é divulgar acontecimentos marcantes que se tenham dado na Instituição.

Ao longo do tempo da “segunda série” da revista do Museu, este não parou de se expandir, confirmando e reforçando sua posição de maior museu de história brasileiro e um dos dez maiores entre as instituições museais do país. Certos anos, entretanto, destacam-se com relação aos demais. O ano de 2006 está entre esses, e deverá ser marcado e lembrado pela conclusão das obras de modernização e reestruturação.

Reestruturação é um termo amplo e de múltiplos significados. Se é possível dizer que, de tempos em tempos, todas as instituições precisam passar por tal experiência, as instituições públicas têm o dever de enfrentá-las periodicamente. Embora isso sempre implique alguns traumas, uma reestruturação tem resultados que só podem ser considerados altamente benéficos.

Hoje, passados quatro anos desde o início das obras de modernização do Museu Histórico Nacional, os múltiplos significados desse processo podem ser descobertos em seus resultados. Com sua concepção iniciada em 2001, o projeto *Restauração e modernização do Museu Histórico Nacional 2003-2006* teve suas obras iniciadas em 2003. Desde então até o término, os cronogramas estipulados, com a concordância das diversas entidades parceiras – Ministério da Cultura, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal, Holcim (Brasil) e Fundação Vitae

–, foram rigorosamente respeitados. Obras físicas de grandes proporções, principalmente quando executadas em uma edificação mult centenária, são sempre problemáticas. Quando a edificação abriga o maior acervo museológico existente no país versando sobre a história nacional, elas podem-se tornar, em determinados momentos, autêntico “nó górdio” – que, podemos agora afirmar, foi primorosamente rompido ao longo desses anos.

Podemos observar que, hoje, o Museu, representado por sua equipe, acumulou mais condições de atender ao público; reuniu e consolidou o conhecimento sobre o histórico conjunto arquitetônico em que se encontra instalado; expandiu e consolidou suas exposições de longa duração; e consolidou sua posição de instituição de pesquisa científica aplicada.

Os *Anais do Museu Histórico Nacional*, em seu volume 38, não poderiam deixar de refletir esse processo. As implicações conceituais e teóricas do novo projeto teriam de aparecer nas páginas do órgão de divulgação científica da Instituição. A reestruturação implicou uma nova abordagem, que introduz como agentes ativos da história brasileira os habitantes pré-cabralinos do país e que se reflete na exposição de longa duração *Oreretama: a casa do índio*. Nesse sentido, o primeiro dossiê põe, novamente, os *Anais do Museu Histórico Nacional* em contato com a arqueologia, que, em outros tempos, era freqüente nas páginas da revista. Ao passar a figurar no circuito de exposição permanente do MHN, os estudos arqueológicos marcam uma necessária mudança de rumo na proposta conceitual institucional, que se reflete em sua política de aquisição e em suas propostas de pesquisa. O segundo dossiê tem relação com outro importante evento de 2006: a abertura de mais uma exposição de longa duração concebida pelo Departamento de Numismática. Como depositário de uma das maiores e mais completas coleções de objetos numismáticos das Américas, o Museu Histórico Nacional é, por natureza, concentrador de estudos nessa área. Os técnicos lotados na instituição, profundos conhecedores do tema, interagem com pesquisadores de todo o país, no sentido de aperfeiçoar e aprofundar o tratamento do acervo e de abrir novas possibilidades de dinamização. Um dos resultados de tal interação é o dossiê, e os *Anais do Museu Histórico Nacional* são, por excelência, o lugar para a divulgação dessa produção de conhecimento.

O presente volume não poderia deixar de trazer sua seção permanente:

um dossiê voltado para estudos sobre acervos museológicos e outro aqui inaugurado denominado Reserva Técnica dos *Anais do Museu Histórico Nacional*. Trata-se de um espaço, há muito almejado por seus editores, destinado à reedição comentada de artigos da primeira fase da publicação, que durou de 1940 a 1976, quando os estudos eram realizados e assinados pelos conservadores do Museu.

Os artigos monográficos apresentados neste volume como um todo espelham o ano de trabalho intenso e produtivo que o Museu teve, além das possibilidades da Instituição como casa de memória e centro de produção de conhecimento. Não cabe, por outro lado, a esta apresentação, adiantar ao leitor o conteúdo de nossa revista institucional – isso significaria tirar-lhe o prazer de explorar suas páginas. O que nos cabe dizer é que os *Anais do Museu Histórico Nacional* são o reflexo da qualidade do trabalho que tem sido desenvolvido pelo Museu desde 1922, e que não parou de se expandir.

Grandes doações, meio século depois

José Neves Bittencourt

Política de aquisição e o sentido de uma época

 Em 1962, Antônio Pimentel Winz, conservador do Museu Histórico Nacional, teve publicada uma obra monumental,¹ encomendada com vistas às comemorações do bicentenário da Casa do Trem. O livro em questão foi o resultado de uma pesquisa bastante aprofundada, realizada ao longo de mais de um ano pelo conservador. Procurava, nos moldes então respeitados pela equipe do Museu, realizar uma “história definitiva” do conjunto arquitetônico da Ponta do Calabouço, desde seus primórdios até a época em que nele funcionava aquele que já era o maior museu de história do país.

Quem se dispuser a examinar as seiscentas e tantas páginas dessa obra – que é de utilidade para o pesquisador interessado nos diversos campos aos quais se relaciona o Museu Histórico Nacional –, encontrará uma série de informações sobre o prédio, fartamente comprovadas por documentação de arquivo. Um capítulo, entretanto, é particularmente interessante para o pesquisador que estiver às voltas com temas relativos ao período em que o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro era sede do Museu: trata-se do capítulo 13.

Nesse capítulo, Winz compõe uma rigorosa memória sobre a trajetória do Museu, desde o primeiro arrazoado publicado por Gustavo Barroso na imprensa, sobre a necessidade de se criar um museu militar brasileiro, até aqueles dias. Em dado momento, ao abordar o acervo de “preciosidades históricas” que tanto orgulhava os conservadores, Winz descreve os objetos com precisão, mas é ainda mais exato ao se referir aos doadores. Nomes tradicionais da elite brasileira, quase todos remetendo ao Segundo Reinado,

desfilam pelo texto: Calmon, Du Pin e Almeida, Guinle, Ottoni. O conservador os denomina “grandes doadores”, e suas beneméritos ações, como “grandes doações”. Observa ele que, em 1946, com a incorporação, pelo Museu, de uma coleção de onze coches do século XVIII e início do XIX, encerrou-se, para a Instituição, a época das “grandes doações”.²

Entretanto, é no mínimo curioso que Winz tenha colocado aquele ano como marcando o fim da época das “grandes doações”, pois, poucos anos antes do aparecimento do livro, pelo menos mais uma grande coleção particular foi oferecida e aceita pelo Museu: a coleção Gomes Moreira, incorporada ao acervo em 29 de fevereiro de 1956.

Trata-se, de fato, de uma grande coleção de objetos, montando a 447 itens de mobiliário, acessórios de mobiliário, porcelana, bronze, escultura, tapeçaria, indumentária, arte sacra, armaria, sigilografia, vidraria, cristais, prataria, joalheria e glíptica (gravação em superfícies de extensão muito pequena e dura, como pedras lapidadas, âmbar e marfim), segundo se pode constatar no cuidadoso inventário feito ao longo daquele ano pelas conservadoras Sigrid Porto Barros e Fortunée Levy. Não há como atinar o motivo pelo qual Winz não se referiu à doação Gomes Moreira, visto que este grande comerciante e banqueiro residente no Rio de Janeiro parecia atender a todos os pré-requisitos para a entronização no panteão dos benfeitores da “Casa do Brasil”. Recebeu até mesmo a homenagem maior de ter batizada com seu nome a sala na qual repousariam, tranquilamente, por mais de uma década, seus objetos. No arquivo do Setor de Controle do Patrimônio do MHN ainda se pode examinar, no dossiê dessa doação, uma carta de Gustavo Barroso aos herdeiros, na qual agradecia o “presente” e asseverava que os objetos, conforme exigência da família, já se encontravam expostos em uma sala como o nome do colecionador: Sala Gomes Moreira.³

Os itens da coleção Gomes Moreira não divergem daqueles que, no ano em que Winz fez sua pesquisa, compunham o acervo do Museu Histórico Nacional. O grande universo de itens distribuídos pelas quatro categorias de suportes “buscava a celebração da Nação republicana, por intermédio da divulgação de seu glorioso passado”.⁴ Assim, ao longo dos primeiros 60 anos de atividades do Museu, que se estenderam até o início dos anos 80, essa norma, embora nunca tenha sido escrita nem aprofundada, foi o corolário de uma política de aquisição rigorosamente seguida por todos quanto

integrassem a equipe do grande museu de história brasileiro. Não é o caso de aprofundar a análise desse período, pois a dinâmica de aquisição de acervos do Museu Histórico Nacional está entre as mais bem estudadas, com relação ao conjunto dos grandes museus brasileiros de caráter nacional. Entretanto, deve-se apontar o fato de que, se o aspecto mais marcante da dinâmica de aquisição é sua estabilidade, isto se deve ao fato de que o conceito adotado pelo Museu também se manteve estável – para não dizer ossificado – ao longo das primeiras seis décadas de funcionamento da Instituição. Não se registram debates ou ações que apontem qualquer preocupação com a ampliação do acervo de forma a torná-lo mais abrangente, como arquivo da cultura material brasileira.

Preocupações desse nível apenas começariam a ser observadas em 1985, quando se deu o início do “processo de revitalização” do Museu Histórico Nacional. Também não é este o espaço para aprofundarmos essa questão, sobre a qual ainda não existem estudos.⁵ Mas não deixa de notável o fato de que a reestruturação da exposição permanente, planejada ao longo de dois anos (entre 1985 e 1987), sob a orientação e consultoria de historiadores e cientistas sociais, apontou inúmeros vazios no acervo. O que ficou patente é que, se os ajuntamentos de objetos podem ser vistos como “documentos”, documentam as décadas em que o Museu buscou, de forma subreptícia e bastante bem-sucedida, criar uma memória do poder que atestasse o comando do processo político brasileiro exercido pelas elites. Mas mesmo essa classe de objetos tinha tido o recolhimento sistemático encerrado no final dos anos 50. Foi a época em que a decadência institucional começou a afastar da instituição não apenas os grandes, mas também os pequenos doadores. O Museu recuou para a posição de “recolhedor passivo”, ou seja, passou a receber doações quando estas eram feitas, sem que existisse critério algum orientando a seleção.

A política de aquisição como narrativa

Em 1986, quando o formato da nova exposição do MHN começou a tomar corpo, o que ficou muito evidente foi a falta de objetos que pudessem dialogar com certos aspectos da dinâmica histórica brasileira. Não é que os objetos preservados, aqueles originários das “grandes doações”, fossem inservíveis. A intervenção dos historiadores profissionais chamados a par-

ticipar do processo, elaborando a conceituação da nova exposição, colocou em outra tela não só o acervo, mas a própria instituição.⁶ Foi apenas nesse momento que a norma barroceana de aquisição foi definitivamente abandonada. No entanto, isso era apenas parte do problema, visto que os objetos necessários não existiam nas reservas técnicas.

Mas essa questão, numa instituição de caráter retórico, como é um museu, pode ser uma questão menor. Sendo os objetos suportes de informações, ou seja, documentos materiais, *não [têm] em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível [...] pois é a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar. É o historiador quem fala.*⁷ A criação de um sistema documental, em tudo diverso daquele criado na primeira fase da instituição, foi, de fato, uma das operações realizadas pela equipe do Museu Histórico Nacional a partir de 1983. Essa operação permitiu, entre outras conseqüências, uma visão mais clara do acervo reunido pela instituição, visão que tornou mais precisas suas potencialidades e deficiências.

A criação desse novo sistema documental, embora tenha se iniciado antes do “processo de revitalização”,⁸ estava imbricada na nova visão de museu pretendida pela direção colocada no cargo em 1985, e pode ser considerada o primeiro passo para a revisão, anos depois, da abordagem do MHN em torno de seu objeto.

De fato, a questão central desse processo não estava propriamente no acervo, mas nos agentes que o geravam. A introdução no Museu de uma nova visão de história, cuja formulação baseava-se na produção, então ainda recente, de diversos historiadores profissionais atuantes em universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo,⁹ implicou a ampliação do número de agentes históricos abordados pela Instituição. O Brasil do Museu Histórico Nacional deixou de ser um produto das elites do Segundo Reinado e passou a ser o palco de uma multiplicidade de interações dinâmicas entre agentes em posições diversas. Índios, embora ainda desenhados pelo Romantismo, entraram na exposição não mais como meros personagens literários; escravos ganharam cara e tiveram explicitadas as torturas que sofreram ao longo de 300 anos, e os brasileiros pobres, naturais da terra ou oriundos de outras passaram a povoar as grandes salas do Arsenal de Guerra. Esse processo de diversificação passou a ser a base da narrativa desenvolvida

pelo Museu, orientando não apenas as exposições, mas também a política de aquisição.

Como foi dito anteriormente, museus são instituições de caráter retórico. Se podemos dizer isso de qualquer museu, independentemente de sua temática, nos museus de história essa afirmativa fica mais peremptória. Os profissionais de museus “escrevem” suas histórias baseando-se em corpos documentais de características muito específicas – artefatos ordenados em condições museais –, formados segundo a lógica que orienta a instituição no momento em que a “história” é escrita. Assim, os objetos podem ter outros significados somados aos que já carregam – afinal, objetos são apenas, em si mesmos, conjuntos de propriedades de natureza físico-químicas, produzidos segundo demandas específicas e mobilizados pelas sociedades na produção, na circulação e no consumo de sentido. Ou seja, fazem sentido na medida em que as ambiências em que foram gerados produzem o sentido que contêm. Política de aquisição é, pois, mais uma manifestação da produção de sentido, operação perene das sociedades.

Em 2006, o Museu Histórico Nacional encontra-se inserido em uma sociedade que é em tudo diversa daquela que o viu surgir, em 1922; também é uma sociedade diversa daquela dos herdeiros de Manuel Gomes Moreira – quando estes encaminharam à instituição os objetos que aquele personagem da República Velha havia juntado, ao longo de sua vida –; tampouco é a mesma sociedade em que foi elaborado o “processo de revitalização”. A questão é que o MHN do início do século XXI encontra maiores semelhanças com aquele do último quartel do século XX do que com o da primeira metade do século passado. A política de aquisição, como produção de sentido, tem de levar toda essa problemática em consideração e, como política, tem de encontrar meios que permitam à Instituição continuar se expandindo.

‘Virtualidade real’ e os múltiplos pretextos para se produzir conhecimento

Desta forma, usamos o pretexto dos 50 anos dessa derradeira “grande doação” para chamar a atenção sobre como a política de aquisição de um museu é também um ato de produção de sentido e, por conseguinte, um ato retórico. E, visto que estes 50 anos marcam um importante momento na

trajetória do Museu Histórico Nacional – a inauguração de todo um setor da Exposição de Longa Duração voltado para a abordagem dos amplos e variados grupos humanos que poderiam ser chamados de “brasileiros pré-cabralinos” – torna-se duplamente importante o ato de tomar como objeto de estudo a política de aquisição da Instituição. Desses estudos poderão surgir as soluções para questões como a que, em texto recente, foi chamada de “apego devorador”.¹⁰

Os museus estão, há quase seis séculos, sendo formados em torno de acervos de “objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial, num local fechado, preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público”,¹¹ conforme esclarece uma definição amplamente aceita para objeto de coleção, que tomamos a liberdade de estender para objeto museológico. Modernamente, essa verdade, como todas as outras, em todo sempre, tem mudado: os museus não se fazem mais estritamente dessa maneira. Além desses “objetos naturais ou artificiais”, identificados, recolhidos e preservados, eles se vêm às voltas com uma infinidade de outros objetos. Os museus e seus profissionais têm total consciência de que o objeto museológico é um suporte de informações e de que é esta a matéria-prima das exposições.

E, para que esteja presente a informação, não é necessário que o objeto real esteja presente nas exposições. Não é necessário nem mesmo que estes “objetos naturais ou artificiais” estejam fisicamente disponíveis nos acervos dos museus.

Anos atrás, um teórico de grande importância, o espanhol Manuel Castells, apresentou a proposta que poderia perfeitamente ser aplicada aos museus: segundo ele, a articulação entre físico e simbólico, real e virtual, está, em ritmo crescente, desenvolvendo híbridos culturais que provocam a renovação da comunicação cultural no mundo, lançando mão de novas tecnologias de informação e comunicação.¹² Castells se refere, no texto citado, à multiplicidade de formas de comunicação eletrônica e às suas possibilidades, mas, em dado momento, ele lança a idéia de uma “virtualidade real”, que seria, por excelência, a forma de expressão da cultura: “toda realidade é percebida de maneira virtual”.¹³ “Virtual” é o que existe na prática, ou seja, o que gera uma consequência.

Neste sentido, os acervos dos museus já teriam um caráter fortemente “virtual”, visto que são parte de uma realidade não alcançada, em toda sua extensão, pelo público, que, entretanto, a percebe na forma das diversas atividades desenvolvidas por essas instituições. Em segundo lugar, na medida em que a informação é, de fato, a matéria-prima a partir da qual se constroem as atividades museais, o objeto físico é uma realidade da qual se pode abrir mão.

A função social do museu poderia ser cumprida, perfeitamente, caso essas instituições fossem colocadas em grandes redes que permitissem o acesso a e o compartilhamento de acervos disponíveis nos museus de um mesmo país ou região.

Notas

1. WINZ, Antônio Pimentel. *História da Casa do Trem*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, Imprensa Nacional, 1962. Cf. cap. 13 (“Uma casa de cultura e tradição”).
2. Idem. p. 471. A doação foi oferecida por um antiquário lisboeta, em 1945, com a condição de que a instituição providenciasse a embalagem e o transporte dos itens de Portugal para o Brasil. Foi aceita em 3 de maio de 1946, arcando o governo federal com a quantia de Cr\$ 216.000,00 (equivalente, na época, a cerca de 30 mil dólares). Essa doação constitui, ainda hoje, o núcleo da coleção de veículos terrestres do Museu Histórico Nacional, de grande importância, e que foi recentemente reinstalada, dentro do projeto de reforma do prédio concluído em 2006.
3. Cf. BRASIL, Museu Histórico Nacional. *Catálogo Geral*. Setor de Controle do Patrimônio. Dossiê XX/56. Carta de Gustavo Barroso a Maria da Glória Gomes Moreira, Maria Albertina Moreira Salazar e Durval Moreira da Silva Lima. 1 p. ms.
4. BITTENCOURT, José *et al.* “Examinando a política de aquisição do Museu Histórico Nacional”. *Anais do Museu Histórico Nacional* (vol. 27, 1995). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1995 (61-77). p. 65.
5. O “processo de revitalização” ainda não foi tema de uma pesquisa acadêmica, seja no âmbito do setor de pesquisa aplicada do MHN, o Centro de Referência Luso-Brasileira, seja em algum departamento universitário de História, Ciências Sociais ou Museologia. Até o momento, o único texto existente sobre o assunto é o de autoria de Raquel Pret, pesquisadora do próprio Museu. Cf. PRET, Raquel. “Expondo a novidade: análise da proposta conceitual de 1985 para o circuito permanente do Museu Histórico Nacional”. *Anais do Museu Histórico Nacional* (vol. 37, 2005).

Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2005 (19-36).

6. Uma memória bastante precisa do processo de revitalização do Museu Histórico Nacional pode ser encontrada pelo interessado em GODOY, Solange de Sampaio (org.). *O Museu Histórico Nacional*. São Paulo: Banco Safra, 1989.

7. MENEZES, Ulpiano T. B. de. "Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público". *Estudos Históricos* (vol. 11, nº 21, 1998). Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 95.

8. A partir de 1983, a incorporação aos quadros do Museu Histórico Nacional de especialistas com sólida formação acadêmica e profissional nas áreas de Museologia e Ciência da Informação gerou projetos de documentação do acervo que resultaram em uma visão mais clara sobre os universos de objetos/documentos preservados. Um marco desse processo foi a criação da Reserva Técnica 1, inaugurada em 1984 e, até onde se sabe, a primeira concebida, no Brasil, em moldes científicos.

9. O Módulo II do circuito de exposição permanente do MHN teve seu conceito-matriz formulado pelo historiador Antônio Luiz Porto e Albuquerque e baseava-se na tese do professor Fernando Novais, formulada no final dos anos 70 e publicada em 1982, sob o título *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial* (São Paulo, 1ª ed., 1982). Os professores Ilmar Rohloff Mattos e Margarida de Souza Neves foram chamados, diversas vezes, a opinar sobre o projeto, que foi detalhado pelos historiadores Maria Christina Guido e José Bittencourt e pela antropóloga Regina Abreu. Vale apontar que vários dos profissionais envolvidos na execução do projeto tinham formação em História. O caráter multidisciplinar da equipe era, na época, uma novidade.

10. Cf. TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. "O problema das reservas técnicas como enfrentar o apego devorador?" *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (n.º 1, 2005). Brasília: Iphan, 2005 (148-162).

11. POMIAN, Krzstoff. "Coleção". In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi* (vol. 1. Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983. p. 53.

12. Cf. CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A era da informação* (vol. 1). São Paulo: Paz e Terra, 4ª ed., 1999. p. 387-401, especialmente 395-6.

13. Idem. p. 395.

1º DOSSIÊ

ARQUEOLOGIA

Apresentação

De sítio arqueológico a espaço musealizado:
possibilidades e limites para a arqueologia
mineira colonial

Navios, museus e a resistência negra
O Quilombo da Cabaça como estudo de caso

Arqueologia Histórica nas Lavras do Abade
Uma proposta de gestão do patrimônio

Vestígios arqueológicos ferroviários entre
a preservação e o abandono
Os casos de Belo Horizonte, São João del Rei
e Ribeirão Vermelho

Apresentação

Pablo Luiz de Oliveira Lima

 aproximação entre museu e academia pode resultar em experiências interessantes. É o caso da união entre Arqueologia e História na produção de conhecimento voltado para a teoria e a prática museológica. A Arqueologia, ciência que estuda a história por meio da cultura material, guarda uma intensa relação com a Museologia uma vez que o fenômeno museal é composto também por objetos de cultura material. Os museus históricos são como palcos onde são preservadas e exibidas peças da cultura material. A arqueologia tem muito a contribuir para potencializar a compreensão sobre acervos e coleções de objetos tridimensionais. Porém, apesar da difundida noção de que a Arqueologia, a História e a Museologia estudam objetos distintos e facetas diferentes do mesmo fenômeno – a existência humana e seus vestígios –, os profissionais destas áreas muitas vezes exercem uma divisão rígida dos seus campos de atuação. O conhecimento sobre o passado fica dividido de acordo com a tipologia das fontes, reproduzindo a perspectiva de uma grande cisão entre as sociedades pré-históricas e históricas pautadas na aparição da escrita. O campo da pré-história, ou o estudo de vestígios de sociedades ágrafas, ficaria a cargo de arqueólogos, enquanto historiadores cuidariam de analisar, primariamente, sociedades produtoras de linguagem escrita.

O objetivo deste dossiê sobre Arqueologia e museus históricos é apresentar ao leitor um conjunto de artigos que versam sobre a Arqueologia Histórica em diferentes variações. Esta modalidade de Arqueologia pode ser definida como o estudo de vestígios arqueológicos de sociedades que também possuem registros escritos. Por esta via, a arqueologia revela sua característica multidisciplinar, dialogando profundamente com a História, a Antropologia, a Sociologia e outras áreas do conhecimento sobre a cultura. Não haveria, assim, uma distinção de objetivos entre História e

Arqueologia, mas uma combinação dos mesmos, obviamente guardadas as particularidades e diferenças entre os métodos de pesquisa de cada área. Os artigos que compõem este dossiê tratam de experiências teóricas e práticas de parceria entre Arqueologia e História em torno de projetos e ações de preservação e musealização de bens móveis e imóveis da cultura material. As temáticas abordadas se entrelaçam em um verdadeiro conjunto de análises que podem se somar na compreensão de problemas ligados a bens culturais arqueológicos.

Os arqueólogos Carlos Magno Guimarães e Évelin Nascimento tecem uma análise sobre as possibilidades, os problemas e os cuidados relacionados à musealização de sítios arqueológicos, especialmente no caso de sítios mineiros do século XVIII. Os sítios analisados são Morro da Queimada, em Ouro Preto; Forte de Brumadinho, no município do mesmo nome; e o Quilombo do Ambrósio, na região de divisa entre os municípios de Campos Altos e Ibiá, no centro-oeste de Minas Gerais. As potencialidades museológicas e turísticas destes conjuntos arqueológicos, se trabalhadas apropriadamente, podem contribuir para a preservação e a difusão do conhecimento sobre a sociedade escravista mineira, assim como sobre a principal forma de resistência à escravidão no século XVIII: os quilombos. Os autores apresentam reflexões sobre o processo de transformação de sítios arqueológicos em espaços musealizados. Mesmo defendendo que a musealização de um sítio arqueológico poderia representar o fortalecimento de medidas para sua proteção, apontam possíveis impactos negativos que poderiam afetar o patrimônio arqueológico nestes locais em decorrência de sua musealização, o que também significa sua abertura à percepção pública direta por meio de exposições.

Entre os locais analisados por Guimarães e Nascimento, o sítio arqueológico do Quilombo do Ambrósio, tombado pelo Iphan, merece receber mais atenção do Estado e da sociedade civil, pois se encontra em estado de abandono, seriamente ameaçado pela atividade agrícola ao seu redor. A área de entorno deste que é o sítio remanescente de um dos principais núcleos da maior “confederação” quilombola da história de Minas Gerais – os quilombos do Campo Grande – transformou-se de mata de cerrado em lavoura de milho, processo que é marcado pelo impedimento do acesso de visitantes ao local. É preciso haver uma ação mais vigorosa das autoridades

competentes na preservação deste bem cultural arqueológico.

O historiador Adler Homero Fonseca de Castro aborda, em seu artigo, outro sítio arqueológico de quilombo em Minas Gerais: o Quilombo da Cabaça, no município de Diamantina. Este sítio contém um conjunto de vestígios pictóricos que, segundo Castro, não seriam pintura rupestre, mas imagens produzidas por quilombolas. O trabalho de campo realizado neste sítio foi acompanhado também por Carlos Magno Guimarães, constatando-se outro caso de abandono e depredação do patrimônio cultural. Para além da denúncia, Castro empreende uma sólida análise sobre as imagens de embarcações no sítio, aliando conhecimentos náuticos, arqueológicos e históricos em uma análise pormenorizada dos temas imagéticos encontrados no local. Sua argumentação confirma a hipótese da autoria quilombola dos vestígios do sítio arqueológico do Quilombo da Cabaça, atestando, talvez, a permanência da memória da travessia atlântica entre escravos rebeldes no interior das Minas. Castro lembra ainda que o ensino acadêmico de Arqueologia no Brasil tem suas origens no Museu Histórico Nacional, com a cadeira de Museologia do Curso de Museus, criado em 1932.

Deslocando o foco das Minas setecentistas, o arqueólogo Diogo Costa convida o leitor a conhecer o sítio arqueológico de Lavras do Abade, complexo de mineração do final do século XIX, no município de Pirenópolis, Goiás. Costa analisa a história da atividade mineradora nesse Estado e, especialmente, nesse sítio arqueológico histórico localizado na Serra dos Pirineus. O autor apresenta uma proposta de planejamento estratégico para o sítio, visando minimizar os impactos turísticos na área e a formalização de roteiros de musealização com condições para uma exploração científica mais aprofundada dos vestígios presentes no local. Este proposta é um importante passo concreto no sentido da valorização e preservação do sítio das Lavras do Abade.

De volta a Minas Gerais, na passagem do século XIX ao XX, o historiador Pablo Luiz de Oliveira Lima, autor desta apresentação, analisa a situação do patrimônio cultural ferroviário em Belo Horizonte, São João del Rei e Ribeirão Vermelho no início deste século XXI. A ferrovia teve papel relevante na história dessas cidades até meados do século XX. Porém a trajetória do transporte sobre trilhos no Brasil até a década de 1980 resultou na desativação de vários ramais, equipamentos e edificações,

deslocando a função de elementos ferroviários do universo do campo do trabalho para o universo da memória. Assim, conjuntos arquitetônicos tornaram-se sítios arqueológicos, compondo o patrimônio cultural. Estes bens arqueológicos históricos encontram-se em estados diversificados, desde casos de preservação exemplar até situações de extremo abandono e danificação. A proposta desse artigo é tanto servir como alerta quanto apresentar modelos de ações de preservação do patrimônio arqueológico ferroviário com resultados positivos.

O isolamento entre pesquisadores em História, Museologia e Arqueologia contribui pouco para o conhecimento sobre as sociedades nas quais estes pesquisadores se inserem e onde se localizam seus objetos de pesquisa. Entretanto, esta situação não configura exceção, mas regra no campo das Ciências Humanas. É por isto que o Museu Histórico Nacional vem aqui apresentar este dossiê, com o objetivo de demonstrar que tal isolamento pode ser superado com sucesso.

De sítio arqueológico a espaço musealizado
Possibilidades e limites para a arqueologia
mineira colonial

Carlos Magno Guimarães e Évelin L. M. Nascimento

NOTA BIOGRÁFICA

CARLOS MAGNO GUIMARÃES – Historiador e arqueólogo, é professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e Coordenador do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

ÉVELIN L. M. NASCIMENTO – Antropóloga e arqueóloga, é pesquisadora do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

RESUMO

O artigo desenvolveu reflexões sobre as potencialidades que determinados sítios arqueológicos apresentam no tocante a serem transformados em espaço musealizados. Tomando como referência três tipos de sítios remanescentes da sociedade mineira colonial (século XVIII), são propostas medidas para viabilizar a musealização dessas áreas.

Também são levantados problemas e medidas passíveis de prevê-los ou solucioná-los para o caso dos sítios arqueológicos que são incluídos na categoria de museus abertos à visitação e que são utilizados como locais de pesquisa e divulgação.

PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia, Brasil Colônia, musealização.

I

O presente trabalho pretende apresentar algumas reflexões sobre a transformação de sítios arqueológicos em espaços musealizados, bem como evidenciar os impactos negativos que podem ocorrer com o patrimônio arqueológico neles contido.

Com relação ao primeiro aspecto, trata-se de reconhecer as potencialidades das quais determinados sítios arqueológicos são portadores para serem transformados em locais de pesquisa, preservação e comunicação/exposição. Quanto ao segundo aspecto, é necessário avaliar preventivamente os pontos negativos e adotar medidas que impeçam a degradação do patrimônio histórico/cultural exposto. Medidas de proteção devem ser antecipadas para que não aconteçam perdas irreparáveis.

Morro da Queimada. Ouro Preto/ MG



Nossas reflexões estão voltadas para a categoria dos sítios arqueológicos remanescentes do processo histórico desencadeado a partir de finais do século XVII, o qual deu início à colonização das Minas Gerais. Tais sítios pertencem ao domínio da chamada arqueologia histórica ou colonial.

A região onde se desenvolveu o que se convencionou chamar de *ciclo do ouro* é extremamente rica em vestígios arqueológicos remanescentes de antigas áreas de mineração; de fazendas voltadas para atividades agropastoris; de segmentos de sistemas viários; de quilombos etc. Além dessas evidências, que se destacam no meio rural, nos meios urbanos também podem ser identificados sítios arqueológicos importantes, que apontam para a pujança do intenso processo de urbanização desenvolvido por aquela sociedade. É o caso do Morro da Queimada, atualmente integrado ao contexto urbano da cidade de Ouro Preto.

A justificativa para as preocupações contidas neste trabalho pode ser expressa por meio de vários argumentos, dos quais apresentamos alguns.

Em primeiro lugar está a necessidade de preservação de tais sítios arqueológicos, muitos dos quais têm sido destruídos por fatores diversos. A transformação dos mesmos em espaços institucionais poderia dar-lhes

Morro da Queimada. Ouro Preto/ MG



uma visibilidade capaz de sensibilizar a população e as autoridades para a necessidade de preservá-los.

Evidentemente não se trata de imaginar que uma decisão levaria automaticamente a um resultado esperado. Trata-se de reconhecer que a musealização de um sítio arqueológico seria o ponto de partida para a implementação de medidas mais eficazes para sua proteção.

Em segundo lugar, as possibilidades evidenciadas pela denominada *Lei Robin Hood* podem sensibilizar autoridades municipais no sentido de as mesmas implementarem políticas mais eficazes de defesa patrimonial.¹ Cumpre ressaltar, entretanto, que também neste caso a tarefa de sensibilização não é fácil e os resultados em geral não têm sido os mais animadores.

A referida lei contempla a possibilidade de que políticas culturais (incluindo a preservação do patrimônio) efetivamente implementadas possam ampliar os recursos provenientes do ICMS destinados ao município. A grande questão é fazer acreditar que primeiro é necessário investir (proteger) para depois ter o direito de receber os dividendos. Tendencialmente, os gastos com outras rubricas acabam sempre se sobrepondo àqueles destinados à preservação do patrimônio.

Em terceiro lugar, sendo o espaço musealizado um local de preservação, implementa-se o preceito constitucional de que o patrimônio arqueológico, entre outros bens culturais, deve ser protegido conforme o que estabelecem outros diplomas legais, tais como:

- a Lei Federal 3.924/61;
- a Portaria Sphan de 07/88;
- a Resolução Conama 001/86;
- a Portaria Iphan de 17/12/2004.

Ainda com relação a este aspecto, deve ser acrescido o fato de que um sítio-museu é um espaço de produção e divulgação (comunicação) de conhecimento, o que o integra ao processo educacional, no sentido mais amplo, e o coloca na condição de mecanismo à disposição do exercício da cidadania. Também neste caso a questão remete ao preceito constitucional relacionado à obrigatoriedade de proteção dos elementos que integraram o processo de formação da sociedade brasileira.

Entre outros aspectos, os acima referidos podem ser citados como justificativas para o interesse na musealização de determinados sítios arqueológicos.



Morro da Queimada. Ouro Preto/ MG

lógicos. Dar a um sítio arqueológico o caráter de museu (ou musealizar um sítio arqueológico) pressupõe uma determinada concepção sobre a natureza deste tipo de instituição. Isso pode ser feito a partir da identificação de alguns dos atributos básicos relacionados à sua estrutura e à sua dinâmica. Aqui, é importante ressaltar que nossa abordagem/caracterização dos museus muitas vezes está tratando de uma visão idealizada dos mesmos, e não da tendência geral/real.

Inicialmente, cumpre reconhecer um museu como local de preservação de patrimônio, qualquer que seja a natureza deste. Independentemente de ele ser temático/específico ou de acervo/conteúdo diversificado, a essas instituições cabe a preservação do patrimônio nelas depositado. Não por acaso, uma das origens atribuída ao termo – museu – está ligada a importantes personagens e às caprichosas tramas da mitologia grega. Zeus, filho de Cronos (o Tempo), uniu-se a Mnemósina (a Memória); união da qual nasceram as nove Musas, uma das quais, Clio, representa a História.² Disso decorre a concepção de que um museu é também um *lugar de memória*, qualquer que seja a conotação que se dê a esse termo.³

É evidente que, em se tratando de lugares de memória, os museus acabam por ter uma dinâmica voltada para esta sua natureza. Significa dizer que memória e preservação caminham lado a lado, determinando tanto a dinâmica técnica dos museus quanto a possibilidade de os mesmos se constituírem em mecanismos identitários, em função de seus acervos e de

suas inserções na sociedade/comunidade.

A partir do fato de que as instituições em questão são locais onde acervos estão depositados, é necessário constatar/destacar a segunda característica que define sua existência operacional: a pesquisa. Como locais onde se processam atividades de pesquisa, os museus se caracterizam pela produção de conhecimento, o que amplia sua relevância do ponto de vista do compromisso social.

É inegável que, ao longo da história, o conhecimento produzido por meio de atividades desenvolvidas pela ciência tem permitido uma intervenção cada vez mais eficaz na realidade. Por um lado, isso justifica e, por outro, reforça a validade de tais ações.

No caso em questão, trata-se de reconhecer a relevância dos museus como centros de pesquisa/produção de conhecimento e, evidentemente, de repasse/transmissão do conhecimento produzido. Este é outro aspecto que merece ser devidamente considerado, em se tratando de uma concepção de museu adequada às necessidades contemporâneas e, principalmente, quando contemplada a possibilidade de musealização de sítios arqueológicos.

Como centro de pesquisa produtora de conhecimento, uma instituição museológica deve, preferencialmente, abrigar laboratórios, biblioteca, equipes de pesquisadores e demais elementos de infra-estrutura que permitam



Morro da Queimada. Ouro Preto/ MG



Morro da Queimada. Ouro Preto/ MG

seu funcionamento. Os museus ligados às instituições universitárias tendencialmente parecem se enquadrar com mais facilidade no modelo acima proposto. O que não significa dizer que, operacionalmente, eles podem ser tomados como casos exemplares.

A concepção de museu como local de produção de conhecimento não é nova, o que se percebe no processo de implantação dos museus de História Natural ao longo do século XIX. Desenvolvida no contexto do imperialismo europeu, tal concepção veio satisfazer as demandas específicas colocadas por aquele movimento expansionista, o que permitiu a consolidação de instituições onde as atividades museológicas se articulavam com a pesquisa/produção de conhecimento.

Do ponto de vista conceitual, uma caracterização contemporânea de museus não pode prescindir dos aspectos voltados para sua divulgação/comunicação e sua educação.

Os meios comumente utilizados para a divulgação de acervos museológicos, no mais das vezes, restringem-se à montagem de exposições (temporárias ou permanentes), à produção de publicações de diferentes tipos, como catálogos, revistas temáticas, folders, cartilhas etc., e, excepcionalmente, à produção de vídeos completa a lista.

O importante na utilização de tais recursos não é necessariamente sua diversidade, mas o impacto que eles podem gerar do ponto de vista do processo pedagógico, entendido como mecanismo de interferência na pró-

pria realidade, uma vez que “a ação museológica (...) deve conduzir a uma produção de conhecimento e à construção de uma nova prática social”.⁴ Nesta perspectiva é que deve ser entendida a natureza do sítio arqueológico, e suas potencialidades, como realidade possível de ser musealizada. É disso que trataremos em seguida.

II

Abordar um sítio arqueológico do ponto de vista dos resultados que podem ser atingidos com sua transformação em museu exige a consideração inicial de alguns aspectos que são genéricos, já que podem ser aplicados em praticamente todos os sítios que apresentem minimamente condições de musealização. Tais aspectos referem-se à dimensão visual, à dimensão contextual/ambiental referida à noção de espaço/tempo e, finalmente, à realização de pesquisas.

No que diz respeito à dimensão visual, é evidente que um sítio arqueológico como museu tem seu ponto de partida no impacto visual que pode provocar no visitante. Ressalte-se o fato de que raramente um visitante é um pesquisador que pode estar sensibilizado por questões que ultrapassam esse universo.

Ao leigo, ainda que interessado em aspectos culturais/científicos, a primeira impressão do sítio é gerada pela percepção visual. Não por acaso, em todo o mundo os mais expressivos sítios-museus são visualmente impactantes.

Mas essa dimensão não pode ser considerada a única e nem suficiente para gerar o efeito pedagógico possível. São necessárias informações que possam ser associadas pelo visitante ao que está visualmente acessível. Daí a relevância da pesquisa.

A dimensão contextual/ambiental configura-se como um dos aspectos mais relevantes em toda esta questão. Um sítio arqueológico, por sua natureza, é um conjunto de vestígios que não se encontram por acaso num espaço determinado. Todos os vestígios são relacionados entre si e é por isso que formam um contexto arqueológico. E, ainda que apreendida por partes, é a totalidade do sítio que deve ser atingida.

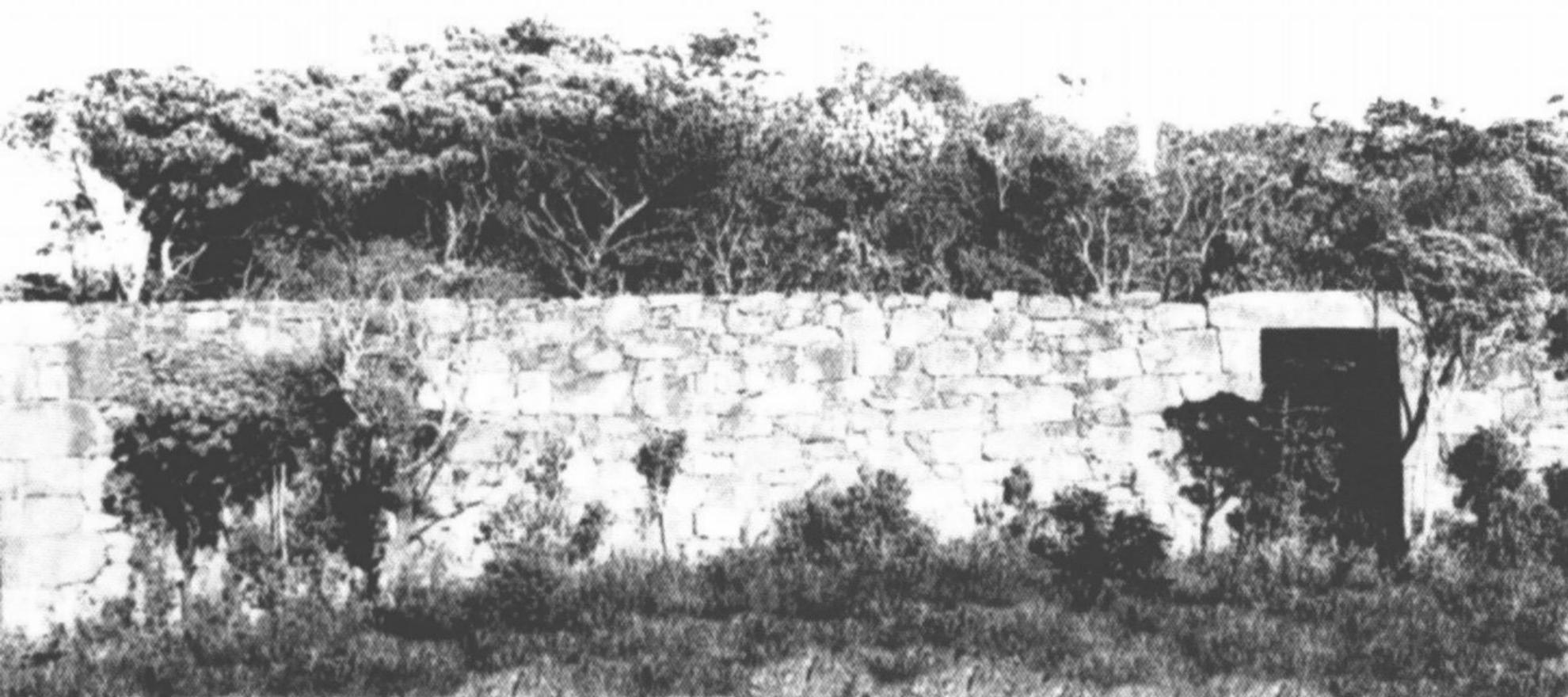
O fato de um sítio arqueológico constituir um contexto⁵ evidencia o aspecto diferencial positivo que ele apresenta diante de uma exposição

montada em um recinto fechado. Neste caso, o que geralmente ocorre é que o contexto é parcialmente reproduzido, ou apenas sugerido por meio de recursos visuais.

Associado diretamente ao contexto arqueológico, definido pelo sítio, está a inserção do mesmo no ambiente. Também neste caso é inegável o fato de que um sítio arqueológico supera o ambiente artificial reproduzido em ambiente fechado.

A relevância na apreensão do ambiente e da inserção do sítio no mesmo, remete, tendencialmente, à própria dinâmica do sítio. À guisa de exemplo, cabe citar as antigas unidades de mineração do período colonial, cuja implantação e cujo funcionamento geralmente se davam em situações de relevos movimentados, que acabavam por condicionar todo o desenvolvimento da atividade extrativa.

Ainda diretamente articulada ao contexto/ambiente deve ser citada a categoria espaço-tempo. A administração do espaço em qualquer núcleo de atividade humana (divisão espacial do trabalho, por exemplo) remete a padrões culturais identificados por meio de vestígios em sítios arqueológicos. E, logicamente, o ciclo de atividades desenvolvidas que deixaram vestígios refere-se à questão da temporalidade; seja do ciclo das atividades ou do próprio suceder histórico. Também com relação a este aspecto, a presença no interior de um sítio arqueológico é mais elucidativa que qualquer tipo



de reprodução artificial em ambiente fechado.

Um último aspecto ainda relacionado às potencialidades do sítio arqueológico diz respeito a ser ele um local de pesquisa, independentemente de ser musealizado ou não.

Ao se tornar objeto de visitação, como objeto de análise juntam-se a realiza o da pesquisa e a possibilidade de que o visitante possa assistir ao desenvolvimento da mesma. Trata-se não são de ter acesso a um conhecimento elaborado, mas de presenciar o ato a partir do qual ele   produzido.

Isto adquire maior relevância quando se considera a transmissão não são de saber científico, mas de um “fazer ciência” no contexto remanescente daquele que se pretende elucidar.  , sem dúvida alguma, um dos mais eficazes mecanismos de sensibiliza o para divulga o.

O ponto seguinte de nossa abordagem diz respeito a como transformar um sítio arqueológico em museu, conforme a concep o inicialmente elaborada. Antes de mais nada,   necessário reconhecer a diversidade de (tipos de) sítios arqueológicos e a necessidade de considerar suas especificidades.

A musealiza o de qualquer contexto arqueológico exige um conhecimento bastante objetivo das condi es em que o mesmo se formou, de como se desenvolveu e de como acabou por se tornar um conjunto de vestígios. Evidentemente, para se atingir este conhecimento,   necessário



Forte de Brumadinho. Região metropolitana de Belo Horizonte/MG



Forte de Brumadinho. Região metropolitana de Belo Horizonte/MG

o desenvolvimento de um projeto de pesquisa em que se coloquem como objetivos a serem atingidos as questões mais gerais já enunciadas neste artigo. Por sua vez, cada uma das questões gerais remete a um conjunto de questões específicas, que tratam inevitavelmente da dinâmica do sítio quando este ainda estava “vivo”.

Uma antiga fazenda, uma área de mineração ou um núcleo urbano são portadores de historicidade, na medida em que, ao longo do tempo, foram locais onde diferentes atividades foram desenvolvidas por coletividades humanas e das quais apenas os vestígios sobreviveram. A partir do conhecimento produzido pelas pesquisas, estarão dadas as condições para a elaboração de um roteiro que deverá levar em conta as condições do sítio arqueológico e sua trajetória histórica. A articulação entre essas duas variáveis é que deverá orientar a montagem do roteiro em função dos objetivos a serem atingidos pelo público visitante. Logicamente, um roteiro desta natureza deverá ter sempre presente as condições dos vestígios e os riscos a que serão submetidos.

Eventualmente, alguma estrutura arqueológica poderá ser revitalizada em função dos interesses museológicos ou de outra finalidade prática. Processos de revitalização poderão ser desenvolvidos em função da necessidade de recuperar aspectos da dinâmica (funcionamento) de algum tipo de unidade/atividade produtiva. Cumpre ressaltar, finalmente, que

qualquer processo de revitalização deverá levar em conta as especificidades do sítio, no que diz respeito a seus elementos estruturais e à natureza das atividades que ali foram desenvolvidas no passado. Vejamos adiante alguns exemplos.

III

Próximo a Belo Horizonte existe um sítio arqueológico denominado Forte de Brumadinho, que está localizado no município de mesmo nome. Trata-se de um conjunto de vestígios remanescentes de uma grande unidade de mineração do período colonial. A identificação cronológica é possível pelas características dos vestígios e pela localização/implantação regional.

Uma das modalidades de unidade produtiva que se desenvolveu em Minas Gerais em função da atividade minerária utilizava-se do que denominamos “sistemas hidráulicos”. Tais sistemas eram constituídos por um conjunto de elementos diferentes, mas que eram articulados, funcionando através de utilização da água para viabilização de certo número de tarefas. Compondo um sistema hidráulico, havia canais, barragens de derivação, bicames, mundéus, áreas de lavra (catas) e montes de rejeitos. Isto apenas no que diz respeito à atividade básica extrativa.

Mas o conjunto não se encerrava aí, já que eram necessárias habitações para os envolvidos nas atividades, locais para guarda de instrumentos/feramentas e uma edificação, geralmente fortificada, para a segurança do produto obtido com a prática minerária. No caso do Forte de Brumadinho, todos estes elementos estão presentes, o que torna o sítio um exemplar raro, porque contempla todos os elementos e todas as fases da atividade extrativa.

Grosso modo, o esquema de funcionamento pode ser esquematicamente assim descrito: a água de um córrego era desviada por uma barragem e jogada em um canal que a transportava até a área da lavra. Projetando-se o jato d’água de certa altura e com o uso de alavancas, os escravos faziam o desmonte da encosta, produzindo uma lama que, através de uma drenagem natural, era carregada para o pé da encosta, onde havia grandes tanques de decantação – os mundéus. Nos mundéus, a lama aurífera ficava em processo de decantação, para que as partículas de ouro se depositassem na parte mais baixa do tanque.

Uma particularidade técnica dos mundéus, e que funciona como indicador arqueológico, era o sistema de escoamento através de uma abertura vertical que cortava uma das paredes de cima até embaixo (no piso). Esta abertura era vedada com tábuas horizontais que, ao serem retiradas, uma a uma, permitiam o escoamento gradativo da lama aurífera de cima para baixo. A lama, liberada aos poucos, corria por um canal (geralmente calçado com pedras) forrado com couros de boi e em cujos pêlos ficavam presas as partículas de ouro. A etapa seguinte era bater os couros, em local adequado, e com o uso de bateias, era realizada a apuração final. O ouro obtido estava pronto para ser fundido e ficar definitivamente limpo das impurezas.

O Forte de Brumadinho, como sítio arqueológico, ainda preserva a maior parte dos elementos que compunham o sistema hidráulico. Além deles, existem outras evidências de todo o processo de assentamento indicando moradias e uma unidade administrativa fortificada que deu origem à denominação do local.

A musealização deste sítio, após todo um processo de pesquisa, permitirá que os visitantes tenham acesso a todas as informações relativas à atividade minerária colonial, chegando inclusive à compreensão de aspectos relacionados à organização do trabalho coletivo (escravo) e à inserção daquela unidade produtiva no contexto ambiental e regional. É necessário ressaltar que tal acesso no contexto do sítio permite visualizar a dinâmica do processo extrativo, o que não seria viável por meio de textos, e apenas parcialmente por meio de recursos visuais. Neste caso, tais recursos teriam apenas uma função complementar ou acessória.

O segundo sítio a que vamos nos referir está localizado no entorno da cidade de Ouro Preto e remete tanto às atividades minerárias quanto ao processo de reação à política fiscal da Coroa Portuguesa, que, em 1720, expressou-se por meio do movimento que culminou na execução de Felipe dos Santos por ordem do Conde de Assumar, então governador das Minas.

A área, que naquele momento estava na periferia de Vila Rica, era também o local onde se realizava intensa atividade mincrária, e onde se destacava um grande minerador chamado Paschoal da Silva Guimarães. Grande proprietário de escravos, ao que tudo indica, ele teria sido o líder do maior movimento insurrecional contra a instalação das Casas de Fundação, que teve início em 1719.

Após uma seqüência de assuadas caracterizadas por grandes doses de violência, Assumar debelou o motim, retomou o controle da área e desencadeou a repressão. Não conseguindo elementos que permitiam punir diretamente Paschoal da Silva, o Conde de Assumar resolveu atingi-lo em seus interesses de grande minerador, ordenando que fosse ateado fogo nas casas do morro denominado do Ouro Podre (ou de Paschoal da Silva), já que dali haviam partido os grupos que promoviam as assuadas.

Ocupado por construções de pedra com cobertura vegetal, o incêndio se alastrou por todo o morro, tendo sido possível ver o fogo de Vila Rica. Desde então, o morro passou a ser chamado de *Morro da Queimada*.

A área que atualmente se encontra preservada do ponto de vista arqueológico é bastante reduzida com relação à original. Ao longo do tempo, foi-se processando uma expansão urbana descontrolada, que ocupou grande parte do Morro e destruiu a maior parte dos vestígios. Entretanto, os vestígios remanescentes ainda constituem um acervo a ser preservado e, se possível, musealizado.

Do conjunto restante, ainda é possível resgatar áreas que expressam contextos arqueológicos bem significativos. Vestígios de atividade minerária se encontram razoavelmente preservados na área que ainda não sofreu os efeitos da expansão urbana. Associados aos vestígios da atividade minerária, existem restos de moradias cuja escavação permitiria reconstruir traços do cotidiano da população que ali esteve nos idos de 1720.

O Morro da Queimada é um exemplar raro de um sítio que, ainda que parcialmente, permitiria fazer a arqueologia de uma rebelião: a da principal área ultramarina do Império Colonial Português naquele momento. Lamentavelmente, o processo de degradação ao qual o sítio foi submetido não parece dar mostras de ter sido efetivamente interrompido.

O terceiro sítio ao qual vamos nos remeter é o Quilombo do Ambrósio, localizado na região oeste do Estado de Minas Gerais.

Destruído em 1746, após ter provocado um desgaste na ordem social escravista, e preocupação nas autoridades coloniais, o sítio arqueológico ainda preserva testemunhos valiosos, apesar do processo de degradação ambiental que seu entorno vem sofrendo, principalmente nos últimos anos.

Do antigo quilombo, o vestígio visível mais expressivo é um fosso que circundava o núcleo de ocupação onde estavam instaladas as moradias.

Em formato de uma ferradura, o fosso delimita uma área em torno de 1,5 hectare e onde se encontram os vestígios convencionais de um assentamento daquele tipo: restos de habitação, vestígios alimentares, objetos de uso cotidiano etc.

O ambiente no entorno do sítio ainda preserva informações da época ou ligadas à existência do quilombo. São os casos do Morro do Espia, do Córrego do Quilombo e do Córrego do Ambrósio.

Um projeto de musealização do Sítio Quilombo do Ambrósio poderia se tornar uma referência para outros casos, se fosse desenvolvido dentro dos parâmetros que foram referidos anteriormente. Para que um projeto de tal natureza possa ser viabilizado com a densidade exigida pela natureza do sítio, é necessário que uma pesquisa arqueológica ampliada seja feita, inclusive para viabilizar a exposição de vestígios *in situ*, o que certamente seria de grande impacto.

Pesquisas envolvendo sítios arqueológicos originários dos quilombos da sociedade escravista, no momento atual, remetem a um contexto onde estão sendo debatidas questões como as comunidades remanescentes de quilombos e seus direitos à propriedade da terra, ou políticas afirmativas por meio da adoção de cotas em universidades públicas. Por si só, tais questões



Quilombo do Ambrósio. Ibiá/MG

já seriam suficientes para justificar projetos de musealização de sítios como o Quilombo do Ambrósio.

Pelo exposto, pretendemos ter evidenciado, ainda que de forma sucinta, a validade da musealização de determinados tipos de sítios arqueológicos. Os sítios acima referidos, cada um à sua maneira, são exemplares do seu contexto com relação à questão da identidade histórica da população de Minas Gerais, ou de parte dela.

O Forte de Brumadinho e o Morro da Queimada remetem ao processo extrativo que deu origem à colonização da sociedade mineira. Indo além, o Morro da Queimada remete a vestígios de um conflito colonial por meio do qual exposições da Coroa Portuguesa eram contestadas. Não se trata de admitir qualquer traço de ação anticolonial, mas de reconhecer um caráter de oposição à relação colônia–metrópole, pelo menos no tocante a imposições fiscais. O que é suficiente para ser pensado em termos de alteridade, ainda que se tratando de uma realidade colonial.

Finalmente, o caso do Quilombo do Ambrósio remete diretamente à realidade das populações afro-descendentes. E, neste caso, é evidente a natureza política da questão e sua inserção no contexto de constituição de identidade.

Nos três casos, a preservação, a pesquisa e a divulgação/comunicação dos sítios arqueológicos se colocam como estratégias válidas e necessárias no processo de exercício da cidadania.

Como não poderia deixar de ser, as possibilidades acima apresentadas deparam-se com obstáculos/limites que devem ser identificados para a implementação de quaisquer dos projetos. Ademais, são limites que apresentam uma natureza genérica, pois podem ser identificados em todos os casos similares. É o que será abordado no próximo e último item.

IV

O primeiro impacto que incide sobre um sítio arqueológico aberto à visitação pública é, sem dúvida, o risco de destruição/descontextualização de vestígios arqueológicos. Esta constatação fica mais evidente quando tomamos algum sítio específico como exemplo – neste caso, o Forte de Brumadinho.

Localizado em região próxima a Belo Horizonte e de fácil acesso, este



Quilombo do Ambrósio. Ibiá/MG

sítio tem sido alvo de um rápido e intenso processo de degradação, provocado por turistas alternativos e praticantes de *trail*, que, nos fins de semana, acampam na área de ocorrência dos vestígios.

Tais visitantes, que procuram o sítio por causa de suas belezas naturais e arqueológicas, têm promovido o corte da vegetação dentro da área fortificada, o que altera as condições ambientais e acelera a degradação dos blocos de pedra. Partes dos vestígios edificadas são derrubadas em busca de possíveis tesouros que supostamente teriam sido escondidos em épocas passadas. Os praticantes de *trail* têm destruído as muralhas ao utilizarem-na como pista, o que provoca a queda dos blocos.

O lixo trazido do meio urbano pelos visitantes tem sido espalhado por toda a região do sítio, ou à vezes é concentrado em algum ponto dos vestígios arqueológicos, que é utilizado como depósito. É o caso de um depósito de água, construído com trabalho de cantaria ao lado da entrada da fortaleza. Este tanque vem sendo utilizado como depósito, provocando na base da muralha uma concentração de produtos químicos, de origem industrial, o que certamente está atingindo sua integridade.

É importante e trágico constatar que, de forma contraditória, a des-

truição do sítio vem sendo promovida por aqueles que apreciam tanto visitá-lo.

A partir da constatação dos fatos acima referidos é que se coloca a medida básica para proteção de sítios a serem musealizados. É necessária uma análise sistemática e rigorosa no sentido de prever e prevenir os impactos advindos da visitação sistemática em quaisquer partes do sítio. O estabelecimento de roteiros de visitação deverá prever a implementação de elementos infra-estruturais de proteção tanto para os vestígios arqueológicos quanto para os visitantes. E, no caso se serem implantados tais elementos (como cercas, escadas, guarda-corpos etc.), isto deverá ser feito a partir de uma avaliação do impacto nos vestígios arqueológicos e no contexto visual do sítio. A utilização de materiais e cores discretas tende a evitar impactos agressivos na paisagem.

Em qualquer circunstância, as visitas devem contar com guias institucionais para evitar riscos como registro de nomes e datas nos vestígios arqueológicos ou ainda o hábito de levar “lembranças” do local visitado. Em muitos sítios, os vestígios arqueológicos podem ser encontrados à flor da terra, o que favorece tais práticas.

A partir das transformações de um sítio arqueológico em espaço musealizado, é necessário um rigoroso monitoramento dos impactos que o mesmo estará sofrendo ao longo do tempo para que medidas corretivas possam ser adotadas em tempo hábil. Em alguns sítios arqueológicos europeus, o número de visitantes foi drasticamente reduzido ou até mesmo interrompido, em função das alterações ambientais detectadas e do impacto negativo identificado nos vestígios arqueológicos.

Finalizando, cumpre registrar que tais medidas preventivas enquadram-se na política de preservação do patrimônio arqueológico prevista nos vários diplomas legais referidos no início deste trabalho. A eficácia de tais diplomas e o respeito que se tem por eles é uma outra história.

Notas

1. Assim é chamada a lei nº 13.803, de dezembro de 1995, que incluiu modificações no repasse do ICMS aos municípios de Minas Gerais. A preservação do patrimônio histórico era um dos itens levados em conta para esse repasse de verbas (Nota da Revisora).

2. Cf. BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1988.
3. Cf. PEIXOTO, Ana Maria Cassanta. "Imagem como fonte na pesquisa em História da Educação". In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves & VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à Museologia*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005. p. 207.
4. SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. "Museu-Casa: Comunicação e Educação". In: *Anais do II Seminário sobre Museus-Casas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998. p. 23.
5. BATE, Luiz Felipe. *El proceso de investigación em la Arqueología*. Baecelona: Crítica, 1998. Cap. 3.

Navios, museus e a resistência negra
O Quilombo da Cabaça como estudo de caso

Adler Homero Fonseca de Castro

NOTA BIOGRÁFICA

ADLER HOMERO FONSECA DE CASTRO – Mestre em História e pesquisador do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

RESUMO

O Museu Histórico Nacional tem uma relação muito longa com a Arqueologia, sendo que o primeiro livro didático da área foi um manual de aulas do Curso de Museus, ministrado nessa Instituição. Hoje em dia, contudo, não há uma ligação tão forte entre a área de Arqueologia e os museus de História, o que gera prejuízos para os dois campos. O presente artigo procura mostrar como o conhecimento específico dos museus de História pode colaborar na interpretação de objetos e sítios arqueológicos. Para isso, trabalha com a interpretação de uma pintura rupestre de navio feita por quilombolas no século XIX, no interior de Minas Gerais. Assim, usando uma metodologia específica de estudo de navios históricos, com base nos estudos desenvolvidos em museus de História, busca-se apresentar subsídios para a interpretação de um sítio arqueológico.

PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia, Museologia, arte naval, quilombos, Minas Gerais, século XIX, pinturas rupestres, navegação.



Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem uma longa e estreita relação com a Arqueologia. Afinal, o trabalho dos arqueólogos depende da autorização do Iphan desde a edição da lei 3.924/61, que “dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos”. Contudo, a ligação entre o Iphan e a pesquisa arqueológica brasileira vem de muito antes da edição da lei.

O ensino acadêmico de arqueologia tem suas origens no Museu Histórico Nacional, com a cadeira de Museologia no Curso de Museus, criado em 1932. Lecionado por Angyone Costa, suas notas de aula resultaram no primeiro livro didático sobre o assunto do Brasil, o *Introdução à Arqueologia do Brasil*, publicado dois anos depois da criação do Curso de Museus, mas que ainda está em catálogo.¹

Posteriormente, os caminhos do Museu Histórico e da Arqueologia divergiram. O MHN não tem como parte de sua política de aquisições o material pré-histórico, pois este não é relacionado à sua proposta de exposições. Por outro lado, boa parte da pesquisa acadêmica no Brasil se voltou para a questão pré-colonial – assunto que pode ser mais bem trabalhado pela Arqueologia.

Mas, se boa parte dos pesquisadores se dedicou a pesquisas no campo da pré-história, nem todos os arqueólogos se voltam exclusivamente para isso, havendo alguns excelentes trabalhos de pesquisa com objetos produzidos depois da chegada dos europeus às Américas. E aí constatamos um problema: tanto a arqueologia histórica como os museus de história trabalham com os problemas do passado histórico. Contudo, há pouco contato entre os profissionais das duas áreas, o que, em nossa opinião, resulta em perda para ambos os campos. Os museus perdem por não terem um contato maior com os trabalhos produzidos sobre os objetos obtidos em

sítios arqueológicos, contextualizados, o que não é normal para os objetos preservados em instituições museológicas. Por outro lado, muitas vezes os arqueólogos têm que lidar com objetos de difícil identificação, mas que são bem trabalhados por existirem e serem exaustivamente estudados em coleções musealizadas.

Um caso interessante nessa linha foi apresentado ao Iphan. Entre os objetos de trabalho do Instituto está a identificação e o tombamento dos locais de resistência à escravidão – os quilombos, conforme está no parágrafo 5º do artigo 216 da Constituição Federal, no qual se determina que “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”.

Para a aplicação do dispositivo constitucional, é necessário o estudo dos sítios e documentos propostos para tombamento dentro do determinado pela Constituição – e isto implica em uma colaboração muito próxima do Iphan com os arqueólogos que estão desenvolvendo pesquisas neste campo. Um dos sítios que na área acadêmica é identificado como quilombo é o Sítio da Cabaça, em Diamantina, pois este local tem uma pintura rupestre que não pode ser, de forma alguma, identificada como pré-histórica, já que mostra um navio a vela. Assim, era necessário o estudo da pintura para averiguar sua origem, tendo em vista o seu possível tombamento como quilombo.

Do ponto de vista da área de tombamento do Iphan, era, portanto, indispensável estudar não só o sítio, mas também a imagem como suporte de informações, para averiguar sua origem. Mas, afóra os arqueólogos que trabalham com pesquisa subaquática, o estudo de navios a vela não é muito comum na área acadêmica, especialmente em se tratando do Estado de Minas Gerais, que não tem contato com o mar. Por outro lado, o Museu Histórico Nacional tem em seu acervo uma pequena coleção de modelos navais, que foram estudados pelo autor deste trabalho e, como o mesmo é um dos pesquisadores que trabalha com a questão de quilombos, fizemos o estudo que resultou no presente texto – uma proposta de ver como é possível, talvez desejável, aumentar os contatos entre os profissionais de museus e os arqueólogos. No caso atual, tivemos o indispensável apoio do arqueólogo Carlos Magno Guimarães, que nos acompanhou até o local e forneceu material sobre o sítio.

As pinturas no quilombo

O Quilombo da Cabaça está localizado nas proximidades de Diamantina, a cerca de 15 km da cidade e a cerca de 420 km do mar, na zona rural (N.º MG-SJ-3, do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos-Iphan).² Para se chegar ao sítio arqueológico, é necessário um deslocamento em estradas vicinais e, desembarcando ao pé de uma elevação de altura média, seguir pelo meio da vegetação por caminho de difícil acesso, até quase até o topo, onde se encontram as inscrições. Estas estão em um abrigo, formado por uma cavidade na rocha do morro, com o piso composto de pedras irregulares que caíram do teto.



Figura 1 – Localização do Quilombo da Cabaça, em relação a Minas Gerais e ao Brasil, a 420 km do mar

No abrigo havia diversas imagens, conforme descrito pelos pesquisadores Guimarães e Lanna:

O painel, pintado no teto do abrigo, apresenta cenas de guerra em que se utilizam lanças, arco e flecha (armas que foram usadas por quilombolas em suas atividades de rapina e defesa). *O detalhe do painel que mais chama atenção é um navio a vela com três mastros (velas recolhidas) apresentando um indivíduo pescando na proa.*

Fora do painel existem ainda duas representações que merecem destaque: a primeira é um indivíduo montado em um animal (provavelmente um cavalo) e a segunda é um bangüê, ou seja, dois indivíduos carregam um terceiro em uma rede suspensa por um pau que se apóia nos ombros dos

carregadores. Todas estas pinturas foram executadas com carvão (usado como lápis), os traços são bem finos e não se assemelham em nada a qualquer tipo de pintura indígena por nós pesquisada.³

Os autores do artigo de onde foi retirada a passagem acima continuam explicando que não foram encontrados outros vestígios materiais no abrigo onde se encontra o painel. Contudo, no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, há referência a alguns objetos associados ao sítio, todos eles históricos.⁴ Em outro texto, apresenta-se uma descrição semelhante, apesar de nele se colocarem algumas ressalvas quanto ao objeto:

O Quilombo da Cabaça, onde estão os grafites aqui descritos, estava localizado a algumas centenas de metros da estrada que, no século XVIII ligava o principal núcleo urbano da Demarcação (Arraial do Tejuco) à sede da Comarca – a Vila do Príncipe. Este é outro caso em que a localização do quilombo indica uma escolha estratégica: local de difícil acesso e próximo a uma rota de grande fluxo, além de estar próximo a um grande rio, que funcionava como fonte de alimentos.

O sítio está localizado em região de afloramento de quartzito que forma locais abrigados pela inclinação dos paredões ou por galerias escavadas na rocha pela ação das águas.

Os grafites são constituídos por cenas esparsas, traçadas com carvão vegetal. No teto do abrigo, duas cenas compõem um painel (...) *A outra cena mostra um navio com dois mastros, com as velas recolhidas e vestígio de um provável terceiro mastro. Na proa do navio um indivíduo se dedica a atividade de pesca (...)*⁵

Observamos que nesta última citação a existência do terceiro mastro é colocada de forma condicional, com o que não concordamos devido à morfologia das embarcações, que iremos discutir mais à frente. Apontamos que, para nós, o detalhe marcado com o número “1” na figura 2, ainda que incompleto, representa claramente um mastro da mezena (ver glossário no final deste texto), tendo o que parece ser uma garangueja (verga latina) para vela latina quadrangular esboçada à popa (marcado com o número “2” na figura 2), pois tal mastreação seria necessária para a embarcação, conforme iremos discutir.

É justamente por causa das pequenas discrepâncias existentes entre a descrição elaborada pelos arqueólogos e o nosso entendimento sobre o

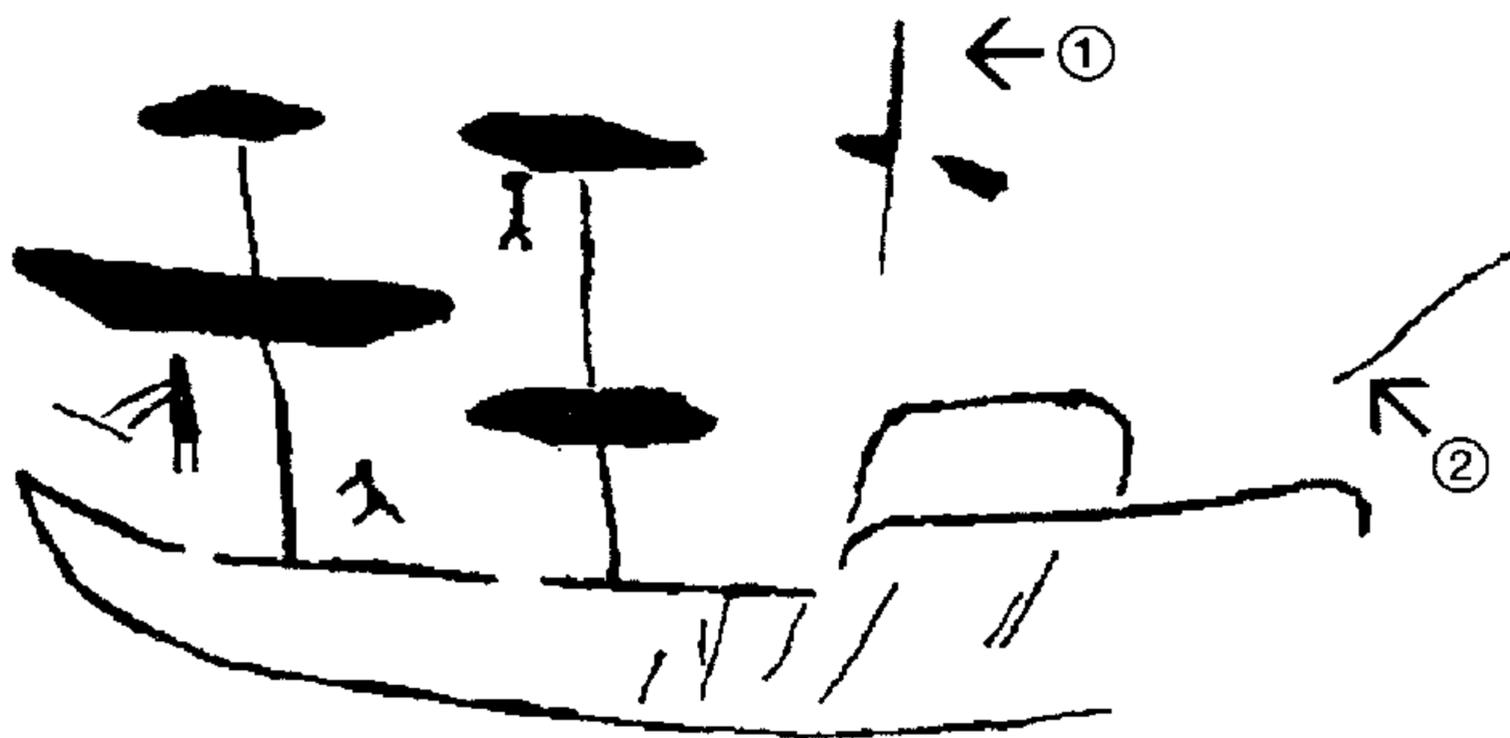


Figura 2 – Pintura rupestre do Quilombo da Cabaça⁶

objeto que realizaremos uma análise detalhada do desenho do ponto de vista da arquitetura naval. Pretendíamos que esta servisse, inclusive, para subsidiar uma possível decisão do Conselho Consultivo do Iphan sobre o valor do bem para tombamento. Isto se devia, como veremos abaixo, ao fato de nossa opinião ser que a pintura provavelmente está ligada à história dos quilombos do Brasil.

Estudo do desenho do navio

DESCRIÇÃO

A imagem representa, de forma um tanto quanto estilizada, o que claramente é uma embarcação de uso oceânico. Tem o casco desenhado de forma a dar uma noção de sua forma abaixo da linha d'água, com um castelo de popa ocupando cerca de um terço do comprimento da embarcação e uma tolda de altura desproporcional sobre a parte fronteira desse castelo. No casco, da meia-nau para a popa, há alguns traços, cuja função ou ligação com o desenho não são claros. Talvez representassem enxárcias ou estais, mas sua inclinação para a popa parece contradizer esta interpretação.

Quanto ao velame, o desenho mostra claramente uma armação em galera, com três mastros: o do traquete, o grande (com duas vergas, mas sem mastaréus do joanete) e o da mezena (com uma verga e mastaréu, todas as vergas para velas redondas). Nossa opinião, como já dissemos anteriormente: no desenho há um traço que representa uma carangueja para vela latina quadrangular, mas esta verga não foi totalmente desenhada, ou a

tinta foi erodida, e sua posição é tal que se podem levantar algumas dúvidas sobre esta interpretação. As vergas das velas redondas foram desenhadas com uma largura excepcional, o que poderia indicar a intenção do desenhista de mostrar que as mesmas teriam velas amainadas ou rizadas. Não há desenho de gurupés.

Além dos dados náuticos, estão representados ainda três figuras antropomórficas, uma colocada sob a verga da gávea, outra, sobre o convés, entre o mastro do traquete e o mastro grande e a terceira na proa, diante do mastro do traquete. Esta última foi desenhada com um traço nas mãos, parecendo indicar que estaria pescando, conforme descrito no estudo de Guimarães e Cardoso. Observamos que todas as figuras antropomórficas foram desenhadas sem contato direto com a embarcação, o que nos faz questionar sua relevância para o desenho, apesar de as mesmas poderem representar marinheiros nas enxárcias do navio, mas observamos que estas não estão desenhadas, ou não foram reproduzidas na imagem disponível (figura 2).

Considerações sobre o desenho

CASCO

O casco desenhado não parece ser o de uma embarcação de alto-mar, apresentando algumas características exóticas, mais semelhantes às de uma canoa grande, de navegação fluvial, conforme as ilustradas abaixo (ver figuras 3 e 4). Observamos que o artista, ao desenhar uma linha curva para a quilha, aparentemente não fez a representação clássica de embarcação, onde a parte inferior do casco é desenhada como um traço reto, devido à linha-d'água. Isso, apesar de poder parecer estranho, não é uma impossibilidade, mesmo para aqueles pouco conhecedores da arte naval, pois era comum a colocação periódica dos barcos em seco, para que estes pudessem ser querenados. Por outro lado, as embarcações fluviais ainda eram mais bem conhecidas, pois suas pequenas dimensões permitiam que as mesmas fossem colocadas em seco com maior frequência. Apesar disso, apontamos que devemos relativizar um pouco esta questão das pequenas dimensões das embarcações fluviais, pois o Almirante Alves Câmara, em seu livro, cita uma passagem em que é mencionada uma canoa grande em uso na Bahia no século passado: "Respeito às embarcações, usam-se: 1º canoas

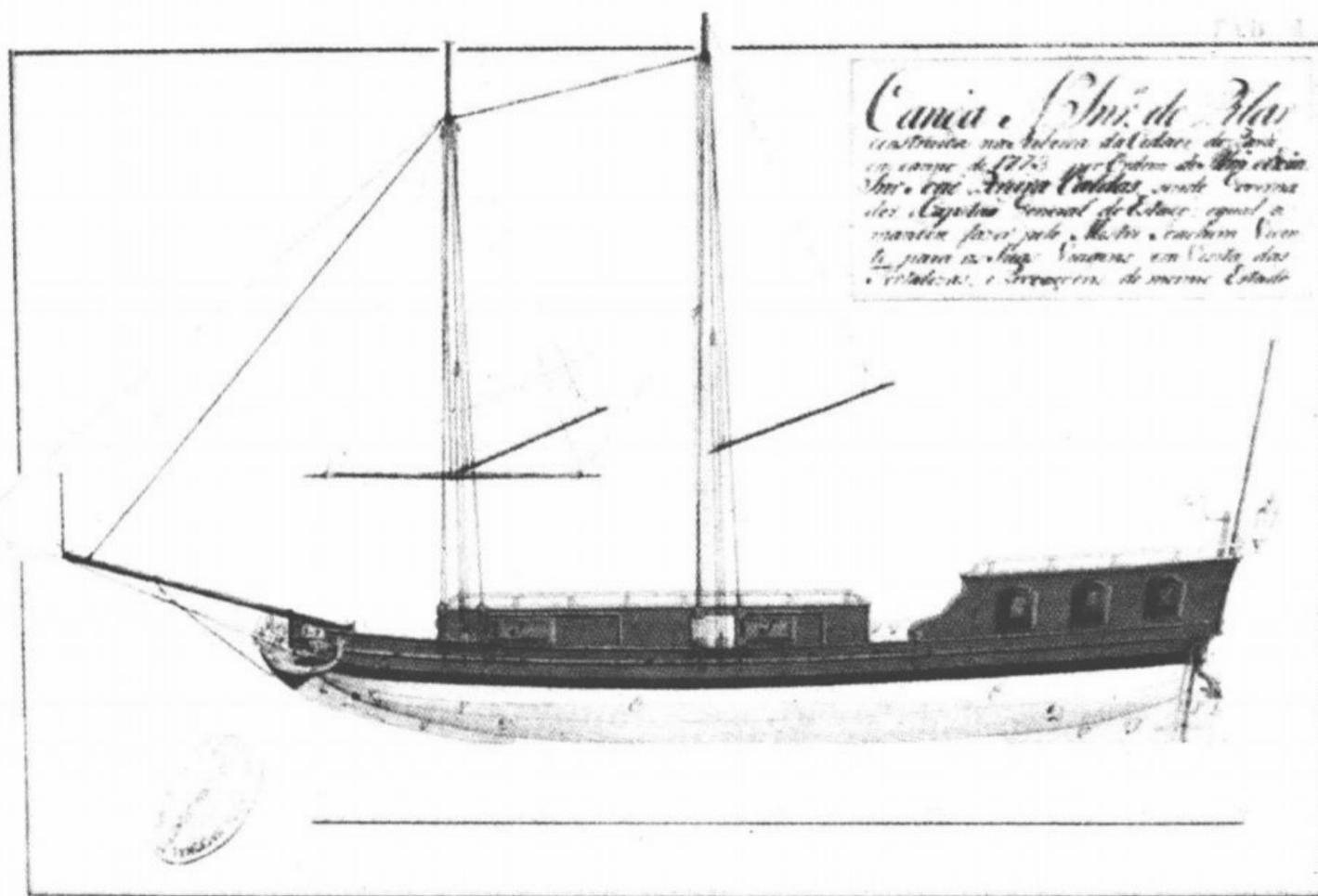


Figura 3 – Canoa N. S. do Pilar, construída no Pará em 1773 da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, Viagem Filosófica. Observe a carangueja alta, colocada de forma a não ser afetada pela tolda⁹

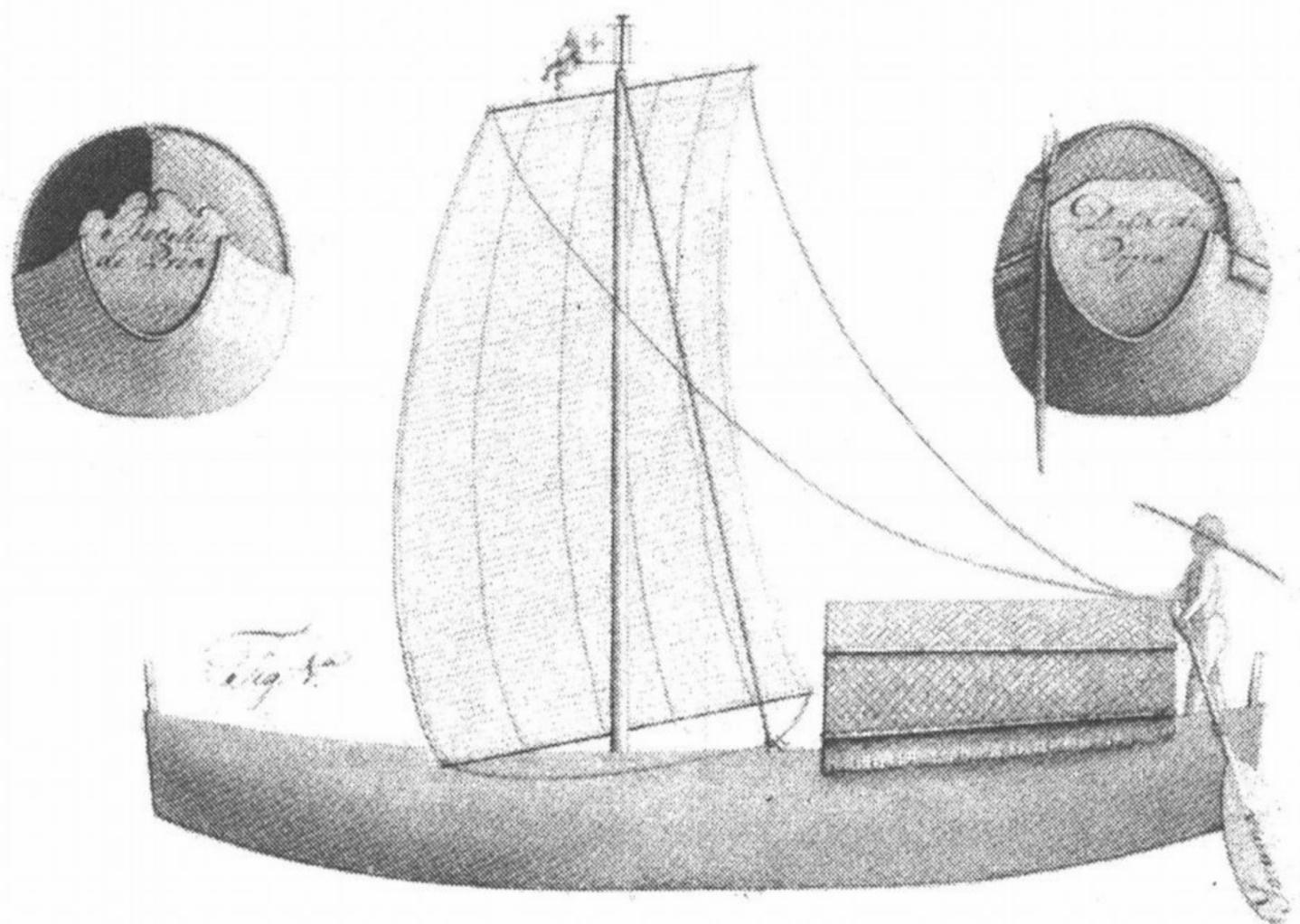


Figura 4 – Igaraté em uso no Pará, da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira⁹

ordinariamente de 100 palmos de comprimento, e largura até 15 palmos”, ou seja, com 22 metros de comprimento e 3,3 de largura.⁷ Em outra passagem, Alves Câmara menciona um tipo de canoa do Pará, a *Gambarra*, que teria dois mastros e gurupés, carregando até 80 bois, ou seja, de dimensões apreciáveis.⁸

Contudo, nossa opinião sobre o fato de que o desenho representa o casco de uma canoa não se baseia nas linhas gerais do desenho, mas no detalhe da tolda. Esta é idêntica às usadas nas embarcações fluviais, feitas de palha trançada (ver figuras 5 e 6) e tão comuns que havia até uma palavra indígena (*panacarica*) para designar este tipo de estrutura.¹¹

Neste sentido, deve-se apontar que as dimensões deste detalhe do desenho, se estão compatíveis com o resto do casco, são muito grandes quando comparadas com a mastreação, especialmente considerando a armação em galera representada na pintura rupestre. Finalmente, a tolda inviabilizaria a existência de uma garangueja baixa, tanto que esta não foi desenhada, apesar da existência de uma vela latina operando em carangueja ser indis-

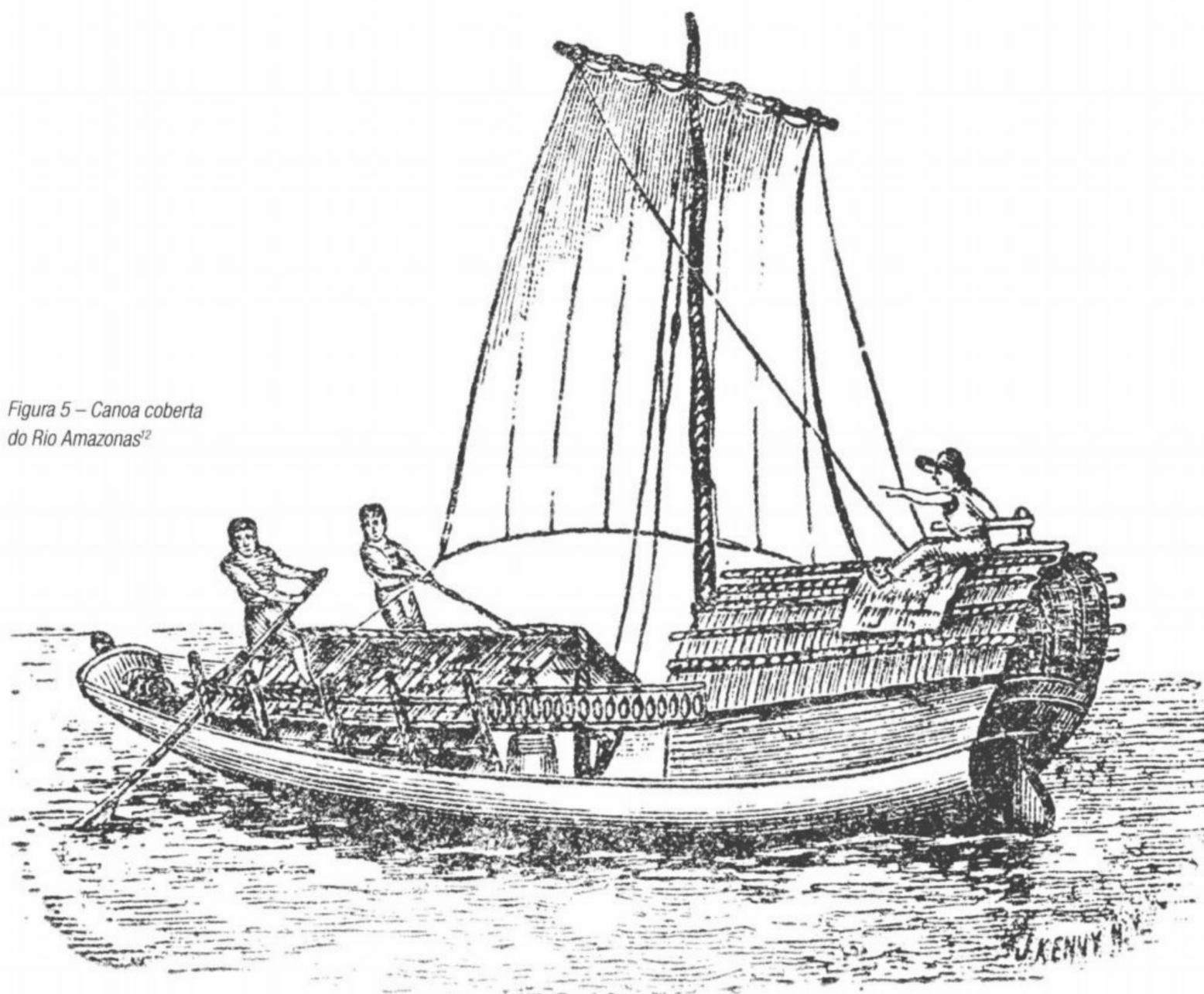


Figura 5 – Canoa coberta do Rio Amazonas¹²

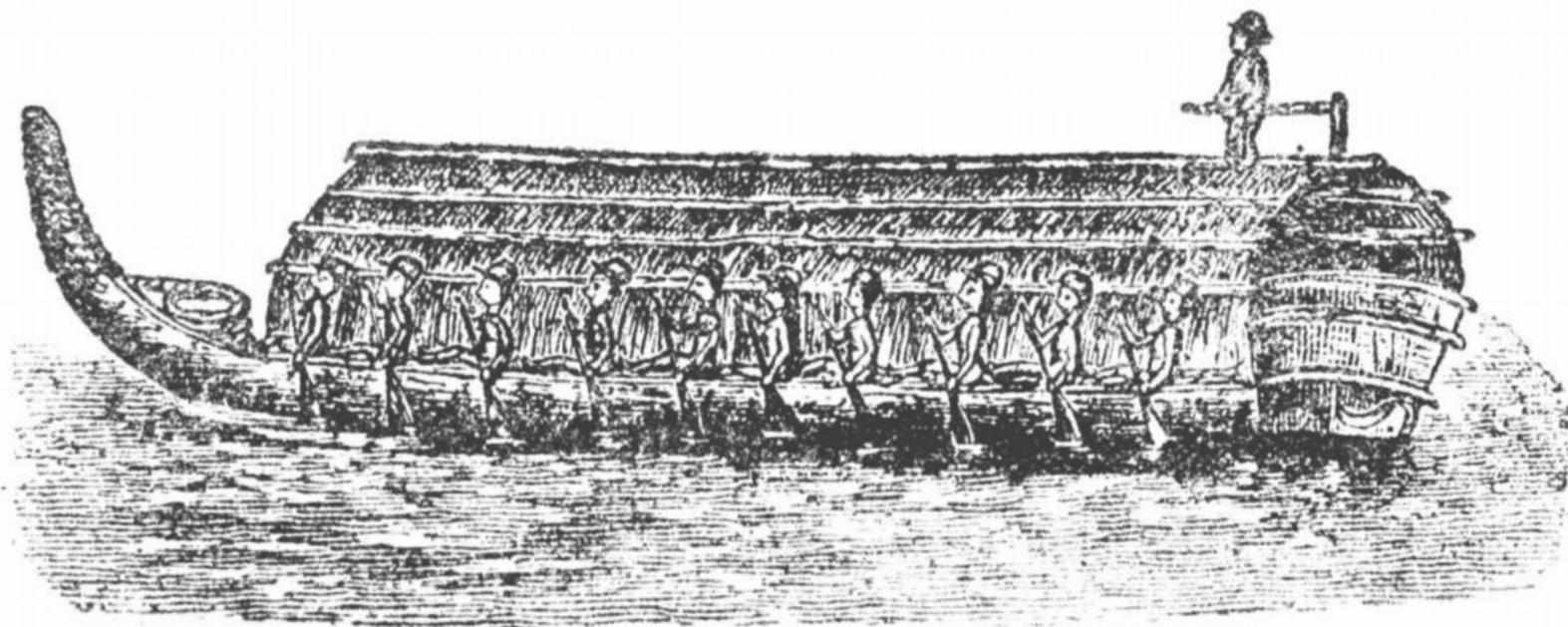


Figura 6 – “Barco mineiro”, usado nos rios Araguaia e Tocantins¹³

pensável para a manobra de uma embarcação, como colocado mais abaixo no trecho referente à navegação a vela.

Mastreação

Os mastros da embarcação contrariam a hipótese acima mencionada, de que o casco seria a representação de uma canoa. Como dito anteriormente, o navio parece estar armado em galera, com a importante exceção da falta de um gurupés, que, devemos frisar, era um mastro indispensável aos navios oceânicos, mas não era usado na maior parte dos tipos de canoas fluviais. O tipo de mastreação representado, salvo a exceção apontada, era um somente usado nas embarcações de maior porte – de fato, a única embarcação tratada no famoso livro de Chapman que tem este tipo de mastreação é uma *fragata*, ou navio mercante de primeira classe, com um comprimento de 48,5 metros entre perpendiculares e uma arqueação de 532 tonéis pesados (539 toneladas).¹⁴ Tanto é que em inglês este tipo de armação é conhecido como *full rigging* (velame pleno), não sendo usado em embarcações menores.

O que é importante, para a análise do objeto em questão, é que este tipo de velame não é apropriado para a navegação em águas restritas, pois a propulsão da embarcação dependia da força e da direção dos ventos, sendo que a manobra deste aparelho requeria uma equipagem elevada.

Os barcos a vela, com armação utilizando primordialmente velas redondas, não podiam navegar diretamente contra o vento, somente podendo prosseguir com um ângulo de cerca de 5 pontos (55°) com relação ao vento. Armações utilizando velas latinas podiam navegar com ângulos mais fechados – de até 3 e ½ pontos da bússola, ou 40°. Este ponto é importante,

pois num curso fluvial com meandros e sujeito a variações na direção do vento, por causa de acidentes geográficos, uma embarcação deveria bordejar constantemente para se mover na direção desejada, exigindo manobras complicadas (ver figuras 7 a 9).

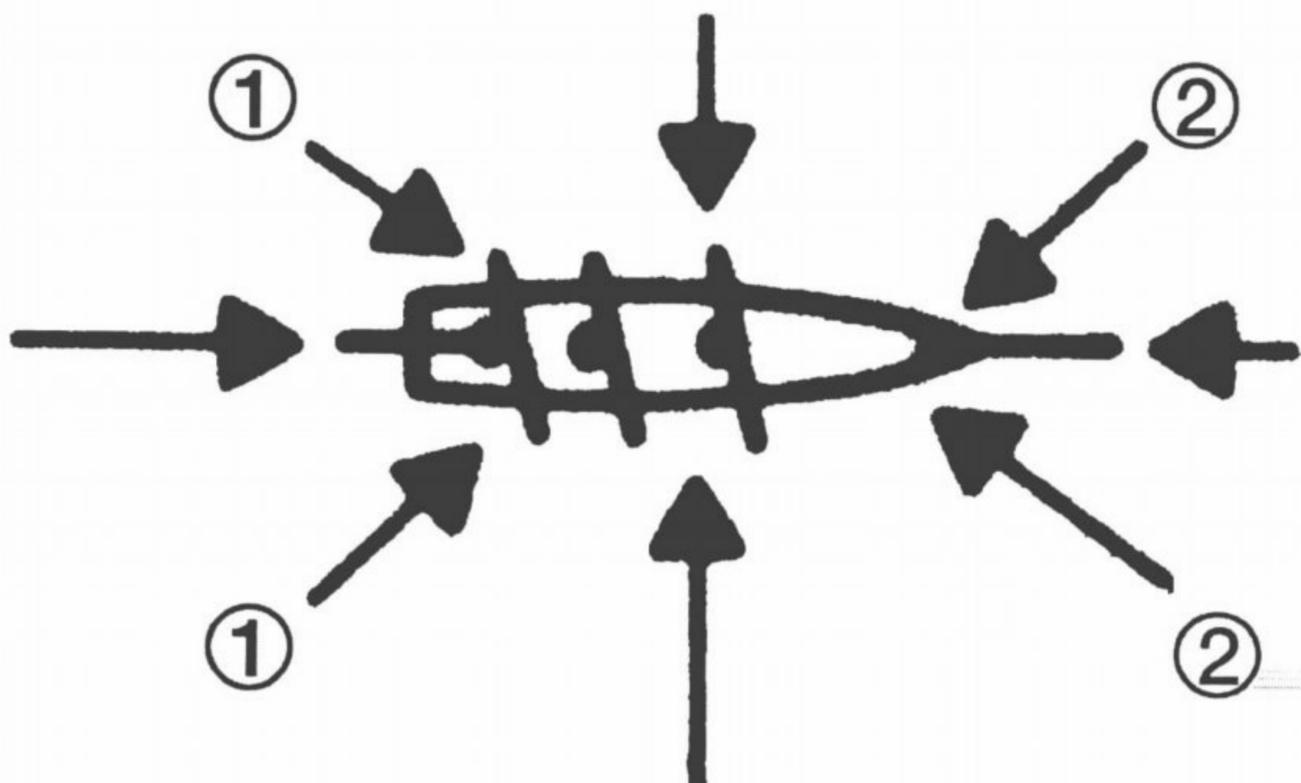


Figura 7 – Situação de vento em relação ao velame. O vento diretamente avante pararia o navio. Um ângulo tal como os marcados com o número "2" seria o máximo em que o navio poderia avançar, enquanto a situação mais eficiente, em termos de navegação, seria com o vento com um ângulo com a popa da embarcação (número "1" na figura), de forma que as velas não fossem encobertas pelas velas dos mastros atrás delas¹³

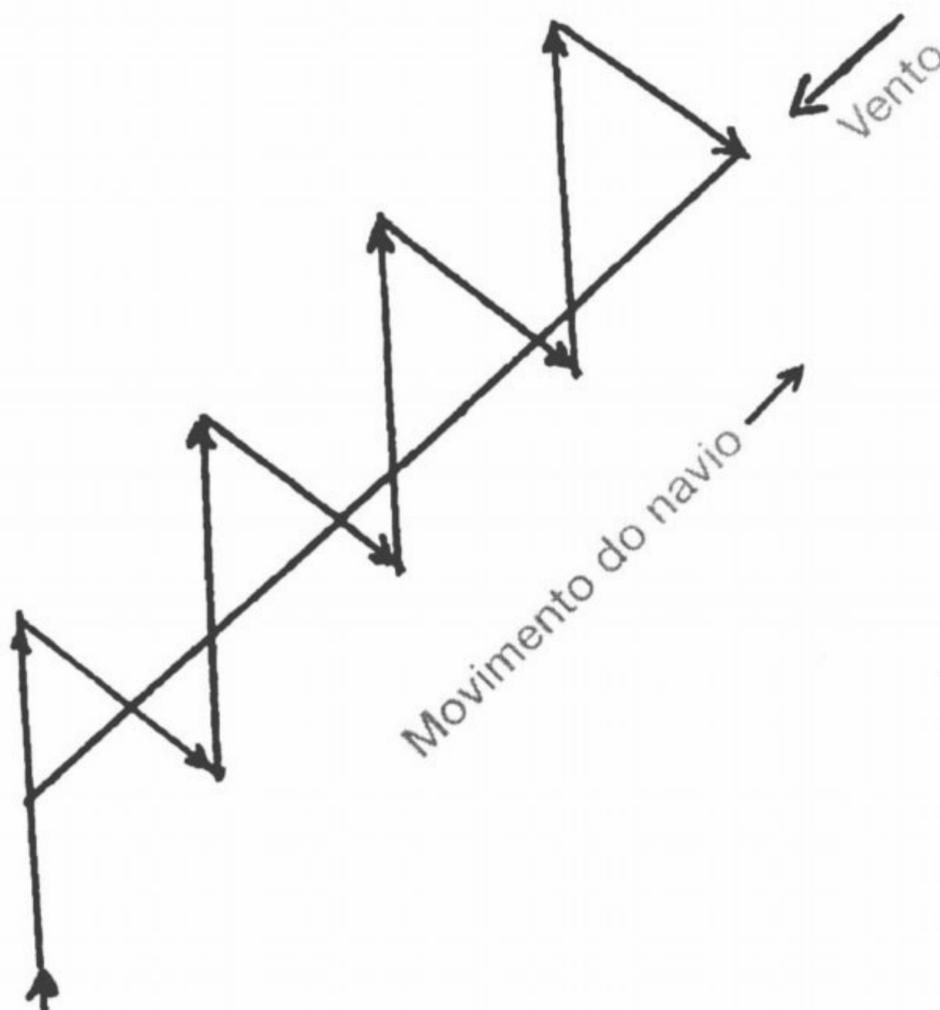


Figura 9 – Croquis mostrando como seria o trajeto em ziguezague de um navio bordejando, que dificultaria a navegação fluvial por navios a vela

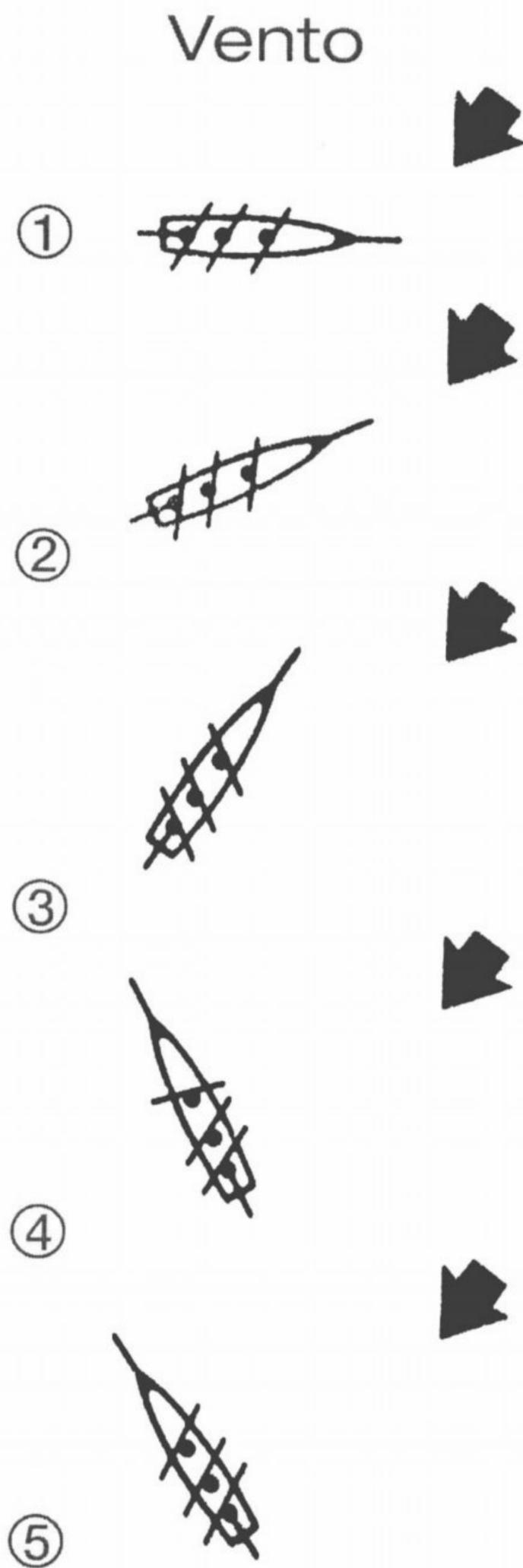


Figura 8 – Manobra de bordejo – (1) o navio inicia a manobra, enviando os marinheiros para os mastros e para os estais; (2) vira-se o leme para sotavento, de forma que a proa fique a barlavento; (3) quando as velas estão quase na direção do vento, de forma que a pressão nelas diminui, podem os marinheiros mover as vergas das velas menores em um ângulo de cerca de 90°, passo que é repetido nas velas-mestres (4). Com estas etapas completadas no momento certo, o vento passava a atuar novamente nas velas e era possível mover as velas do mastro do traquete (5). Toda a atividade podia levar até 10 minutos, sendo que dever-se-ia prestar constante atenção ao que estava sendo feito, para que tudo fosse executado sem problemas. A mezena é fundamental neste processo, pois pode-se mover mais livremente, captando o vento em ângulos menores que as velas redondas, permitindo que a manobra fosse feita de forma rápida e eficiente¹⁶

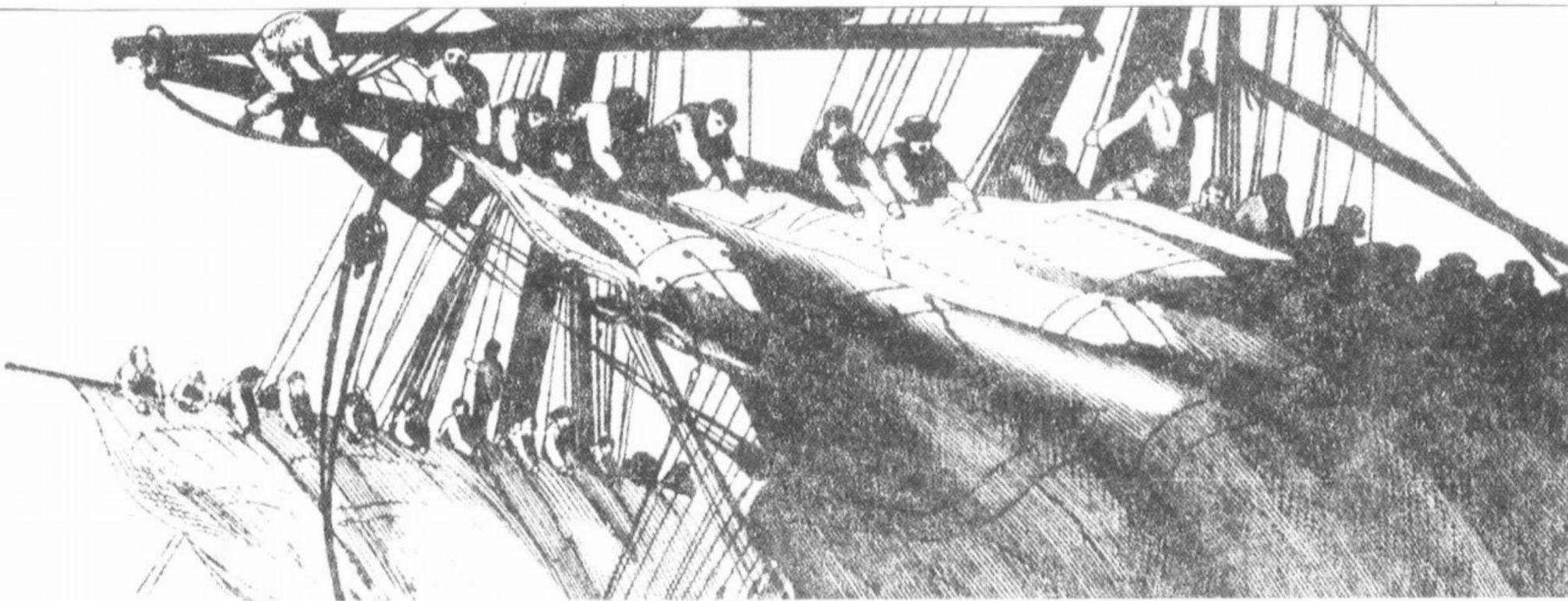


Figura 10 – Atividade de recolher as velas, mostrando o elevado uso de mão-de-obra necessária para executar a tarefa, assim como todas as outras em um navio com armação de panos redondos¹⁷

Por outro lado, as tripulações usadas em um navio com aparelho vélico latino podiam ser menos numerosas, pois o trabalho com o velame quando a embarcação estava bordejando não era tão intenso. No final do século XIX, as embarcações com velas latinas começaram a substituir as de panos redondos na navegação oceânica justamente para economizar mão-de-obra, apesar da eficiência propulsiva deste tipo de armação ser menor do que a de galera.

Assim, para resolver estas dificuldades de manobra é que nos rios do Brasil eram usadas preferencialmente embarcações a remo ou com velas latinas, conforme se observa no livro do almirante Alves Câmara.

Para finalizar, cremos ser conveniente apresentar algumas considerações sobre o traço da pintura rupestre que classificamos como sendo, possivelmente, uma carangueja. É necessário dizer que a posição do traço não é muito compatível com tal verga, situando-se muito para ré da embarcação e sem contato com o mastro. Isto colocaria algumas dúvidas sobre a identificação

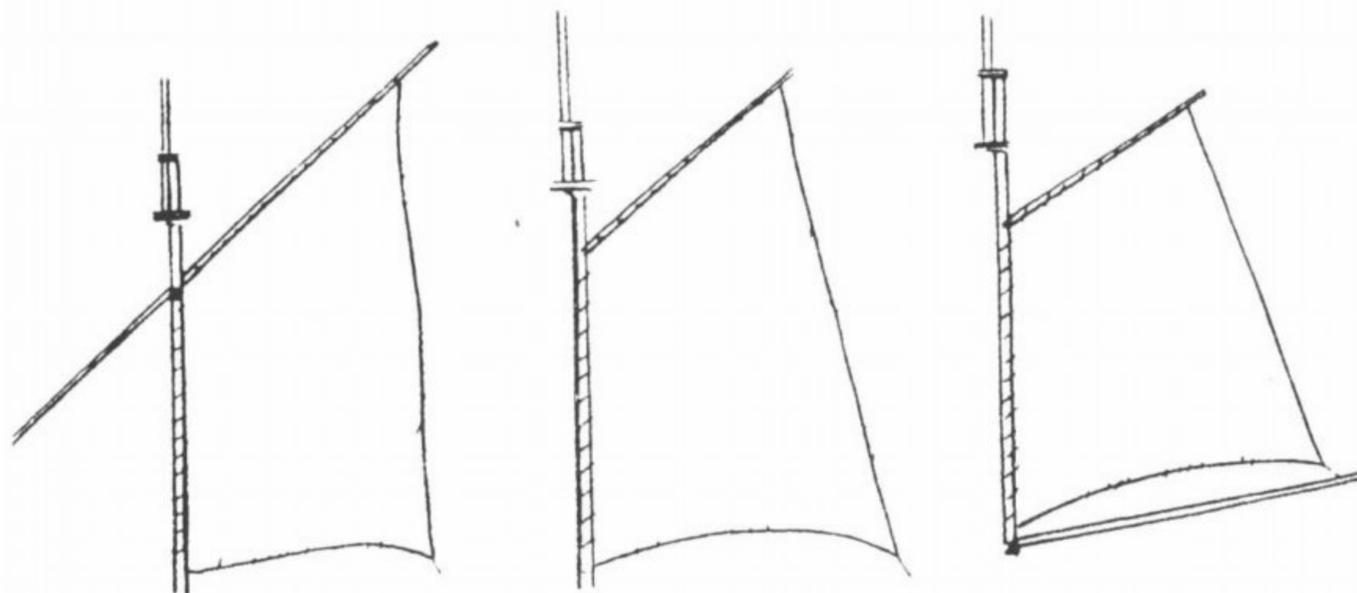


Figura 11 – Evolução da mezena¹⁸

desta característica do desenho, apesar de uma vela latina ser indispensável aos navios a vela, pois facilitaria a manobra da embarcação, pelo fato de este tipo de velame poder colher o vento em ângulos menores que os possíveis com panos redondos. Mas, se o traço realmente representar este tipo de verga, isto permitirá datar o desenho, pois este tipo verga sofreu uma alteração por volta de 1770, passando de uma verga comum para uma carangueja, conforme o desenho abaixo. Se for este o caso, a pintura rupestre representará um navio feito após aquela data. Infelizmente, não é possível estabelecer uma data limite para a pintura como outro extremo de um recorte cronológico, pois navios a vela com armação em galera continuam a ser usados até os dias de hoje (navios-escola). Contudo, a Primeira Guerra Mundial é considerada um marco para o fim da navegação a vela, pois a campanha de submarinos alemã destruiu a maior parte dos navios deste tipo.

Como ponto secundário, notamos o fato de no desenho não aparecer nada que identifique um aparelho de propulsão a vapor, o que deve ser levado em consideração, pois este tipo de motor tornou-se comum a partir do terceiro quartel do século XIX, mesmo nos rios.

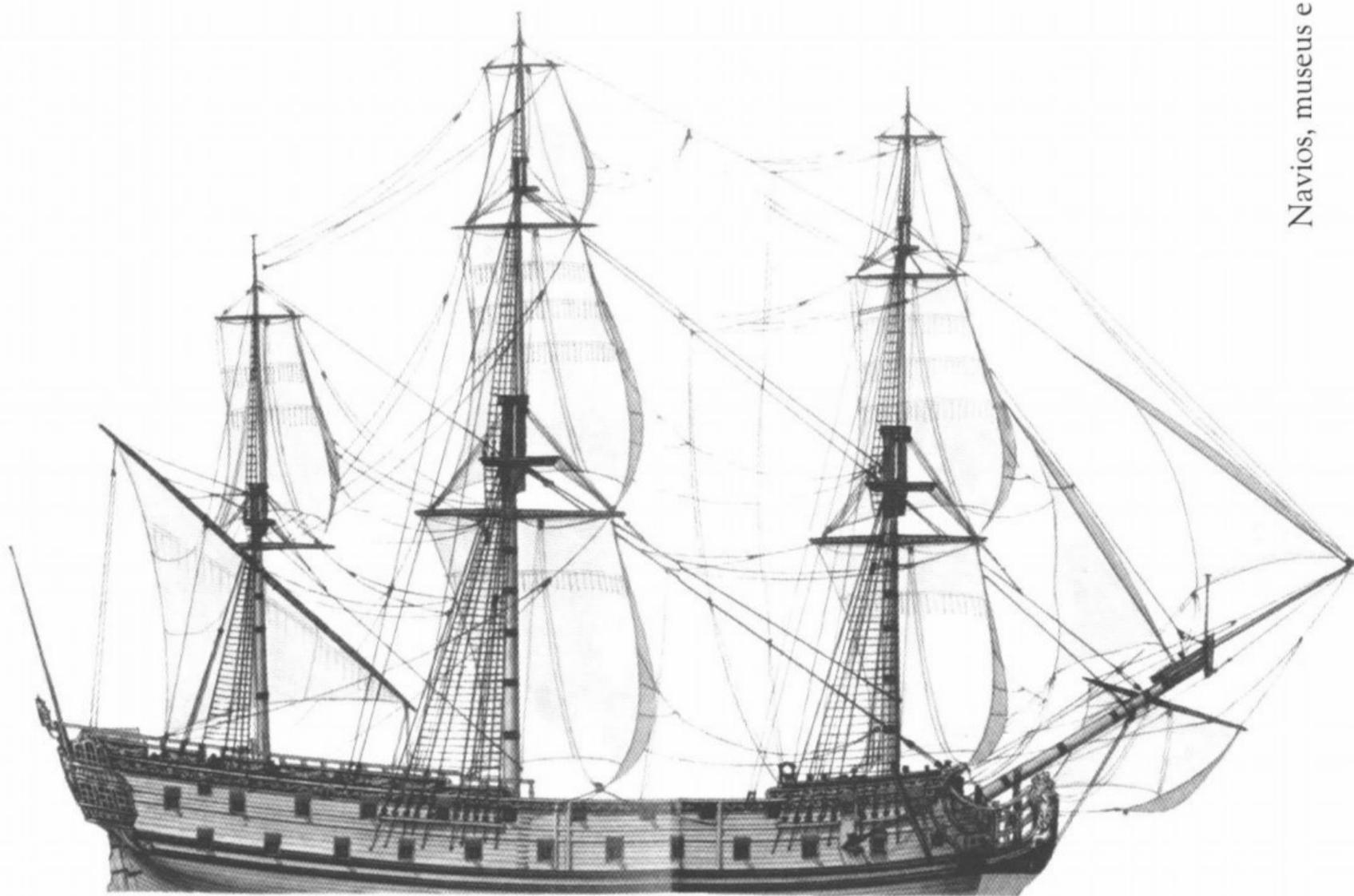
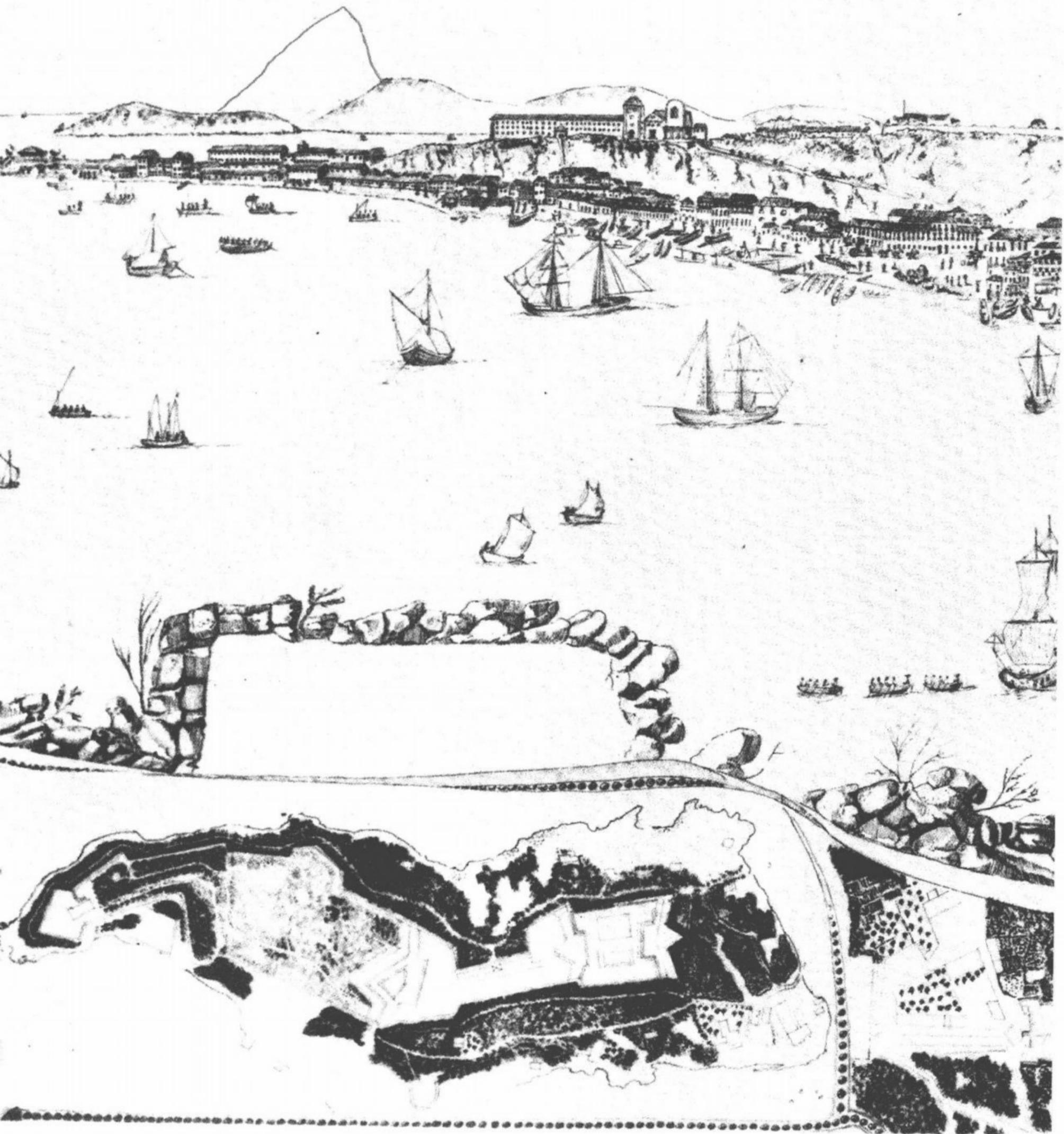


Figura 12 – Navio do século XVIII (Fragata, Marinha de Guerra), para efeito de comparação com o desenho do Quilombo da Cabaça¹⁹

Figura 13 – Detalhe do prospecto da cidade do Rio de Janeiro. Miguel Angelo Blasco, 1762, mostrando os navios fundeados no ancoradouro (poço) da cidade, tipo de visão comum a todos os que chegavam do exterior.²⁰

O detalhe circulado, o que parece ser um navio em chamas, no centro, na verdade uma embarcação querenada, para limpeza de seu fundo e calafetação das juntas do casco

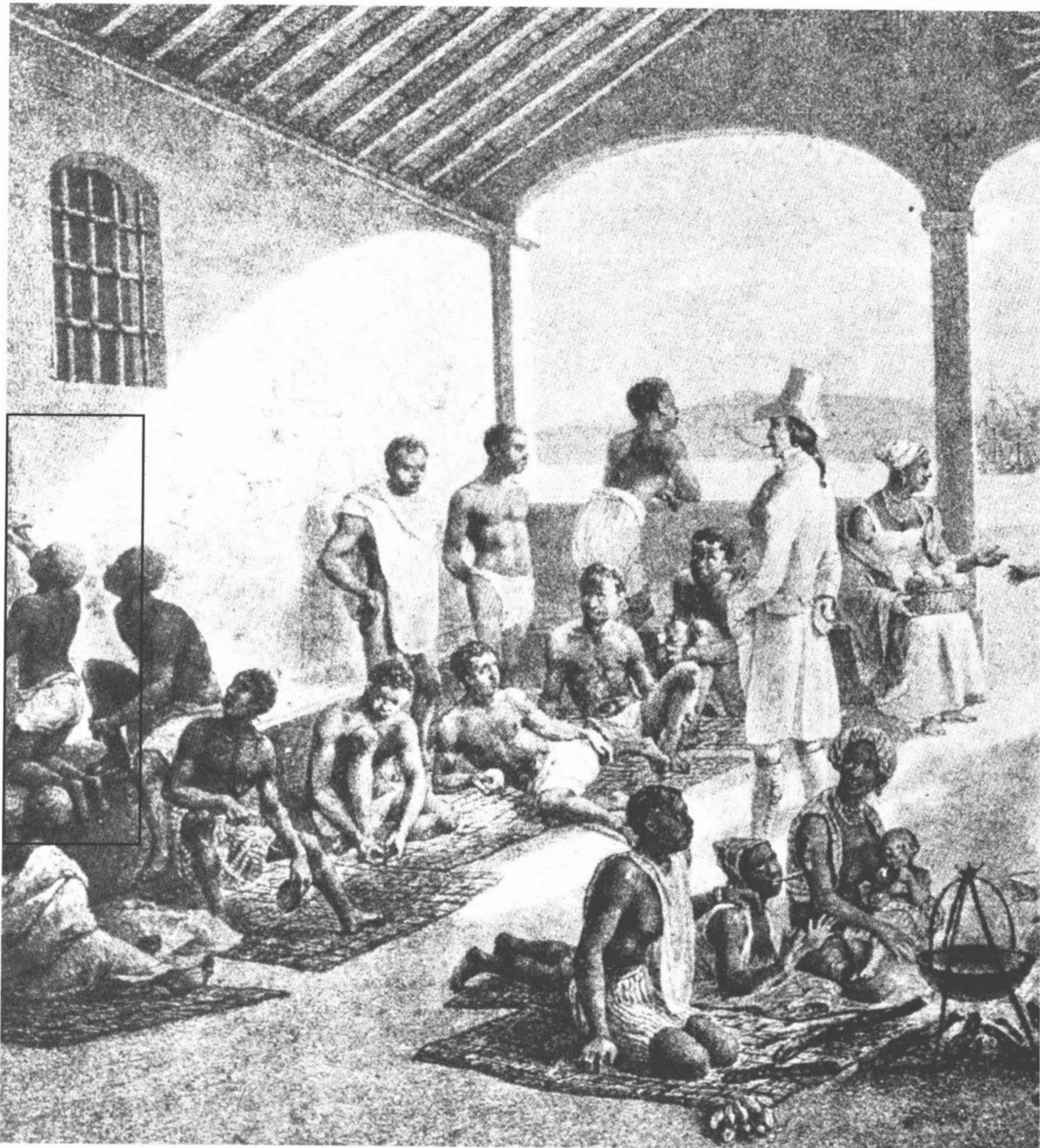


Prospectiva da Cidade do Rio de Janeiro.
Vista da parte do Norte na Ilha das cobras no baluarte mais chegado a S. Bento, da qual
parte se ve diminuir em proporção o seu prospecto, até a barra, como o visco apresenta.
do Ill. Ex. Sen hor Conde de Bobadella, a quem a cidad. deve a mayor p. da sua pinte grande Magn.
Elevada p' Ordem



Conclusões

Como fecho do presente estudo, podemos afirmar, com toda a certeza, que o desenho não foi feito por um grupo pré-histórico, sendo que a probabilidade deste ter sido elaborado por indígenas, mesmo que aculturados, é bem remota, tanto devido à localização do sítio – no interior de Minas Gerais –, como por causa das limitações legais que havia para a movimen-



tação dos grupos e indivíduos pertencentes às minorias – índios ou negros, mesmo que libertos.

Restam, portanto, as hipóteses de que o desenho seja de autoria de europeus ou de personagens da cultura negra – escravos, fugidos ou não. Neste momento, qualquer tentativa de identificação passa para o campo das suposições.

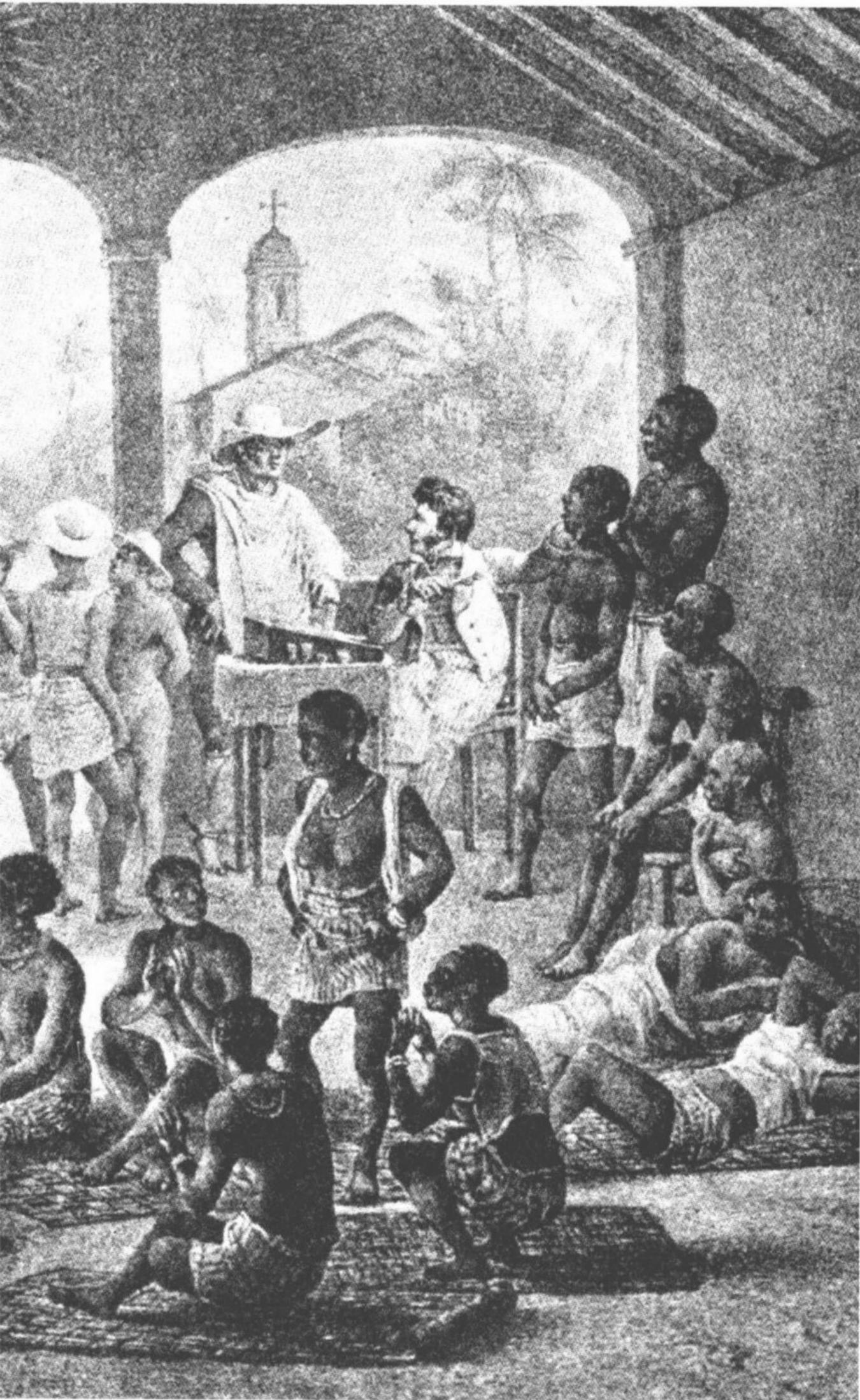


Figura 15 – Mercado de escravos. Observar o pequeno grupo à esquerda, que desenha um navio na parede do galpão.²¹ No detalhe marcado pelo retângulo, o grafite, bem semelhante ao estudado no presente documento

É interessante apontar que a forma do casco, de canoa, era um desenho comum e facilmente observável tanto por escravos como por brancos nos diversos rios que corriam não distantes do sítio, sendo que escravos eram muito usados como marinheiros.

Assim, o que individualiza o desenho, em nossa opinião, é a armação em galera, um tipo de imagem que seria uma visão rara, dada a posição interiorana de Diamantina. Este tipo de velame seria de conhecimento tanto dos europeus (mas não necessariamente dos colonos, muitos dos quais nunca tinham visto o mar), como dos africanos trazidos ao Brasil, sendo que os movimentados portos da Colônia dariam amplas oportunidades para se vislumbrar navios com este tipo de aparelho, conforme podemos constatar na figura 13. Neste ponto cremos ser relevante observar que o fato das vergas das velas redondas terem sido desenhadas como tendo velas amainadas ou rizadas pode ser visto como reforço da hipótese de que o desenho tenha sido feito por escravos, pois a visão do velame estendido, ou seja, quando a embarcação estava em alto-mar, seria de conhecimento dos brancos, mas não dos escravos, presos nos conveses de carga. Já as velas recolhidas, quando as embarcações estavam no porto descarregando e carregando, seriam de conhecimento mais comum.

Tendo em vista os fatos disponíveis, nossa opinião é que a conclusão de que o desenho seja de origem de escravos fugidos pode ser aplicada com um certo grau de certeza, já que o local onde foi feita a pintura tem outras características que permitem qualificá-lo como quilombo, nos termos dos estudos já realizados no Iphan: situava-se em região onde havia numerosos escravos, mas sua posição era suficientemente isolada para permitir a manutenção da liberdade de foragidos. A suposta datação da pintura colocada acima (último quartel do século XVIII até um período próximo ao final do século XIX) também é compatível com a identificação do sítio como sendo quilombo. Assim, o próximo passo, no âmbito do patrimônio histórico, seria realizar estudos mais aprofundados sobre o sítio, tendo em vista a aplicação do dispositivo constitucional que trata da proteção das reminiscências materiais dos antigos quilombos.

Contudo, ao fazermos a visita ao sítio, acompanhados pelo arqueólogo Carlos Magno Guimarães, tivemos uma grande decepção – o mesmo tinha sido vandalizado, as pinturas rupestres estavam praticamente apagadas e

encobertas por pichações. Uma grande perda para nosso patrimônio histórico, já tão dilapidado.

Desta forma, os artigos escritos sobre o local e mesmo este trabalho são as formas possíveis de preservação da memória do sítio. Felizmente, já tinham sido feitos estudos e documentação suficientes para gerar material que permitisse a análise das figuras, possibilitando o que apresentamos como um possível exemplo de trabalho conjunto entre os arqueólogos e os profissionais de museu. Muito mais comuns do que navios, há em museus valiosas coleções de objetos cerâmicos, prataria, numismática etc. – objetos do uso cotidiano, que são facilmente encontrados em sítios arqueológicos históricos. E, em nossa opinião, o potencial desse conhecimento, até o momento, tem sido pouco explorado pelos arqueólogos.

Glossário

Amainar – Recolher (prender) as velas aos mastros.

Armação – Mastreação e velame de um navio a vela, o que o caracteriza.

Armação em galera – Mastreação composta de gurupés e três mastros de *brigue*.

Barlavento – Direção de onde sopra o vento. Bordo da embarcação voltado para a direção de onde o vento sopra.

Bombordo – Lado esquerdo da embarcação, considerando-se a proa como a sua frente.

Borda – Numa embarcação, a parte mais alta do *costado*, em toda a sua periferia.

Bordejar – Navegar em ziguezague, a vela, recebendo o vento ora por um bordo, ora por outro; voltear.

Boreste – Lado direito da embarcação, considerando-se a proa como a sua frente (termo usado no Brasil desde 1884, em substituição a estibordo).

Brigue – Antigo navio a vela, de mastreação constituída de gurupés e dois mastros de brigue, o de ré envergando também vela latina quadrangular e com velas de entremastros.

Carangueja – Verga que se prende por um dos extremos em um mastro.

Casco – Corpo da embarcação, sem mastreação, aparelhos acessórios, chaminés e outros complementos.

Castelo – Superestrutura que se eleva acima do convés principal, e cujo forro exterior é continuação da borda.

Costado – Revestimento ou forro exterior do casco acima da linha-d'água, em embarcação de grande porte.

Enxárcias – O conjunto de ovéns e enfrechates, nos navios a vela, que formam uma escada

que dá acesso ao velame.

Equipagem – Conjunto de pessoas empregadas, em caráter permanente e exclusivo, nos serviços que se realizam a bordo de uma embarcação mercante; tripulação.

Estai – Qualquer um dos cabos que sustentam a mastreação para vante.

Galera – Antigo navio a vela, de mastreação constituída de gurupés e três mastros de brigue, envergando ou não, além das velas redondas e de proa, velas latinas quadrangulares. Raramente existiram galeras com quatro e cinco mastros.

Gávea – Cada um dos mastaréis que espigam logo acima dos mastros reais.

Gurupés – Nos veleiros, mastro que se lança do bico de proa para a frente, no plano longitudinal, com uma inclinação de cerca de 35° acima do plano horizontal.

Mastaréu – Cada uma das vergôntees que espigam por cima dos mastros ou de outros mastaréis, através das aberturas circulares das pegas respectivas.

Mastaréus do joanete – Mastaréu colocado sobre o mastaréu da gávea, ou seja, o segundo mastaréu do barco.

Mastaréu da Gávea – Primeiro mastaréu das embarcações a vela.

Mastro da mezena – O último mastro, a ré, nos navios a vela de quatro mastros, que enverga uma vela latina (a mezena), em carangueja. Em navios de três mastros, o último a contar da proa, se armar pano redondo e latino. [Tb. se diz apenas mezena (q.v.)].

Mastro de brigue – Aquele que espiga dois mastaréis, cruza quatro vergas e enverga quatro velas redondas (inclusive o de ré, que içava uma vela latina sem gafetope).

Mastro do traquete – O primeiro mastro a contar da *proa*, em navios de mais de um mastro, se ele não for o principal (o que pode acontecer em navios de dois mastros).

Mastro grande – O maior dos mastros do navio: em navios de dois mastros, pode ser o primeiro ou o segundo a contar da *proa*; em navios de três mastros, é o segundo a contar da *proa*; em navios de quatro ou cinco mastros, é o terceiro a contar da *proa*. [Tb. se diz apenas grande.]

Meia-nau – Nos antigos navios a vela, a parte situada entre o *mastro do traquete* e o *mastro grande*. No texto usamos com o sentido atual, que significa: parte da embarcação equidistante da proa e da popa, ou estreita faixa para um e outro lado dessa parte.

Mezena – Forma reduzida para mastro da mezena ou vela da mezena.

Pano – O mesmo que vela.

Popa – Parte de trás da embarcação.

Proa – Parte da frente da embarcação.

Querenar – Fazer adernar (uma embarcação) sobre uma barçãça apropriada, por meio de talhas ou estralheiras, de forma que fique à flor da água todo um bordo até a quilha, para nele realizar reparo ou limpeza; virar de querena.

Quilha – Peça estrutural básica do casco de uma embarcação, disposta na parte mais baixa do seu plano diametral, em quase todo o seu comprimento, e sobre a qual assentam as cavernas, a roda de proa e o cadaste.

Rizada – Vela amarrada com rizes, depois de enrolada ou dobrada, para diminuir a superfície exposta ao vento.

Sotavento – O lado para onde vai o vento; bordo contrário àquele de onde sopra o vento.

Tolda – Parte do convés principal situada entre o mastro grande e o tombadilho, ou (nos navios sem tombadilho) entre o mastro grande e a popa. No presente texto usamos o termo com o seguinte sentido: cobertura de palha ou de madeira, abaulada ou em forma de telhado, para abrigar, nas embarcações, a carga e/ou os passageiros.

Tombadilho – Superestrutura levantada à popa, sobre o convés superior, e destinada a câmaras e alojamentos do comandante e de oficiais. [Nos navios a vela ia geralmente do mastro da gata à grinalda. Em alguns navios tal estrutura tinha mais de um pavimento.]

Traquete – A vela redonda que enverga na verga mais baixa do mastro de proa.

Vela da mezena – Vela latina que se enverga na carangueja do mastro da mezena. [Tb. se diz apenas mezena.]

Vela latina – Vela triangular ou quadrangular, envergada em mastro (com ou sem carangueja), em verga, ou em estai e que trabalha no sentido de proa a popa.

Vela redonda – Vela quadrangular que enverga em verga cruzada horizontalmente no sentido de bombordo a boreste. [Cf. vela latina.]

Velame – Conjunto de velas de uma embarcação.

Verga – Peça de madeira ou de ferro, cilíndrica ou fusiforme, que cruza num mastro ou *mastaréu* (verga redonda), ou que se prende por um dos extremos em um mastro (*verga latina* ou *carangueja*).

Verga da gávea – Cada uma das vergas que cruzam nos mastaréus de gávea.

Verga latina – Verga que cruza o mastro em ângulo, para colocação de uma vela latina triangular.

Também pode significar o mesmo que *carangueja*.

Vergôntea – Peça de madeira destinada à feitura de *mastaréu*, *verga* etc.

Notas

1. COSTA, Angyone. *Introdução à arqueologia brasileira – etnografia e história*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.
2. BRASIL – IPHAN. *Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico – Cadastro Nacional*. Rio de Janeiro: Iphan, 2005 (mimeo).
3. GUIMARÃES, Carlos Magno; LANNA, Ana Lúcia Duarte. “Arqueologia de Quilombos em Minas

Gerais". In: *Pesquisas, Estudos de Arqueologia e Pré-História Brasileira, 1980, Antropologia*, n. 31, Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo (RS), p. 152.

4. No *Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico – Cadastro Nacional*, são mencionadas três pequenas cruces de madeira, três painéis, três caldeirões, uma chaleira, uma colher e um pequeno pote com cabo; dezenas de fragmentos de ferro fundido, chapas de metal e tiras de estanho. Cf. BRASIL – IPHAN. Op. cit.

5. GUIMARÃES, Carlos Magno; CARDOSO, Juliana de Souza. *Arqueologia de quilombos: arquitetura, alimentação e arte (Minas Gerais)*. s.d. (mimeo). p. 10. [Grifo nosso].

6. Idem. p. 10.

7. CÂMARA, Antônio Alves. *Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1937. p. 94, citando HALFED, Henrique Guilherme Fernando. *Exploração do Rio S. Francisco*. Rio de Janeiro: E. Rensburg, s.d.

8. CÂMARA, Antônio Alves. *Ensaio sobre...* Op. cit. p. 125.

9 LEIVAS, Luís Cláudio Pereira; GOYCOCHÊA, Luís Felipe de Castilhos. "A conquista de Caiena". In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: SDGM, 1979, vol. 2, tomo II, p. 379.

10. Idem. Ibidem.

11. CÂMARA, Antônio Alves. *Ensaio sobre...* Op. cit. p. 115.

12. Idem. p. 120.

13. Idem. p. 167.

14. CHAPMAN, Frederik Henrik af Chapman. *Architectura Navalis Mercatoria*. London: Adlard Coles, 1979.

15. BALKOSKI, Joseph. "Fighting Sail: sea combat in the age of canvas and shot, 1775-1815". In: *Strategy & Tactics*, n. 85, mar./abr. 1981. p. 6.

16. Idem. p. 7.

17. Idem. p. 10.

18. CULVER, Henry B. *The book of old ships*. New York: Dover, 1992. p. 235.

19. LANDSTRÖM, Bjorn. *Sailing ships*. London: George Allen & Unwin, 1978. p. 150.

20. FERREZ, Gilberto. *O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto: 1555-1800*. Rio de Janeiro: SDGM, 1972. Estampa 40.

21. RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1972. Figura 4/5.

Arqueologia Histórica nas Lavras do Abade
Uma proposta de gestão do patrimônio

Diogo Menezes Costa

NOTA BIOGRÁFICA

DIOGO MENEZES COSTA – Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural pela Universidade Católica de Goiás e doutorando em Arqueologia pela University of Florida, com bolsa do CNPq.

RESUMO

Fruto de uma dissertação de mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural, o artigo apresenta parte do projeto *Lavras do Abade: estratégias de gestão para o patrimônio arqueológico histórico em Pirenópolis, Goiás*. Trata-se de um plano de atividades que visa a valorização, o resguardo, a manutenção e a pesquisa dos elementos arqueológicos, assim como a adequação para o uso museológico e turístico deste patrimônio cultural. O texto faz uma reflexão sobre a elaboração e a aplicação de um programa administrativo e um conjunto de procedimentos para a criação de um parque cultural no local.

PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia Histórica, Museologia, patrimônio, Lavras do Abade, Goiás.

s Lavras do Abade são um sítio arqueológico histórico formado pelos remanescentes da atividade mineira aurífera realizada durante o final do século XIX na Serra dos Pirineus, Estado de Goiás, Brasil.

O projeto *Lavras do Abade: estratégias de gestão para o patrimônio arqueológico histórico em Pirenópolis, Goiás* é um plano de atividades que tem por meta propor estratégias e ações de uso para o sítio que visem minimizar os impactos turísticos na área, a formalização de roteiros de musealização do local e estabelecer condições para uma exploração científica aprofundada.

Temos que ter em vista que a gestão de um bem arqueológico não se encerra somente na estatização do mesmo – ou, como usualmente feito, nos simples e automatizados empreendimentos de “resgate de um sítio” – e sim, em um processo de imposição de planejamentos conscientes por meio de estratégias e ações previamente formuladas e que possuem um objetivo claro e definido para uso e resguardo do patrimônio.

Assim, os referenciais culturais relacionados ao sítio podem ser classificados da seguinte forma: (1) *elementos arqueológicos* (aqueles que se caracterizam pelos vestígios e pelas estruturas remanescentes na área); (2) *elementos museológicos* (aqueles expostos por meio das diversas fontes escritas, iconográficas e orais, primárias ou secundárias, sobre a história do lugar); e (3) *elementos turísticos* (aqueles representados pelos recursos naturais e culturais identificados e associados à paisagem do sítio).

O sítio arqueológico histórico das Lavras do Abade possui um potencial de enorme singularidade e excepcionalidade. Apresenta uma série de características próprias e inerentes, tais como a época em que foi implantado, o objetivo do empreendimento, os recursos mobilizados, a efemeridade da ocupação, o tipo de relação com os arraiais do entorno, o fim trágico da

vila, o personalismo de seus ocupantes, as atividades desenvolvidas interna e externamente, a riqueza dos vestígios, o estado de preservação e o grau de informação do monumento.

Uma breve revisão historiográfica sobre a mineração

A história da mineração no Brasil sempre esteve associada à própria história de espoliação colonial do país, iniciada com extrativismo do pau-brasil, passando pelas grandes plantations de cana, pela procura de metais e pedras preciosas e encerrando este aparente ciclo com a produção de café e o ensejo da industrialização.

As conseqüências sociais e econômicas que resultam do estabelecimento da garimpagem numa determinada região repercutem muito além dos garimpos em si mesmos, mas um bom ponto para começar é com o efeito da corrida do ouro numa economia local, quando a garimpagem se desencadeia numa determinada área. Muitos comentaristas registram que a garimpagem estimula as economias locais, mas a rica e diversa série de estímulos que ela provoca não foi nem extensamente descrita nem totalmente apreciada.¹

O início da mineração do Brasil ocorre nas primeiras catas ou garimpos implantados em São Paulo, em São Vicente e no Vale da Ribeira, por bandeirantes paulistas que depois se espalham por Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A exploração neste primeiro momento concentra-se nos leitos dos rios e nas margens, com a utilização de trabalho escravo, para depois seguir pelas encostas até alcançar o topo dos morros.

Nos rios, o ouro e os diamantes dos aluviões eram retirados manualmente, com pás, e lançados em calhas para depois serem bateados (lavados e peneirados), enquanto que o cascalho proveniente do leito era descartado em acúmulos próximos ao local de extração. Quanto aos veios horizontais que penetravam as encostas, estes eram perseguidos por galerias escavadas com ponteiros e malhos de ferro e, quando necessário, também com o auxílio da pólvora. Os poços verticais ou inclinados acompanhavam as camadas ou veios verticais, perfurados de mesma forma, sendo o minério içado em baldes de madeira por sarilhos manuais. As aberturas eram estreitas e pouco iluminadas, o que dificultava o trabalho e causava vários danos à saúde dos escravos. A falta de conhecimento geológico também dificultava o trabalho.

As ferramentas utilizadas para a extração do minério eram rudimentares e pouco resistentes, feitas normalmente de ferro caldeado ou forjado, e até o século XIX, produzido quase que com exclusividade nas forjas catalãs em Minas Gerais.²

As primeiras explorações em lavras utilizando instrumental sofisticado foram as de ouro, iniciadas em 1819 com a abertura da Mina da Passagem, em Mariana (MG) pelo Barão de Eschwege.³ A exploração das lavras ocorria em depósitos localizados nas encostas de serra, ou mesmo na parte superior dos morros.

Já as operações com talho aberto, caso das Lavras do Abade, são uma variante da exploração em lavras e utilizavam o desmonte hidráulico – tipo específico de maquinário. Estas operações, além de terem alto custo, devido ao elevado consumo de energia, também eram consideradas extremamente poluentes, exigindo cuidados especiais em sua aplicação. “Tais trabalhos eram dispendiosos, pois requeriam a condução da água de locais às vezes muito distantes. Outro problema sério eram os constantes desmoronamentos”.⁴ Os exemplos mais antigos no Brasil de uso do desmonte hidráulico são as lavras de cassiterita e tantalita em São João del Rei, em Minas Gerais. Este tipo de exploração torna-se de uso comum a partir do final do século XIX, com a entrada em cena das companhias de mineração estrangeiras, que trouxeram inovações tecnológicas e investimentos para o Brasil. “Os anos 1880 marcaram a entrada de capitais franceses na mineração brasileira”.⁵ Mas, apesar desta percepção a respeito da exploração aurífera no final do século XIX no país, boa parte da historiografia sobre o assunto não contempla a instalação da Companhia Prado nas Lavras do Abade em Pirenópolis, Goiás. “A produção aurífera de Mato Grosso e Goiás foi insignificante ao longo de todo o século (XIX), limitando-se praticamente ao ouro de aluvião retirado por faiscadores”.⁶

Em Goiás, a mineração de morro quase não foi praticada. Saint-Hilaire afirma que aqui só se exploraram as formações superficiais, sem nenhum tipo de instalação permanente, de tal forma que uma nova redistribuição das terras auríferas a companhias, que ele propunha como único meio de revitalização, não encontraria obstáculos por parte de direitos adquiridos, o que já não ocorria em Minas. Concorda com essa afirmação a de Eschwege, embora de maneira mais genérica: “com efeito”, escreve de Goiás, “as

rochas ainda estão intactas, e em sua maioria os sítios auríferos só foram trabalhados na superfície".⁷

Portanto, para um melhor aprofundamento no contexto da mineração em Goiás no final do século XIX, devemos primeiramente retornar à própria historiografia do Estado e investigar quais as causas do desconhecimento, senão sonegação, de tal assunto. Desta forma, elabora-se uma visão mais completa do período e do espaço nos quais o nosso objeto de estudo, as Lavras do Abade, está implantado.

Opulência e/ou decadência no Brasil Central?

É por meio da busca de uma solução para esta assertiva que esta pesquisa constitui-se em uma forma de pensar a história de Goiás – não só pelos valores já aprendidos, mas pelas brechas deixadas no transcorrer do dia-a-dia, na prática cotidiana, no fazer inconsciente do homem comum. Goiás do final do século XIX e do início do século XX é uma região que se torna palco de inúmeras transformações econômicas e sociais, e que, mesmo longe dos centros costeiros, recebe o choque das modificações da época. Transformações estas que podem ser apreendidas na colocação a seguir:

Esse também foi o período de maior expansão do imperialismo europeu. As concepções de civilização e cultura, ligadas à expansão econômica européia, causaram impactos profundos nas sociedades dominadas e implicaram a criação de mecanismos que reproduziam as relações de poder e alteraram não só as estruturas, mas a vida quotidiana nessas regiões. Foram importadas doutrinas sociais, filosóficas e científicas, padrões de comportamento e higienização, bem como modelos de organização familiar.⁸

Mas, antes de prosseguir, façamos uma retrospectiva rápida sobre esta região, que vai ter ao longo do século XVIII uma colonização irregular e instável, iniciada com a descoberta do ouro; durante o século XIX, um crescimento vagaroso, desta vez movido pela pecuária e agricultura; e que, a partir do início do século XX, torna-se palco de modificações políticas profundas, no Estado e no país, como a mudança da capital federal, a respectiva construção de Brasília e a ascensão das oligarquias rurais.

O passado do ouro lega um período de aparente fausto, iniciado com a chegada dos primeiros bandeirantes até o esgotamento dos veios auríferos. A exploração do sertão começa com as primeiras entradas promovidas por

paulistas e jesuítas, tanto em busca de riquezas minerais como de mão-de-obra indígena. O povoamento segue o barulho das bateias, e a agricultura e a pecuária executadas na época são de subsistência. A disputa pelas lavras é travada tanto internamente, entre senhores de mina, como externamente, por paulistas e portugueses, enquanto o desvio do “direito senhorial” sobre o ouro torna-se corrente pelas vias fluviais e pelos caminhos.

A sociedade fundada sobre o “vil metal” que se estrutura nas minas é caracterizada pelo relaxamento de costumes, pela violência e pelos direitos diferenciados. Alicerçada entre os possuidores de liberdade e os que não a possuem, dois elementos são fundamentais: de um lado, o mineiro e do outro, o escravo.

Ser mineiro era a profissão mais honrosa, significava o mais alto status social. Todos queriam ser mineiros, e ninguém queria ser chamado de roceiro, profissão desprezada. Mesmo após muitos anos de decadência da mineração, esta continuava a ser a forma de pensar do povo em Goiás. Isto explica [o fato de] que, além da mineração, não se desenvolvessem outras formas importantes de economia durante o século XVIII, e que só fossem ocupadas as áreas auríferas. (...) A vida do escravo nas minas era extraordinariamente dura. Em primeiro lugar, todos os males do garimpo: trabalho esgotador, má alimentação (os escravos alimentavam-se quase que exclusivamente de milho) e graves doenças (reumatismo, pelo contínuo trabalho com os pés na água, doenças da coluna e dos rins, pelo trabalho curvado com o sol nas costas, enfermidades venéreas e verminoses etc.). A isto há de se acrescentar os males da falta de liberdade: arbitrariedades, castigos. Eram considerados mais como coisas que como pessoas.⁹

A persistência do contrabando e as lutas internas levaram o governo de São Paulo a solicitar, junto à Coroa, que fosse criada a capitania de Goiás. A ineficiência dos registros e de outras medidas coercitivas ao contrabando e a esperança de arrecadações mais vantajosas provocaram a substituição do quinto pela capitação. O novo imposto obedecia a porcentagens variáveis de acordo com o número de escravos.

Os casamentos eram raros, predominando ao longo do período colonial as ligações livres. O grande número de escravos, entre 13 e 14 mil no ano de 1736, e a falta de mulheres brancas conduziam à miscigenação. Assim, no final do século XVIII, os brancos representavam a minoria no contex-

to populacional, em torno de 12%, enquanto que os escravos constituíam 41% e os mulatos ou mestiços, os 31% restantes. Este terceiro elemento que começava a se formar logo passaria a chamar a atenção. “Depois de algum tempo, havia mulatos em todos os níveis da sociedade: no exército, no sacerdócio, entre os grandes proprietários”.¹⁰ Mas é claro que nesta sociedade estamental o legado da escravidão cobrava ainda seu preço e a distinção maior dava-se em nome da cor.

O comércio e as comunicações, até a segunda metade do século XVIII, foram determinados pela mineração. O comércio era dificultado devido aos transportes deficientes e elevados impostos, enquanto que os caminhos para o exterior eram os mesmos dos primeiros tempos, voltados para o Sudeste. A importação de produtos agrícolas e pastoris da costa foi sempre superior à exportação deles. “As minas eram, assim, uma espécie de colônia dentro da colônia: um território dependente economicamente [sic] dos produtores e dos comerciantes da Bahia, do Rio e de São Paulo”.¹¹

Este era, portanto, o panorama neste Brasil interiorano do final do século XVIII, onde o sentimento advindo do suor no fundo das galerias ou no barulho das bateias construía uma visão idílica, que, no século seguinte, começava a ser desmontada, substituída e, de alguma forma, negada.

Os ares da mudança inundam o século XIX. Transformações na Europa e no Brasil atingem o Cerrado e, com elas, modificações e imposições começam a se enraizar. “Goiás viveu um longo período de transição. Desaparecera uma economia mineradora de alto teor comercial. Nascia uma economia agrária, fechada, de subsistência, produzindo apenas algum excedente para aquisição de gêneros essenciais, como sal, ferramentas etc.”¹².

O que se pode constatar é que, com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, a política governamental orienta-se rumo à integração e à valorização dos domínios. O Centro-oeste é visto como uma opção de expansão por meio do aproveitamento das vias fluviais, da renovação das técnicas agropastoris e da utilização da mão-de-obra indígena. A este período de mudança somam-se novas descobertas auríferas, porém pouco exploradas, e o interesse em mudar a capital da província para o Norte.

A partir do segundo quartel do século XIX, a província progride economicamente, devido, sobretudo, à expansão da agricultura e ao crescimento do rebanho bovino. Este último tem como principal fomentador

as fazendas de pecuária, que, sem autorização legal da Coroa, invadem os sertões e, com isto, também incentivam a vinda de correntes migratórias para o Estado. A indústria de couros prospera e, em função da abundância de matéria-prima, fabricam-se tecidos de algodão.

A entrada da sétima década do século XIX marca nos anais da província uma época de notável expansão econômica, coincidindo com o desenvolvimento das vias de comunicação, e sobretudo da mais importante, a navegação dos rios.¹³

A população, que, no final do século XVIII se mostrava estacionária, atinge, já no final do século XIX, em torno de 160 mil indivíduos. Na condição de fornecedora de tropas e de viveres para os combatentes, Goiás participa ativamente da Guerra do Paraguai.

Mas as modificações ocorridas ao longo do século XIX não são só sentidas por seus contemporâneos, e sim refletem-se até hoje no que se pode chamar de um posicionamento antagônico na historiografia corrente. Isso porque as mudanças acontecidas no período encerram, de um lado, o abandono e o declínio da província em decorrência do fim do ciclo mineiro e, de outro, o próprio ensejo de modernidade advindo do pastoreio.

Na realidade, além da carência de pesquisas sobre o século XIX em Goiás, há um equívoco secular em que se mesclou e associou a decadência do ouro com o da própria província”.¹⁴

Com isto, o conflito gerado entre duas formas de “ver o mundo”, uma iluminada pelo amarelo do ouro e outra, mantida pelo verde dos campos, enriquecem de sobremaneira o período e consolidam-se neste espaço único que é o Centro-Oeste brasileiro.

A crise mineradora gerou uma série de impactos na região, pois, sendo a exploração do ouro o principal fomento econômico de Goiás no século XVIII – o elo de ligação tanto com o resto do país como com o próprio comércio mundial –, o seu esgotamento, acaba por se sentir em todos os âmbitos da sociedade. Assim como o ouro foi responsável por uma riqueza rápida e vultuosa para a região, para alguns autores também foi o vilão.

Mas, tão logo os veios auríferos escassearam, dificultando novos descobertos, a pobreza, com a mesma rapidez, substituiu a riqueza. (...) Essa evidente decadência trouxe para Goiás uma defasagem sócio-cultural. Registrou-se queda na importação e exportação, afetando muito o co-

mércio; os aglomerados urbanos estacionaram e alguns desapareceram; parte da população abandonou o solo goiano e parte dispersou para a zona rural, dedicando-se à criação de gado ou agricultura; costumes e hábitos da civilização branca foram esquecidos em decorrência do isolamento no qual os goianos passaram a viver; ocorreu a ruralização da sociedade e a desumanização do homem.¹⁵

Entretanto, se a falta do ouro foi responsável por tantas adversidades, a sua presença é também um marco de enquadramento da sociedade goiana no complexo sistema colonial. Assim, a troca ocorrida neste sistema acaba por provocar também uma nova configuração econômica e política para a região.

Em meio ao intrincado debate sobre o sentido da decadência em Goiás, impõe-se uma distinção: há uma clara tendência historiográfica em denegar o movimento de refluxo de investimentos e capitais em Goiás. Como não há uma leitura detalhada da conjuntura econômica referente ao século XVIII, denega-se a crise com o argumento do desconhecimento do auge. Tal procedimento implica reconhecer a ausência de movimento em dois séculos de história, resultando num raciocínio anti-histórico que pouco acrescenta ao debate. Certamente a discussão sobre a crise da mineração assume um significado diverso quando atribuímos a esta o sentido de decadência. Não trata de mero detalhe ou preciosismo metodológico, mas é preciso reconhecer que o conceito de decadência carrega marcas específicas.¹⁶

Portanto, em decorrência do sistema agropecuário de caráter extensivo implantado no Estado, formaram-se os latifúndios. Estes serão responsáveis, em parte, pela formação de novas relações sociais, pela ocupação geográfica e pela imagem da região. Assim, no campo vão predominar as relações semifeudais, mais fortes no Norte, região mais desabitada do país, onde reinava certa instabilidade social motivada pelo banditismo de jagunços e pela luta dos coronéis. Desta forma, o personalismo e as relações de suserania e vassalagem pelo voto caracterizavam a política da época. E duas figuras se formaram em meio às idas e vindas dos tropeiros: o coronel e o agregado.

Essas práticas econômicas trouxeram à tona as diferenças típicas que caracterizam o interior do Brasil em relação ao litoral: a morosidade

do campo, da agricultura e da pecuária. Não que essa economia tenha emergido de uma vez, ela há muito se fazia presente em várias áreas goianas no entanto, não era ela a responsável pela ligação da região ao eixo econômico mundial.¹⁷

A transferência da capital do Estado para Goiânia, a chegada da estrada de ferro a Anápolis e a escolha do Planalto Central como sede da nova capital do Brasil representam algumas das características mais relevantes no processo de modernização instaurado em Goiás. Mas, antes destas transformações significativas, o início do século XX no Estado também foi responsável por modificações e conflitos ocorridos tanto no espaço econômico como no social. Mas como viver este debate historiográfico? Como explorar este rico universo que entra em cena a partir do final do século XIX e do início do século XX?

Muitos autores não deixam de ter razão, pelo que pudemos observar, quando apontam as dificuldades para se pensar numa sociedade transitando da fase mineradora para uma sociedade com base econômica na agropecuária.¹⁸

Portanto, parafraseando Marx, que coloca que a “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas das classes”,¹⁹ é realmente nestes pequenos encontros, entre uma mudança estrutural e acontecimentos conjunturais, que podemos observar o movimento dialético empreendido pela sociedade.

Meia Ponte e as Lavras do Abade

O cenário está montado e alguns personagens, distribuídos. Agora, veremos algumas particularidades, tanto de Meia Ponte quanto das Lavras do Abade, para apreciarmos como esta relação íntima e conflituosa – entre um arraial de pequenos coronéis e uma vila de mineradores – acaba por gerar os acontecimentos ocorridos na aurífera Serra dos Pirineus durante o final do século XIX e o início do século XX.

O local onde hoje está situado o arraial foi descoberto em 1731 por um certo Manoel Rodrigues Tomaz. Os primeiros que se estabeleceram ali foram os caçadores de ouro, que queriam explorar as margens do Rio das Almas. Entretanto, como o povoado que então se formou ficasse situado na junção das principais estradas da província e por ali passasse antigamente

um grande número de tropas, os seus habitantes, certos de que poderiam vender proveitosamente os produtos da terra, logo desistiram dos trabalhos de garimpagem, da qual atualmente restam poucos vestígios.²⁰

A antiga mina de Nossa Senhora do Rosário, no distrito de Meia Ponte, tornou-se um acampamento de garimpeiros e teve seu crescimento ligado a essa atividade. “Ao sopé dos Montes Pireneus – três picos erodidos, de formação cristalina – à margem do rio das Almas, nasce o arraial de Meia Ponte”.²¹ A mão-de-obra principal das minas era formada por escravos negros e índios que ainda habitavam a região, tornando-se uma terra sem lei, marcada pelo autoritarismo, pela violência e pela sonegação de impostos.

Com o fluir dos primeiros anos e verificando o rico teor das areias auríferas e o potencial das lavras, o número de povoadores aumentou rapidamente: portugueses, paulistas, e escravos (índios e negros). E o acampamento das primeiras horas virou arraial, com ruas e becos. Era o começo da organização urbana.²²

Bem cedo, as minas tornaram-se arraial e freguesia, posteriormente alçadas a cabeça de julgado, depois elevadas a vila e, finalmente, a município, no final do século XIX, com o nome de Pirenópolis. Com isso, a complexificação social e econômica surge e, com ela, a necessidade de implantação da burocratização por meio do poder público. O centro urbano desenvolveu-se em torno da Igreja Matriz até a construção das igrejas do Bonfim e do Carmo, que atraíram casas para seus arredores, desenhando a atual malha urbana. Entre 1830 e 1834, a cidade foi sede do primeiro jornal do Estado de Goiás, *A Matutina Meia Pontense*, enquanto paralelamente surgia na vila uma banda de música. “Na Colônia e no Império, Meia Ponte era o segundo núcleo urbano de Goiás, rivalizando com a capital, Vila Boa, em expressão econômica e cultural”.²³ Como divertimento, a sociedade meia-pontense costumava tomar longos banhos no Rio das Almas, participar das celebrações da Festa do Divino ou mesmo assistir a algumas execuções no campo da força.

O arraial foi construído numa pequena planície rodeada de montanhas e coberta de árvores de pequeno porte. Estende-se ao longo da margem esquerda do Rio das Almas, numa encosta suave, e defronta o prolongamento dos Montes Pireneus. Tem praticamente o formato de um quadrado

e conta com mais de trezentas casas, todas muito limpas, caprichosamente caiadas, cobertas de telhas e bastante altas para a região. Cada uma delas, conforme o uso em todos os arraiais do interior, tem um quintal de onde se vêem bananeiras, laranjeiras e cafeeiros plantados desordenadamente. As ruas são largas, perfeitamente retas e com calçadas dos dois lados. Cinco igrejas contribuem para enfeitar o arraial.²⁴

Depois do seu apogeu minerador, a partir de 1800, Meia Ponte teve uma retomada na economia capitaneada pela agricultura, principalmente com a exploração do algodão, com a pecuária e com o comércio. Com o fim da mineração no Rio das Almas, a sociedade passa a se organizar sobre novas bases econômicas, mas com alguns componentes estruturais ainda permanecendo, como a escravidão negra e a guerra ao gentio. Apesar das mudanças das rotas comerciais da região por volta de 1850, o crescimento do centro urbano estanca no fim do século XIX. É neste contexto econômico e político que ocorre o início da exploração mineradora nas Lavras do Abade.

Arraiais surgiram e desapareceram, à mercê da opulência ou do esgotamento dos veios aurífero, seguindo-se a momentos de breve fastígio e irrefreável ruína. Muitos desses núcleos regrediram, com a decadência das lavras; outros sobreviveram e adaptaram-se a novas condições. A febricitante vida urbana, característica dos arraiais mineiros, cedeu vez, paulatinamente, às atividades da agricultura e da pecuária, e a uma sociedade marcadamente aventureira sucederem-se estruturas sociais conservadoras. Meia Ponte foi um desses arraiais, pois, em menos de um século, conheceu esplendor e decadência, e ressurgiu das cinzas, embora com roupagem diversa.²⁵

Esta nova fase do arraial proporcionou a formação e a manutenção de oligarquias agrícolas constituídas de famílias extensas e comandadas por um patriarca; uma nova forma de viver, gregária e hierárquica, diferenciava-se, e muito, do passado aventureiro e oportunista da mineração.

Esta provincia é talvez a mais rica do Imperio no reino mineral, pois que n'ella se encontra cristaes de varias côres, grande quantidade de pedra calcarea, mineraes de ferro, não faltando-se no ouro que abunda em quasi todas as vertentes de seus rios e regatos, diamantes e outras pedras preciosas. Ultimamente trabalha no Abade perto de Meia-Ponte, uma companhia sob a direção do dr. Arcna. Esta companhia foi organizada na côrte como

o capital de quinhentos contos de reis, e dos esforços empregados pelo seu gerente é de esperar-se que tire grande resultado (sic).²⁶

As Lavras do Abade começaram a ser consolidadas na época da exploração do ouro na Serra dos Pirineus, que foi iniciada por volta de 1750, quando João Rodrigues Abade descobriu uma data aurífera, que levaria mais tarde seu nome. Ela se localizava no sudoeste da Serra, próximo aos arraiais de Meia Ponte e Corumbá de Goiás, dentro da fazenda Cabaceiros. Fica, então, em estado de abandono até aproximadamente 1880, quando a exploração aurífera da área é retomada pela Companhia Prado, comandada pelo francês Bernard Alfred Amblard d’Arena, que funda a Sociedade d’Arena & Cia para a compra da fazenda Cabaceiros e a exploração do local.

Alfredo de Arena, como assinava seu nome, segundo pessoas que o conheceram, era de origem francesa, natural de Toulon. Outros afirmam que era somente filho de gauleses. Era formado em Odontologia e tinha conhecimentos apreciáveis de Direito, Engenharia, Mecânica, Farmácia



Figura 1 – PHILERMON. Lavras do Abade, foto, papel, P&B (álbum 40), 1883. (acervo pessoal: Tasso Marquez)

e Medicina. Possuía estatura mediana, antes baixo que alto, compleição regular, alourado e de olhos azuis. Tinha uma forte entrada de calvície nos cabelos e usava um bigodinho quadrado; os traços revelavam a sua origem de "paysan" francês. Dono de ótima prosa, versando em mais de um idioma, traía pelas maneiras polidas o sangue gaulês que lhe corria nas veias. Trajava-se, sempre, de branco, chapéu chileno, paletó de quatro bolsos, um largo "ponche" ou "chiripa" ao redor do pescoço, protegendo-lhe os ombros; culote, botas altas e cartucheira ao redor da cinta com um revólver a pender desta. Andava a cavalo, fazendo-se acompanhar de dois ajudantes, armados de "44" e de três enormes cães de fila "Cabeça Negra", cavalgando geralmente a galope.²⁷

A Companhia Prado, que também explorava ouro na cidade mineira de Bagagem, instala-se no local em 1882. Em conjunto com Sociedade d'Arena & Cia, forma a Companhia Goiana de Mineração, com cotas de 50% para ambas as partes. Com a instalação da mina, modificações significativas na área começam a ocorrer, como o desvio do córrego da Barriguda, através de um rego de pedras com mais de 1 km de extensão, e a construção de um bicamente em madeira com mais de 70 metros, que servia para o abastecimento da máquina hidráulica utilizada no desmonte do barranco para mineração.

Além da instalação do equipamento, é construída uma vila para os empregados com cerca de 30 casas feitas com paredes de pedra e telhados de palha (4 cobertas de telhas). Amplas ruas compunham a malha urbana. Essa vila incluía ainda uma venda, ou "loja de comércio", uma farmácia na esquina das principais ruas e, em uma ampla construção de tijolos, o refeitório e a cozinha. Também estava presente no conjunto arquitetônico um açougue, com uma laje para a retalhação das reses, o matadouro, com um cercado de pedras e madeira, e uma serraria. No centro de tudo, localizava-se a casa do próprio Arena, que, além da imponente, concentrava em locais próximos a fundição e o arsenal.

A vila ficava em uma pequena e plana elevação em frente à mina, cercada por muros de pedra e duas porteiras; uma cerrando o caminho para Meia Ponte e outra, no caminho de Corumbá de Goiás.

No morro defronte Arena instalou uma peça de artilharia, assentada em alicerces de pedra e com o qual dominava os arredores. Em sua casa, nos

fundos, Arena fizera instalar também dois morteiros.²⁸

Em seu apogeu, a vila chegou a cunhar moeda própria, feita em ouro e cobre com gravações de “Válida-Arena”, ficando conhecida na época como a maior mineração aurífera de desmante hidráulico do Brasil imperial.

Mas, já a partir de 1884, problemas com a poluição da água e disputas legais sobre o funcionamento do desmante começam a acirrar o relacionamento da mina com o povoado de Meia Ponte, pois a mina das Lavras do Abade era acusada de poluir, tornando impróprio para o banho e consumo, as águas do córrego da Barriguda, afluente do Rio das Almas que cortava a cidade.

Devido aos bons resultados da mineração, os trabalhos não paravam e as águas do rio sempre estavam sujas. Os moradores acabaram se revoltando. Foram feitas várias tentativas de acordo para resolver o problema. Esgotando-se os recursos, Arena foi notificado pelo poder público e recebeu um abaixo-assinado com 169 assinaturas, ameaçando-o de destruição do local e de expulsão da região. Arena não deu atenção às ameaças e começou a hostilizar e humilhar os moradores de Pirenópolis, mandando seus capangas à cidade para fazer arruaças.²⁹

Após diversos percalços, as atividades na mina seguem ante protestos da população e batalhas jurídicas, até o fim de tarde de 20 de março de 1887, quando um grupo de 24 jovens, fortemente armados e mascarados, vindos de Meia Ponte, invadem e incendiam a vila, expulsando a berros e tiros os mineiros. Essa atitude tomada por representantes da população meiapontense exprime o nível de descontentamento que a mina, seus habitantes e, principalmente, o gerente haviam provocado no arraial.

Três dias depois, o bando se apresenta novamente no arraial e expulsa definitivamente seus moradores. A golpes de machado, abre as portas da loja, da farmácia e do armazém, deixando tudo completamente saqueado. Entra à força na casa do francês, lascando e despedaçando todos os móveis a machadadas. O que podia ser carregado foi levado pelos componentes do bando. Os vidros de remédios da farmácia foram atirados fora e quebrados um a um.³⁰

Depois destes eventos, ocorreram algumas batalhas jurídicas, que resultaram na absolvição de todos os envolvidos, principalmente por serem menores de idade, e na tentativa de implicação de alguns mandantes.

Arena encontrava-se no Rio de Janeiro durante o ocorrido e lá permaneceu, nunca mais retornando às Lavras do Abade. Mudou-se para Minas Gerais, onde veio a falecer no século seguinte. Quanto à mina, foi sendo saqueada pelos moradores do entorno e a máquina, levada pela Companhia de volta à Europa, sobrando somente ruínas e as marcas da exploração do ouro no local.

Já o ocorrido foi sendo recontado, passado de geração para geração, ora tornando-se história, porque consolidado em documentos e livros de caráter científico, ora virando uma estória, perpetuada em crônicas e contos de ficção. Quanto ao fato, se é que existiu, está depositado hoje na lembrança de alguns ou em algum lugar na Serra dos Pirineus.

A perspectiva teórica da Arqueologia Histórica

A Arqueologia Histórica desponta como fazer específico nos Estados Unidos a partir de 1960, como forma de designar o estudo da cultura material dos europeus no Novo Mundo. Inicialmente concentrada na pesquisa dos primeiros colonizadores anglo-saxões, foi aos poucos perdendo essa postura estreita e elitista, com a inclusão de espanhóis e franceses, que colonizaram grandes partes do território norte-americano, e, em seguida, passando a estudar grupos africanos e indígenas que estiveram em contato com a sociedade anglo-americana desde a colonização.

No Brasil, a arqueologia histórica foi importada dos Estados Unidos, ainda durante a ditadura militar e seguiu, nos seus primeiros passos, os caminhos trilhados na origem, com sua preocupação com os vestígios dos grandes monumentos dos colonizadores, como, em nosso caso, as fortificações. O restabelecimento das liberdades civis, com o fim da ditadura em 1985, e as ampliações de preocupações dos americanos favoreceram um significativo desenvolvimento da arqueologia histórica no Brasil.³¹

Conforme Lima, apesar de novo, o campo da Arqueologia Histórica no Brasil cresceu muito desde seu início com os pré-historiadores, nas décadas de 1960 e 1970, que utilizavam estudos descritivos aplicados de sul a norte do país. Desde a década de 1980, em conjunto com a arqueologia da restauração, a Arqueologia Histórica passou a subsidiar a Arquitetura, encontrando na investigação das classes dirigentes a sua expressão.

Estes projetos espalharam-se, associados com a perspectiva histórica cultu-

ral dominante na época, atrasando consideravelmente o desenvolvimento da disciplina no Brasil, distraíndo-a de sua meta primária: o estudo do aparecimento, manutenção e mudança de sistemas socioculturais.³²

Mas em 1990 a maturação de Arqueologia brasileira como um todo e da Arqueologia Histórica em particular traz à luz problemáticas relacionadas a processos sociais como etnicidade e gênero e/ou estudos sobre os aspectos simbólicos do ambiente. Portanto, hoje, pesquisas sobre sistemas de dominação e resistência, costumes e práticas diárias ou situações de conflito de classes revelam os meandros da ordem social de cada época e propiciam à Arqueologia Histórica um amadurecimento teórico para explorar o rico processo histórico brasileiro, formado pela interação de diferentes matizes étnicas.

Para uma aplicabilidade da Arqueologia Histórica, primeiramente devemos estabelecer seu objeto de estudo. Assim, na definição de sítio arqueológico histórico usaremos:

O sítio histórico é um objeto de estudo arqueológico dos aspectos materiais em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua até hoje.³³

Neste sentido amplo, os sítios arqueológicos históricos, além da delimitação temporal, apresentam uma enorme e variada coleção de testemunhos informativos sobre seus antigos ocupantes. Estes informativos, por sua vez, estão consolidados principalmente em objetos de uso freqüente, por vezes ordinários, que possuem referências importantes sobre sua antiga aplicabilidade, assim como uma identificação na sociedade atual. *Tal é a preocupação para os objetos do passado: as pequenas coisas esquecidas, que são centrais ao trabalho dos arqueólogos históricos.*³⁴

Mas qual o papel da Arqueologia Histórica? Quais são seus limites? E, principalmente, quais são suas regularidades?

A Arqueologia Histórica – ou o que se poderia chamar uma abordagem material presente do passado – estabelece algumas regularidades que podem ser obtidas como ferramenta de análise da sociedade atual e como recuperação dos informativos sobre certos grupos antigos.

Primeiramente, temos os aspectos econômicos e técnicos, que são os principais elementos apreensíveis nos sítios arqueológicos – estes podem ser

instrumentos de produção polivalentes, mas, em conjunto com a análise dos *produtos da atividade econômica*, tornam-se perfeitamente compreensíveis. A importância da aquisição e do processamento dos alimentos em um grupo pode ser apreciada por uma pesquisa direta (restos de alimentação), ou mesmo por elementos indiretos (instrumental de processamento dos alimentos). Já a questão da *circulação dos produtos* integra uma variável suplementar, a dimensão espacial, e, nesse nível, é colocada a questão da identificação dos mecanismos responsáveis pela difusão dos produtos no espaço.

Quanto aos aspectos sociais, a dificuldade nasce, em parte, do fato de que, desse ponto em diante, o *objeto torna-se signo de seu conteúdo social* e também da idéia de que todo sistema simbólico apresenta uma estrutura na qual os significantes distinguem-se nitidamente dos significados. Assim, a relação entre o contendor, ou seja, o *objeto*, e o conteúdo, que seria o *significado*, torna-se arbitrária, e não identificável, caso não se possa dispor de um comentário *ad hoc* fornecido por aqueles que utilizam o símbolo e conhecem o seu conteúdo. Mas a produção econômica de bens possui uma dimensão social não desprezível. Sua análise permite, dessa forma, abordar certos aspectos da estrutura social. É preciso, no entanto, insistir no fato de que somente as mais claras oposições podem vir a ser identificadas. É possível, por exemplo, distinguir sociedades igualitárias e não igualitárias (do ponto de vista da repartição de bens), sociedades que apresentam uma especialização semi-industrial de sociedades artesanais que produzem a totalidade de seus próprios bens, mas não será possível ir mais longe com base apenas nos fatos materiais. Se é ilusório querer restituir os símbolos da sociedade a partir unicamente dos objetos fabricados, a análise do meio, das construções e das estruturas oferece uma via certamente mais fecunda para uma interpretação da estruturação do espaço da sociedade, das modalidades de distribuição da riqueza e da importância do poder político. O duplo aspecto, funcional e simbólico, dos fatos materiais infelizmente torna essa busca delicada, na medida em que apenas os aspectos funcionais são suscetíveis de uma certa generalização.

Além da atividade técnica e econômica e da estrutura social, situa-se nessa análise a vida religiosa ou metafísica, na qual o signo não é sempre reconhecível. Mas a ligação entre a realidade e sua representação obedece regras que mascaram as pistas, e o símbolo pode ser considerado arbitrário;

portanto, o mesmo tema pode oferecer conteúdos com características variáveis. No sentido inverso, um mesmo conteúdo pode ser expresso de diversas maneiras, pois a relação forma-sentido é também arbitrária e variável.

Todos os objetos criados especificamente para o comércio, não importando o que seja, são chamados *mercadorias*. (...) As mercadorias possuem, ao menos, três tipos diferentes de valor: *valor de uso*, o potencial de um objeto de ter uma função clara; *valor de troca*, a quantia que um objeto pode esperar valer em uma troca; e o *valor de estimação* ou *estético*, a capacidade que um objeto tem de evocar o prazer ou um sentido específico. A maior parte dos artefatos encontrados em sítios históricos são mercadorias, feitas em ambiente industrial e vendidas e usadas por pessoas que não as produziram. Os compradores ou receptores destes objetos podem viver em culturas completamente diferentes, a milhares de quilômetros dos produtores. Produtores e consumidores, provavelmente, nunca se encontraram. Isto separa radicalmente os períodos históricos e pré-históricos.³⁵

Aqui devemos explorar melhor a Arqueologia Histórica, pois, segundo o autor Charles Orser, "(...) a arqueologia histórica estudaria os objetos que são semelhantes, tanto em forma quanto em função, àqueles hoje em uso".³⁶ Trata-se de vasos de cerâmica, garrafas de vidro, botões de roupa etc. que se mantêm em nosso cotidiano, com suas semelhanças e, em alguns casos, até devido à sua diferença. Mas, além dos vestígios em si, o contexto do sítio é mais bem apreendido pelo arqueólogo histórico, pois consiste, em sua maioria, de casas, fábricas, fortes etc.

Uma das razões que permitem que questões sociais possam ser abordadas a partir de estruturas arquitetônicas refere-se à descoberta, de que elas podem ser "lidas" da mesma forma que os estratos arqueológicos do solo.³⁷

Desta forma, o espaço e o objeto, ou seja, quase todo o vestígio material encontrado em um sítio arqueológico histórico é passível de uma comparação sincrônica e contemporânea, de modo que se chegue a um entendimento, por vezes, diacrônico.

Mas não é somente o sítio arqueológico a única fonte de informação sobre o passado da sociedade atual.

Claro que, muito da Arqueologia Histórica provém quando se cava os sítios arqueológicos, mas estes locais não são fonte exclusiva de informação. Eles podem prover informação que não está disponível em outras fontes.³⁸

Quanto às outras “fontes” de informação para Arqueologia Histórica, temos os documentos escritos, que apresentam informações adicionais ao sítio, mas que, da mesma forma, podem tornar-se antagônicos com relação aos resultados da pesquisa. Demonstra um enorme valor tanto para completar – e às vezes orientar a pesquisa – como também para ser um fator de contraponto, o que acaba por validar ainda mais o estudo. Outros dois tipos de fontes são de uso freqüente nas pesquisas arqueológico-históricas: as informações orais e as iconográficas, também passíveis de uma comprovação ou refutação e que acabam sempre por acrescentar algo ao entendimento do sítio.

Portanto, a pesquisa em Arqueologia Histórica acaba por passar em meio a um conflito de perspectivas: o de ser tratada ora como uma forma de historiografia com objetos, ora como uma forma de Antropologia em sociedades pré-capitalistas e capitalistas.

A questão de saber se a perspectiva histórica ou antropológica iria dominar a Arqueologia Histórica foi um grande tema de discussão nos anos 1960 e 1970, período de formação e desenvolvimento desta disciplina. Apesar de essa questão não ter sido nunca verdadeiramente resolvida, a grande maioria dos arqueólogos diria, hoje, que seu campo de pesquisa compreende tanto a História como a Antropologia, mais um grande número de campos correlatos, incluindo a Geografia Histórica e Cultural, a Economia, a Política e a Cartografia. A Arqueologia Histórica não é nem mesmo uma junção da História e da Antropologia, mas, simplesmente, a Arqueologia Histórica, um campo muito diverso de investigação que combina um grande número de abordagens.³⁹

Mas, como análise científica de um objeto definido, a Arqueologia Histórica perpassa estas indagações e assume várias facetas. Ela pode ser interpretada como um estudo êmico de grupos antigos, uma investigação do passado recente, ou mesmo uma etnografia da sociedade atual.

Sob este ponto de vista, a compreensão das novas práticas só é possível atendendo à particularidade dos contextos em que estas se manifestam. Isto é, considerando-as à luz de sua história e avaliando-as de acordo com suas múltiplas significações, levando em conta a pluralidade de grupos dentro do cenário social.⁴⁰

Para o estudo êmico de grupos antigos, determina-se que tanto os ves-

tígios materiais como as estruturas remanescentes apresentam-se como as fontes de maior potencial para a pesquisa das práticas cotidianas de sociedades passadas. Isso porque esses sítios são compostos por vestígios arqueológicos relacionados, sobretudo, a atividades rotineiras e inconscientes, que exercem um papel determinante na forma como as pessoas organizam e utilizam o local em que vivem. Assim, se, por um lado, a produção, o processamento e o consumo de alimentos, as práticas de descarte, o espaço de trabalho, as técnicas construtivas, os cuidados com o corpo, entre outros, atuam como marcadores de produção e reprodução social, econômica ou mesmo étnica, por outro, a pesquisa permite recuperar a materialidade de certas visões de mundo, significados culturais e identidades sociais.

A Arqueologia Histórica, como investigação do passado recente, torna-se um potencial de (re)construção do legado de determinados segmentos sociais até então marginais na historiografia tradicional. Para tanto, possui um grande valor histórico, como fonte primária para a pesquisa. Desta forma, os elementos trabalhados neste estudo do passado, seja recente ou moderno, são principalmente os objetos de uso cotidiano que possuem uma trajetória narrativa e um valor cultural junto ao contexto em que estão inseridos, combinando tanto evidências de presença humana quanto informações advindas de outras fontes, escritas, orais, iconográficas, que se transformam no registro factual destas sociedades. Trazem à tona manifestações, expressões e realidades negligenciadas em outras fontes, as quais, por limitações temporais, de poder ou predileção, não são contempladas.

E, por fim, a Arqueologia Histórica como uma etnografia da sociedade atual transforma-se em um elemento gerador de reflexão sobre a formação, o desenvolvimento e a atualidade da sociedade, bem como um enorme valor de estudo sobre grupos díspares, mas de referência direta à sociedade atual. Assim, o conflito criado pelo desvelamento de outras visões de mundo, combinadas com sua trajetória histórica, recria a percepção presente de modos de vida. Este trabalho acaba por implicar a restituição de sentido aos testemunhos materiais que se relacionam diretamente ao cotidiano, provocando a reapropriação destes bens e levando à construção de uma memória coletiva e crítica.

Portanto, a Arqueologia Histórica é favorecida pela proximidade das relações estabelecidas entre o monumento arqueológico⁴¹ e os habitantes

do local. A Arqueologia Histórica surge da necessidade de se pensar a sociedade como um todo, ocupada esta por diferentes grupos, econômicos, étnicos e ou temporais, os quais interagem numa trama de relações expressas em modos distintos de apropriação do espaço, padrões de comportamento e representações simbólicas. Neste sentido, os testemunhos materiais de ações humanas constituem signos de outros tempos e constituintes de um processo dinâmico de construção de identidades coletivas, evocando memórias e sensações de pertencimento nas quais os sujeitos presentes e passados estão implicados. E tudo isto partindo do que nos é comum: a cultura material.

O que diferencia a Arqueologia Histórica é o seu foco de atenção no passado recente ou moderno, um passado que incorporou muitos processos, perspectivas e objetos materiais que ainda estão sendo usados em nossos dias. Estes elementos históricos do passado recente constituem o mundo moderno, e grande parte desta constituição, ainda que extremamente complexa em sua compreensão, é levada a cabo com objetos materiais.⁴²

Desta forma, a Arqueologia Histórica torna-se um instrumento de vocação intrigante sobre o passado e um meio potencial para a construção de identidades coletivas sobre testemunhos até então desapropriados.

Estratégias de gestão para o patrimônio arqueológico histórico

Segundo um texto já não tão recente, “A arqueologia distingui-se muito da história tradicional ou convencional, porque ela transforma todo o espaço em documento, estabelecendo as regras da sua leitura”.⁴³ A grande variedade de categorias materiais recuperadas em sítios arqueológicos históricos demonstra as características particulares destes depósitos como somatório e cristalização de valores significativos para a pesquisa social. Assim, a metodologia empregada no estudo destes vestígios obedece uma padronização de etapas, desde a exumação em campo até as atividades desenvolvidas em laboratório.

E, no caso de uma “arqueologia da mineração”, propomos que se siga uma orientação metodológica que tenha por principal objetivo o estudo do local de trabalho e de moradia de uma comunidade mineira no final do século XIX.

Acredito que a melhor forma de neutralizar esta redutora conceituação de uso cultural e abrir espaço para irrigar todo o tecido vivo da existência é fazer com que a ação cultural passe, precisamente, pelos terrenos mais importantes dessa mesma existência. Dois eixos, assim, me parecem prioritários: o universo do cotidiano e – parte dele, mas com personalidade própria – o universo do trabalho.⁴⁴

Como coloca Donald Hardesty a respeito da especificidade de sítios arqueológicos históricos em áreas mineiras, muitos dos vestígios encontrados possuem uma certa particularidade. “Construções, maquinaria, e mudanças na paisagem são freqüentemente em escalas monumentais”.⁴⁵

Para a Arqueologia, a cultura material assume o papel de registro de práticas sociais como produto do seu próprio meio e, por outro lado, como propagador dos ideários que a construíram. Como expõe Andréas Zarankin, “No entanto, a cultura material é carente de significado por ela mesma, e só adquire uma dimensão ativa e ideológica dentro de um sistema cultural determinado”.⁴⁶ Assim, a cultura material torna-se um código a ser decifrado pelo pesquisador, que, dependendo do seu arsenal intelectual, dos atributos externos e internos do objeto e de similitudes empregadas, pode ou não chegar à sua interpretação.

Desta forma, os atributos intrínsecos ao sítio arqueológico histórico das Lavras do Abade são classificados em dois grupos de vestígios. O primeiro deles é o dos *vestígios móveis* – formado por objetos de uso cotidiano em diversas esferas, como a cozinha, a higiene, o trabalho, o lazer etc., e separados segundo sua categoria material: louça, vidro e metal. O segundo é o dos *vestígios imóveis* – formado por micro, semi-micro e macroestruturas (depósitos de lixo, área de mineração e conjunto arquitetônico), unidades construtivas (habitacional, comercial e produtiva) e pelas modificações realizadas na paisagem (estradas e regos d’água).

Todos estes elementos arqueológicos devem ser estudados em separado quanto às suas propriedades físicas (matéria constituinte), geométricas (dimensões e medidas) e semiológicas (símbolos e ornamentos). Devem ser estudados também em conjunto, pois complementam-se, formando uma rede de relações. Assim, por meio das pesquisas arqueológicas-históricas, podemos depreender destes vestígios informações sobre o cotidiano dos moradores na área em estudo.

Por outro lado, os atributos extrínsecos do sítio arqueológico histórico das Lavras do Abade são classificados em dois grupos de vestígios: *fontes primárias* – acervos documentais, iconográficos, audiovisuais, particulares ou públicos – e *fontes secundárias* – historiografia, pesquisas, artigos, reportagens, crônicas e contos.

Estes elementos extrínsecos devem ser estudados em separado, segundo as informações que podem ser acrescentadas aos dados intrínsecos do sítio, como cronologia, espacialidade e funcionalidade. A pesquisa e a integração desses referenciais externos apresentam um enorme potencial investigativo com relação ao patrimônio histórico-cultural do objeto em questão.

No nosso entendimento, essas fontes (os objetos) distinguem-se das demais por se constituírem em evidências mais concretas das relações sociais e conterem elementos do cotidiano e do vivido dos grupos sociais, podendo vir a possibilitar um trânsito mais fácil entre a dimensão individual e coletiva da história.⁴⁷

Com a proposta acima, a cultura material das Lavras do Abade é tomada tanto como instrumento mediador e identificador de memórias e significados de relações culturais quanto como ferramenta de análise e pesquisa destes grupos. Cabe ao arqueólogo recuperar seu significado histórico e social, pois o objeto é um meio de troca de conhecimento que utiliza as construções da memória coletiva.

As ações propostas possuem como objetivo principal auxiliar a execução de uma gestão dos aspectos arqueológicos, museológicos e turísticos do patrimônio arqueológico histórico das Lavras do Abade.

O projeto proposto sobre o patrimônio arqueológico histórico é uma forma de reencontrar os elementos presentes nas práticas cotidianas dos ocupantes das Lavras do Abade. As atividades propostas para o projeto inserem-se numa ação contínua e complementar de identificação, pesquisa e valorização do patrimônio arqueológico, a ser desenvolvida em três etapas: 1. *levantamento arqueológico* – etapa que tem por meta uma primeira avaliação dos elementos presentes no sítio arqueológico, quando serão registradas e localizadas as estruturas presentes, para, em conjunto com a documentação histórica, estabelecer as próximas ações de pesquisa no sítio –; 2. *escavação arqueológica* – etapa que visa uma série de intervenções arqueológicas na área, com o objetivo de recuperar informações, validar

propostas e criar os suportes necessários para a consolidação do sítio, assim como para a análise do material arqueológico recolhido e das informações obtidas em campo; e 3. *valorização do sítio* – etapa que objetiva a adequação e a proteção do sítio arqueológico histórico para a visitação pública e exploração científica adequada. A intenção é criar um *parque arqueológico* que seja um sistema eficaz e aberto para integrar diversas alternativas: prática e ensino da arqueologia, local de visitação museológica e turística, espaço de investigação e conhecimento sobre a região e o sítio, palco para eventos culturais e artísticos etc.

De fato, habitualmente o parque arqueológico se concebe como um instrumento de proteção, gestão e projeção do patrimônio arqueológico. Entende-se, por outro lado, da mesma forma, a necessidade de dotar a pesquisa arqueológica de uma projeção social, e, nesta linha, de ser coerente com novas tendências de pesquisa na investigação e novas formas de comunicação.⁴⁸

Esse processo será seguido pela ação museológica, que objetiva o levantamento, a identificação e a elaboração de um projeto museológico do patrimônio histórico das Lavras do Abade, para a implantação de um *ecomuseu* a ser desenvolvido em três etapas: 1. *levantamento museológico* – que consiste em identificar e caracterizar todas as evidências primárias e secundárias referentes às atividades sócio-econômicas ocorridas nas Lavras do Abade; 2. *seleção, inventário e plano museológico* – acompanhamento das pesquisas arqueológicas para seleção e inventário do acervo arqueológico a ser musealizado e orientação do espaço museológico a ser implementado; e 3. *projeto museológico* – elaboração de um projeto museológico mediante a informação e o acervo coletados, que será composto por um plano de edificação museológica (exposição e acervo) e por planos de ação educativa patrimonial.

Interdisciplinar por excelência, combina um museu do tempo desembocado na prospectiva com elementos disseminados de um museu do Espaço. É um museu do homem da natureza. Nele o homem é interpretado em seu meio natural. A natureza o é em sua selvageria, mas também tal qual a sociedade tradicional e a sociedade industrial adaptaram-na para seu uso. Um conservatório, na medida em que ajuda a preservar e a valorizar o patrimônio da cultura e da natureza de determinada população. Um laboratório, na

medida em que é matéria de estudos teóricos e práticos em torno dessa população e seu meio ambiente. Uma escola, na medida em que auxilia na formação de especialistas interessados nessa população e seu meio, incitando-a a aprender melhor os problemas de seu próprio futuro.⁴⁹

Por fim, as ações de uso turístico serão avaliadas e reunidas na forma de um plano de manejo turístico para a área de implantação, de modo a incrementar os benefícios desta atividade e a minimizar sua ação impactante no meio, desenvolvendo uma *preservação ativa*.

Tanto no caso de bens culturais quanto no caso de bens naturais, procuramos realçar a importância de se atentar para a preservação ativa, que conceituamos como: a conservação de bens naturais e culturais, dando-lhes, ao mesmo tempo, uma função conveniente, com soluções adequadas ao desejado progresso; portanto, implicando o uso adequado de atrativos da natureza e da cultura, porém evitando-se ou minimizando-se prejuízo a eles ou sua perda. Uma questão de desenvolvimento sustentável.⁵⁰

Este produto final será elaborado nas seguintes etapas: 1. *levantamento turístico*– identificação e caracterização dos elementos potencialmente turísticos presentes na área de estudo das Lavras do Abade; 2. *pesquisa e acompanhamento turístico*– análise das características ambientais do entorno e acompanhamento das atividades arqueológicas no sítio; 3. *análise turística*– formulação de ações de uso turístico para a área das Lavras do Abade, congregando os elementos arqueológicos e museológicos; e 4. *valorização turística*– elaboração de uma proposta de manejo turístico da área de estudo.

Considerações finais

O sítio arqueológico histórico das Lavras do Abade constitui em si um monumento que permite a síntese de elementos arqueológicos, museológicos e turísticos do patrimônio ali consolidado. Elementos estes que devem ser geridos sob a perspectiva da arqueologia histórica para que o seu valor como patrimônio cultural seja legitimado, assegurando a sua preservação, o seu estudo e a sua integração à sociedade local.

Assim, como forma de caracterizar este patrimônio arqueológico, foi feito primeiramente um passeio retrospectivo, apresentando a importância das Lavras do Abade para um melhor entendimento da história da mineração no país e seu desenvolvimento. Tratou-se de sua importância também para

a própria história de Goiás, levando em conta que o período em questão está associado a diferentes concepções e interpretações historiográficas. Por outro lado, também pretendeu-se resgatar o valor cultural das Lavras do Abade para a sociedade pirenopolina, já que o local foi um dos marcos fomentadores e referenciais para a formação e o desenvolvimento do antigo núcleo meiapontense.

Em seguida, apreciamos a riqueza inata deste patrimônio arqueológico, formado por seu valor histórico e antropológico, que foi consolidado ao longo de anos na cultura material presente. Cultura material esta que é apreensível tanto por seus atributos internos (informações advindas do próprio objeto de estudo, como as ruínas, os artefatos e o manejo da área) quanto por seus atributos externos (informações que podem ser enriquecidas por meio de outras fontes, como documentos, imagens e memórias).

Atualmente está sendo desenvolvido o projeto de implementação de um complexo turístico e residencial para a área das Lavras do Abade, visando a exploração desse patrimônio arqueológico. Desta forma, além da Arqueologia, a Museologia e o Turismo representam veículos importantes de divulgação cultural e ambiental e emergem como instrumentos de reafirmação cultural e promoção de ecossistemas naturais. Entretanto, o fomento das atividades turísticas e museológicas implica no crescimento de um fluxo de visitantes que pode desencadear uma série de impactos ambientais e sociais, justificando a necessidade da formulação de diagnósticos pertinentes, que possibilitem estabelecer ações de uso responsável e que primem pelo desenvolvimento econômico e pela conservação dos recursos.

Considerando a importância do sítio arqueológico-histórico das Lavras do Abade, surge a necessidade de uma ação urgente para a preservação e a valorização deste patrimônio. Para tanto, buscamos, por meio de um entendimento e da exposição do seu valor arqueológico, histórico e natural, as diretrizes fundamentais para orientar e valorar as ações propostas neste texto.

Finalizando, o patrimônio arqueológico histórico das Lavras do Abade torna-se palco de um ensaio que prima pela necessidade de uma responsabilidade científica, social e econômica sobre o seu gerenciamento. A pretensão da criação no local de um parque cultural implica na fusão de elementos: *arqueológicos* – pois os vestígios são indissociáveis do meio –;

históricos – pois a cultura material é a concretude das idéias –; e *naturais* – pois a paisagem é uma combinação de valores e, assim, a devida preservação está intimamente associada ao seu uso coletivo, que se realize por meio de um programa articulado, racional e consciente de estudo.

Notas

1. CLEARY, David. *A garipagem na Amazônia – uma abordagem antropológica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. p. 199.
2. GERMANY, Darcy José. *A mineração no Brasil – relatório final*. Rio de Janeiro: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – Secretaria Técnica do Fundo Setorial Mineral, 2002.
3. ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1978.
4. COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *A mineração no Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce*. Rio de Janeiro: CVRD, 1992.
5. Idem. p.120.
6. Idem. p.122.
7. PALACÍN, Luís. *O século do ouro em Goiás*. Goiânia: UCG, 2001. p. 65.
8. RIBEIRO, Paulo Rodrigues. “Sombras no silêncio da noite: imagens da mulher goiana no século XIX”. In: CHAUL, Nasr Fayad & RIBEIRO, Paulo Rodrigues (orgs.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: UCG, 2001. p. 47.
9. PALACÍN, Luís. *O século ...* Op. cit. p. 19-34.
10. Idem p. 37.
11. Idem. p. 18.
12. Idem. p. 48.
13. BRASIL, Antônio Americano do. *Súmula de história de Goiás*, Goiânia: Unigraf, 1982. p. 124.
14. CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG, 1997. p. 70.
15. PALACÍN, Luís. *O século ...* Op. cit. p. 47-48.

16. SANDES, Noé Freire. "Memória, nação e região: a identidade em questão". In: CHAUL, Nasr Fayad & RIBEIRO, Paulo Rodrigues (orgs.). Op. cit. p. 20.
17. RIBEIRO, Paulo Rodrigues. "Sombras no silêncio da noite" Op. cit. p. 27.
18. CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de...* Op. cit. p. 72.
19. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista – 1848*. Disponível em: www.culturabrasil.pro.br. Acessado em 15 de outubro de 2003.
20. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. São Paulo: Edusp, 1975. p. 37.
21. COSTA, Lena Castello Branco Ferreira da. *Arraial e Coronel, dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 21.
22. JAYME, Jarbas & JAYME José Sisenando. *Casas de Pirenópolis*. Goiânia: UCG, 2002.
23. COSTA, Lena Castello Branco Ferreira da. *Arraial...* Op. cit. p. 21.
24. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à...* Op. cit. p. 36.
25. COSTA, Lena Castello Branco Ferreira da. *Arraial...* Op. cit. p. 25.
26. Almanach da Província de Goyaz para o ano de 1886. Apud BRANDÃO, Antonio José da Costa. *Almanach da Província de Goyaz, para o ano de 1886*. Goiânia: UFG, 1978. p. 45.
27. CURADO In: JAYME, Jarbas. *Esbôço histórico de Pirenópolis*. Pirenópolis: Estado de Goiás, 1971. p. 188.
28. Idem. p. 191.
29. CARVALHO, Adelmo de (org.). *Pirenópolis Coletânea 1727 - 2000: história, turismo e curiosidades*. Pirenópolis: Kelps, 2001. p. 68.
30. CURADO In: JAYME, Jarbas. *Esbôço histórico...* Op. cit. p.192.
31. FUNARI, Pedro Paulo. *Os avanços da arqueologia histórica no Brasil, um balanço*. Disponível em: www.comciencia.br. Acessado em 10 setembro de 2003.
32. LIMA, Tânia Andrade. "Historical Archaeology in Brazil". *Society for American Archaeology Bulletin*. Março, 1999. Disponível em: www.saa.org/publications/SAAbulletin/17-2/SAA14.html. Acessado em 13 março de 2006.

33. ORSER, Charles. *Introdução à arqueologia histórica*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1992. p. 23.
34. DEETZ, James. *In small things forgotten. The archaeology of early american life*. New York: Anchor Books, 1977. p. 4. Grifo do autor.
35. ORSER, Charles. *Introdução...* Op. cit. p. 98-99.
36. Idem. p. 32.
37. Idem. p. 37.
38. DEETZ, James. *Is small...* Op. cit. p. 6.
39. ORSER, Charles. *Introdução...* Op. cit. p. 27.
40. SENATORE, María Ximena & ZARANKIN, Andrés. "Leituras da sociedade moderna: cultura material, discursos e práticas". In: ZARANKIN, Andrés & SENATORE, María Ximena (orgs.). *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul*. Buenos Aires: Tridente, 2002. p. 8.
41. Conforme J. C. Gardin, que considera "monumentos" todas as representações da variabilidade da cultura material, incluindo desde os "fabricados" (objetos manufaturados) aos "ecofatos" (recursos naturais modificados). Cf. GARDIN, Jean-Claude. *Une archéologie théorique*. Paris: Hachette, 1979. p. 17-19.
42. ORSER, Charles. *Introdução...* Op. cit. p. 28.
43. JORGE, Vitor Oliveira. *Arqueologia, patrimônio e cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000. p. 98.
44. MENESES, Ulpiano Bezerra de. "Os 'usos culturais' da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais". In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 97.
45. HARDESTY, Donald. *The archaeology of mining and miners: a view from the silver state, society for historical archaeology*. Michigan: Society for Historical Archaeology, 1988. p. 17.
46. ZARANKIN, Andrés. *Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista, o caso de Buenos Aires*. Campinas: Unicamp, 2002. p. 15.
47. DUTRA, Soraia Freitas. *Objetos da cultura material como mediadores no desenvolvimento do raciocínio histórico em crianças*. Disponível em: www.ufop.br/ichs/perspectivas/anais/

GT0602.htm. Acessado em 03 outubro de 2003.

48. DEL VALLE, Almudena Orejas Saco. *Los parques arqueológicos y el paisaje como patrimonio*. Disponível em: www.ucm.es/info/arqueoweb. Acessado em 16 junho de 2003.

49. GIRAUDY, Danièle & BOUILHET, Henri. *O museu e a vida*. Belo Horizonte: UFMG, 1990. p. 39.

50. FILHO, Américo Pellegrini. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papirus, 2000. p. 10.

Vestígios arqueológicos ferroviários entre a preservação e o abandono

Os casos de Belo Horizonte, São João del Rei
e Ribeirão Vermelho

Pablo Luiz de Oliveira Lima

NOTA BIOGRÁFICA

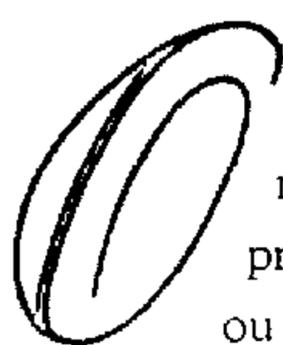
PABLO LUIZ DE OLIVEIRA LIMA – Licenciado, mestre e doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É pesquisador do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) e professor do ensino fundamental.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar problemas relacionados a certos elementos que compõem o patrimônio cultural ferroviário em três cidades do Estado de Minas Gerais: Belo Horizonte, São João del Rei e Ribeirão Vermelho. A memória e a realidade atual de vestígios materiais do transporte ferroviário nessas localidades são abordadas por meio de uma perspectiva de História Social da Cultura. Esta privilegia a inter-relação entre História e outras áreas do conhecimento, como a Arqueologia, a Antropologia e a Museologia, na compreensão de múltiplas trajetórias pelas quais passam os bens do patrimônio cultural. Este trabalho levanta questões sobre um cenário complexo. A situação dos bens do patrimônio cultural ferroviário nas localidades selecionada é diversificada, marcada pela presença, assim como pela ausência, de ações de proteção, sendo composta tanto por casos de preservação, como por casos de abandono.

PALAVRAS-CHAVE

Ferrovia, patrimônio, preservação, abandono.



s documentos históricos entendidos em suas mais variadas formas não aparecem dentro ou fora de instituições de memória pelo efeito de algum insondável desígnio dos deuses. A sua presença ou ausência nos fundos dos arquivos, em uma biblioteca ou em um museu, depende, nas palavras de Marc Bloch, (...) de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações.¹

Esta asserção pode contribuir para a compreensão da realidade de vestígios arqueológicos ferroviários. Para o historiador francês, os interessados pela História deveriam analisar as “causas humanas” que definem a história dos próprios documentos. Neste sentido, o objetivo do presente estudo é compreender as diferentes situações de vestígios do passado ferroviário, dentro ou fora de museus históricos. A base empírica e teórica reside na pesquisa realizada entre 2000 e 2003 como parte do curso de mestrado, retomada em 2006. *Acredita-se que é relevante perguntar por que alguns objetos ganharam e ganham lugar em coleções de museus, enquanto outros, não. Trata-se de assunto presente no cotidiano de museus com diferentes características e acervos e que aqui não será equacionado, apenas abordado como questão fundamental para a prática de museus históricos.*

Problematizar esta questão relacionando-a à cultura material ferroviária que integra o patrimônio cultural de três localidades mineiras especialmente marcadas pela ferrovia pode contribuir para a construção e a difusão de conhecimento acerca do transporte sobre trilhos, sua história social no Brasil, seus rastros e as fontes que permitem seu estudo. As três cidades – Belo Horizonte, São João del Rei e Ribeirão Vermelho – articulam-se com

a ferrovia há mais de um século. A capital mineira nasceu moderna, sendo projetada e realizada atribuindo lugar de destaque à ferrovia utilizada em sua construção, meio de transporte fundamental para as comunicações com a capital federal e o interior de Minas; a antiga cidade colonial – onde foi fundada a primeira companhia ferroviária de sociedade anônima sediada em Minas Gerais, em 1880 – teve seu ritmo de vida alterado pela locomotiva em uma fusão entre o casario colonial e os trilhos e elementos industriais; e a pequena cidade às margens do Rio Grande cresceu em torno de um dos maiores complexos de oficinas industriais ferroviárias de Minas Gerais em seu tempo e ainda vive cercada por vestígios ferroviários. A conformação do patrimônio cultural ferroviário destes locais constitui o objeto de análise do presente estudo.

Para se compreender a situação atual de vestígios arqueológicos ferroviários em Minas, é preciso lembrar, mesmo que brevemente, a história da implantação da ferrovia nessa região. Esse meio de transporte é uma fusão entre o transporte sobre trilhos e a máquina a vapor da Revolução Industrial. De 1800 a 1825, experiências sobre esta inovação foram realizadas no Reino Unido, na França, na Bélgica, na Prússia e nos Estados Unidos. Em 1825, foi aberta a primeira ferrovia, na Inglaterra. Em pouco tempo, as potencialidades desse invento, símbolo concreto do avanço industrial, foram testadas em muitos países não-industrializados, como o Brasil.²

Na raiz da expansão do capitalismo industrial e financeiro pelo mundo, no século XIX, o transporte ferroviário logo despertou o interesse do jovem Estado independente brasileiro, em sua tarefa de construir uma nação. A inovação técnica seria um meio de integrar o vasto território, fortalecer o poder central e a união imperial, consolidar rotas de comunicação e comércio, estabelecer elos mais dinâmicos entre o interior e o litoral, aumentar o controle do Estado sobre um país de dimensões continentais, além de divulgar códigos civilizados da Corte pelos sertões. A partir de meados do século XIX, o desenvolvimento sócio-econômico e a modernização cultural tornaram-se temas importantes das agendas políticas nacionais e regionais. Importar tecnologia, queimando etapas no processo de industrialização, parecia ser o motor do progresso.³

A passagem do trem de ferro por Minas Gerais foi marcada por promessas grandiosas, projetos de desenvolvimento sócio-econômico e moderniza-

ção cultural debatidos entre a elite imperial, que resultaram em realizações relativamente modestas. Em 1835, abriu-se a primeira concessão para uma ferrovia entre a Corte e as províncias da Bahia, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Essa concessão nunca saiu do papel e a primeira estrada de ferro brasileira foi de fato inaugurada por Irineu Evangelista de Souza, Barão e futuro Visconde de Mauá, em 1854. Desse ano até 1889, foram construídos 9.500 km de linhas férreas por vinte companhias ferroviárias em todo o país.⁴

A ferrovia, espetáculo-síntese do capitalismo industrial, foi adotada por homens de Estado e capitalistas para solucionar os problemas de transportes terrestres no Brasil e render a eles interessantes lucros. Atravessou Minas Gerais de fins do século XIX a meados do século XX prometendo a transformação do sertão em civilização. Esse processo histórico, nada linear, caracterizou-se por não ter sido estrategicamente planejado. Ao contrário, a viagem do trem de ferro pelas terras mineiras foi cheia de idas e vindas, altos e baixos, com constantes mudanças de rumos nas políticas de transporte terrestre e limitada pela economia brasileira, predominantemente agrária e escravista, até 1888.

Desde a década de 1870, quando a ferrovia primeiramente rolou sobre trilhos deitados em solo mineiro, até o final da década de 1970, trens, estações e todo um universo cultural relacionado ao transporte locomotivo sobre trilhos fizeram parte da vida cotidiana de habitantes de centros urbanos e rurais, de pequenos e grandes agricultores e comerciantes, de operários e capitalistas e de vários outros segmentos das sociedades que se formaram pelo Brasil. Mesmo com as alterações no cenário político, o trem de ferro continuava a atravessar vastas regiões mineiras, deixando rastros da força de seu motor, ecos de seu barulho e uma longa sombra que acompanha sua memória. A ferrovia prometia, por um lado, o desenvolvimento da economia capitalista no Brasil e, por outro, a integração política nacional.⁵

Com a República, a malha nacional triplicou sua extensão até 1930, fim de uma provável primeira grande fase da história ferroviária brasileira. Esse período foi caracterizado pela ausência de um planejamento estatal eficiente que coordenasse a implantação de um sistema nacional de transportes, apesar da ideologia do progresso ordenado que atravessou o Império e a Primeira República. Em 1931, a malha mineira passou a compor a

Rede Mineira de Viação. Durante o governo Vargas, muitas companhias ferroviárias foram estatizadas e incorporadas às redes regionais.⁶ Durante a década de 1950, foi planejada e implementada a idéia de uma Rede Ferroviária Federal. Em 1952, no segundo governo Vargas, foram iniciados os estudos para a formação de uma rede nacional, inaugurada em 1957, pelo governo Kubitschek. A Rede Ferroviária Federal (RFFSA) passou a controlar quase todas as ferrovias do país. O ano seguinte, 1958, marcou o auge da malha nacional: 39 mil km.⁷

Até os anos 1960, milhares de trabalhadores realizaram a história das ferrovias em Minas. Ao longo destas ferrovias, antigas localidades tiveram suas conexões físicas fortalecidas e dinamizadas. Simultaneamente, novas cidades surgiram em torno de estações que seriam, essencialmente, pontos de trocas mercadológicas e simbólicas, entrepostos comerciais e culturais. O impacto econômico, social e político da implantação desse meio de transporte, assim como as transformações culturais acarretadas com novos hábitos e idéias, foram fenômenos relacionados à introdução de um novo ritmo, marcado pela ligação mais dinâmica entre locais anteriormente isolados. No entanto, ao se pesquisar a história da ferrovia no Brasil, conclui-se que as intenções de seus ideólogos e planejadores foram bem maiores do que suas realizações. Desta maneira, a ferrovia incorpora um paradoxo de dupla face: é agente da modernização e ícone do passado.

Hoje, a ferrovia, para grande parte da população brasileira nascida até 1970, é algo pertencente ao universo da memória. Para aqueles nascidos a partir da década de 1970, a memória da ferrovia remete a algo não vivido, situada talvez como um elemento da vida de seus pais e avós, uma memória de memória. Mesmo assim, ela parece ainda ocupar um lugar de símbolo de uma outra era no imaginário social brasileiro, a era de realizações do progresso tecnológico no final do século XIX e início do XX; a era do trem. E ocupa um lugar especial no imaginário mineiro, talvez por Minas Gerais possuir ainda hoje a maior malha ferroviária do país e porque o transporte ferroviário, de fato, integrou muitos dos principais centros urbanos regionais mineiros durante o período estudado, modernizando a comunicação por suas longas distâncias e buscando proporcionar certas condições de crescimento sócio-econômico. Estações inauguraram povoados e lhes deram nomes e suas populações testemunharam a expansão da cultura industrial. Em grande

medida, as noções de tempo, distância e duração seriam profundamente transformadas.

Até o início dos anos 1970, passageiros podiam viajar de trem por praticamente toda malha ferroviária do país. Porém, durante os governos militares, o transporte ferroviário foi negligenciado, em detrimento de uma política de transporte rodoviário. Em 1983, o país possuía apenas 30 mil km de ferrovias, o mesmo que em 1920.⁸ Ao final dos anos 1980, o transporte ferroviário de passageiros já havia desaparecido por completo de Minas Gerais, com exceção do trem diário entre Belo Horizonte e Vitória. A ferrovia passou a ser utilizada prioritariamente para o transporte de produtos agrícolas e petroquímicos, além de algumas dezenas de quilômetros dedicados ao turismo. Em 1996, o governo Fernando Henrique Cardoso “desestatizou” a malha nacional. Atualmente, 18 consórcios privados detêm concessão de uso dos cerca de 29.700 km úteis, responsáveis por 20% do transporte de carga e menos de 4% do transporte de passageiros no país.⁹

Ao longo desse processo, a sociedade mineira, que até a década de 1970 havia se familiarizado de diversas formas com o transporte sobre trilhos, com o som das locomotivas, incorporando esta técnica na composição de sua cultura, viu-se, no período de uma ou duas gerações, privada do acesso à ferrovia em seu dia-a-dia. Esse meio de transporte deixou de ser algo útil e foi deslocado simbólica e concretamente para o campo da memória. Portanto, questiona-se: quais os possíveis lugares do patrimônio histórico ferroviário, notadamente vestígios arqueológicos, na atual sociedade mineira? Como lidar com o problema do deslocamento de alguns artefatos da ferrovia nessa sociedade, passando do trabalho-transporte efetivo à categoria quase exclusiva de objeto do patrimônio cultural?

De fato, essa passagem à memória tem se concretizado de diferentes maneiras. Em alguns casos, artefatos ferroviários são resguardados por museus, preservados e valorizados. Em outros, são abandonados ao consumo do tempo e de depredações, ações de vandalismo e negligência das autoridades. Para a sociedade, a forma desta passagem à memória faz uma enorme diferença, pois a ferrovia não é apenas um elemento de identidade cultural de pessoas que tiveram ou têm vivido experiências relacionadas ao transporte ferroviário, mas também pode ser um meio de transporte diretamente útil à sociedade.

Ao se analisar certos elementos arqueológicos do patrimônio cultural ferroviário no Estado de Minas Gerais dentro e fora de museus históricos, observa-se que a realidade de lugares fundamentais para a memória da ferrovia é extremamente contrastante, composta por casos diversificados. A falta de uma efetiva política pública de preservação e organização do patrimônio histórico ferroviário nacional, incluindo documentos do arquivo, fotografias e objetos tridimensionais, bens móveis e imóveis, torna qualquer investigação sobre a história da ferrovia extremamente dificultosa. Além disso, impede o direito da população ao conhecimento sobre um aspecto da cultura que, mesmo tendo sido relegado ao passado, está na origem da identidade moderna e industrial: a cultura ferroviária.

O patrimônio cultural ferroviário analisado é constituído por três conjuntos heterogêneos de artefatos de alguma maneira vinculados ao transporte sobre trilhos. Atualmente, existem vários museus em Minas Gerais que guardam em seus acervos coleções de objetos relacionados ao transporte ferroviário. Alguns são museus exclusivamente ligados ao tema ferroviário, como o Museu Ferroviário de São João del Rei e o Museu da RFFSA (desativado) em Belo Horizonte. Outros são museus voltados a diferentes temáticas que também envolvem o transporte ferroviário, na medida em que há objetos ferroviários em seus acervos. É o caso do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), também em Belo Horizonte. É fundamental que as evidências de diferentes formas de representação da relação entre ferrovia e sociedade sejam conhecidas.

Partes substanciais das informações contidas neste artigo foram construídas em um trabalho de pesquisa de campo nas três cidades mineiras em análise. Foram encontrados documentos com representações da memória das companhias de Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e Oeste de Minas (EFOM), evidências valiosas da história da ferrovia em Minas.

Em Belo Horizonte, elementos do que poderia ser considerado como patrimônio cultural ferroviário encontram-se preservados e/ou exibidos em poucos museus ou outros locais de visitação pública. Estes são: o MHAB; o complexo ferroviário do centro da cidade situado à Praça da Estação, onde localizam-se o Museu de Artes e Ofícios (MAO), instalado no edifício da antiga Estação Ferroviária; e o Museu da RFFSA, fechado e desativado.

Em São João del Rei, a Estação Ferroviária, originalmente pertencente à

Efom, primeira companhia de sociedade anônima sediada em Minas Gerais, tornou-se no início da década de 1980 um museu ferroviário, com uma atividade dinâmica e interativa: o passeio em uma composição ferroviária do início do século XX. Locomotivas dessa época foram restauradas e reformadas, tendo seus motores convertidos para funcionarem a base de óleo diesel, substituindo a lenha e o carvão, na década de 1990. Hoje, um ramal ilhado do interior de Minas liga a estação-museu de São João del Rei à Estação Ferroviária de Tiradentes pelo único trecho de bitola estreita (76 cm) em atividade no Brasil, com uma extensão de aproximadamente 12 km.

Já em Ribeirão Vermelho – onde a presença das atividades ferroviárias na memória social é reforçada cotidianamente pelos prédios das oficinas, pela rotunda, pela estação e também pelos trilhos que são usados como cercas, postes e material de construção na cidade à beira do Rio Grande –, o abandono tem sido a realidade do patrimônio cultural ferroviário. Hoje, essa pequena cidade conta com um conjunto arqueológico ferroviário à espera de alguma ação de preservação de seus edifícios em ruínas que abrigavam oficinas ferroviárias, como a maior rotunda construída no século XIX em Minas, coberta por telhas importadas da França, ainda encontradas em partes do telhado que não desabaram. A edificação está extremamente degradada e depredada, sendo um monumento ao esquecimento. É essa



Figura 1 – Trilhos de bitola estreita de 76 cm entre São João del Rei e Tiradentes, 2001¹⁰

diversa situação dos artefatos de memória ferroviária que o presente artigo busca abordar.

É necessária a advertência de que este não é um trabalho efetivamente comparativo. Ao contrário, não se busca aqui compreender as três localidades selecionadas para estudo como unidades isoladas umas das outras, mas como partes de um todo que é, pelo menos, a malha ferroviária ativa e desativada na região centro-sul do Estado de Minas Gerais. Historicamente, as cidades de Belo Horizonte, São João del Rei e Ribeirão Vermelho compunham uma rede integrada pela ferrovia no final do século XIX, juntamente com muitos outros locais.

Porém esta rede se perdeu, pelo menos para o transporte ferroviário de passageiros – perda esta que transformou instrumentos ligados ao trabalho ferroviário em bens culturais que passaram a se incluir entre objetos preservados ou abandonados. É necessário problematizar a análise do patrimônio cultural ferroviário com base em pesquisa sobre fontes escritas, fotográficas e objetos tridimensionais encontrados em equipamentos de pesquisa e em trabalho de campo *in loco*.

Todavia não se propõe aqui uma análise de arqueologia histórica, pois não se parte de uma metodologia arqueológica, mas sim histórica. Propõe-se um ensaio sobre a história de certo fenômeno que pode e merece ser conhecido por meio de objetos, e não apenas por textos. Talvez o termo mais apropriado seja história arqueológica, uma vez que a ênfase reside no caráter histórico da pesquisa realizada durante o curso de mestrado na UFMG sobre a memória do trabalho ferroviário no oeste de Minas.¹¹ Inevitavelmente, esta pesquisa defrontou-se com todo um complexo universo material de bens móveis, além de edificações da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX, relacionado ao transporte sobre trilhos. Figuram neste conjunto locomotivas, vagões, trilhos, estações, casas de ferroviários, oficinas, rotundas e mobiliário. Ao buscar construir conhecimento sobre esses objetos, o historiador pode compreender melhor a cultura ferroviária que marcou gerações no Brasil até a segunda metade do século XX.

Em Belo Horizonte existe um relevante e diversificado acervo arqueológico ferroviário preservado em três museus ligados ao tema ferroviário de maneira mais ou menos direta: o MHAB, o MAO e o Museu da RFFSA. O MHAB se propõe a ser o museu da cidade de Belo Horizonte e efetiva-

mente tem uma política de acervo característica de um museu de cidade. Seu acervo é composto por uma enorme diversidade de objetos ligados às mais diferentes esferas da vida social na região do atual município de Belo Horizonte. Em uma de suas coleções, *Transportes*, encontra-se um objeto de grande porte que se remete à memória ferroviária: uma locomotiva que, ao longo do tempo, adquiriu o carinhoso nome de Mariquinhas. Está entre os maiores objetos do acervo do MHAB e encontra-se exposta na área externa do museu.

De acordo com os registros do Catálogo Geral do MHAB, a Mariquinhas seria uma locomotiva a vapor de manobra que teria sido usada no ramal férreo urbano construído para ligar o arraial de Belo Horizonte à EFCB durante os trabalhos de construção da cidade. Seu proprietário teria sido o empreiteiro e industrial Antônio Teixeira Rodrigues, Conde de Santa Marinha, que teria obtido “permissão, por parte da Comissão Construtora, para utilizá-la [a Mariquinhas] com seus vagonetes, no transporte de materiais de construção”. A locomotiva seria da marca Baldwin, fabricada nos Estados Unidos em 1874. Após a construção da cidade, teria sido vendida a um empreiteiro desconhecido de Conselheiro Lafaiete e, depois, adquirida pelo governo do Estado e restaurada nas oficinas ferroviárias de Divinópolis. Teria sido desativada na década de 1920 e enviada à Feira Permanente de Amostras, onde ficou exibida até 1942, quando foi transferida ao Museu Histórico de Belo Horizonte, atual MHAB.¹²

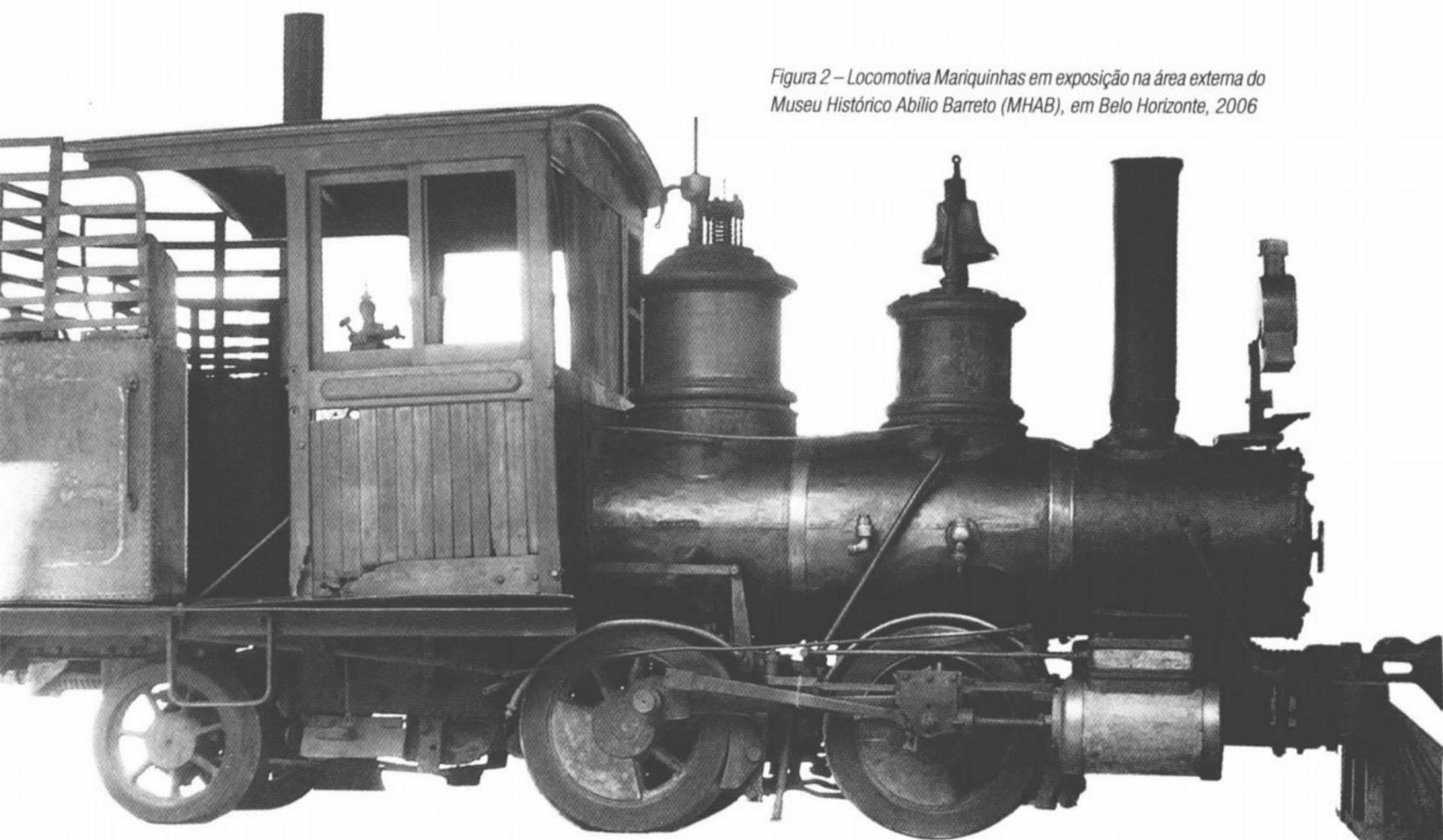


Figura 2 – Locomotiva Mariquinhas em exposição na área externa do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), em Belo Horizonte, 2006

Porém algumas das informações constantes no catálogo do MHAB podem ser questionadas à luz de uma pesquisa mais profunda sobre este objeto. Ao se analisar a própria peça, não há elementos que sejam diretamente remetidos à marca da empresa Baldwin Locomotive Works, como é o caso das locomotivas de transporte em outros museus ferroviários, tais como o Museu da RFFSA e o Museu Ferroviário de São João del Rei.



Figura 3 – Placas de fábrica da Baldwin Locomotive Works no Museu da RFFSA em Belo Horizonte, 2001

De fato, há a seguinte inscrição na parte exterior da caldeira: “13/05/76”. No entanto, novamente não é possível afirmar que essa locomotiva tenha sido fabricada exatamente na data mencionada. Sabe-se que o transporte sobre trilhos chegou em Minas Gerais em 1869 e em Ouro Preto, apenas na segunda metade da década de 1880. Portanto, se a Mariquinhas tiver sido realmente fabricada em 1876, há algumas possíveis hipóteses a serem levantadas: caso esta locomotiva tenha sido importada ainda na década de 1870, pode ter sido utilizada nos trabalhos de construção de ferrovias em Minas e outras partes do Brasil em diversas obras; se tiver sido importada apenas na década de 1890, para a construção de Belo Horizonte, é provável que tenha vindo para o Brasil após ter sido usada em obras nos Estados Unidos. Uma terceira hipótese também é plausível: a Mariquinhas, pertencente a um habitante abastado e utilizada na construção da nova capital republicana para Minas, pode ter sido montada no Brasil a partir de peças de diferentes locomotivas ou mesmo construída pela indústria

ferroviária nacional do século XIX. É importante lembrar que em Ribeirão Vermelho, cidade também analisada neste artigo, havia desde a década de 1880 um complexo de oficinas ferroviárias especializadas na montagem de locomotivas e vagões. Oficinas semelhantes foram instaladas em São João del Rei, ainda no final do século XIX, e em Lavras e Divinópolis, no início do século XX. Estas são somente hipóteses elaboradas com base em inferências ligadas ao trabalho cotidiano do autor deste texto no setor de pesquisa do MHAB.

Cabe também notar que a locomotiva em questão foi bastante degradada antes de incorporada ao MHAB, na década de 1940, como pode ser visto nas deformações de sua caldeira e em diversas danificações em suas peças. Preservou-se o todo, mas perderam-se muitos detalhes que poderiam contribuir na identificação de seus traços originais. O MHAB tem a intenção de empreender uma pesquisa no sentido de restaurar a Mariquinhas, o que certamente poderia trazer à tona elementos ainda obscuros desse objeto. Mesmo rodeada de dúvidas, a Mariquinhas é a única locomotiva de seu tipo exposta em um museu de Belo Horizonte, o que significa que ela foi preservada e pode ainda ser analisada graças à sua incorporação ao acervo do MHAB. Apesar de esse não ser um museu ferroviário, guarda um documento-monumento arqueológico relacionado à história da ferrovia em Belo Horizonte e Minas como um todo. Nessa instituição, há um registro falando que a Mariquinhas seria uma entre sete locomotivas utilizadas na construção da cidade. As outras seriam denominadas Belo Horizonte, Ouro Preto, Várzea do Marçal, Barbacena, Juiz de Fora e Paraúna – localidades cogitadas para ser uma nova capital (com exceção de Ouro Preto, que era a antiga capital). Deve-se, então, perguntar: o que foi feito das outras? Por que somente a Mariquinhas foi preservada? Questões de resposta imediata impossível, mas que podem ser levantadas de acordo com a análise deste monumento-documento. Jacques Le Goff, sobre este tipo de problema, afirma:

De facto, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efectuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.¹³

Além disso, em outro texto, Le Goff lembra que:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.¹⁴

Assim, a incorporação de peças em um museu histórico não é pura obra do acaso ou do tempo, mas da ação do ser humano no tempo e espaço. O esquecimento sobre as outras locomotivas utilizadas na construção da capital mineira e sobre a própria Mariquinhas contrasta com a relevância de sua efetiva presença na coleção e na exposição do MHAB. Monumento de valor histórico incalculável – por ser herança do passado – e, ao mesmo tempo, documento que contribui para a construção de conhecimento e que pode ser analisado por historiadores, Mariquinhas é a evidência de um outro tempo, em que a cidade se articulava com o transporte ferroviário.

No início de 2006, o MHAB inaugurou o módulo externo de sua exposição de longa duração, *Belo Horizonte: Tempo e Movimentos da Cidade Capital*, cuja temática é a história da cidade representada por objetos do acervo do próprio museu. A Mariquinhas recebeu lugar de destaque nesta exposição, sendo localizada entre o casarão e o edifício-sede do MHAB, em lugar elevado, de grande visibilidade no pátio, onde também se encontram o carro de boi, carro de bonde, elevador, prensa tipográfica, duas estátuas femininas, uma em tamanho natural, outra menor, e um mapa gigante do município de Belo Horizonte. A locomotiva ganhou ainda um abrigo de grandes proporções, composto por um pedestal retangular de aço e cimento, sobre o qual é exposta. É interessante notar que o projeto museográfico optou por encaixar as rodas da locomotiva em sulcos de baixo relevo na superfície do pedestal, e não sobre trilhos. Quatro colunas cilíndricas de aço, com cerca de 4 m de altura e 20 cm de diâmetro, sustentam uma cobertura de aço retangular de grande proporção. Inevitavelmente, todo visitante que transita pela área externa do museu depara-se com a antiga locomotiva, que descansa imponente em um jardim dedicado à memória da cidade.

O maior conjunto arquitetônico-arqueológico ferroviário de Belo Horizonte encontra-se no centro da cidade, em torno da atual Praça da Estação. A ferrovia está presente na capital desde seu planejamento e sua construção, na década de 1890. Até hoje, o centro da cidade planejada é cortado pelos trilhos da ferrovia e do metrô urbano de superfície. Parte

dos prédios na região da Praça da Estação está em uso para trabalhos do transporte sobre trilhos, enquanto outros estão desativados, como edifício da RFFSA. Alguns se tornaram ainda centros de referência em eventos artísticos e culturais, como a Casa do Conde e a Serraria Souza Pinto. Entre estes figuram o próprio edifício da Estação, atual sede do Museu de Artes e Ofícios.

O MAO foi implantado no edifício da antiga Estação Ferroviária de Belo Horizonte, originalmente pertencente à Estrada de Ferro Central do Brasil. Este edifício foi completamente restaurado para abrigar o museu, inaugurado em 2006. Apesar de seu acervo não conter objetos relacionados às artes e aos ofícios propriamente ferroviários, sua sede é, por si só, um monumento à memória da ferrovia em Minas Gerais. Além disso, o museu dialoga com o atual universo cotidiano do transporte sobre trilhos. Esse diálogo não se dá apenas pelo fato de o museu estar localizado no edifício da antiga estação ferroviária – prédio eclético do período da construção da cidade, reformado e ampliado no início da década de 1920 –, mas também pela interação física e visual entre o museu e as atuais estações ferroviária e de metrô que estão em funcionamento, por onde passam milhares de cidadãos cotidianamente. Através de uma parede de vidro, o visitante do MAO pode ver a plataforma da estação de metrô com seus usuários, que fica do outro lado com relação à plataforma desativada na qual se encontra exposto o tema *Transportes*. Os usuários do metrô, por sua vez, também podem observar o interior do museu, cuja coleção pretende preservar bens culturais relacionados ao mundo do trabalho.

Bem próximo a este exemplo de revitalização urbana que a Praça da Estação atualmente representa no cenário cultural de Belo Horizonte, encontra-se, em situação oposta, o Museu da RFFSA. Localizado no porão do edifício-sede da Superintendência Regional da RFFSA, edifício que originalmente era a sede da Efom na capital mineira, à Rua Sapucaí, este museu está fechado há mais de uma década. Seu acervo, patrimônio cultural público, por se tratar de uma empresa estatal, está quase completamente fora do alcance da população. Viola-se, assim, o direito cultural, já que parte da cidadania não pode ser exercida no caso do patrimônio cultural ferroviário guardado pela RFFSA em Belo Horizonte. Em parte, isso se explica pela privatização da concessão de uso da malha ferroviária empreendida

pelo governo federal em 1996. Outro motivo é a falta de sensibilidade das administrações da Superintendência Regional, que parecem sempre ignorar a importância e o valor histórico de seu próprio patrimônio. É fundamental esclarecer que, após 1996, a RFFSA passou a estar em um peculiar processo de liquidação permanente, que não se conclui pelo fato de a empresa ainda sofrer dezenas de milhares de ações trabalhistas na Justiça, sendo também proprietária de grande parte do seu patrimônio, incluindo trilhos, estações e acervos documentais.

Ao lado do museu desativado, encontra-se a Biblioteca da Superintendência Regional, também fechada e literalmente coberta de poeira. Durante o processo de pesquisa do presente autor nesta biblioteca, em 2002, o acesso ao acervo se realizava de uma maneira bastante particular. Após um penoso e cansativo processo de esclarecimento sobre os objetivos da pesquisa, convencimento de que seria importante conhecer a biblioteca e negociação com funcionários da RFFSA, foi conquistado o acesso ao acervo da biblioteca. Porém, como não havia bibliotecário ou qualquer outro funcionário diretamente responsável pela biblioteca, ninguém poderia acompanhar o pesquisador durante a consulta. Assim, para garantir que nada fosse roubado do acervo, o acesso à biblioteca seria possível com uma condição: o pesquisador deveria ficar trancado dentro da biblioteca, que possui janelas com grades, iluminação e instalação sanitária. Estabelecer-se-ia um horário para que um funcionário da RFFSA retornasse e destrancasse a porta da biblioteca-porão, permitindo a saída do pesquisador. Afortunadamente, em nenhuma das vezes em que este método de consulta foi utilizado, os funcionários da RFFSA deixaram de abrir a porta no horário acertado ou com poucos e angustiantes minutos de atraso. O acervo, totalmente desorganizado, sujo e largado às traças, amontoa-se em prateleiras, sem qualquer organização ou classificação. Foi necessária uma análise de todo o acervo, que durou cerca de dez meses, constatando ser de aproximadamente 15 mil volumes. Para a retirada dos livros selecionados, o empréstimo também se condicionava à entrega por parte do pesquisador de um documento seu, que seria retido até a devolução do material. Esta descrição pauta-se na realidade vivida durante meses pelo autor deste artigo.

Do lado externo no edifício, certo alento: uma locomotiva Baldwin, da Efom, da virada do século XIX ao século XX, ao lado de um vagão da



Figura 4 – Edifício da RFFSA e parte da locomotiva exibida em sua área externa, em Belo Horizonte, 2001

diretoria, também da Efom, ambos em bom estado de conservação, expostos como dois monumentos que insistem em vencer o desprezo muitas vezes recebido de seus gestores. Evidenciam ainda alguns traços de formas de maquinários não mais funcionais, como documentos que são, selecionados para a análise de suas potencialidades cognitivas sobre realidades passadas. É importante que a situação desse patrimônio cultural localizado no edifício da RFFSA em Belo Horizonte seja amplamente conhecida para que possam ser elaboradas diretrizes e empreendidas ações de defesa, proteção, preservação e divulgação dos elementos da memória relacionados ao transporte sobre trilhos.

Mudando de cenário, direciona-se o olhar à região centro-sul de Minas. Em São João del Rei, a situação do patrimônio cultural ferroviário pode ser considerada exemplar em nível nacional. A antiga Estação Ferroviária, desde 1983, abriga o Museu Ferroviário de São João del Rei, fundado quando o transporte de passageiros sobre trilhos se extinguiu na região sul de Minas. Entre esta cidade e Tiradentes existe o único trecho de bitola estreita – com largura de 76 cm entre os trilhos – em funcionamento no país, com 12 km de extensão. É, atualmente, um passeio turístico. Apesar da disposição dos elementos no interior do museu refletir em grande medida a memória legada pelos ideólogos e diretores da empresa, reproduzindo seus valores, a situação deste complexo ferroviário evidencia a possibilidade de ações de restauração e preservação do patrimônio cultural ferroviário.

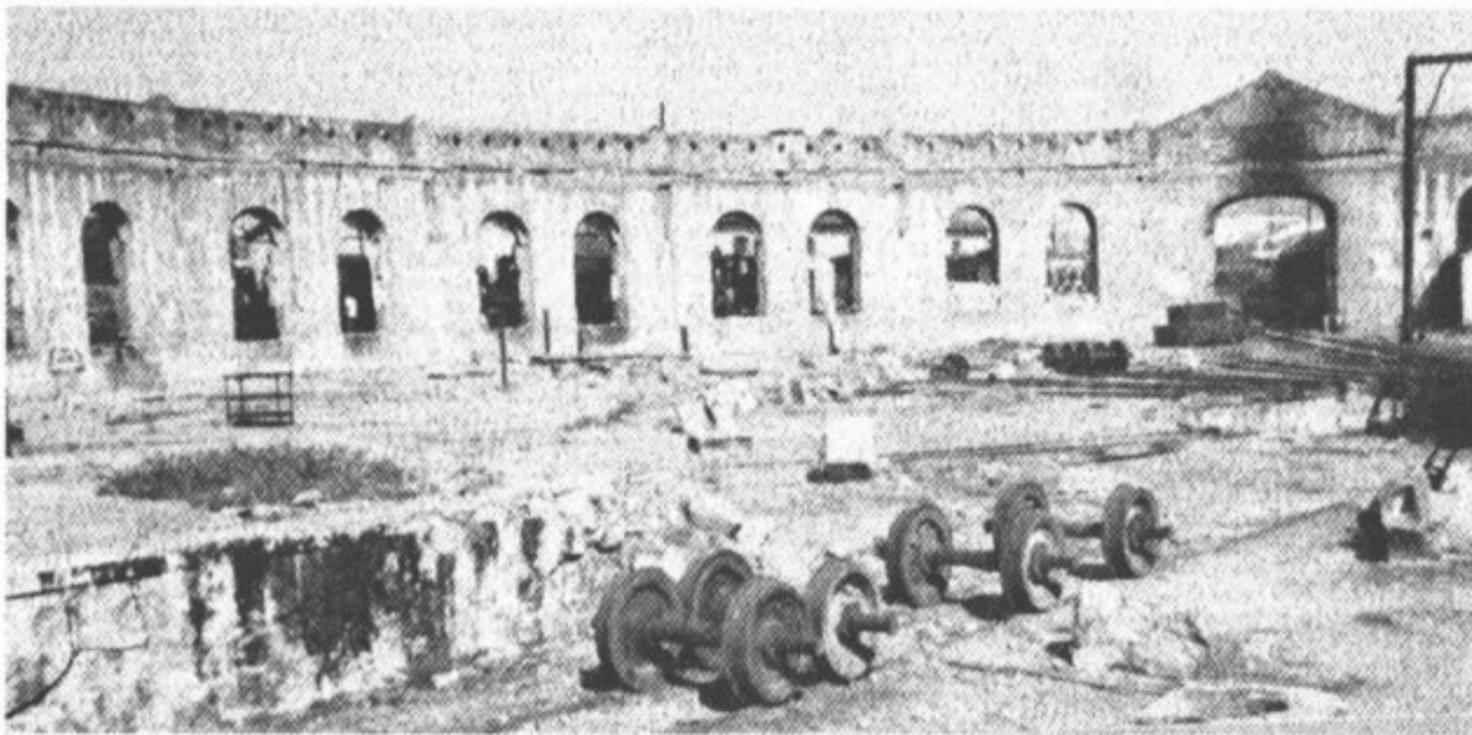


Figura 5 – Rotunda de São João del Rei, 1980: "Vista interna mostrando o estado de deterioração do prédio depois da demolição parcial que sofreu em 1977"⁶⁶

A estação e todo o pátio ferroviário de São João del Rei foram originalmente construídos pela Efom, primeira empresa privada de sociedade anônima do setor ferroviário sediada em Minas Gerais. Inaugurada em 1881, entre a estação de Sítio, próxima a Barbacena, nos trilhos da Estrada de Ferro Dom Pedro II (EFPII), e a cidade de São João del Rei, tinha o objetivo de ligar o oeste da província mineira aos litorais fluminense e paulista. Em 1899, esta empresa faliu, foi liquidada, leiloada e adquirida pelo governo federal. Passou, então, a ser uma das maiores empresas estatais do país no setor de transportes.

De acordo com uma publicação intitulada *Reconstrução da rotunda de São João del Rei*, de 1986, a rotunda foi

(...) parcialmente destruída em 1977, quando sua parte interna foi desmontada e retirada. (...) Do material retirado: colunas, grades, janelas e telhas, não se tem notícias. Sabe-se, no entanto, que foi recolhido às oficinas da RFFSA em Divinópolis e provavelmente vendido como sucata.¹⁵

Construída na década de 1890, a rotunda passou por um processo cuidadoso de reforma e restauro entre 1983 e 1984, após se encontrar em pior estado que a de Ribeirão Vermelho, como parte do *Projeto de Restauração e Revitalização do Pátio Ferroviário de São João del Rei*. O prédio foi também destinado a compor o museu ferroviário. A edificação está atualmente em bom estado de conservação. Internamente, é composta por um girador com 6,5 m de diâmetro, rodeado por 24 boxes, dois dos quais, ocupados pela



Figura 6 – Após o restauro, em 1984: “Um dos melhores ângulos da rotunda, com seu portão principal de entrada e jardins que a circundam”¹⁷

linha-tronco que atravessa o prédio por meio de dois grandes portões. É parte do museu, abrigando 17 locomotivas do final do século XIX e início do século XX que ainda funcionam, além de alguns vagões e uma locomotiva partida ao meio, possibilitando ao visitante visualizar seu interior.

No início da década de 1980, momento em que a ferrovia já havia quase completamente saído do cenário de transporte de passageiros e cargas leves, o governo federal criou, por meio do Ministério dos Transportes, o Preserve – Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes. Nesse programa, foi elaborada uma publicação sobre o processo de restauração da rotunda de São João del Rei em 1986.¹⁸ O responsável pela restauração e pela adaptação da rotunda foi o arquiteto Sérgio Santos Morais. Os trabalhos duraram de abril de 1983 a julho de 1984. É importante destacar o grande mérito de Morais e sua equipe, que realizaram um trabalho extremamente bem sucedido, modelo para todo o país e prova de que é possível reverter algumas situações de degradação, como as que são constatadas em outras cidades do sul de Minas.

O Projeto de Restauração e Revitalização do Pátio Ferroviário de São João del Rei foi desenvolvido durante a década de 1980. Com a desativação



Figura 7 – Aspecto interno do Museu Ferroviário em 1981¹⁹

do trecho entre Tiradentes a Antonio Carlos e São João del Rei a Aureliano Mourão, realizou-se uma intervenção no trecho de Tiradentes a São João del Rei, com o objetivo de preservá-lo para a memória. Constata-se que:

O projeto de Revitalização, além da rotunda, envolveu a recuperação do antigo almoxarifado, do armazém, das oficinas, do guarda-chaves, da carpintaria, dos muros externos e o remanejamento dos trechos de linha, criando-se espaços para jardins, urbanizando todo o pátio.¹⁹

De fato, graças a esse trabalho, empreendido de maneira pioneira no cenário da preservação do patrimônio ferroviário nos anos 1980, tem-se hoje o Museu Ferroviário de São João del Rei, que desde 2001 é administrado pela Ferrovia Centro-Atlântico (FCA). O museu conta com uma exposição permanente, a mesma há duas décadas, composta por objetos de médio e pequeno porte, fotografias, assim como diversas locomotivas, incluindo uma que está partida ao meio, o que possibilita a visualização de seu interior. Cabe também ressaltar que, no caso das locomotivas, este processo de restauração nem sempre seguiu à risca os modelos originais. É o caso da decisão de converter os motores das locomotivas utilizadas no trem turístico de madeira e carvão vegetal para óleo diesel, descaracterizando o funcionamento e poluindo mais o meio ambiente. Assim, o conhecimento e a memória sobre a experiência do Museu da RFFSA em São João del Rei é de suma relevância para que outras ações de intervenção positiva no patrimônio cultural sejam incentivadas, planejadas e empreendidas com igual sucesso e realizando aperfeiçoamentos.

Fora de museus, Minas Gerais tem o maior número de estações abandonadas e a maior malha de linhas férreas desativadas do Brasil. O último exemplo selecionado para esta análise é o do complexo ferroviário de Ribeirão Vermelho, na região centro-sul do Estado de Minas. Este patrimônio em forma de cultura material vive uma situação contrária à de Belo Horizonte e São João del Rei, o que demonstra o quanto a situação do patrimônio cultural ferroviário atual encontra-se entre exemplos de abandono e de preservação.

Ribeirão Vermelho é uma cidade que nasceu com a companhia Efom. Sua comunidade é composta por um grande número de ex-ferroviários, seus familiares e descendentes. Muitas de suas construções guardam marcas vestígios da ferrovia, trilhos são convertidos em cercas, bueiros e postes de



Figura 8 – Rotunda e a estação ferroviária de Ribeirão Vermelho, 2001

iluminação. Além da presença da ferrovia, a prefeitura da cidade é ornamentada com uma âncora, símbolo aparentemente estranho à realidade sertaneja. Mas é que Ribeirão Vermelho já foi também um porto fluvial do Rio Grande, navegável até Capetinga, no Triângulo Mineiro.

Em Ribeirão Vermelho encontra-se uma das maiores rotundas da América Latina, completamente abandonada e degradada. Suas telhas, importadas da França, seus postes de ferro e as armações de suas portas e janelas são saqueados freqüentemente. Segundo a publicação *Reconstrução da rotunda de São João del Rei*:

Pelo fato da rotunda de São João del Rey ter sido construída no mesmo período que a de Ribeirão Vermelho e sob a mesma administração, uma comparação entre as duas é inevitável. A segunda, de dimensões maiores, possui técnica construtiva sofisticada, considerando-se a época, tendo sido utilizada estrutura metálica para o telhado, proporcionando maior beleza em seu espaço interno, e colunas de ferro, ricamente ornamentadas com volutas e folhas estilizadas nas bases e nos capitéis.²¹

Os prédios das antigas oficinas também encontram-se em péssimo estado de conservação, exigindo atenção urgente. Esta comunidade pode ser estudada por antropólogos e historiadores como o palco de um tempo perdido. A situação de abandono de seu patrimônio arquitetônico não apa-

ga a memória, apesar de dar ao lugar um caráter sombrio, fantasmagórico. Ribeirão Vermelho merece um projeto de revitalização física e valorização da memória ferroviária de seus habitantes.

Conclui-se que a situação de lugares fundamentais da memória da Ecom – Belo Horizonte, Ribeirão Vermelho e São João del Rei – é extremamente contrastante, o que exige ações diversificadas. Documentos arquitetônicos e arqueológicos que compõem patrimônio histórico ferroviário encontram-se em uma situação de dispersão, entre casos de abandono e alguns exemplos de preservação. Estes documentos, parafraseando Jacques Le Goff, podem ser entendidos como monumentos dedicados à memória ferroviária, que foram concebidos por meio de estratégias de consagração e imortalização de certas versões e interpretações políticas e ideológicas. Mas os elementos que atualmente são visíveis e protegidos para servir à memória não deixam de ocultar silêncios e esquecimentos que se reproduzem e por vezes chegam a predominar.

Este artigo se encerra colocando três perspectivas. Primeira: a necessidade de um projeto de levantamento da situação do patrimônio arquitetônico ferroviário em Minas Gerais, pelo registro de imagens e depoimentos ao longo dos mais de 3 mil km de trilhos desativados no Estado. Segunda: a

Figura 9 – Interior da rotunda de Ribeirão Vermelho, 2001





Figura 10 – Edifício de antiga oficina ferroviária em Ribeirão Vermelho, 2001

construção de um guia que pudesse orientar o pesquisador a encontrar fontes para a história ferroviária nos diversos arquivos, bibliotecas e museus seria de relevância para a formulação de futuras pesquisas. Além disso, é possível realizar uma investigação de Arqueologia Histórica e Antropológica que capture em comunidades onde a memória ferroviária seja ainda marcante – como Ribeirão Vermelho – as formas pelas quais vestígios são apropriados culturalmente em uma sociedade marcada pelo trabalho ferroviário.

O estudo de artefatos relacionados à história ferroviária permite um exercício de Arqueologia Histórica, ou História Arqueológica, ou seja, o cruzamento e interlocução entre documentos textuais e tridimensionais. Esta é uma articulação possível e enriquecedora, pois permite conhecer melhor a realidade histórica.²²

Por outro lado, após analisar a memória de empreendimentos ferroviários entre 1880 e 1930 no oeste de Minas, suas promessas e efetivações, bem como as transformações sociais acarretadas, conclui-se ser fundamental realizar um diagnóstico das condições do transporte ferroviário atualmente no Estado – e no país – para que se avaliem a viabilidade e as potencialidades, os custos econômicos e os benefícios sociais da revitalização e, possivelmente, construção de novas ferrovias.

Notas

1. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990. p. 44.
2. PERKIN, Arnold. *The railway age*. London: Oxford University Press, 1976.
3. GERSCHENKRON, Alexander. *El atraso economico en su perspectiva histórica*. Barcelona: Ariel, 1968.
4. DAVID, Eduardo G. *127 anos de ferrovia*. Juiz de Fora: Associação de Engenheiros da E.F. Central do Brasil, 1985. p. 13. Entre 1854 e 1870, 700 km de trilhos foram assentados no Brasil; em 1890, o país já possuía 9.600 km de trilhos.
5. POSSAS, Lidia. *Mulheres, trens e trilhos – modernidade no sertão paulista*. Bauru: Edusc, 2001.
6. LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *A máquina, tração do progresso: memórias da ferrovia no oeste de Minas entre o sertão e a civilização – 1880 a 1930*. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2003.
7. SCHOPPA, René F. *A ferrovia é viável*. Rio de Janeiro: JMB editores, 1985. p. 27. Em 1900, a malha nacional era de 15 mil km, chegando a 30 mil km em 1925.
8. VAZ, Múcio Janssen. *Estrada de Ferro Oeste de Minas, trabalho histórico-descritivo*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.
9. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 14 ago. 2006.
10. Todas as fotografias são do autor, exceto quando indicado.
11. LIMA, Pablo. Idem.
12. MHAB. *Catálogo Geral*. MHAB 0513/94.
13. LE GOFF, Jacques. "Documento/Monumento". In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1 (Memória-História). Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p. 95.
14. LE GOFF, Jacques. In: *História e Memória* Op. cit. p. 426.
15. RFFSA – Gerência de Comunicação Social/Setor de Planejamento Visual e Gráfico. *Reconstrução da rotunda de São João Del Rei*. Belo Horizonte: RFFSA, 1986. p. 40.
16. Idem. Ibidem. p. 40.
17. Idem. p. 35.

18. Idem. p. 40.

19. Idem. p. 55.

20. GONÇALVES, Telma Lasmar. *Pequeno histórico da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM)*. Rio de Janeiro: RFFSA, 1996. p. 41.

21. RFFSA. Id. p. 35.

22. NAJJAR, Rosana. *Arqueologia Histórica: manual*. Brasília: Iphan, 2005.

2º DOSSIÊ

NUMISMÁTICA

Apresentação

A primeira moeda do Brasil independente

Índia Portuguesa - emissões de D. João III

O primeiro século

Ainda sobre moedas contramarcadas
como *Carimbo Piratini*

Iconografia e iconologia das medalhas
da Campanha do Paraguai concedidas
pelo Exército brasileiro

Apresentação

Rejane Maria Lobo Vieira

Este tem sido um ano auspicioso para o Departamento de Numismática do Museu Histórico Nacional. Com o apoio da Direção, da Coordenadoria Técnica, das chefias e dos técnicos das diversas áreas do Museu, conseguimos realizar um desejo antigo – a montagem do gabinete de Numismática como exposição permanente, inaugurada em 14 de março com o título de *Coleções de moedas – uma outra História*. Abordando aspectos do colecionismo, ela, de certa forma, complementa nossa mostra principal, *As moedas contam a História*, inaugurada em 2002.

Nesse mesmo dia 14 de março, véspera de seu 84º aniversário, nossa antiga chefe, a professora e numismata Dulce Ludolf, também sob a égide do Museu, lançou sua obra *A Numismática portuguesa continental na coleção do Museu Histórico Nacional* – não somente de fundamental interesse para os numismatas e estudiosos de diversas áreas, mas também um precioso catálogo de um núcleo privilegiado do acervo da instituição.

Foi também com grande satisfação que recebi a notícia de que o volume 38 dos *Anais do Museu Histórico Nacional* destinaria uma seção exclusivamente à Numismática e, mais tarde, de que teria a incumbência de coordená-la.

Desde o primeiro volume dos *Anais*, editado em 1940, o Museu tem registrado uma parte significativa da produção intelectual de numismatas como Edgard de Araújo Romero, Alfredo Solano de Barros, Iolanda Marcondes Portugal, Dulce Cardoso Ludolf, Antônio Pimentel Winz e Maria Bernardete Fernandes Gonçalves.

Em artigos publicados nos *Anais* também estão documentados trabalhos de técnicos de outras áreas do Museu, que, em algum momento de suas carreiras, também se dedicaram a estudos numismáticos e afins, como Mário Barata, Nilza Botelho, Fortunée Levy, Luís Marques Poliano e Maria Laura Ribeiro.

A partir de minha experiência como técnica e numismata do Museu Histórico Nacional, e talvez diferentemente de outros especialistas da área, penso que as moedas – ou o “dinheiro”, de modo geral, para incluir também o papel-moeda – despertam um interesse considerável em um público muito diversificado. Com frequência, a partir da classificação de uma “moeda antiga, achada no fundo de uma gaveta ou nos ‘guardados’ do avô”, pude observar que pessoas comuns, leigas, passaram a ter um olhar diferente sobre as moedas e a querer saber mais sobre elas e, até mesmo, colecioná-las.

Acessível, devido à sua durabilidade e à sua multiplicidade, a moeda talvez tenha sido, em primeiro lugar, um instrumento econômico. No entanto, ainda hoje ela é muito importante como testemunho e fonte para o estudo do passado. Ela pode nos “falar” sobre o desenvolvimento das técnicas, sobre os períodos de prosperidade e de crises econômicas, sobre o poder, a ideologia, as crenças e visões de mundo das diversas sociedades que as utilizaram.

Com esta ênfase na Numismática e como homenagem a uma grande profissional, gostaríamos de introduzir este dossiê com um trabalho recente e ainda inédito de Dulce Ludolf: “A primeira moeda do Brasil independente”.

Contamos, a seguir, com artigos de Anália Ramos Paniza, sobre as moedas cunhadas para circulação na Índia à época de D. João III, de Portugal; de Luís Augusto Galante, sobre aspectos da economia e da circulação monetária no Brasil do século XVII; de Cláudio Schroeder, a respeito da ainda polêmica questão dos carimbos da “República de Piratini” aplicados sobre moedas brasileiras; e de Regina Bibiani, sobre as medalhas da Guerra do Paraguai.

Agradeço à Direção do Museu Histórico Nacional e ao Centro de Referência Luso-Brasileira por esta prestigiosa iniciativa e aos autores, pelo cuidado com os trabalhos encaminhados aos nossos *Anais*.

A primeira moeda do Brasil independente

Dulce Ludolf

NOTA BIOGRÁFICA

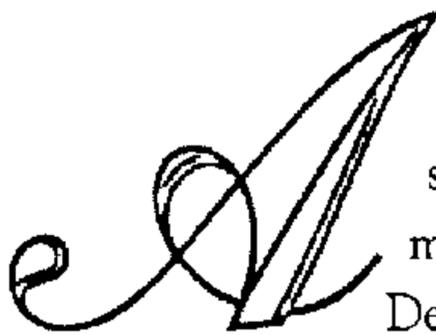
DULCE LUDOLF – Museóloga, numismata e professora do curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Uni-Rio). Foi decana do Centro de Ciências Humanas da mesma universidade e vice-diretora do Museu Histórico Nacional. Seus trabalhos, publicados isoladamente ou em periódicos especializados, ainda hoje são obras de referência para aqueles que se dedicam à Numismática e à história da cidade do Rio de Janeiro.

RESUMO

O presente artigo é um estudo numismático sobre as primeiras moedas do Brasil independente. Tais moedas foram ofertadas a D. Pedro I, em ocasião das solenidades de coroamento do imperador. O artigo ainda traz informações técnicas sobre os objetos, além de indicar seus possuidores e os locais que atualmente guardam essas moedas.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil, Primeiro Reinado, D. Pedro I, “Peça da Coroação”.

s transformações políticas por que passaram as nações refletem, nas suas moedas, fatos históricos por intermédio de símbolos representativos plenamente exemplificados na chamada "Peça da Coroação".

Descoberto em 1500 e colonizado pelos portugueses, o Brasil manteve-se como colônia até 1822, quando, no dia 7 de setembro, o Príncipe D. Pedro, proclamando a Independência, tornou-se o seu primeiro imperador.

D. João VI, rei de Portugal, que viera em 1808 para esta colônia da América, fugindo de seu país, invadido pelas forças de Napoleão, governou o Brasil até 1821. As decisões reais emanavam do poder instaurado em terras brasileiras, onde a Corte se instalou, trazendo benefícios para a colônia, que, em 1816, foi elevada à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves.

Ao se libertar do domínio francês, a metrópole portuguesa exigiu o retorno de D. João VI. No Brasil ficou D. Pedro, como regente e legítimo representante dos Bragança, à frente da colônia.

Esta situação não era do agrado da corte lusitana. Algumas manifestações de liberdade já haviam sido debeladas anteriormente em diversos pontos do território brasileiro, e natural seria que o espírito de nacionalidade, em tal situação, ressurgisse com mais intensidade.

D. Pedro, nascido em Portugal, mas radicado desde criança no Brasil, identificou-se com a terra e com o povo. Não mais se sujeitou às determinações da metrópole, inclusive a que exigia seu retorno a Lisboa, e reagiu contra a idéia de regressar a Portugal.

A evolução desses acontecimentos resultou na Proclamação da Independência, ocorrida em 1822, num ato que ficou registrado na história do país como o dia do "Grito do Ipiranga".

Partira o Príncipe Regente no mês anterior para a província de São Paulo – onde haviam surgido problemas que exigiam a sua presença –, quando, já de volta para o Rio de Janeiro, à altura do riacho Ipiranga, recebeu o Correio da Corte, que lhe trazia cartas de José Bonifácio e de D. Leopoldina. O correio também trazia decretos da corte de Lisboa, com novas e humilhantes imposições, que limitavam seus poderes e ameaçavam anulá-los caso não fossem observadas suas recomendações expressas.

D. Pedro fizera alto para descansar um pouco. De súbito, amassou os papéis que tinha nas mãos, pisou neles e bradou, revoltado: “É preciso acabar com isto!”. Saltou sobre o cavalo e marchou em direção ao Ipiranga, onde se encontrava o restante da comitiva. A guarda formou-se, e o príncipe, arrancando do chapéu a fita azul e branca com as cores de Portugal, bradou, a plenos pulmões: “Laços fora, soldados...”, continuando: “Camaradas, as Cortes de Lisboa querem mesmo escravizar o Brasil. Cumpre, portanto, declarar já a sua independência. Estamos definitivamente separados de Portugal. Independência ou Morte seja a nossa divisa!”¹

Estava, assim, proclamada a independência do Brasil.

Em 12 de outubro, a data de seu aniversário – em que completava 24 anos –, D. Pedro foi aclamado imperador do Brasil.

A solenidade da coroação

Pela primeira vez ocorreria na América tão faustosa solenidade, própria das cortes européias, há muito interrompida em Portugal – desde o desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer Quibir, em 1578.

A cerimônia, de caráter religioso, constituiu-se em um acontecimento da maior importância, reunindo representantes diplomáticos da Inglaterra, da França, da Áustria, da Rússia, da Prússia e o cônsul dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, que pediu permissão ao imperador para presenciá-la.

Uma comissão com membros civis e religiosos foi constituída para preparar e executar a programação festiva, destacando-se, na solenidade religiosa, o momento da oferenda, conforme o relato de Melo Moraes:

Lido o ofertório, avisado pelo Mestre de Cerimônia, desceu [o imperador] do trono e, precedido das pessoas já designadas, do Esmoler-mor, do Rev. Padre Mestre Frei Severino de Santo Antônio, e do Copeiro-mor, Ilmo. Sr. José de Magalhães Coutinho, que trazia na mão um riquíssimo vaso

de ouro com a oferenda, composta de muitas moedas do novo cunho das armas do Império, dirigiu-se ao altar e logo que chegou ao presbitério, o camarista lhe tirou a coroa, que sustentou nas mãos, e sua Majestade, ajoelhando-se ante o celebrante, apresentou-lhe a oferenda que recebera das mãos do Esmoler-mor e, recebendo outra vez a coroa, voltou ao trono com o mesmo acompanhamento. Terminada a oblata, o Imperador foi turificado em pé pelo Monsenhor Diácono.²

Registros manuscritos da Casa da Moeda referentes às moedas de ouro da coroação mencionam a cunhagem de 71 exemplares. No entanto, outros documentos da época referem-se à emissão de 64 peças, o que faz supor que sete dessas moedas não teriam saído da Casa da Moeda, talvez em decorrência de algum defeito de cunhagem – devendo ter sido excluídas por um processo corrente de seleção, como até hoje ocorre em relação a moedas defeituosas e que são desmonetizadas.

Dos 64 exemplares mencionados com maior freqüência, supõe-se que um teria sido apresentado ao imperador, ou guardado no medalheiro da Casa da Moeda. Na realidade, o vaso de ouro referido deveria conter 63 exemplares, entregues ao Inspetor da Capela Imperial para a oferenda, conforme Decreto Imperial de 19 de novembro de 1822, no qual estava expressa a ordem do Ministro da Fazenda ao tesoureiro-mor, mandando entregar ao Monsenhor Fidalgo Inspetor da Capela Imperial a importância de 403.200 réis em 63 peças de 6.400 réis com a efígie do imperador, e que também criou a Bandeira e determinou a feitura da coroa e do cetro imperiais.³

De fato, foram os exemplares distribuídos às autoridades presentes, entre elas os representantes diplomáticos que assistiram ao ato solene que instituiu o Império do Brasil.

A 'Peça da Coroação' e sua Descrição

Petrus.D.G.Brasiliae.Imperator

Busto laureado do imperador D. Pedro I de perfil à esquerda. No exergo, a data 1822 e a letra monetária "R", entre cruzetas. No corte do busto, o nome do gravador, Z. Ferrez.

Reverso: Armas do Brasil Império encimadas pela coroa real. No escudo, entre os braços da cruz de Cristo, a inscrição "In Hoc Sign Vin". Círculo de aspas no limite externo da orla. Serrilha de cordão.

Diâmetro: 32 mm.

O gravador do cunho de anverso foi o artista Zeferino Ferrez, e o do reverso, Thomé Joaquim da Silva Veiga.

Os Possuidores da Famosa 'Peça da Coroação'

O numismata Kurt Prober comenta o seguinte:

Das 64 moedas cunhadas da Peça da Coroação, conhecemos em coleções brasileiras apenas 11 exemplares autênticos: Coleção Viúva Carlos Costa Pinto, Salvador; Arthur M. Sampaio, Rio; Augusto V. Corsino, Rio; Geraldo V. Azevedo, São Paulo; D. Edith L. Werneck, Rio; Museu Histórico Nacional, Rio; Casa da Moeda do Brasil, Rio; Renzo Pagliari, São Paulo; D. Irene de Almeida Giorgi, São Paulo; Hélio Sant'Ana, São Paulo, e José B. Moura, São Paulo.⁴

Do *Informativo Filatelia*, transcrevemos:

Pela importância de NCr\$ 30.000,00, segundo uns, ou 40.000,00, segundo outros, o Dr. Augusto V. Corsino (Rio de Janeiro) vendeu seu bonito 6.400 de 1822 R, mais conhecido como "Peça da Coroação" da sua fabulosa coleção de ouro. O feliz adquirente foi o médico e adiantado numismata do Rio de Janeiro D. José Curi Netto. Como já é do conhecimento geral, são os únicos possuidores de tal raridade os Srs. Renzo Pagliari, D. Irene Almeida Giorgi, Hélio de Almeida, Geraldo Vicente de Azevedo e José Benedito de Moura (São Paulo), Viúva Carlos Costa Pinto (Salvador), D. Edith Werneck, Arthur Sampaio, Dr. José Curi Netto, Museu Histórico Nacional e Casa da Moeda (Rio de Janeiro).⁵

Informações mais recentes, divulgadas pelo numismata e pesquisador sul-riograndense Cláudio Schroeder,⁶ mencionam a existência de 16 exemplares localizados da "Peça da Coroação": dois no Museu de Valores do Banco Central do Brasil, em Brasília; três no Rio de Janeiro, sendo: um no Museu do Centro Cultural Banco do Brasil, um no Museu Histórico Nacional e um em coleção particular; sete em São Paulo, sendo: um no Museu do Centro Cultural Itaú e seis em coleções particulares; um em uma coleção particular de Salvador; um no Museu Numismático Português, em Lisboa, onde também encontra-se mais um exemplar em coleção particular; e um último exemplar – que pertenceu à antiga coleção de Álvaro de Azevedo Ramos e depois, ao financista e colecionador Louis Eliasberg, e

que foi leiloado em abril de 2005, nos Estados Unidos, e adquirido pela firma Stack's Rare Coins, de Nova Iorque.

Uma informação pouco divulgada nos meios numismáticos é a de que só existem, até este momento, dois ensaios de cobre conhecidos da “Peça da Coroação”. Os ensaios chegam a ser considerados, por alguns especialistas, como até mais raros do que as próprias moedas, embora menos valiosos. Um deles pertence ao acervo do Museu Histórico Nacional.

Notas

1. PINTO, Luiz. *História do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, Editor, 1984. p. 227-228.
2. MELO MORAIS, Alexandre José de. *História do Brasil Reino a Brasil Império*. Rio de Janeiro: Pinheiro e Cia., 1871. p. 406.
3. Decreto Imperial de 19 de novembro de 1822, *Collecção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, volume I, parte 1, 1846.
4. PROBER, Kurt. *Catálogo das moedas brasileiras*. São Paulo: Canton, 1966. p. 58.
5. COIMBRA, Álvaro. “Sobre a Peça da Coroação”. In BRASIL. *Filatelia*. Ano V, janeiro de 1969, n. 52. São Paulo: Fontoura Wyeth S. A. p. 5.
6. SCHROEDER, Cláudio. *6\$400 Réis, 1822 R – A Peça da Coroação – venda de uma moeda em abril de 2005*. São Paulo, Sociedade Numismática Brasileira, boletim n. 55, p. 41-44.

Índia portuguesa – emissões de D. João III

Anália Ramos Perpétuo Paniza

NOTA BIOGRÁFICA

ANÁLIA RAMOS PERPÉTUO PANIZA – Bacharel em Museologia pela Unirio. Foi palestrante do Congresso Internacional da Sociedade de Numismática de São Paulo (2003/2004) e do XIII Congresso Internacional de Numismática, realizado em Madri (2003). Foi assistente de curadoria de uma exposição temporária para o CCBB, 2003/2004, e colaborou na seleção de peças do acervo numismático do MHN para a exposição *As moedas contam a História*.

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar a importância da moeda para o reinado de D. João III na Índia Portuguesa. Para tanto, foram analisadas as moedas existentes no Departamento de Numismática do Museu Histórico Nacional.

PALAVRAS-CHAVE

Expansão marítima portuguesa, D. João III, moeda, Numismática; Museu Histórico Nacional.

 Numismática da Índia Portuguesa difere em muito das moedas de outras colônias pela grande variedade dos tipos produzidos, com desenhos toscos, grosseiros, apresentando muitas vezes cunhos imperfeitos e com falta de parte da gravura. Geralmente, essas peças mostram-se muito gastas pelo uso, pela circulação e também pela própria deterioração do metal amoedado.

O Departamento de Numismática do Museu Histórico Nacional possui um conjunto de moedas da Índia Portuguesa que abrange desde o reinado de D. Manuel I até o de D. Carlos I, tendo-se limitado este estudo ao período de D. João III.

D. João III, o Piedoso, filho primogênito de D. Manuel I, ascendeu ao trono em 1521, sendo o décimo quinto rei de Portugal e o sexto da dinastia de Avis. Foi aclamado em Goa, capital da Índia Portuguesa, em 23 de agosto de 1522, oito meses após tê-lo sido na metrópole. A comunicação entre Goa e a metrópole fazia-se anualmente e em períodos determinados devido aos ciclones e monções, que marcavam as épocas de ida e vinda das armadas.

O governo da Índia foi entregue a vice-reis e governadores, que presidiam o Conselho e expediam ordens gerais por meio de cartas de lei e alvarás,¹ mas poucos teriam mandado lavrar moedas. Circulavam, concomitantemente com as moedas locais, as que eram mandadas lavrar pelos governadores. Em alguns governos, não consta alteração da moeda, apesar de haver documentos com a ordem para a cunhagem. É possível que, mesmo com a documentação indicando a cunhagem, ela não tenha sido realizada.

A moeda para a Índia cunhada nesse reinado foi produzida nas casas monetárias de Goa, Malaca e Cochim, em ouro, prata, cobre e calaim. Grande parte das moedas de Goa foi lavrada nessa oficina monetária. Em

alguns períodos, a oficina não funcionava por determinação da metrópole ou da província, suspendendo-se a cunhagem de determinado metal ou denominação.

Nos tipos e legendas das moedas que mandavam lavrar, os monarcas usavam títulos que divulgavam suas conquistas, bem como divisas particulares. D. João III utilizou os títulos e divisa de seus antecessores. Nas moedas da metrópole, encontram-se gravadas, nos períodos correspondentes, letras designativas dos títulos e divisa, sendo que, em algumas moedas de Goa, também se encontra estabelecido esse uso. As primeiras emissões desse reinado apresentam a esfera armilar no reverso da moeda – divisa de D. Manuel I, utilizada por D. João III em suas emissões na Índia.

As oficinas monetárias utilizavam marcas, um sinal distintivo particular que indicava o lugar onde a moeda havia sido lavrada ou onde ela deveria circular. Assim, a marca da oficina monetária das moedas cunhadas em Goa seria G, ou G-A; em Malaca, A-M; e, em Cochim, C, mas poucas moedas foram lavradas com letra monetária nesse período. Os tipos que aparecem nas moedas são a esfera armilar, a cruz grega, a cruz de São Jorge, a efígie de um santo, o escudo de armas e a inicial do nome do rei coroada.

A cruz aparece de formas variadas, como um símbolo cruciforme, ou fazendo parte de uma composição ou isolada e em dimensões diferentes, sendo uma das características mais constantes na moeda portuguesa.² Apresenta-se como a cruz de São Jorge, a cruz grega, como quinas dispostas em cruz no escudo de armas, iniciando a legenda, e em pontos dispostos em cruz ladeando o escudo de armas, com a inicial “y” do nome do rei.

Na Índia, durante o reinado de D. João III, nas moedas dos diversos metais não se observam algarismos gravados indicando o ano da cunhagem e o valor. Um dos requisitos essenciais para se conhecer a época em que a moeda foi cunhada e o seu valor é o peso. O peso é, portanto, um fator importantíssimo para a determinação da denominação de uma peça.³

Moedas cunhadas em ouro e prata, metais nobres, foram utilizadas com outras finalidades e também passaram pela prática do cerceio, que é uma fraude usada para se apoderar do metal, diminuindo o peso, e que geralmente consiste em cortar ou limar os bordos das moedas.⁴ Na Índia Portuguesa, o metal mais utilizado foi o cobre, e é surpreendente tomar conhecimento de que “(...) nas necessidades instantes era preferido o calaim, porque ele,

impróprio para o fabrico de utensílios, não derivava para a terra firme, como sucedia ao cobre, delícia de caldeireiros e fundidores particulares”.⁵

Em 1519, Diogo Lopes de Sequeira, no reinado de D. Manuel I, promulgou uma ordem para que não fossem cunhadas moedas de ouro e prata, mas que continuassem a cunhagem de cobre.⁶ Após trinta anos, a casa da Moeda de Goa voltaria a cunhar moedas de ouro com tipos novos. Nesse período, o apóstolo São Tomé tornou-se padroeiro da Índia, sendo adotada a efígie do santo nas moedas de ouro.

Neste reinado foi cunhado, em ouro, o escudo São Tomé, de 20 ½ quilates, que valia mil reais e pesava aproximadamente 9,40 g; era produzido em Lisboa para circulação no território da Índia Portuguesa e tinha o escudo de armas coroado no anverso e a efígie de São Tomé, de pé, no reverso. Em Goa, no governo de Garcia de Sá, as primeiras moedas cunhadas com a efígie do santo foram os pardaus São Tomé, em ouro de 20 e ½ quilates, com 3,43 g e no valor de 6 tangas, ou 360 reais.⁷ Devido à qualidade dos cunhos, é possível que eles tenham sido abertos em Lisboa, tendo, como tipo, o escudo de armas coroado no anverso e a efígie do santo ladeado pelas letras S-T,⁸ e em Cochim, com cunho nativo, apresentando a letra C ladeando o escudo de armas à direita, considerada como a letra monetária de Cochim.

Em prata, cunhado em Goa, o patacão de São Tomé de 11 dinheiros, com o peso inicial de 27,1 g, equivalia a seis tangas, ou 360 reais. Como tipos, o escudo de armas coroado, ladeado pelas letras monetárias A-G (invertidas), no anverso, e a efígie de São Tomé, de pé, à esquerda, ladeada pelas letras T-S (invertidas).⁹

Em cobre, foram cunhados em Goa o leal e o meio leal, pesando, em média, 15 g e 8 g, respectivamente; dinheiros, com peso de 3,9 g; bazarucos, meios bazarucos e quartos de bazaruco com pesos de 7,7 g a 9,1 g; 3,2 g a 4,6 g e 0,6 g a 0,9 g, respectivamente. O tipo dessas moedas apresenta a inicial do rei, “y”, encimada por coroa real no anverso e, no reverso, a cruz grega cantonada por pontos e a esfera armilar. A oficina monetária de Cochim teria produzido, em cobre, a moeda de quatro bazarucos, com o peso de 19,8 g a 20,9 g, tendo, como tipo de anverso, o escudo de armas e, no reverso, as letras BC-O, em duas linhas, levando à atribuição desta cunhagem a Cochim.¹⁰ A oficina monetária de Cochim dedicou-se à cunhagem de cobre para atender às necessidades do comércio.

Em Malaca, em calaim, foram cunhados soldos e dinheiros com peso aproximado de 4,3 g a 6,2 g e de 3,6 g a 3,9 g, respectivamente, e com o tipo de anverso apresentando a cruz de São Jorge e, no reverso, a esfera armilar. Uma segunda série, com gravura bem elaborada, sugere que a cunhagem do bastardo, soldo e dinheiro com pesos de 9,3 g, 3,4 g e 2,0 g, respectivamente, teria sido feita em Lisboa para circular em Malaca, com cunhos enviados de Lisboa ou possivelmente por um moedeiro vindo da metrópole.¹¹ O bastardo apresenta como tipo, no anverso, o escudo de armas portuguesas e, no reverso, a esfera armilar. No soldo e no dinheiro, o anverso apresenta a Cruz de São Jorge vazada e no reverso, a esfera armilar.

A Numismática indo-portuguesa tem características peculiares e distancia-se da metrópole – a qual evidencia uma preocupação com os elementos da gravura, dos símbolos e legendas, bem como uma superior qualidade no acabamento. Como ocorria na metrópole, a Índia também dispunha de documentação que regulamentava a cunhagem da moeda, mas é possível que a distância com a metrópole e a falta de habilidade e preparo dos abridores de cunhos favorecesse a não-observância das determinações reais e a imperfeição dos cunhos e variantes, constituindo um grupo de moedas instigante e sedutor.

Notas

1. Cf. ARAGÃO, A. C. Teixeira de. *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874-1880, tomo III. p. 68.
2. Cf. COUVREUR, Raul da Costa. *A cruz na moeda portuguesa e em particular a da Ordem de Cristo*, In: *Anais da U.A.M.O.C.*, Lisboa, 1943. p. 12.
3. GROGAN, H. T. *Numismática indo-portuguesa*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955. p. 13.
4. PROBER, Kurt. *Manual de Numismática*. Rio de Janeiro: 2ª edição do autor, 1945. p. 147.
5. CAMPOS, Manuel Joaquim de. "Numismática indo-portuguesa". Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 1901. p. 4.
6. CUNHA, J. Gerson da. *Contribuições para o estudo da Numismática indo-portuguesa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956. p. 28.

7. VIEIRA, Rejane Maria Lobo (coord.). *Moedas portuguesas da época dos descobrimentos na coleção do Museu Histórico Nacional: 1383-1583*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional/Iphan, 2000. p. 169.

8. GOMES, Alberto, TRIGUEIROS, António Miguel. *Moedas portuguesas da época dos descobrimentos: 1385-1580*. Lisboa: ed. do autor, 1992.

9. Idem. p. 166.

10. Idem. p.165.

11. Idem. p.171.

O primeiro século

Luís Augusto Vicente Galante

NOTA BIOGRÁFICA

LUÍS AUGUSTO VICENTE GALANTE – Nasceu no Rio de Janeiro em 1964. Atualmente vive em Brasília, onde é funcionário público federal. Desde criança se interessa por moedas e faz doutorado sobre Numismática na Universidade de Brasília.

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o fornecimento e a circulação de moedas para o Brasil durante o século XVI. O Brasil era, então, uma colônia pobre e onerosa para Portugal, além disso estava expressamente proibido de cunhar moedas. O Brasil dependia, então, quase que totalmente, das moedas que chegavam de Portugal, situação que durou até o início do domínio espanhol. As diversas formas de circulação monetária serão também, examinadas neste texto.

PALAVRAS-CHAVE

Moedas, circulação, trocas, colonização, comércio.

As moedas, testemunhas imutáveis de nossa história, sempre existiram. No decorrer de séculos, elas acompanharam as tramas de conspirações, foram mencionadas nas reuniões de Estado, tiveram sua aparência discutida por altos funcionários e, embarcadas em navios, levariam ao mundo as faces de reis portugueses gravadas por sobre ouro brasileiro. O talhe econômico de diversos períodos determinou o tipo de circulação a que se prestaram, bem como o seu acúmulo ou a sua dolorosa ausência.

Acompanhar a trajetória do conjunto de moedas que circulou no Brasil é uma tarefa difícil e que, muitas vezes, baseia-se em fatos incidentais. Sabemos que havia moedas; sabemos, quase sempre, o lugar e o ano em que foram cunhadas, todavia mal podemos apreciar seu papel na história, e toda uma gama de acontecimentos provocados por elas pode permanecer esquecida.

Escrever sobre a numária do século XVI é uma tarefa especialmente trabalhosa. Dessa época recuada os registros são poucos, como poucos eram os habitantes da terra e, certamente, pouquíssimas eram as moedas que circulavam pelo território imenso e ermo.

Uma pergunta surge quase que naturalmente. Cabral levava moedas em seus navios? A resposta é sim. E devia levar muitas. Em primeiro lugar, o destino final da esquadra de Cabral eram os portos indianos, onde os metais nobres eram altamente valorizados. Cabral necessitava de metais para comprar especiarias. Segundo Magalhães Godinho:

Porque as naus já quase tinham feito o pleno da carga em Cochim, Cabral apenas embarca um pouco de gengibre e canela em Cranganor; o rei desta cidade, receando que a modéstia das compras resultasse da escassez de dinheiro, oferece vender a crédito: para o desenganar o capitão português, manda-lhe mostrar dois ou três cofres ainda cheios de peças de ouro.¹

Se Cabral possuía as moedas, por que será elas não desembarcaram em praias brasileiras? A resposta é simples. Porque o Brasil, como já foi dito, não era o ponto final de sua viagem. Ele chegou ao Brasil em uma viagem de reconhecimento; seu objetivo maior era a Índia, onde ele deveria comprar especiarias.

Cristóvão Colombo, ao chegar à América, oito anos antes, encontrou uma situação diversa. Ao contrário de Cabral, que tinha certeza de não ter chegado à Índia, Colombo tanto acreditava ter chegado àquele país que chamou seus habitantes de índios e deixou suas moedas desembarcarem livremente. Os nativos, que nunca haviam visto uma moeda metálica, receberam diversas delas em troca de produtos seus que interessavam aos espanhóis. Curiosamente essas moedas circularam com rapidez entre os recém-batizados índios. Apenas três dias após ter desembarcado, um dos navios de Colombo interceptou no mar uma canoa com um índio; este se dirigia para uma ilha do arquipélago onde Colombo desembarcou e levava com ele algumas blancas que havia recebido em uma troca.²

Do primeiro contato entre os colonizadores portugueses e os indígenas, estabeleceu-se a prática do escambo, que iria nortear os primeiros anos de nossa história. Essa prática, tão antiga quanto o país, supriu a falta de moedas. Quando os primeiros marinheiros portugueses desembarcaram, deram início a uma série de trocas com os indígenas em sinal de amizade. Se Pero Vaz de Caminha notou que os índios embarcaram pau-brasil e água sem pedir nada em troca, cumpre observar que tal fato foi devido ao favor para com os recém-chegados portugueses, cujo primeiro contato provocava admiração e deslumbramento. Travado o primeiro conhecimento, a troca de artigos passou a ser a regra. O estabelecimento da extração de pau-brasil, na qual a participação indígena era fundamental – tanto na derrubada das árvores quanto no transporte das toras –, generalizou a primeira corrente de trocas do país. As toras de madeira transportadas pelos índios eram trocadas basicamente por machados e facões de metal.

O escambo se estabelecia como o principal meio de intercâmbio. Segundo Maria Bárbara Levy:

Todas as provas existentes mostram que os índios traziam pau-brasil para uma feitoria, onde o feitor fazia a permuta com outros artigos e guardava a madeira até arribar uma nau portuguesa. O escambo era igualmente

necessário para a obtenção de alimentos. Também pagamentos dos gêneros alimentícios eram efetuados em mercadorias como: foices, podadeiras, enxadas, facas, machados, anzóis para serem trocados principalmente por farinha de mandioca.³

Essa colorida troca de produtos da terra por manufaturados europeus perdurou durante os primeiros anos da colonização, provocando situações por vezes pitorescas. Jean de Léry, cronista do estabelecimento francês no Rio de Janeiro, comentava em seu livro sobre uma índia que pedia espelhos aos franceses em troca de fazer seu papagaio amestrado falar. Esse processo não se mantinha apenas com papagaios palradores. Os calvinistas franceses sustentavam seus aliados indígenas com armas e ferramentas.⁴

Em 1550, por exemplo, em Tatuapara, Bahia, 159 alqueires de farinha da terra foram trocados com os índios por: um machado, cinco foices, sete enxadas, duas tesouras, 29 cunhas, 200 anzões maiores, 467 pequenos e 17 pontes.⁵

O passo seguinte à troca de produtos, onde provavelmente não existia uma equivalência de valores, seria o da troca direta de trabalho por artigos diversificados, com um estabelecimento progressivo de valores entre os bens trocados. Apesar de simples e direto, o escambo preparou a introdução de moedas. É necessário observar que as trocas praticadas entre portugueses e indígenas eram fundamentalmente diferentes das trocas que os índios faziam entre si. No primeiro caso, a prática é sistemática e regular e, sobretudo, visava ao lucro. No último, que deveria ocorrer de forma algo aleatória, a troca de objetos se fazia tanto por necessidade corriqueira como por prática ritual.

Era inevitável que um sistema de trocas com complexidade progressiva precedesse a introdução da moeda. Sendo o país habitado por tribos indígenas que não possuíam a sofisticação econômica e política dos impérios Asteca, Maia e Inca – que, ao que parece, elegiam produtos naturais para fazerem às vezes de moeda –, o início das trocas econômicas entre portugueses e índios não poderia ter sido diferente. Ainda que o indígena brasileiro tivesse sido confrontado com quantidades apreciáveis de moedas quando dos primeiros anos da colonização, sua reação, tal como a dos índios norte-americanos quando foram apresentados às moedas dos puritanos, teria sido de estranheza e descaso. As moedas eram o meio de troca eleito pelo

colonizador em função de mecanismos que não correspondiam à realidade do indígena. Ou seja, os colonos, em função da complexidade de suas práticas comerciais, que envolviam uma miríade de agentes e muitas vezes comportavam enormes distâncias para sua efetivação, tinham necessidade tanto de moedas quanto de um sofisticado sistema de crédito. Assim, as moedas, nas primeiras décadas após o descobrimento, só poderiam circular plenamente em uma sociedade que possuísse uma economia complexa e que houvesse, ainda que parcialmente, tido contato com uma economia monetária. Certamente esse não era o caso de nossos índios. É bastante possível que, nos primeiros anos da colonização, a circulação monetária houvesse seguido verdadeiras linhas étnicas, perdendo essa característica progressivamente à proporção que os índios e seus descendentes se integravam à economia e à sociedade dos portugueses. Há notícia de já ter sido encontrada uma moeda colonial em um sambaqui indígena. Não pudemos descobrir se essa moeda específica seria do século XVI, todavia é bastante revelador que essa moeda, encontrada em um sítio arqueológico indígena, estivesse abandonada em um lugar de despejo.⁶

No início da colonização, portanto, o escambo tornou-se a regra quase absoluta nas trocas. Em uma ordem bastante sintomática dada por D. Manuel ao capitão-mor de Pernambuco de 1534 está explicitado:

Todas as pessoas assim de meus reinos e senhorios como de fora deles, que à desta capitania forem, não poderão tratar, nem comprar, nem vender coisa alguma com os gentios da terra, e tratarão somente com o capitão e povoadores deles comprando, vendendo e resgatando com eles tudo o que puder haver. E quem o contrário fizer, hei por bem que perca em dobre toda a mercadoria.⁷

O interessante nessa quase determinação de como negociar é não haver menção a multas em dinheiro, sendo que o ônus ao transgressor é imposto pela perda da própria mercadoria. Nada mais típico de uma economia onde faltava moeda. No Regimento de 17 de dezembro de 1548, afirmava-se que eram usadas como moedas: machados, machadinhas, foices de cabo redondo, facas pequenas e tesouras de dúzia.⁸ Na segunda metade do século XVI, período em que as trocas monetárias aumentariam um pouco, Gandavo escrevia: “O dinheiro é pouco na terra, e assim vendem e trocam uma mercadoria por outra em seu justo preço”.⁹ Era o escambo permeando

o desenvolvimento da economia monetária.

É interessante notar que, nessa época, em Portugal se davam esmolas em açúcar.¹⁰ Já no início do século XVI, membros da Casa Real portuguesa recebiam tributos em açúcar. Na mesma época, diversos hospitais e instituições religiosas obtinham rendimentos em entregas desse produto. O açúcar em questão era proveniente das ilhas atlânticas. No Brasil, dada sua abundância, o hábito pegou e é mencionado o dote de mil cruzados anuais entregue por D. Sebastião ao recém-fundado Colégio de Pernambuco (1576).¹¹ O dote em questão era pago em açúcar. É praticamente certo que o açúcar permeasse as trocas dado seu valor e sua intensa procura, isso tanto no século XVI quanto no XVII, com conseqüências óbvias além do aumento das cáries na população colonial. Com a relativa falta de moedas, o açúcar ocupou seu lugar, pelo menos durante algum tempo, e notamos que a produção crescente, que era dada como garantia para empréstimos, provocava uma maior entrada na colônia de produtos europeus.¹²

A verdadeira introdução de moedas no Brasil deve ter se dado em meados do século XVI, quando já se justificava sua presença pela quantidade de europeus que se estabeleciam na colônia e pela necessidade de mediar as trocas. Todavia, nesses primeiros anos as moedas foram necessariamente bem poucas. A sociedade quinhentista produzia quase tudo de que necessitava. Seu padrão de vida extremamente rústico, sua estrutura fundiária de grandes propriedades (que só se estabeleceria em bases definitivas no fim do século), o estancamento do comércio – provocado pelas enormes distâncias permeadas de vazios populacionais –, a pobreza da população, bem como seu número extremamente reduzido e a utilização do trabalho escravo (tanto indígena quanto negro) não pago faziam dela uma sociedade de economia quase amonetária.¹³ Nesse período, o escambo não necessitou ser realmente complementado por formas mais sutis de trocas, como viria ocorrer com mais freqüência no século XVII.

A troca de ferramentas é bem típica do século XVI. De 1530 até as últimas décadas do século não deveria haver produtos agrícolas em quantidade para a troca. Nesse período de iniciação colonizadora, foi sintomático que ferramentas, tão incrivelmente úteis naquele sistema econômico que engatinhava, fossem percebidas como meios de troca de importância. Em um período onde ainda não havia nada como o açúcar, o ouro ou mesmo

o algodão, ou seja, meios de troca abundantes, procurados e valorizados economicamente, as ferramentas preencheram o vazio dos meios de troca. Podemos perceber, assim, algo de sua necessidade naquela época. E é certo que, nos dois séculos que se seguiram, os meios de troca não monetários seriam outros e as ferramentas não voltariam a ter tal aceitação como meio de troca.

A introdução de moedas parece ter recebido grande impulso quando do estabelecimento do Governo-Geral, em 1549. Com o conseqüente aumento do número de funcionários administrativos, o número de moedas que circulavam deve ter aumentado consideravelmente. Porém, em números absolutos, elas deveriam continuar sendo bem poucas. Antes de meados do século XVI a presença de moedas em nossa economia parece ter sido bem mais accidental do que premeditada. Nesse aspecto, pelo menos, o Brasil e as colônias portuguesas na Índia se pareciam. Lá, tal como no Brasil, o crescente número de funcionários e as diversas atividades militares impuseram a necessidade de moeda que circulasse e sustentasse o esforço de colonização. “A política de conquistas a ferro e fogo de Afonso de Albuquerque aumentou bastante as despesas militares e administrativas e, portanto, a necessidade de obter moeda para pagamento de funcionários e militares...”¹⁴ A necessidade de moedas aumentava conforme crescia o número de funcionários, as atividades comerciais e se estabelecia uma sociedade urbanizada. Isso deu ensejo à cunhagem e à disseminação de moedas portuguesas nas colônias. No caso brasileiro, as moedas foram introduzidas em um vazio de moedas metálicas e durante muitos anos as moedas portuguesas reinaram soberanas. Na Índia a coisa foi mais impressionante e as moedas portuguesas se impuseram sobre as moedas locais. Ali as moedas portuguesas, heroicamente, concorreram e disputaram espaço com outras.

As poucas moedas que chegavam de Portugal e desembarcavam nas praias brasileiras durante o período iam parar principalmente nas mãos dos párocos e dos oficiais de Justiça.¹⁵ Tal fato tornava muito cobiçados os cargos de escrivão e tabelião entre os emigrados portugueses, nos quais mesmo indivíduos de origem nobre não se importavam em trabalhar. A Companhia de Jesus fazia o papel de um banco, emprestando dinheiro. Ao lado dos mercadores, eram os jesuítas os habitantes da colônia em cujas mãos circulava mais dinheiro.

Os jesuítas eram mestres em economia e as casas religiosas se tornaram verdadeiras caixas dos colonos. A concentração de dinheiro em suas mãos pode ter se iniciado com a oferta de óbulos, mas, logo após, a população constatou que era menos arriscado entregar-lhes a soma de dinheiro amoedado de que dispusessem do que mantê-las em suas casas. A gestão dos bens de órfãos e ausentes também lhes foi confiada e logo surgiram os livros onde eram escriturados os empréstimos. No Brasil, como tradicionalmente ocorria entre os povos da Antigüidade, e mesmo na Europa Medieval, os templos foram as primeiras instituições de crédito.¹⁶

Essa habilidade econômica dos jesuítas, de resto, não se resume ao século XVI e ao Brasil. Nessa mesma época, a Companhia de Jesus atuava competentemente no comércio de importação e exportação no Extremo Oriente e, mais à frente, no século XVIII, os jesuítas se tornaram precursores no início da exploração econômica racional da Amazônia.

Tratando ainda dos jesuítas, em 1557, Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil, fornecia a cada um dos 28 membros da congregação no país, além de mantimentos, um cruzado em dinheiro. Dois anos depois, o governador entregava à ordem mais cinco mil réis e doze cruzados em ferramentas, fato esse mais do que significativo naquela época, em que pouco dinheiro circulava.¹⁷ Em janeiro de 1576, a ordem solicitou e obteve mais 2.200 cruzados em mantimentos e 500 cruzados em espécie para os colégios. Temos aí, então, mais um exemplo daquele característico entrecruzamento de dinheiro, mantimentos e ferramentas, de resto típico daquele século.

A introdução de moedas no Brasil, portanto, deve-se não ao desembarque de Cabral ou às atividades de patrulha de Martin Afonso de Souza, mas ao início de uma colonização européia e ao lançamento das fundações administrativas coloniais pelo governo português. Nesse aspecto, o Brasil seguiu o esquema sugerido por Fernand Braudel, através do qual era o Estado, por meio de suas instituições, o introdutor da moeda.¹⁸

Agora, cumpre perguntar: que tipo de moeda ou moedas iniciavam sua circulação no país em meados do século XVI? Ao que parece, havia no país um grande número de *São Vicentes* e meios *São Vicentes*, o que, dada sua quantidade, gerou até mesmo a hipótese de que poderiam ter sido cunhados em São Paulo.¹⁹ Essas moedas de ouro, cunhadas em Portugal a partir do reinado de D. João III, possuíam esse nome em virtude da figura do santo

gravada nela. Pesando cerca de 7,65 g e numa demonstração eloqüente das tendências imperiais da época, São Vicente sempre segura uma caravela nas mãos a palma do martírio.²⁰ Sobre a aparência dessas moedas, existe uma outra curiosidade. O papa Gregório XIII enviou ao rei D. Sebastião as setas que teriam matado São Sebastião. O rei, encantado com as relíquias, determinou que, a partir de então, as setas fossem colocadas no disco dessas moedas.²¹ Ao lado dos São Vicentes poderiam circular algumas outras moedas de ouro contemporâneas, como cruzados e portugueses, dos reinados de D. João III e D. Manuel I, porém é certo que estas estariam em franca minoria. Quanto às moedas de prata do reinado de D. Manuel, como tostões e vinténs, sabemos que muitas sobreviveram e circularam por mais de 150 anos, vindo a ser contramarcadas já em fins do século XVII.

Apesar do peso do tempo decorrido e do relativo silêncio das fontes, parece que nessa leva monetária que chegava ao Brasil, as moedas de ouro compareciam com uma proporção considerável, ou, pelo menos, elas são mencionadas com mais freqüência que as de prata.

Existem indícios de que, pouco após o início da entrada de moedas de ouro e prata no país, surgiu um fluxo que trazia moedas de cobre. Tal fato é bastante plausível. Por essa época, em Portugal, as moedas de cobre abundavam.²² Ao que parece, chegou a haver falsificação do numerário de cobre em Portugal. Com o objetivo de combater os falsificadores, foi decidido que o valor das moedas seria rebaixado de dez para três reais. Tal medida causou prejuízo aos colonos estabelecidos no Brasil, de onde partiram protestos. Assim, para compensar os produtores de açúcar, o governador-geral Mem de Sá resolveu prorrogar isenções aos produtores “como uma espécie de indenização pela perda sofrida na rebaixa que se decretou em toda a moeda de cobre, a fim de evitar o contrabando que dela se chegara a fazer”.²³

Sobre se houve contrabando de moedas falsas para o Brasil, o texto de Varnhagen é ambíguo. Todavia é crível que pelo menos algumas dessas moedas falsas tenham chegado ao Brasil. Se se tornaram um problema na colônia, é algo para o que não temos resposta. Provavelmente não, se levarmos em consideração o fato de que eram relativamente poucas as moedas no Brasil. Entretanto, é possível que tenhamos aqui o primeiro episódio da política estritamente monetária de Portugal afetando seu

território americano. Essas moedas de cobre eram, muito possivelmente, ceitis em sua maioria.

Feitas em Portugal, na cidade do Porto (com metal minerado no próprio país) e em Ceuta, na costa norte da África,²⁴ o feitio era uma moeda de pequeno tamanho, usada nas compras miúdas do dia-a-dia. Esse tipo de moeda, muito comum, chegou até nossos dias em considerável quantidade e seus diversos espécimes enchem as gavetas dos museus. O ceitil era uma moeda bem pequena e de pouco valor (cerca de 1/6 real).²⁵ Os exemplares que aqui chegavam deveriam ser majoritariamente dos reinados de D. João III e de D. Manuel I, em cujo reverso aparecia um castelo de três torres banhado pelo mar, que se dizia ser o Castelo de Ceuta.²⁶ A hipótese da forte presença de ceitis é bastante reforçada quando se tem em conta que pode ter havido uma redução na produção durante o reinado de D. João II (1481-1495) e depois essas moedas voltaram a ser cunhadas em grande quantidade pela época do Descobrimento.²⁷

Dentre as moedas de cobre, o ceitil deixa de ser mencionado quando começa o século XVII. Sabemos que o cobre em Portugal, drenado em grandes quantidades para a Índia, desaparece depois de 1580.²⁸ Não é de modo algum improvável que essa moeda, cuja difusão podemos atribuir à sua abundância em Portugal e à necessidade de moedas de que padecia o Brasil, tenha submergido em meio à avalanche de moedas de prata das colônias espanholas, que começaram a entrar no país a partir de 1580. Quando do domínio espanhol, o ceitil deixou de ser cunhado em Portugal e sua presença no Brasil ficaria relegada progressivamente a baús e fundo de gavetas. Além dos ceitis, certamente havia peças de cobre real em diversos valores.

Maria Bárbara Levy, citando Teixeira de Aragão, comenta que em São Vicente “cunharam-se”, até 1556, 5.172 marcos de ouro em São Vicentes e meios São Vicentes.²⁹ Não é muito plausível que uma casa da moeda tenha funcionado no país antes da Casa da Moeda da Bahia, fundada em 1694, pelo simples fato de que nunca se encontrou uma moeda que se comprovasse, sem qualquer dúvida, ter saído de tal casa, bem como pela falta quase total de documentação confiável a respeito. Atribuindo-se ao marco um peso de oito onças, ou seja, aproximadamente 218 g,³⁰ teríamos cerca de uma tonelada de ouro cunhado no Brasil circulando em São Vicente e áreas contíguas, o

que parece uma impossibilidade. Todavia os números de Teixeira de Aragão sugerem, pelo menos na região de São Vicente, a existência de um número apreciável dessas moedas. E mesmo esse engano pode parecer justificável quando lembramos que a Capitania de São Vicente, em meados do século XVI, era bastante próspera. Sob a liderança de uma sucessão de administradores capazes, a capitania de Martin Afonso de Souza não exibia ainda os sinais da assombrosa decadência que a iriam atingir na segunda metade do século. Em 1570, a rica capitania possuía 3 mil habitantes brancos, fora os de outras raças, e tinha quatro engenhos de cana em plena produção. O comércio era ativo e as relações com os índios era boa. Se a quantia de 5.172 marcos de ouro saídos de São Vicente é implausível, não o é de modo algum a possibilidade de uma quantidade de dinheiro relativamente grande (frente a outras capitanias) ter circulado naquele local, naquela época. O ouro de lavagem só seria explorado em fins desse século.³¹

Porém, qualquer que tenha sido o volume de moedas que circulou naquele período, é certo que o pagamento feito com elas era exceção. Naquela época o Brasil ainda era uma colônia pobre, onde, apesar dos pesares, o dinheiro entrava com dificuldade. Entre 1549 e 1553, de 1.201 pagamentos feitos na Bahia, 700 foram feitos em mercadorias, 156 em escambo e apenas 345 pagamentos foram realizados em dinheiro.³² O fato de apenas 28%, menos de um terço dos pagamentos naquela que era uma capitania real, com claras expectativas de receber moedas da Coroa, nos dá uma clara demonstração da precariedade dos meios de pagamento monetários. Esses números nos dão um testemunho claro e eloqüente de quão era insuficiente o numerário que circulava em meados do século.

No entanto, apesar do dinheiro em forma de moeda ter sido pouco, ele era bastante apreciado. Na década de 1570, um visitador da Companhia de Jesus explicava claramente as conseqüências de se possuir dinheiro em forma de moeda:

O segundo inconveniente é que, além de se pagar tão mal como está dito, muitas vezes compramos fiado por sessenta o que, com dinheiro na mão, compraríamos por trinta. Outras não compramos as coisas a tempo e em conjunção, pela mesma causa... Outras nos pagam em açúcar, o que nos custa muito, assim pelas quebras que tem, como pelo trabalho de cobrá-lo e beneficiá-lo e custas que se nisso fazem.³³

Ou seja, como em qualquer lugar na Europa durante o período, o simples fato de se possuir dinheiro era importante. E, como se nota a partir da explicação do jesuíta, a posse do dinheiro em nosso primeiro século de existência dava aquela elasticidade tão necessária para se comprarem artigos. A falta de dinheiro, por outro lado, implicava ter de pagar mais por um artigo, ou mesmo ser forçado a aceitar como meio de pagamento artigos que não fossem necessários.

O próprio governador-geral Mem de Sá recebia seu salário em mercadorias e é de se supor que era durante o governo de Mem de Sá que havia mais moedas circulando. No governo de seus dois antecessores, Duarte da Costa e Tomé de Souza, dada a precariedade da colonização, é possível que as moedas não fossem vistas com muita freqüência. Pode-se acreditar que essa situação, menos de um terço dos pagamentos feitos em dinheiro, ocorresse também no resto do Nordeste, que prosperava devido ao açúcar. Nas capitanias mais pobres e nas áreas de colonização recente, essa proporção deveria ser ainda menor. No caso da recém-fundada São Paulo, era vivo o contraste com a exuberância de São Vicente. Padre Manuel da Nóbrega, em uma carta datada de 1556, queixava-se ao seu superior, dizendo que “sendo a terra pobríssima não podia esta casa viver de esmolas”.³⁴

Brasil, Portugal e seu império colonial

Podemos nos perguntar: por que, enquanto na Índia, em pequenas cidades situadas ao longo da costa, e mesmo em Ceuta no Marrocos, os portugueses mandavam cunhar moedas de forma ativa, o Brasil ficava relegado à miséria monetária? Se o Brasil fazia parte de um Império que transportava metais por meio mundo, por que uma grande quantidade de ouro, prata e moedas não chegava aqui?

Durante esse período, era a Índia, onde os portugueses possuíam portos estratégicos ao longo da costa, a propiciadora do comércio mais lucrativo. Ao longo de 80 anos após a descoberta, a importância do Brasil no âmbito do império colonial português cresceu de forma contínua, porém lentamente. Somente quando da produção em massa de açúcar no Brasil, e quando a pressão holandesa no Oriente se tornou quase insuportável, com os holandeses conquistando diversas colônias portuguesas, o Brasil ocuparia um lugar de preeminência. Até cerca de 1580, as moedas que por aqui

chegavam vinham em sua esmagadora maioria de Portugal, sendo o Brasil uma colônia “marginal” nas rotas monetárias internacionais de então.

Nessa época, mesmo na Europa, o dinheiro amoedado não era uma entidade universal. Ali as classes médias urbanas angustiavam-se para terem moedas em mãos. Nos campos e em regiões mais pobres, para se dizer o mínimo, o dinheiro não aparecia com frequência. Portugal poderia ser considerado um Estado regularmente bem provido de ouro. Seu comércio com a costa ocidental da África rendia uma média de cerca de 400 kg anuais ao longo da primeira metade do século XVI. O metal dos São Vicentes que corriam no Brasil provinha daí. Todavia é certo que somente uma pequena fração dessas moedas chegava ao Brasil. A tendência generalizada era que essas moedas fossem embarcadas para a Índia, onde comprariam pimenta e outras especiarias, e para Antuérpia, onde eram trocadas pela tão necessária prata das minas tchecas e alemãs.³⁵

Os portugueses também conseguiam ouro do centro-sul da África e, novamente, o destino desse ouro era a Índia, onde era transformado em moedas na cidade de Goa. Essas moedas, conhecidas como São Tomés, tinham seu peso e toque de ouro definido por padrões indianos da região de Decan³⁶ e prestavam-se especialmente bem à circulação naquele subcontinente.³⁷ O Decan indiano era, então, um lugar de intensa circulação de ouro. Era a Índia, naquele momento, propiciadora de um comércio extremamente rentável, sendo que o Brasil deve mesmo sua descoberta a uma esquadra que tinha por destino final os portos indianos. Ademais, além de seu comércio ser mais proveitoso, a Índia se constituía numa civilização que já usava moedas havia milênios.³⁸ Sua sociedade, bem mais complexa que a européia, estava bem adaptada ao uso de moedas. Em seu território foram encontradas até mesmo moedas gregas e romanas.³⁹

Com efeito, a Índia há séculos é presa da economia monetária, em certa medida devido às suas ligações com o mundo mediterrânico visitado desde a Antigüidade pela moeda que de certo modo inventou e exportou para longe.⁴⁰

Tão adaptadas estavam algumas regiões do subcontinente às trocas monetárias que a falta de moeda poderia emperrar a economia local. Acompanhando o impulso, os portugueses ali cunhavam moedas continuamente e, durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521), havia casas fixas de cunhagem

em Goa – as mais ativas, Cochim e Málaca, esta na Península da Malásia.⁴¹ A Índia praticamente não produzia metais amoeáveis, ou seja, ouro, prata e cobre. Estes deveriam vir do oeste, trazidos por europeus e persas. As moedas de prata que circulavam, então, na Índia eram, na verdade, reais cunhados pelos espanhóis na América, levados pelos portugueses em seus navios e que depois eram derretidos para se cunharem rúpias. Era freqüente os indianos derreterem larins persas, que, por sua vez, na outra “encarnação monetária”, eram reais derretidos. Já as moedas de ouro eram feitas de ouro português trazido da África, ouro espanhol cunhado no México e cequins venezianos.⁴² A Índia deveria parecer, então, uma torre de babel monetária. Sua vitalidade era espantosa.

Cumpra lembrar ainda o seguinte: não parece ter existido no período um fluxo de moedas coloniais indianas para o Brasil. Seria de se esperar que, possuindo os portugueses feitorias na Índia e existindo comércio entre o Brasil e o subcontinente indiano, houvesse um fluxo de moedas indianas para cá. Todavia, sendo a Índia, em termos absolutos, um grande mercado consumidor de metais e moedas, pagando muito bem pelo ouro e pela prata de toda procedência que lá chegavam, tal fato não ocorreu. Ao contrário do que ocorreria no século XVIII, quando o numerário brasileiro se espalharia, em maior ou menor quantidade, por todo o Império colonial português, nessa época a Índia absorvia moedas, Portugal as fornecia e o Brasil era um receptor menor, absorvendo uma pequena parte do ouro que as frotas carregavam para os entrepostos indianos. Essa condição menor, dentro de um Império colonial muito rico, privou-nos, entre 1500 e 1580, de uma história numismática mais movimentada.

Ademais, o fato de a colônia contar com pouco menos de 60 mil habitantes⁴³ sob efetivo controle português em 1576, e estando esses habitantes dispersos sob enormes distâncias em pequenas cidades próximas ao litoral, não estimulava uma maior circulação das poucas moedas existentes. E essa circulação, além de se estagnar em sua pouca velocidade, deveria ser bastante concentrada, com o agravante de que, é praticamente certo, dependia consideravelmente do transporte marítimo para passar de uma cidade para outra, dada a precariedade dos meios de transporte terrestre. No século XVI, a circulação de moedas de uma cidade para outra ao longo do litoral era em boa medida oprimida pelos azares do tempo e pela

disponibilidade de embarcações.

Nosso país, “terra incógnita”, não tinha real demanda de numerário nos trinta anos após a descoberta, quando da chegada de colonos e da instalação da administração portuguesa, era mais proveitoso levar as moedas para a Índia. Ademais, frustrando as mais douradas expectativas portuguesas, o Brasil não produziu, nos primeiros dois séculos da descoberta, ouro em quantidade apreciável. Caso tivesse ocorrido uma descoberta vultosa de metais preciosos, a própria necessidade de controle e fiscalização justificaria a criação de uma casa da moeda e de mecanismos de controle apropriados, tal como ocorreu com as colônias espanholas do México e do Peru. Logo, o Brasil ainda não havia sido atingido por nenhuma das grandes correntes monetárias da época.

Nesse período, o fato de o próprio governador-geral receber seu salário, ou parte dele, em mercadorias é revelador da precariedade da circulação monetária. Gritante diferença seria efetuada entre meados do século XVI e o período que se iniciaria com a união das duas coroas ibéricas, que iria ocorrer em 1580, quando as moedas, pela primeira vez em nossa história, seriam abundantes.

1580: a união de duas coroas e o fluxo de prata

Quando morreu D. Henrique, rei de Portugal, o próximo na linha de sucessão ao trono era o rei da Espanha Felipe II, neto do rei português D. Manuel I. Obviamente não era muito encantador aos olhos portugueses ser governado por um rei espanhol. Todavia a crise que parecia que iria ocorrer não houve. Em troca de uma boa dose de autonomia, os portugueses concordaram em ser súditos de um monarca de seu sangue (a mãe de Felipe era portuguesa), que parecia respeitá-los, bem como a seus costumes. Assim, a Península Ibérica ficou reunida sob o cetro de um rei. Portugal e Espanha tornaram-se um só, porém nunca houve uma assimilação de Portugal e seu Império à Espanha.⁴¹ Felipe, naquele momento dono do Brasil, mudou-se para Lisboa e sufocou algumas pequenas tentativas de resistência. Aproveitando-se dessa situação e escudando-se na condição de súditos de uma mesma dinastia, comerciantes portugueses estabeleceram-se no Rio da Prata, no Peru e mesmo no México, de onde facilitavam o comércio entre esses lugares e Portugal.

Para a história de nossa Numismática, essa união foi de fundamental importância. Se o Brasil permaneceu na órbita de influência de Portugal, o país passava, então, a integrar um espaço comercial mais amplo. A relação do Brasil com as colônias espanholas na América do Sul até essa data era de quase total indiferença. Com o início da união entre Portugal e Espanha, um comércio regular pôde ser estabelecido com as colônias meridionais espanholas.

Dentro do grande sistema de comércio que se estabeleceu no Império colonial, o Brasil apresentava uma posição estratégica que não podia ser ignorada. Por estar próximo às fabulosas minas de prata bolivianas, o Brasil teria por si só alguma facilidade em captar algo do fluxo que as levava à Europa. Segundo Isabel Marson:

O Brasil era um ponto estratégico nas múltiplas ligações marítimas pelas quais captavam a prata espanhola. Barcos oriundos de Goa e Macau faziam escala na Bahia, onde deixavam mercadorias orientais e completavam suas cargas com açúcar, tabaco, pau-brasil, e moeda de prata. Outra rota muito próspera desenhava um tráfego triangular (Lisboa–África–Brasil–Lisboa): saindo de Portugal com panos, utensílios, metal e tabaco, os navios aportavam na África para comprar escravos: em seguida, desembarcavam os negros no Brasil e retornavam a Lisboa com os produtos da Bahia...⁴⁵

Nesse período, fins do século XVI, quando a importância relativa do Brasil começava a sobrepujar a da Índia, a captação de moedas de prata teve um papel que não pode ser negligenciado. O fluxo de moedas de prata das colônias espanholas (México e Bolívia) espalhou-se pelo mundo em quantidades quase inacreditáveis. A quantidade de dinheiro que circulava na Espanha nesse período era tanta que provocava inflação. Diversos países europeus, atentos a essa riqueza algo repentina, esforçavam-se em aprimorar sua indústria e vender manufaturados aos espanhóis para obter moedas para suas necessidades internas. Desde cerca de 1550 até o século XIX, a prata usada nas moedas européias vinha, em sua maior parte, das colônias americanas. Todavia, uma grande parte, senão a maior dela não permanecia na Europa.⁴⁶ Tanto a Pérsia como a Índia e a China eram grandes mercados consumidores de prata, fosse para a cunhagem de moedas ou para a confecção de jóias e objetos diversos. Toda essa prata, originalmente cunhada com a face dos reis espanhóis e as colunas de Hércules, iam

assumindo as mais diversas aparências à proporção que eram derretidas e tomavam novas formas.⁴⁷

Temos por certo que no Brasil, no último quarto do século XVI, havia uma tendência latente para a aquisição de moedas. Devido ao açúcar, a economia progredia rapidamente e, estando as minas bolivianas “ao alcance da mão”, é óbvio que mais cedo ou mais tarde se criariam mecanismos para a apropriação de parte da prata. Ao Brasil caberia o papel de fornecedor e intermediário dos artigos que faltavam no planalto boliviano. Essas compras, obviamente, seriam liquidadas com a prata produzida nas minas da colônia espanhola. Uma das primeiras viagens registradas, senão a primeira, que teve por objetivo praticar esse comércio foi a realizada por Francisco de Vitória, bispo de Tucumã, na atual Argentina. Em 1588 esse prelado organizou uma viagem de “reabastecimento espiritual e temporal” ao Brasil. Na primeira tentativa, os navios de Vitória foram apresados ainda no Rio da Prata por piratas ingleses. Vitória não desanimou e organizou outra tentativa. O bispo de Tucumã via longe e teve sucesso. Em troca de conservas e barris de gengibre, embarcados no Rio de Janeiro, de escravos e tecidos, embarcados na Bahia e de farinha de mandioca e de cem quintais de arroz obtidos em São Vicente, foram negociados pesos de prata.⁴⁸ Vitória gabava-se em alto e bom som de ter sido um desbravador comercial, o que, aliás, ele era de fato. De várias partes da América se rosnava contra ele e se dizia que ele era mais comerciante que padre. O que também era verdade.

Esse tipo de comércio cresceria muito nos quarenta anos seguintes. Brandão escrevia já no início do século seguinte: “[...] do Rio da Prata costumam navegar muitos peruleiros (praticantes desse tipo de comércio) em caravelas de pouco porte, onde trazem soma grande de patacas de quatro e oito reais trocando-as por fazendas das sortes que lhes são necessárias”⁴⁹.

O comerciante Francisco Soares informava em 1597 que os “peruleiros” traziam até o Rio de Janeiro de 15 a 20 mil ducados em ouro e prata lavrados no Peru e, não encontrando no Rio de Janeiro os artigos necessitados, navegavam até a Bahia e Pernambuco, deixando lá o dinheiro que haviam trazido.

Os peruleiros, ou negociantes do Peru, que aqui residem, vêm do Rio de Janeiro a este porto trazendo consigo 15 a 20 mil ducados, em reais de prata e ouro para empregá-los aqui em mercadorias; e não havendo nesta praça

artigos para comprar, esses mercadores do Peru vêm-se constrangidos a ir à Bahia, ou a Pernambuco, para ali aplicar seu dinheiro.⁵⁰

O relato de Francisco Soares é interessante por mencionar moedas de ouro. Nessa época, nem no Peru nem na Bolívia eram cunhadas moedas desse metal. Essas colônias espanholas eram ricas sobretudo em prata, ao contrário do México, que também produzia ouro. Moedas de ouro só foram produzidas no Peru a partir de 1696 e na Bolívia, de 1778 em diante.⁵¹ Parece, portanto, que Francisco Soares incorreu em erro. Resta a hipótese de as moedas de ouro referidas por Soares serem mexicanas, o que demonstraria já no fim do século XVI a amplitude das rotas comerciais entre as colônias do Império luso-espanhol.

A grande intermediária no comércio com as colônias espanholas era a província de Tucumã, situada no caminho fluvial que passava pelo Rio da Prata e levava ao Paraguai. A capital da província recebia barcos leves de 30 a 40 toneladas, que partiam com peças de prata e retornavam após quatro ou cinco meses, com escravos, ferro, tecidos e especiarias provenientes do Brasil. É interessante notar que, no Brasil, a prata entrava pelas capitânicas mais ricas, exportadoras de açúcar: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, que, por sua vez, podiam comprar os artigos que interessavam aos comerciantes platinos.⁵² O frete e os direitos cobrados nesses navios luso-brasileiros eram menores que os das frotas oficiais de Sevilha, o que ajuda a explicar o tamanho do tráfico com o Brasil.

O Brasil se beneficiava, então, de uma circunstância bem peculiar. Ao mesmo tempo em que a produção de prata peruana cresceu muito em fins dos quinhentos, as guerras de Felipe II no norte da Europa (Inglaterra e Holanda) tiveram o efeito de manter uma enorme quantidade de prata na América, tanto por necessidade quanto por medo de piratas das nações protestantes. Foi também em fins do século XVI que a coroa espanhola resolveu facilitar um pouco a vida de seus colonos e permitir que os tributos fossem pagos em mantimentos e moedas, em vez de exigir apenas moedas como em meados desse século.⁵³

Sobre essas moedas estrangeiras que faziam sua estréia na economia nacional, cumpre relacionar algumas de suas características. É certo que, pela primeira vez na história da colônia, moedas não-portuguesas entravam em grande volume. Não sabemos se, com a união das coroas portuguesa e

espanhola, o número de moedas cunhadas em Portugal diminuiu. Porém é certo que, no âmbito do novo Império que abrangia as colônias dos dois países, o numerário espanhol sobrepujava em muito o português.

As moedas das colônias espanholas, de prata, guardavam entre si uma relação de valor e proporção bem mais regular que a por vezes confusa mistura de moedas portuguesas, que apresentavam valores e pesos sempre cambiantes. Essas moedas espanholas, baseadas na grande peça de oito reais, tinham suas principais frações nas peças de quatro e dois reais. Tais moedas eram chamadas genericamente de macuquinas⁵⁴ e constituíram a primeira leva monetária capaz de satisfazer as necessidades de uma região na colônia.

Nos primeiros anos da reunião dos dois reinos, pelo menos algumas das moedas que chegavam até nossos portos vindas da Bolívia não tinham nem mesmo uma aparência que as identificasse como tal. Por volta do último decênio do século XVI, muitas das moedas bolivianas eram de feitio tosco e mal acabado. Tais moedas, ao contrário tanto das “peças de oito” como de suas divisionárias, que as substituiriam pouco mais tarde, eram apenas pedaços de metal prateado em que muitas vezes mal se percebia a marca da cunhagem.⁵⁵ Ao contrário das peças regularmente cunhadas, que chegaram aos nossos dias em considerável quantidade, poucas dessas “bolachas metálicas” sobreviveram. É interessante especular, mas impossível de se ter certeza, se essas moedas, com seu aspecto inusitado, eram derretidas para ter seu metal utilizado em baixelas e jóias. Naqueles tempos era comum derreter moedas para reaproveitar o metal, e não nos causaria admiração saber que essas peças de aparência tão amonetária fossem sistematicamente derretidas.⁵⁶

Todavia, apesar do caudal monetário que chegava, é importante frisar que os procedimentos de trocas com o elemento indígena, descritos no início deste artigo, continuavam ocorrendo. No Regimento de Francisco Geraldês, documento do último quarto do século XVI, determinava-se a proibição de entregar aos índios armas de fogo e armas brancas; entretanto, permitia-se a troca das antigas ferramentas:

[...] e que a dita defesa (proibição), se não entendesse em machados, machadinhas, fouces de cabo redondo, podões de mão unhas, facas pequenas, nem em tesouras pequenas de duzia, porque as ditas couzas se poderiam dar aos gentios e tratar com elas, e correrem por moeda pelos preços e taxas que lhes seriam postas, como té ao tal tempo correram [...] ⁵⁷

Mesmo quando se faziam cem anos da Descoberta, o escambo com os índios permanecia praticamente o mesmo. É importante notar que a relação de ferramentas feita por Francisco Geraudes é quase a mesma da do Regimento de 1548. O contato com o indígena que ainda se mantinha à margem da economia colonial era feito, tal como decorre ainda em nossos dias, pela troca de artigos necessários no dia-a-dia.

Nos últimos anos desse século inicial de nossa existência, já se definiam algumas tendências econômicas que iriam perdurar pelos próximos cem anos. A saber, a riqueza do Nordeste e o relativo empobrecimento da região de São Vicente, tendo o Rio de Janeiro ocupado uma posição intermediária. É praticamente impossível calcular a quantidade de dinheiro amoeado que circulava pelas diversas capitanias naquele período. Todavia já existem cálculos relativos à renda per capita da população de origem européia de algumas capitanias para o ano de 1593.⁵⁸ Assim, temos:

Capitania	Renda per capita
Pernambuco	9\$660
Ilhéus	7\$410
Espírito Santo	6\$660
Rio de Janeiro	5\$550
Bahia ⁵⁹	4\$660
Porto Seguro	3\$000
São Vicente	2\$770

O quadro acima, desde que examinado com o devido cuidado, permite-nos fazer algumas considerações. Certamente é impossível estabelecer um liame simplista entre montante da renda e quantidade de moedas circulando. Todavia o quadro, exibindo a riqueza relativa de diversas capitanias, sugere possíveis alcances do meio circulante. Já que nas ricas capitanias de Pernambuco e Ilhéus a renda era bem mais alta do que em São Vicente, é de se crer que nas duas primeiras deveriam circular mais moedas por habitante.

Nenhuma das capitanias relacionadas no quadro era produtora de moedas por essa época, ou seja, todas teriam de importar o artigo. Aliás, as

capitanias eram proibidas de cunhar moeda pelas Ordenações do Reino, ou seja, uma fonte interna estava definitivamente fora de questão.⁶⁰

Todas poderiam receber as moedas de prata provenientes das colônias espanholas. E, apesar de, desde o final do século XVI, o fazerem com relativa eficiência, todas as capitanias sofriam de dificuldades específicas em sua capacidade de importar moedas. Em princípio, as capitanias produtoras de açúcar poderiam apresentar maior capacidade de importar moedas, a fim de suprir suas necessidades. Mas sua economia, baseada em grandes propriedades de monoculturas, dedicadas essencialmente à exportação e à grande concentração de renda, atuava fortemente no sentido de inibir essas necessidades. As capitanias mais pobres, São Vicente e Porto Seguro, teriam na própria penúria um sério entrave a um meio circulante mais exuberante. São Vicente, inclusive, estava entrando em um período de acentuada decadência econômica com a emigração da população e um desvio para a economia de subsistência.

As capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro, conforme se pode depreender do quadro, situavam-se na média de renda da colônia. Eram capitanias que contavam com as benesses da coroa e poderiam, assim, receber um fluxo maior de moedas vindas de Portugal. Tanto uma como a outra eram centros irradiadores de colonização; no caso da Bahia, havia uma considerável população de origem européia e um bom número de funcionários públicos. Esses dados são bons indícios de que, para essas capitanias, as moedas portuguesas ainda deveriam afluir para o Rio e a Bahia, mesmo durante o domínio espanhol. A questão que resta é saber o montante desse fluxo, que, ao contrário do espanhol, dificilmente poderia ser considerável. O Rio de Janeiro, muito mais do que a Bahia, era notoriamente dependente de sua economia açucareira e pouco povoado, porém parece ter sido, dada sua proximidade, o pouso preferido dos comerciantes platinos que vinham trocar suas moedas. O estoque monetário dessas duas capitanias deveria, portanto, ser semelhante em termos proporcionais.

Em fins do século XVI, dessa forma, as moedas abundavam na Bahia e nas cidades portuárias de onde o açúcar era embarcado. As moedas de origem espanhola aumentavam rapidamente, em proporção às velhas moedas portuguesas. O grosso do numerário era de prata, cunhada esta na Bolívia e no Peru.

Nesse período, a prata desviada das colônias espanholas começava a se fazer sentir nas rotas comerciais luso-brasileiras.

Já em 7 de janeiro de 1580, em Santarém, o cavaleiro fidalgo Sebastião Salgado, residente em Viana do Lima, passava procuração ao mestre Álvaro Lopes de Távora, desembargador da Casa do Cível, residente em Lisboa, com poderes para receber o dinheiro que vinha de Pernambuco e o constituía executor testamentário de Gregório Fróis. Em 1598, na mesma vila, Francisco Pegado de Mesquita constituía seu procurador Leonardo da Cunha, a fim de lhe receber em Viana de Caminha “certo dinheiro que lhe viera do Brasil”, enviado por seu pai.⁶¹

Notas

1. GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Volume I. Lisboa: Editorial Presença, 1991. p. 242.
2. GOULD, Stephen Jay. *A montanha de moluscos de Leonardo da Vinci*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 267.
3. LEVY, Maria Bárbara. *História financeira do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Ibmec, 1979. p. 50.
4. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I, livro IV. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Civilização Brasileira, 1938. p. 367.
5. CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983. p. 27.
6. “Sambaqui”, segundo o *Dicionário escolar da língua portuguesa*: “Nome indígena dado a depósitos antiquíssimos, constituídos de montões de conchas, restos de cozinha e de esqueletos acumulados [...]”. BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Fename/MEC, 1976. p. 1.023.
7. MOTT, Luiz. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, n. 105, 1976. p. 83.
8. BRITO, José Gabriel Lemos de. *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1980. p. 342.
9. Citado por MOTT, Luiz. “Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil”. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 105. 1976. p. 103.

10. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Volume III. Lisboa: Verbo Editorial, 1980. p. 174.
11. SOMBRA, Severino. "História monetária do Brasil colonial". In: *Anaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Numismática brasileira*. Volume I. São Paulo: Valles Oliveira e Cia Ltda., p. 625.
12. LEVY, Maria Bárbara. *História financeira...* Op. cit. p. 52.
13. AGUIAR, Pinto de. *Ensaio de história e economia*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1960. p. 81.
14. ANTUNES, Luís Frederico Dias. "Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo-brasileiro (1808-1820)". In: *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 385.
15. LEVY, Maria Bárbara. *História financeira...* Op. cit. p. 54.
16. Idem. p. 56.
17. SOMBRA, Severino. "História monetária do Brasil colonial". Op. cit. p. 625.
18. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo*. Séculos XV a XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 401.
19. GODOY, José Eduardo Pimentel de. "A moeda perdida". In: *Revista do Clube da Medalha do Brasil*. Rio de Janeiro, Casa da Moeda do Brasil, ano IV, n. 10, primeiro semestre de 1996. p. 10-14.
20. VIEIRA, Rejane Maria Lobo (coord.). *Moedas portuguesas da época dos descobrimentos na coleção do Museu Histórico Nacional – 1383-1583*. Rio de Janeiro: MHN, 2000. p. 165.
21. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de...* Op. cit. p. 282.
22. VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 125.
23. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956. p. 344.
24. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Volume III. Lisboa: Editorial Verbo, 1990. p. 318.

25. *Anuário de Numismática*. Lisboa. 1991. p. 6.
26. Sobre a aparência dos São Vicentes e ceitis, conferir na obra de AMARAL, Almeida do. *Catálogo descritivo das moedas portuguesas*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.
27. Cf. MAGRO, Francisco Costa. *Ceitis*. Sintra: Instituto de Sintra, 1986.
28. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*. Vol. I: as estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 414.
29. LEVY, Maria Bárbara. *História financeira...* Op. cit. p. 54.
30. HOUAISS, Antonio (coord.). *Grande enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1972.
31. PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 56.
32. LEVY, Maria Bárbara. *História financeira...* Op. cit. p. 55.
33. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I, livro I. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938. p. 122.
34. SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 221.
35. VILAR, Pierre. *Ouro e moeda...* Op. cit. p. 116.
36. Idem. p. 120.
37. Idem. p. 118.
38. No dizer de Braudel: "Há muito, desde antes da era cristã, o continente indiano está familiarizado com as moedas de ouro e de prata" (*Civilização material...* Op. cit. p. 413).
39. CRIBB, Joe et alli. *The Coin Atlas*. London: MacDonald Illustrated, 1990. p. 170-171.
40. BRAUDEL, Fernand. *O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 463.
41. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal...* Op. cit. p. 280.
42. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*. Vol. I: as estruturas do cotidiano. Op. cit. p. 413.

43. CALÓGERAS citado por SIMONSEN. *História econômica...* Op. cit. p. 88.
44. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal* (vol. III). Op. cit. p. 90.
45. MARSON, Isabel Andrade. *Moedas e História no Brasil: 1500/1889*. São Paulo: Empresa das Artes. p. 17.
46. Esse tráfico é bem ilustrado pela Arqueologia Naval. Três grandes naufrágios do século XVI documentam bem a irradiação monetária que partia do novo mundo. São eles: o Vera Cruz, naufragado em Padre Island, no Texas, em 1553; o San Pedro, que foi a pique nas Bermudas em 1595; e o San Diego, que soçobrou em 1600, nas Filipinas. Todos esses navios possuíam grande carregamento de moedas das colônias espanholas da América.
47. BRAUDEL faz um bom apanhado dessa "migração de moedas" nas suas mais variadas formas. Cf. *O tempo...* Op. cit. p. 339-439.
48. LEVY, Maria Bárbara. *História financeira...* Op. cit. p. 57. BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola – 1602-1686*. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 89.
49. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Bahia: Livraria Regresso, 1956. p. 144
50. BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá...* Op. cit. p. 90.
51. CRIBB, Joe. *The Coin Atlas*. London: McDonald Illustrated, 1990. p. 303-305.
52. LEVY, Maria Bárbara. *História financeira...* Op. cit. p. 57.
53. MACLEOD, Murdo J. "A Espanha e a América: o comércio Atlântico 1492-1720". In: *América Latina colonial*. Volume I. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. p. 323 e 365.
54. As macuquinas eram originalmente as moedas de ouro cunhadas no Peru. O nome passou, no Brasil, a designar todas as moedas de prata que vinham das colônias espanholas no sul. (Cf. BELTRÁN, Antônio. *Introducción a la Numismática universal*. Madrid: Ediciones Istmo, 1987. p. 599). Segundo o *Dictionnaire de Numismatique*, "Peças de prata ou ouro de forma irregular batidas a martelo pela Espanha em oficinas da América por artesãos locais" (AMANDRY, Michel. *Dictionnaire de Numismatique*. Paris: Larousse, 2001. p. 354). A origem da palavra é incerta; alguns acham que provém do quíchua ou de outra língua indígena, outros que seja uma deformação latino-americana de um termo profissional.

Somente se sabe com certeza que o termo surgiu no começo do século XVIII.

55. Um exemplar desse tipo de moeda é exibido no *Livro Rostras de Buenos Aires*. Buenos Aires, 1978. p. 82-83.

56. Mesmo em nossa época, o ato de derreter moedas não é de modo algum algo inusitado. Basta nos lembrarmos das libras esterlinas derretidas para fazer obturações dentárias.

57. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Op. cit. p. 172.

58. JOHNSON, H. B. "A colonização portuguesa no Brasil". In: *História da América Latina. América Latina colonial*. Volume I. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998. p. 280.

59. Tanto o Rio de Janeiro quanto a Bahia eram capitânicas da coroa. Cf. VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1994. p. 72 e 94.

60. ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena história da formação social brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. p. 178.

61. GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Vol. II. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 103.

**Ainda sobre moedas contramarcadas
com o Carimbo Piratini**

Claudio Schroeder

NOTA BIOGRÁFICA

CLAUDIO SCHROEDER – Graduado em Informática e é funcionário da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul. Pesquisador da Numismática brasileira e de parte da sul-americana, com especial atenção à bibliografia e às medalhas militares. Associado de clubes numismáticos brasileiros, é colaborador em suas publicações. É redator do *Boletim Rio Grande Numismático*, da Sociedade Gaúcha de Numismática (Porto Alegre/RS). Participou de alguns encontros de Numismática como palestrante.

RESUMO

O artigo tem como objetivo divulgar uma interpretação da lei republicana de época, até então não realizada pelos numismatas que trataram desse assunto e, assim, auxiliar no estudo dessas moedas carimbadas. Hoje em dia, as coleções de moedas apresentam essas peças contramarcadas com uma justificativa que, na opinião do autor, conflita com a legislação. Com essa finalidade, foram usadas notícias de jornais da época. Entre as conclusões da pesquisa, o autor afirma que os farroupilhas não carimbaram moedas e que, portanto, não procede a atual classificação numismática dessas moedas em coleções relacionadas com o Brasil.

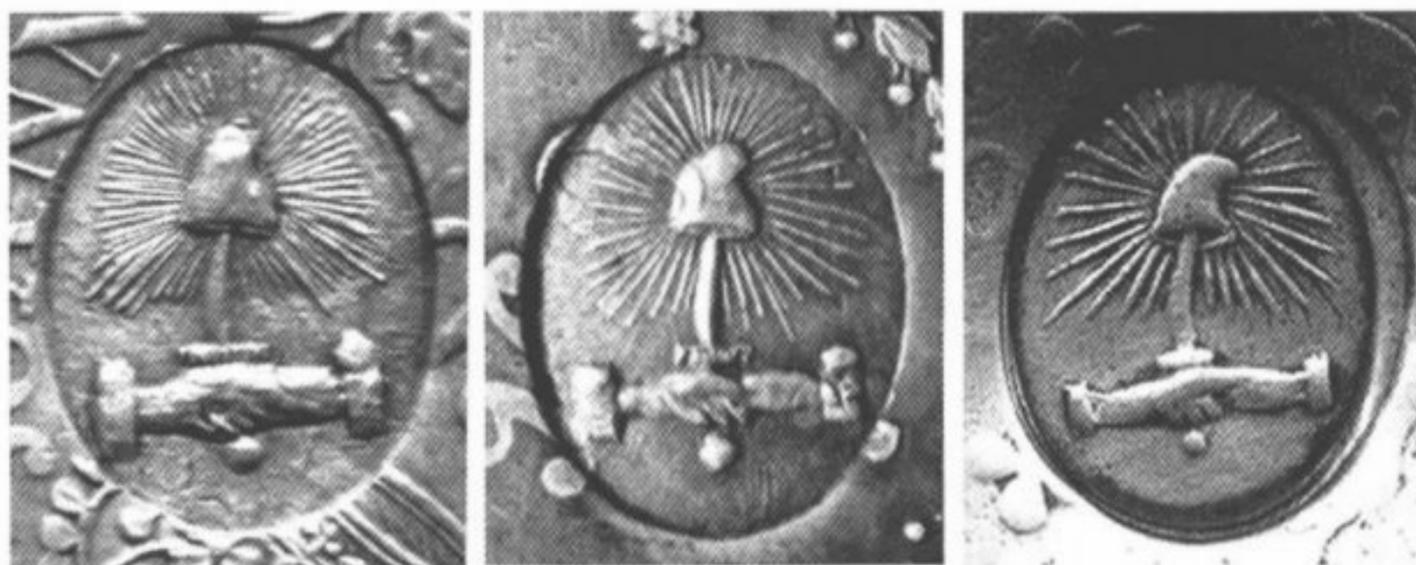
PALAVRAS-CHAVE

Numismática, Carimbo Piratini, história monetária, Revolução Farroupilha.

As moedas contramarcadas com o Carimbo Piratini foram tema de estudo da museóloga Eliane Nery, chefe do Departamento de Numismática do Museu Histórico Nacional, em artigo publicado nos *Anais* em 2004.¹ Essa contramarca é descrita pela Numismática como um carimbo aplicado somente numa das faces da moeda, brasileira ou estrangeira. O período da aplicação teria sido durante a Revolução Farroupilha, ocorrida entre 1835 e 1845, no extremo sul do Império do Brasil. O responsável pela emissão teria sido o governo revolucionário.

Até então eram conhecidos 13 tipos diferentes do carimbo, batidos em moedas de ouro, prata e cobre.² Desses, somente um é considerado como autêntico da época, já os demais, “falsificações para enganar colecionadores de moedas”. O Carimbo Piratini, dito “autêntico da época”, teria como principal alegoria “uma espada curva sem legendas”. Hoje, desse tipo, são conhecidos três variantes, aumentando o total geral para 14 tipos diferentes. Ilustramos, em detalhe, o carimbo, com “espada curva sem legenda”, e suas três variantes. Os mesmos foram batidos em moedas de cobre e de prata.

O estudo dessas moedas contramarcadas apresentou as seguintes fases: divulgação inicial, em 1878, de dois exemplares (leilão da coleção



Fonrobert); registros desses exemplares por outros autores; divulgação de exemplar diferente dos anteriores (espada reta com data e legendas várias); questionamento dessa grande diferença de tipos; e, após 1941, a definição “uma espada curva sem legendas”, válida até então.

A principal referência bibliográfica sobre esse carimbo e suas variantes é o estudo realizado por Prober, editado em 1941.³ Esse autor reuniu os poucos informes então disponíveis sobre essa contramarca e divulgou, pela primeira vez, a existência de “falsificações para enganar colecionadores de moedas”. Após essa edição, o autor, sempre que possível, atualizou a informação já disponível com citações em suas outras publicações sobre Numismática.

Quando iniciamos a pesquisa sobre o tema, procuramos documentos oficiais que justificassem essa provável emissão contramarcada. Prober divulgou no meio numismático o decreto republicano de 08/07/1838,⁴ relacionado com o assunto, mas este não determinava o ato de “carimbar moeda”. Os seus 34 artigos tratam do recolhimento da moeda de cobre.

Eliane Nery, em seu estudo recém-publicado, também faz a mesma observação: “Em nenhum de seus artigos a lei mencionou a existência do carimbo”.⁵ Prober faz a mesma observação, mas com ressalva. Comento-a mais adiante.

A lei republicana ainda oficializa a emissão e a circulação de “Conhecimento do Governo na República Rio-Grandense”, uma espécie de papel-moeda. Aqui registramos outro mérito do estudo de Prober, que foi o de ter divulgado a imagem, por desenho, até então inédita dessa cédula, muito rara, emitida pelo governo revolucionário. Prober utilizou exemplar integrante do acervo desse museu. Hoje conhecemos outros quatro exemplares. Evidenciamos que essa imagem não consta no clássico estudo de Julius Meili⁶ sobre nosso meio circulante fiduciário. Meili ilustra um desenho elaborado conforme a descrição do artigo 20 da lei republicana de 1838. Assim, Meili não teve acesso a um exemplar original.

A seguir, nossa contribuição ao estudo dessas moedas carimbadas com uma interpretação da lei republicana de 08/07/1838, até então, não realizada.

Nossa conclusão indica que os farroupilhas não carimbaram moedas.

Antes, voltamos um pouco no tempo. Desde 1828, a moeda de cobre, usada no meio circulante brasileiro, estava valorizada e, como consequên-

cia, existia em demasia, inclusive com exemplares falsos, o que estimulava a Lei de Gresham, segundo a qual “a moeda má expulsa da circulação a moeda boa”.

Conforme Leitman:⁷

A insuficiência de moeda circulante no Brasil, sua desvalorização e o predomínio de moedas falsas eram problemas que ocupavam a atenção dos políticos nacionais e provinciais. A necessidade urgente de aliviar os males monetários servia de tema a debates em todo o país. As discussões aumentaram, mas os problemas pareciam insolúveis. Os líderes parlamentares, já às voltas com os enormes problemas de unidade política, sentiam-se oprimidos pelo mal-estar que se espalhara por todo o Império. [...] As moedas de cobre cunhadas no Brasil a partir de 1805 gradualmente fizeram desaparecer da circulação interna as outras, de metais preciosos. Na época da Independência, a Casa da Moeda estava cunhando moedas de cobre sem parar, acelerando o desaparecimento das moedas de ouro e de prata. [...] Em breve o cobre estava mais valorizado do que as notas emitidas pelo já combalido Banco do Brasil.

Na época da Regência, foram estabelecidas duas leis distintas para tentar melhorar o meio circulante de cobre. Determinava-se, em uma delas, a troca de moedas de cobre por cédulas⁸ e na outra, que as moedas de cobre ainda em circulação e as armazenadas pela lei anterior fossem contramarcadas com um carimbo, reduzindo-as à metade do valor gravado no cunho.⁹ Essa contramarca é registrada pela Numismática com o nome de Carimbo Geral.

Mesmo assim, os problemas com o meio circulante e a introdução de moedas de cobre falsas continuava em todo o Brasil.

Novamente conforme Leitman:¹⁰

Tendo em vista o valor que o governo estabelecera para as moedas, os falsificadores fabricaram moedas de folhas de cobre, fazendo um bom lucro. Imitavam a cunhagem do governo quase com perfeição. [...] Só na Bahia, em uma semana, o governo fechou cinco estabelecimentos que fabricavam moedas falsas de cobre. Os estrangeiros que vinham à procura de lucro traziam grandes quantidades de moedas falsas. [...] A nação estrangeira que mais falsificava a moeda brasileira eram os Estados Unidos [...].

Esse era o panorama do meio circulante brasileiro durante a Guerra

dos Farrapos. É a comprovação da clássica Lei de Gresham: “duas moedas legais estão em circulação, a moeda má expulsa a boa”. Se numa época de paz essa ocorrência no meio circulante é péssima, em tempo de guerra os seus efeitos ruins são várias vezes multiplicados.

E, justamente para tentar resolver essa situação, os farroupilhas estabeleceram o decreto republicano de 08/07/1838,¹¹ que procurava “evitar” a circulação de moedas valorizadas de cobre brasileira na região da República Rio-Grandense. Portanto, determinava-se, em resumo, que se deveria:

- a) recolher entre 15 de julho e 31 de setembro de 1838 toda a moeda de cobre em circulação no território da República Rio-Grandense;
- b) verificar pelo peso a moeda de cobre recolhida para separá-la da falsa (peso fora do determinado indicava moeda falsa, sendo o exemplar cortado; peso dentro do determinado indicava moeda verdadeira);
- c) após essa operação, devolvia-se a moeda de cobre recolhida (a falsa cortada; a verdadeira, agora “moeda forte”, valendo 25% do valor do cunho); e
- d) introduzir no meio circulante o papel-moeda “Conhecimento do Governo da Republica Rio-Grandense”.

Assim, o objetivo foi desvalorizar em 75% o valor facial das moedas de cobre, tornando-as “moeda forte”. A moeda de cobre valeria menos na região dominada pelos revolucionários. Isso ocasionaria a sua emigração para a região imperial, onde valeria mais. O quadro a seguir faz uma comparação entre os valores de circulação no Império do Brasil:

Valor facial da moeda	Império do Brasil	República Rio-Grandense
80 réis	40 réis (carimbo geral)	20 réis (sem carimbo)
40 réis	20 réis (carimbo geral)	10 réis (sem carimbo)
20 réis	10 réis (carimbo geral)	5 réis (sem carimbo)

Para remediar a falta dessa moeda no meio circulante da República, foi emitido o papel-moeda.

Confirmando ainda esse objetivo – evitar a circulação da moeda de cobre–, transcrevemos partes de dois artigos publicados na época: um comentário sobre a lei de 8 de julho e uma circular da Secretaria da Fazenda, publicados no jornal republicano *O povo*.

O POVO, n. 18, Piratini, 31 de outubro de 1838

A introdução escandalosa da moeda de cobre no Estado, pelos agentes do vicioso Governo do Rio de Janeiro, em demanda dos metais preciosos da República, para privar-nos dos recursos por ventura obtidos do estrangeiro, uma vez que nós meramente consumidores, faltando-nos este único meio de permutação, ficaríamos como bloqueados [...]” “ [O governo determinou a medida] descendo o preço do cobre a um ponto tal, que concitasse seu espontâneo regresso sem hesitação.¹²

O POVO, n. 95, Cassapava, 24 de agosto de 1839

A moeda de cobre denominada chanchan que ali abunda sobre maneira e que não gira pela falta do peso necessário, hora nós é enviada sem obstáculo, quando artigo algum é permitido. Uma libra de cobre dessa moeda custa nos mercados daquela Nação 160 a 200 réis; e representando pelo cunho 2:560 a 3:840, passada aqui como se tem feito pela quarta parte do valor do cunho ganha o introdutor de 440 a 760 em libra; eis o móvel das especulações, que autorizadas pelas torpes autoridades do Brasil acarreta sobre nossos mercados centenas de arrobas dessa moeda falsa [...]”¹³

Contudo, podemos perceber que o governo farroupilha não queria a circulação da moeda valorizada de cobre do Império do Brasil em seu território.

Por fim, concluímos que a contramarca conhecida na Numismática como Carimbo Piratini não foi aplicada pelos revolucionários farroupilhas.

Registramos e evidenciamos que o nome “República de Piratini” está errado. Essa era uma maneira pejorativa usada pelos imperiais na época. O nome oficial foi “República Rio-Grandense”.

Comento ainda três citações de Kurt Prober sobre o assunto:

O decreto não esclarece se os cobres devolvidos aos seus portadores eram CARIMBADOS ou NÃO; entretanto, creio que não pode haver dúvida a este respeito, pois, de outra forma, não teria sido possível distinguir o cobre de valor já reduzido do que ia sendo introduzido posteriormente, ou daquele que, por circunstâncias anormais, não fora “trocado” de conformidade com a LEI DO COBRE.¹⁴

O decreto não determina “carimbar”. Toda a moeda de cobre após 31/09/1838 estaria com valor reduzido no território da República Rio-Grandense. Não haveria necessidade de fazer a distinção.

É evidente a carimbagem, pois, se tal não houvesse sido feita, teria acon-

tecido justamente o contrário daquilo que a Lei pretendida evitar; teria sido evitada a introdução de moedas do Brasil, mas pelo outro lado não teria sido possível evitar a emigração das moedas. Quer dizer que, além da prata e do ouro, até a moeda de cobre teria deixado a República [...] ¹⁵

O decreto pretendia evitar a “entrada de moeda de cobre”, com a redução do seu valor e induzindo a sua saída para o Brasil, onde ela valia mais. A falta dessa moeda no meio circulante dos revoltosos seria resolvida com a emissão do papel-moeda: “Conhecimento do Governo da República Rio-Grandense”.

Kurt Prober, citando artigo de Florencio de Abreu, afirma:

Não nutro a menor dúvida de que se trata de punção OFICIAL, porquanto em sessão de 18 de dezembro de 1836 da Assembléia requererá Domingos de Almeida se recomendasse ao governo da Província que, visto já possuir os modelos para o cobre punçado, quanto antes procedesse ao carimbo da moeda.

O POVO – N.º 130 de 25-XII-1839. ¹⁶

Registramos, com pesar, que houve equívoco na afirmação de Florencio de Abreu. ¹⁷ Erro na indicação do jornal, na citação da data e no assunto! Na verificação do jornal *O povo* de número 130, não localizamos qualquer informação sobre o tema. Assim, começamos a procurar informes sobre a Sessão da Assembléia. O que conseguimos localizar, em outro jornal, tem o ano de 1835, e não 1836, além de tratar da legislação imperial, e não da republicana. A sessão da Assembléia tratou da lei imperial de 6/10/1835, aplicação da contramarca conhecida como Carimbo Geral. Seguem transcritas textualmente as partes relacionadas com o assunto:

Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de mil oitocentos e trinta e cinco, décimo quarto da Independência, e do Império, reunida extraordinariamente a Assembléia Legislativa Provincial de S. Pedro do Sul [...] entrando-se na Ordem do Dia, o Sr. Almeida requereu se dissesse ao Governo da Província que, visto ter já os modelos para o cobre punçado, quanto antes fizesse executar a Lei de 6 de Outubro do corrente ano, procedendo ao carimbo da moeda, como dispõe o art. 8º, e, imediatamente ao troco recomendado no art. 9º, autorizando aos Coletores para no troco do cobre darem conhecimentos, que correrão na Província enquanto não chegam as cédulas do novo padrão: À Comissão de Orçamento, e Fazenda. ¹⁸

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de mil oitocentos e trinta e cinco, décimo quarto da Independência, e do Império, reunida extraordinariamente a Assembléa Legislativa Provincial de S. Pedro do Sul [...]. O Sr. Gonçalves Chaves, finalmente por parte da Comissão de Orçamento, e Fazenda apresentou o parecer dado sobre o requerimento do Sr. Deputado Almeida, que pede se diga ao Governo, que mande proceder imediatamente ao carimbo, e troco da moeda de cobre, conforme a disposição dos arts. 8, e 9 da Lei de Outubro do corrente ano; e autorize aos Colectores para no troco darem conhecimentos, que correrão na Província, enquanto não chegam as cédulas do novo padrão: foi a comissão de parecer, que se recomende ao Presidente da Província toda a urgência no cumprimento da referida Lei, logo que imediatamente cheguem os punções para o carimbo: ficou adiado por haver o Sr. Pereira Coruja pedido a palavra para o combater.¹⁹

Por último, sugerimos confrontar a lei republicana de 1838 e as moedas com Carimbo Piratini no item peso.

O artigo 5º da lei determina:

É falsa a moeda de cobre que não tiver o peso a saber:

80 rs – 7 oitavas; 40 rs – 3 oitavas e meia; 20 rs – 1 oitava e três quartos

A conversão, conforme Prober,²⁰ fica:

Moeda de 80 réis, 25,1013 gr; 40 réis, 12,5506 gr e 20 réis, 6,2753.

Esses são os pesos de moedas de cobre consideradas oficiais pelos republicanos, após setembro de 1838.

Assim, devemos pesar as moedas de cobre carimbadas com a contramarca PIRATINI conhecidas hoje em dia.

Se o peso NÃO for o indicado na lei, com as devidas tolerâncias, a carimbagem não procede. Esse exemplar era considerado uma moeda falsa. Os republicanos cortavam moeda de cobre falsa (artigo 4º).

Por outro lado, se o peso for o indicado na lei, com as devidas tolerâncias, infelizmente, também não confirma a “carimbagem”, mas nos informa que a moeda de cobre é oficial (não-falsa). Nesse caso, peso aceitável, existe outro detalhe que nos informa que a carimbagem não procede. Encontramos o mesmo carimbo em moedas de prata. Segundo a lei, só foram recolhidas moedas de cobre. Moedas de prata, não!

Notas

1. NERY, Eliane Rose Vaz Cabral. "Carimbos da Revolução Farroupilha na coleção do Museu Histórico Nacional". In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 36. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004. p. 225-242.
2. SCHROEDER, C. "Carimbos PIRATINI (ditos verdadeiros e falsificados) e Botões Rio-Grandenses". In: *Rio Grande Filatélico, da Sociedade Filatélica Riograndense*, Porto Alegre, 1997, n. 10, p. 16-40. Idem. "O meio circulante da República Rio-Grandense". In: *RG Numismático, da Sociedade Gaúcha de Numismática*. Porto Alegre, Gráfica Ceue, 1990, n. 2, p. 28-46.
3. PROBER, K. "Carimbos do Piratiny". In: *Revista Numismática*, São Paulo, SNB, 1941, p. 31-59.
4. PROBER, K. "Carimbos do..." Op. cit., p. 36-44. Veja também *O povo*, Piratini, n. 18, 31 de outubro de 1838. Reedição fac-símile, Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930, p. 71-73.
5. NERY, E. "Carimbos da..." Op. cit., p. 232.
6. MEILI, J. *O meio circulante no Brasil. Parte III. A moeda fiduciária no Brasil. 1771 até 1900*. Zurich: Jean Frey, 1903. Reedição fac-símile, Museu do Banco Central do Brasil/Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2006.
7. LEITMAN, S. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 140.
8. Lei do Império do Brasil de 03/10/1833.
9. Lei do Império do Brasil de 06/10/1835.
10. LEITMAN, S. *Raízes...* Op. cit., p. 142.
11. *O povo*, Op. cit., p. 71-73.
12. Idem. p. 73-74.
13. Idem. p. 397.
14. PROBER, K. "Carimbos do..." Op. cit., p. 51.
15. PROBER, K. "Carimbos do..." Op. cit., p. 52.
16. Idem. p. 52, citando Florencio de Abreu (essa mesma citação está na pagina 38 da edição

de 1937 do estudo de Florencio de Abreu).

17. ABREU, F. "Recursos financeiros da República de Piratini". Separata dos *Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

18. *O mensageiro*, n. 24, Porto Alegre, 26 de janeiro de 1836. Reedição fac-símile. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930, p. 93.

19. Idem, n. 27, Porto Alegre, 9 de fevereiro de 1836. Reedição fac-símile. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930, p. 105-106.

20. PROBER, K. *Catálogo das moedas brasileiras*. São Paulo. Gráfica Canto Ltda. 1960, p. 17.

Iconografia e iconologia das medalhas
da Campanha do Paraguai concedidas
ao Exército brasileiro

Regina Elísia de M. L. Bibiani

NOTA BIOGRÁFICA

REGINA ELÍSIA DE M. L. BIBIANI – Museóloga, mestre em Memória Social e Documento e professora-adjunta no Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio.

RESUMO

O artigo analisa o imaginário simbólico das medalhas da Campanha do Paraguai criadas pelo governo imperial do Brasil para agraciar os militares das Forças Armadas que participaram deste conflito. As medalhas de campanha de guerra destinam-se a premiar os militares que se destacam em ações de guerra em defesa da pátria, em atos de bravura, por causa de ferimentos, entre outros. Instituídas por decreto governamental, expressam o agradecimento e o reconhecimento do dever cumprido em prol da nação. A autora defende que, por meio da iconografia medalhística, pode-se interpretar a mensagem iconológica que perpetuou a memória histórica dos episódios marcantes dessa guerra. Estas mensagens podem ser observadas nas medalhas com denominações de lugares de memória; nas que refletem o mérito do militar que se empenhou em suas funções com bravura, louvor e dedicação à pátria; no esforço e no sacrifício das defesas e batalhas inglórias; bem como nas vitórias obtidas a custo de muitos sacrifícios e perdas humanas.

PALAVRAS-CHAVE

Medalha militar, Brasil, Guerra do Paraguai (1865-1870), Exército.

 As condecorações e as medalhas têm a finalidade de distinguir, premiar e perpetuar. Os fatos a comemorar e os relevantes serviços prestados em tempos de paz ou de guerra motivam a criação das insígnias, peças de valioso testemunho documental, pois fornecem subsídios importantes para o campo da pesquisa histórica e da memória social.

O governo e as instituições civis e militares, ao distinguirem os agraciados com medalhas ou condecorações, demonstram o apreço, a estima, a honra e o reconhecimento pelas conquistas e feitos realizados.

Geralmente, as medalhas apresentam na face principal (anverso) a efígie do homenageado, do patrono, do benfeitor e/ou símbolos de sua instituição e a evocação do tema; na outra face (reverso), é comum a utilização de símbolos e alegorias para destacar a glorificação de grandes vultos, feitos notáveis, grandes acontecimentos de ordem nacional e triunfos militares.

Desde a criação dos Exércitos permanentes, as condecorações e as medalhas, para recompensar méritos ou serviço de todo o gênero, têm-se multiplicado em todo o mundo.

No Brasil as ordens honoríficas apresentam-se regulamentadas por lei, que descreve as diversas insígnias e normas de agraciamento – em geral compostas por cinco graus, estando a sua importância determinada pela própria Ordem, cujas funções existentes são classificadas hierarquicamente. O grau mais elevado é o de grão-cruz, precedido pelos graus de grande oficial, comendador, oficial e cavaleiro.

Além desses graus, há ainda o de grão-mestre, a quem cabe por decreto nomear os membros das ordens, e é atribuído na atualidade ao presidente da República, quando se tratarem de ordens que representam o país; aos governadores de estado, quando forem ordens representativas dos estados, e assim sucessivamente, de acordo com a função hierárquica da autoridade

que concede as ordens honoríficas.

As ordens honoríficas, por concederem normalmente cinco graus hierárquicos, diferem das medalhas pelo suporte material. Confeccionadas geralmente em metais nobres e esmaltes primorosos, sendo ou não ornamentadas com pedras preciosas, são consideradas pelo primor artístico e técnico como peças de joalheria, principalmente quando concedidas pela realeza.

As medalhas não possuem graus, como as condecorações. De acordo com a importância do ato a ser perpetuado ou a ser comemorado, a medalha pendente de fita pode denominar-se “medalha condecorativa ou medalha de mérito”.² Geralmente, são concedidas pelas Forças Armadas como incentivo à prática do cumprimento ao dever e pela superação de suas funções, para destacar o mérito de uma ação ou o aperfeiçoamento de um estudo.

Embora de configurações variadas, entre as medalhas destacam-se, principalmente, as de formato cruciforme, o qual representa simbolicamente o altruísmo e o sacrifício. Com um visual emblemático, artístico, estético e decorativo, as medalhas são usadas na indumentária como complemento representativo de distinção. Nos atos solenes, cerimoniais ou recepções oficiais, as personalidades, em seus trajes de gala ou em suas fardas militares, costumam atrair a atenção e a admiração por ostentarem no peito diversas condecorações, medalhas, palmas acadêmicas, distintivos de corporação e regimentos – podendo-se interpretar a vida curricular do agraciado precisando as diferentes etapas galgadas em sua carreira por atos meritórios.

Devido às características especiais pelas quais são concedidas, as medalhas, como objeto-documento, testemunham informações valiosas sobre questões sociais, políticas e memoriais.

As insígnias utilizadas nos distintivos, estandartes, brasões de armas, medalhas e condecorações das Forças Armadas revelam, pelos seus atributos heráldicos, uma simbologia alusiva às atividades militares: os bons serviços, os atos de bravura, a coragem, a instrução militar e o mérito, expressando, desta forma, os ideais de preservação e defesa da nação.

Durante a Campanha do Paraguai, o governo imperial concedeu medalhas e condecorações com a finalidade de premiar os atos meritórios praticados pelos militares no decurso da guerra. Os militares que se destacaram nas diversas batalhas desta campanha foram homenageados por atos de valor e heroísmo por meio da concessão de medalhas e condecorações.

As medalhas militares, criadas com o objetivo de louvar os que tomaram parte em feito de armas, de instrução militar, de bons serviços, de campanhas de guerra ou de paz, preservação e defesa da soberania nacional, representam o valor de um acontecimento, o mérito de um ato heróico, de bravura, de abnegação no cumprimento do dever.

As medalhas militares “premiaais de campanha” geralmente são criadas e concedidas em períodos de guerra. Dentro desta classificação, denominam-se medalhas “condecorativas ou de mérito”. As medalhas condecorativas não possuem graus, como as ordens honoríficas (condecorações). Pendem de fitas e são colocadas sobre a túnica da farda, do lado esquerdo ou com fitão longo pendente do pescoço, de acordo com as normas do período em que foram criadas.

Neste caso, inserem-se as Medalhas de Campanha do Paraguai, outorgadas pelo governo imperial para distinguir e premiar os militares que se destacaram no desempenho da guerra em defesa da pátria, em atos de bravura, heroicidade e ação destacada.

A Guerra do Paraguai motivou, por parte do governo, a criação de oito tipos de medalhas diferenciadas, com finalidades específicas. Em sua obra, Silveira³ relata que D. Pedro II outorgou durante o seu governo um grande número de condecorações e medalhas, número este que aumentou sensivelmente em decorrência da guerra contra o governo paraguaio. Em relação às medalhas, podemos constatar que esta guerra motivou a criação de vários tipos de medalhas diferenciadas, observadas mediante análise quantitativa das medalhas instituídas em todas as campanhas de guerra que o Brasil participou, desde a chegada de D. João VI ao Brasil até o término da Segunda Guerra Mundial no período republicano, como podemos verificar no quadro a seguir (quadro 1).

Governo	Medalha	Período
D. João VI	• Medalha de Caiena	1809
D. João VI	• Medalha da Campanha Cisplatina	1816/1821
D. Pedro I	• Medalha de Distinção ao Exército Cooperador da Boa Ordem (Confederação do Equador)	1824
	• Medalha da Independência da Bahia	1825

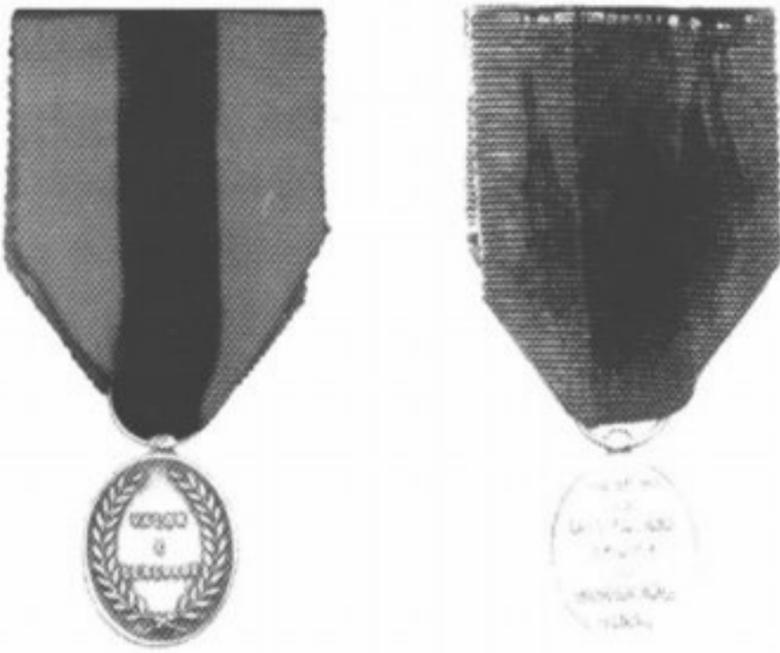
D. Pedro II	Campanha contra Oribe e Rosas	
	• Medalha da Campanha do Uruguai	1852
	• Medalha de Monte Caseiros	1852
	• Medalha da Campanha Naval do Rio da Prata	1851/1852
	• Medalha da Passagem de Toneleiros	1852
	Guerra contra Aguirre	
	• Medalha do Exército em Operações no Uruguai	1865
	Campanha da Guerra do Paraguai	
	• Medalha Forte de Coimbra	1865
	• Medalha da Rendição de Uruguaiana	1865
	• Medalha do Combate Naval do Riachuelo	1865
	• Medalha de Mato Grosso	1867
	• Medalha da Passagem de Humaitá	Apenas à Marinha
• Medalha da Recompensa à Bravura Militar/Mérito Militar	1868	
• Medalha Geral da Campanha do Paraguai	1870	
• Medalha aos Mais Bravos do Paraguai	Não concedida	
Período republicano	1ª Guerra Mundial	
	• Medalha Cruz de Campanha	1921
	• Medalha da Vitória	1923
	2ª Guerra Mundial	
	• Medalha de Campanha	1944
	• Cruz de Combate de 1ª. Classe	1944
• Cruz de Combate de 2ª. Classe	1944	
• Medalha de Guerra	1944	

Quadro 1: Relação das Medalhas de Campanha criadas no Brasil. Fonte: Regina Elísia de M. L. Bibiani (2003)

As medalhas militares concedidas por participação de operação bélica visam geralmente galardoar os militares que tomaram parte numa determinada campanha. Em relação à Guerra do Paraguai, podemos citar como exemplo a Medalha Geral da Campanha do Paraguai. Visam, ainda, agradecer os que, dentro de uma determinada campanha, participaram de uma batalha específica ou de um combate. Neste caso, podemos citar a Medalha

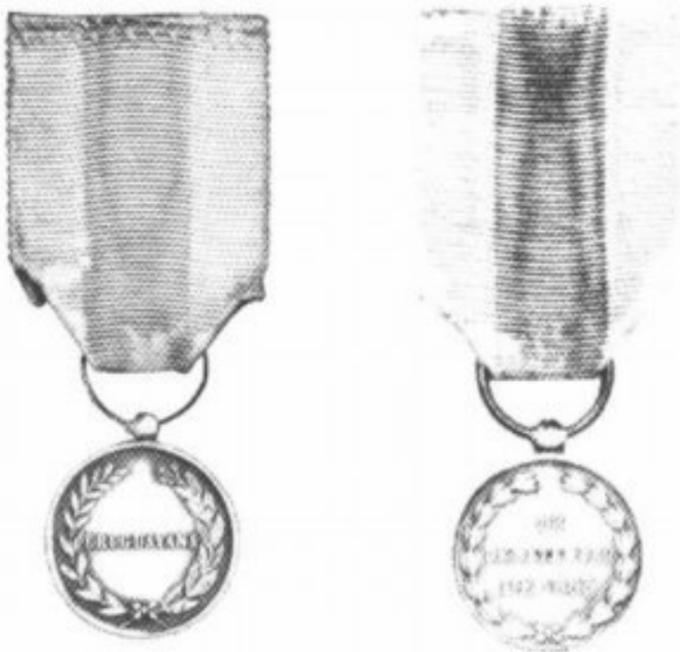
Forte de Coimbra, a Medalha da Rendição de Uruguaiana, a Medalha do Combate Naval do Riachuelo, a Medalha de Mato Grosso e a Medalha da Passagem de Humaitá. Para distinguir os que numa determinada campanha se destacaram pela sua bravura, citamos como exemplo a Medalha de Recompensa à Bravura Militar.⁴ Com exceção da Medalha da Passagem de Humaitá, concedida apenas ao pessoal da Marinha, foram distribuídas medalhas comuns às Forças Armadas do período. São elas:

Medalha Forte de Coimbra, criada pelo Decreto n. 3.492, de 08/07/1865, com a finalidade de distinguir a guarnição do Exército que defendeu o Forte de Coimbra nos dias 26, 27 e 28 de dezembro de 1864. Por meio do Decreto n. 4.158, de 21/04/1868, foi estendida também à Marinha.



*Medalha 1: Medalha Forte de Coimbra (anverso e reverso)
Fonte: Serviço de Documentação da Marinha (1983, p. 13)*

Medalha da Rendição de Uruguaiana, criada pelo Decreto n. 3.515, de 20/09/1865, para recompensar aos que tomaram parte na Rendição de Uruguaiana, ocorrida em 18/09/1865. Comemora, ainda, a rendição do Exército paraguaio em ocupação na Vila de Uruguaiana.



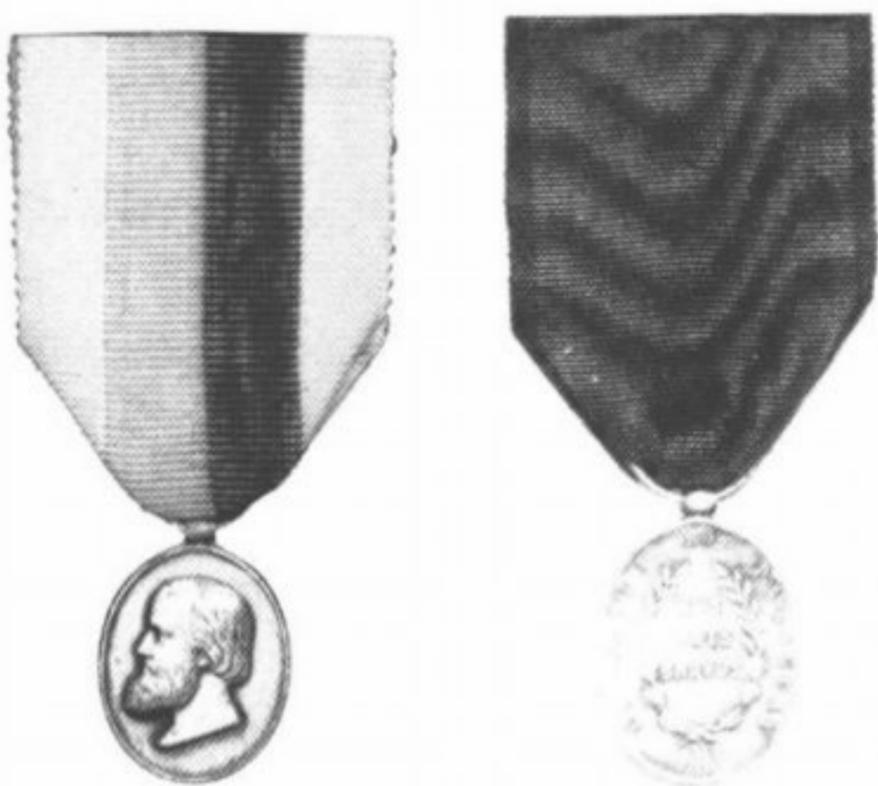
*Medalha 2: Medalha da Rendição de Uruguaiana (anverso e reverso)
Fonte: Serviço de Documentação da Marinha (1983, p14)*

Medalha do Combate Naval do Riachuelo, criada pelo Decreto n. 3.529, de 18/11/1865, para a Marinha e estendida também ao Exército por meio do Decreto n. 3.548, de 29/11/1865.



*Medalha 3: Medalha do Combate Naval do Riachuelo (anverso e reverso)
Fonte: Serviço de Documentação da Marinha (1983, p. 15)*

Medalha de Mato Grosso, conhecida simplesmente como Constância e Valor, criada pelo Decreto n. 3.926, de 07/08/1867, para as forças que operaram na Campanha do Barão do Rio Apa, e Decreto n. 4.201, de 06/06/1868, para as forças que operaram na Campanha de Corumbá, concedida às forças expedicionárias em operações ao sul da Província de Mato Grosso.

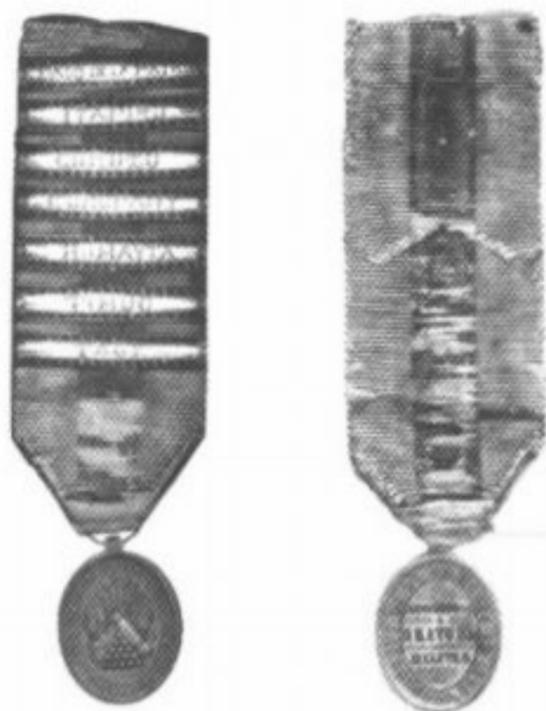


*Medalha 4: Medalha de Mato Grosso (anverso e reverso)
Fonte: Serviço de Documentação da Marinha*

Medalha de Recompensa à Bravura Militar, conhecida também como Medalha do Mérito Militar. Esta medalha foi criada pelo Decreto n. 4.131, de 28/03/1868, para recompensar a distinção e a bravura por qualquer ação de guerra.

Foi estendida também à Marinha pelo Decreto n. 4.143, de 05/04/1868. Cada medalha poderia carregar um ou mais passadores de prata, que eram fixados nas fitas do qual pendiam as medalhas. Nos passadores eram gravadas a denominação das batalhas e a data em que foi praticado o ato meritório.

Assim sendo, os agraciados recebiam os passadores de acordo com as suas participações nos conflitos. Muitos distinguidos, por terem participado de várias batalhas, receberam por meio de uma única medalha vários passadores.⁵



*Medalha 5: Medalha de Recompensa à Bravura Militar (anverso e reverso)
Fonte: Serviço de Documentação da Marinha (1983, p. 23)*

Medalha Geral da Campanha do Paraguai, criada pelo Decreto n. 4.560, de 6/08/1870. Destinava-se a recompensar aos que fizeram parte do Exército em operações contra o Governo do Paraguai. Foi estendida também à Marinha pelo Decreto n. 4.573, de 20/08/1870. A fita da medalha prende-se à túnica da farda por um passador de prata no qual foram gravados algarismos que representam o número de anos passados na campanha de guerra.⁶



*Medalha 6: Medalha Geral da Campanha do Paraguai (anverso e reverso)
Fonte: Serviço de Documentação da Marinha (1983, p. 13)*

Além destas medalhas, foi criada a Medalha aos Mais Bravos do Paraguai. Apesar de cunhada, nunca foi concedida, constituindo-se em peça rara no mundo numismático. Devido à extensão que as batalhas adquiriram no curso da guerra e ao grande número de contingentes que participaram do conflito, foi dificultoso premiar a grande legião de heróis sem cometer omissões e suscetibilidades, o que acarretou a suspensão de concessão desta medalha por parte dos militares superiores encarregados de indicar os agraciados.

Ao analisar todos os tipos de medalhas criadas neste período, verificamos que a diversificação temática estende-se para além da classificação de criação de medalhas instituídas normalmente em uma determinada campanha militar.

Estas medalhas perpetuam não só as regiões com denominação de lugares históricos de memória, mas também exaltam o reconhecimento da nação, que enaltece o mérito e o louvor dos que participaram desta guerra por meio da iconografia e iconologia.

Tipos de medalhas	Denominação
Com denominações de lugares de memória	• Medalha Forte de Coimbra
	• Medalha da Rendição de Uruguaiana
	• Medalha do Combate Naval do Riachuelo
	• Medalha de Mato Grosso
	• Medalha da Passagem de Humaitá
De mérito	• Medalha de Recompensa à Bravura Militar Com passadores que especificam as denominações de batalhas
De campanha	• Medalha Geral da Campanha do Paraguai
	Com passadores cujos algarismos representam o número de anos passados na guerra

Quadro 2: Medalhas concedidas na Campanha do Paraguai. Fonte: Regina Elisia de M. L. Bibiani (2003)

Iconografia e iconologia das medalhas de Campanha do Paraguai criadas pelo governo imperial

Dentre as medalhas condecorativas, destacamos as “de campanha” por se destinarem a premiar os militares que se tenham evidenciado por ações de guerra em defesa da pátria, atos de bravura, ferimentos em ação, entre

outros. Instituídas por decreto governamental, expressam o agradecimento, o reconhecimento e o louvor ao cumprimento do dever e defesa à pátria, devendo as qualidades e virtudes militares ser apontadas, em caráter especial, com respeito e deferência.

As configurações das medalhas confeccionadas neste período apresentam-se em formas diversificadas – circular, oval e cruciforme – e pendem de fitas de cores variadas, relacionadas à nacionalidade, ao luto e ao sangue derramado.

As medalhas desta época foram cunhadas em ouro, prata, liga de cobre e estanho, liga de zinco e antimônio e bronze, os dois últimos oriundos dos canhões danificados apreendidos dos paraguaios. As medalhas criadas para esta campanha destacam-se pela simplicidade e pelo despojamento de elementos iconográficos representados.

Os motivos que ornamentam os campos das medalhas são clássicos, tradicionais e pouco diferem das medalhas concedidas nos períodos anteriores. Algumas ostentam a efígie do imperador, títulos, ramos representativos da economia nacional (tabaco florido e café frutado); ramos de louro, carvalho e palma, que aludem respectivamente à vitória, à força e ao triunfo; troféus de guerra conquistados do inimigo, cenas de batalha, inscrições referentes a datas, locais de batalhas, denominações de regiões, além das legendas, que exprimem qualidades de louvor e mérito.

As medalhas Forte de Coimbra, Rendição de Uruguaiana, Combate Naval do Riachuelo, Mato Grosso e Passagem de Humaitá possuem denominações de lugares históricos que se referem à memória da guerra.

As medalhas Aos Mais Bravos e Recompensa à Bravura Militar foram criadas, primeiramente, para recompensar a bravura daqueles que se distinguiram durante a campanha paraguaia e para recompensar a distinção em bravura por qualquer ação de guerra.

O visconde de Inhaúma, comandante em chefe da Esquadra Imperial em operações no Paraguai, e o marquês de Caxias foram autorizados a conceder a última delas aos militares brasileiros e argentinos.⁷ Embora se assemelhe quanto à finalidade de premiar o ato heróico, essa medalha destaca-se da primeira por representar no campo troféus militares tomados aos inimigos, pelas cores diferentes da fita e por uma particularidade muito especial: o agraciado poderia usar na fita vários passadores, cada qual indicaria o local do feito meritório.

Isso significa que era possível indicar um ou mais atos de bravura.

A Medalha Campanha do Paraguai tem como suporte uma cruz de braços bifurcados, modelo este semelhante ao de algumas medalhas concedidas por D. Pedro I em campanhas anteriores.

A Medalha Combate Naval do Riachuelo e a Medalha da Passagem de Humaitá distinguem-se das demais pela coroa imperial que ornamenta a parte superior do módulo medalhístico. A De Humaitá retrata no anverso a cena que a denomina, ou seja, o Rio Paraguai, a Fortaleza do Humaitá e a Esquadra brasileira. Neste caso, a memória histórica deste episódio apresenta-se duplamente representada, tanto pela denominação dos locais onde ocorreram as batalhas como pela cena histórica que alude ao fato.

Para esclarecimentos mais precisos, procederemos abaixo a descrição iconográfica e interpretação iconológica das mesmas.

Medalha de Mato Grosso

Formato – Oval.

Anverso – No campo, a efígie de perfil, à direita do imperador D. Pedro II.

Reverso – No campo superior, dois ramos de louro unidos por pequeno laço circundado pela inscrição “Constancia e Valor”, abaixo “Matto/Grosso/1867” em três linhas.

Fita – Extremidades em azul e duas palas ao centro em verde e amarelo.

Nesta medalha, destacamos apenas a divisa “Constancia e Valor”, referente à difícil jornada empreendida pela coluna expedicionária, que, partindo de São Paulo e unindo-se ao contingente de Uberaba e Goiás, atravessou a Província de Mato Grosso, atingindo Nioac e entrando em território paraguaio até chegar a Laguna, para, logo em seguida, ser obrigada a se retirar, vitimada pelos combates e epidemias.

A empresa, apesar de derrotada pelo inimigo, foi considerada de cunho heróico pelo governo imperial, devido às grandes dificuldades, aos sacrifícios e às perdas humanas enfrentadas pelo contingente no decorrer do longo percurso. Esta medalha enaltece o esforço despendido pela expedição militar, e não pela vitória da conquista que não houve.

No decreto de criação desta medalha, D. Pedro II assinala: “Àqueles que, pela constância e valor, sofreram privações ao bater as colunas paraguaias em território inimigo, sem apoio operacional, contando apenas com

o esforço individual”.⁸ Razão pela qual esta medalha é conhecida também por Constância e Valor.

Representa, segundo Coimbra,⁹ o atestado de glória aos combatentes que, com esforço, tenacidade e heroísmo, escreveram as páginas da história-pátria. A trajetória desta expedição e a retirada de Laguna foram descritas por Alfredo Scragnole Taunay (visconde de Taunay), que participou também desta campanha, como uma empresa extremamente difícil, na qual ressalta os rasgos de heroísmo dos soldados brasileiros.

Medalha Forte de Coimbra

Formato – Oval.

Anverso – No campo, a inscrição “Valor / e / Liberdade”, disposta em três linhas, ladeada por dois ramos de louros unidos abaixo.

Reverso – No campo, a inscrição “26, 27, 28 / de / dezembro / Forte / de / Coimbra / 1864”, disposta em sete linhas.

A medalha pende de fita nas seguintes cores: vermelho-carmim nas extremidades e uma pala em negro ao centro.

A inscrição “Valor e Lealdade” ressalta as virtudes militares e refere-se ao período da heróica resistência empreendida pelos defensores do Forte de Nova Coimbra contra a invasão paraguaia na Província de Mato Grosso. Os ramos de louro não representam, neste caso, a vitória sobre o inimigo, mas o mérito do desempenho militar frente às dificuldades e condições adversas.

No ato de criação do decreto, D. Pedro II destaca o valor e a intrepidez com que a guarnição militar opôs resistência às forças paraguaias em defesa do Forte de Nova Coimbra. Coimbra¹⁰ ressalta que a defesa épica do Forte de Coimbra representa na história militar do Brasil uma página de honra do valor brasileiro.

As cores da fita aludem ao sangue derramado e ao luto dos brasileiros que pereceram em defesa do Forte e da população local.

Nesta época, o Forte de Nova Coimbra encontrava-se sob o comando do Coronel Porto Carrero, com cerca de 200 homens, contando apenas com o apoio de dois pequenos navios de guerra. Foram cercados e invadidos por cerca de 3.200 militares paraguaios comandados pelo Coronel Barrio, que subiu o Rio Paraguai em 13 navios.¹¹

Anteriormente, em 12 de novembro, o governo paraguaio havia capturado, no Rio Paraguai, o navio mercante brasileiro Marquês de Olinda. Estas atuações marcaram o início do litígio entre o Brasil e o Paraguai.

Medalha da Rendição de Uruguaiana

Formato – Circular.

Anverso – No campo, a inscrição “Uruguayana”, circundada por dois ramos de café frutado e tabaco florido, atados abaixo por um pequeno laço.

Reverso – No campo a inscrição “18 / de setembro / de 1865”, disposta em três linhas e circundada por uma coroa de louros semi-aberta na parte superior e unida abaixo nas extremidades por um pequeno laço.

Fita – Azul-celeste nas extremidades, com uma pala verde ao centro.

A inscrição “Uruguaiana” refere-se à cidade brasileira que, no Rio Grande do Sul, juntamente com as cidades de São Borja e Itaquí, foi invadida pelos paraguaios.

Os ramos fitomórficos do anverso, que representam a principal economia agrícola brasileira da época – café e tabaco –, figuram como suportes no brasão de armas da nossa pátria desde o período em que o Brasil foi elevado a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, permanecendo nos períodos independente e republicano. A coroa de louros alude à vitória da reconquista de Uruguaiana.

A data refere-se à rendição das tropas paraguaias no sul do Brasil. As cores da fita representam as cores da nacionalidade brasileira. Esta medalha reveste-se de importância porque, além de premiar ações destacadas, representa a retomada de uma região brasileira invadida pela ação paraguaia.

Medalha do Combate Naval do Riachuelo

Formato – Circular, encimado pela coroa imperial.

Anverso – Na orla, a legenda “Petrus II . D . G . Const . Imp . Et . Perp . Bras. Def – 1865”.

No campo, dentro de um círculo filetado, a efígie do Imperador D. Pedro II de perfil, à esquerda, ladeado pelos ramos da nacionalidade brasileira, o café e o tabaco, unidos abaixo por pequeno laço.

Reverso – Na orla, a legenda “Combate Naval do Riachuelo”.

No campo dentro de um círculo filetado, um escudete contendo no campo a data “11

/ de junho / de / 1865”, disposta em quatro linhas. O escudete é sobreposto a um canhão e uma âncora entrecruzados, intercalados por ramos de louro e palma.

Fita – Verde nas extremidades debruadas de branco; ao centro, uma pala larga em branco.

A efígie representa o chefe do governo imperial brasileiro e os ramos de café e tabaco, os símbolos da nacionalidade, conforme já foi visto anteriormente.

A legenda refere-se à titulação de D. Pedro II como imperador do Brasil – “Pedro II, pela graça de Deus Imperador Perpétuo e Defensor do Brasil”.

Os ramos de louro e palma representam, respectivamente, a vitória e o triunfo. A âncora e o canhão, os troféus militares conquistados; o escudete, o suporte de defesa – ou ainda a vitória da batalha naval brasileira, cujo desfecho deteve a investida paraguaia e permitiu o avanço do Exército brasileiro em solo paraguaio sob o comando do futuro Duque de Caxias. Foi a maior ação naval realizada na América do Sul.¹²

Esta medalha reveste-se de tanta importância que D. Pedro II assim pronunciou-se sobre ela: “Querendo dar uma prova da consideração que merecem, pelo valor e denodo com que se portaram naquele memorável feito D’Armas: Há por bem conceder-lhes o uso de uma medalha, conforme os desenhos e ilustrações com que estes baixam [...]”.¹³

O feito deste conflito revestiu-se de tanta importância que D. Pedro II condecorou o leme da fragata Amazonas e o comandante da Esquadra brasileira, o Almirante Barroso, com a condecoração que representa o Império do Brasil, a Ordem Imperial do Cruzeiro.

Medalha de Recompensa à Bravura Militar

Formato – Oval.

Anverso – Na orla, a legenda “Exército em Operações contra o Governo do Paraguai”.

No campo, dentro de um círculo filetado, um conjunto formado por vários troféus militares.

Reverso – Na orla, a legenda “Decreto de 23 de março de 1868”.

No campo, dentro de um círculo filetado, a inscrição “Recompensa/a/Bravura/Militar”, disposta em quatro linhas.

Fita – Extremidades em verde, com uma pala vermelha no centro.

A legenda refere-se às operações militares na campanha paraguaia. Os troféus aludem ao material bélico apreendido na campanha de guerra.

A inscrição no campo do reverso alude à bravura militar das Forças Armadas no decurso da guerra.

Como esta medalha poderia ser concedida várias vezes por merecimento a um mesmo militar, o agraciado poderia usar na fita de uma mesma medalha vários passadores, cada um com inscrições com denominações dos locais onde ocorreram as batalhas, tais como “Paço de la Pátria”, “Itapirú”, “Curuzú”, “Curupaity”, “Humaitá”, “Timbó”, “Tagy”, entre outras.

Medalha Geral da Campanha do Paraguai

Formato – Cruciforme.

Anverso – Sobre uma cruz de braços iguais e bifurcados, um medalhão circular contornado por uma coroa fechada de ramos de carvalho, entrecruzada por fitas. Ao centro, a inscrição em semicírculo “Campanha do Paraguay”.

Reverso – Idêntico ao anverso, com a data “6 18 – 70 8”, na qual os números estão dispostos em cruz.¹⁴

Fita – Com cinco listras de igual largura, dispostas na seguinte ordem: verde, branca, azul, branca e amarela.

A cruz desta medalha possui características semelhantes às da primeira medalha de distinção concedida por D. Pedro I aos componentes militares que participaram da Campanha contra a Confederação do Equador, em 1824.

A cruz de braços bifurcados, muito usada nas insígnias, simboliza, pelo seu formato, o sacrifício e o altruísmo. A coroa de carvalho, atributo do deus Zeus/Júpiter, representa a força; as legendas referem-se ao ato de sua criação e finalidade.

Esta insígnia permitia ao agraciado portar passadores de prata presos à fita ostentando algarismos de 1 a 5 para indicar os anos passados na Guerra da Tríplice Aliança. Dentre todas as medalhas criadas no período dessa guerra, esta se destaca em importância sobre as demais por denominar esta campanha. As cores da fita representam a nacionalidade brasileira.

Não foram feitas observações de caráter iconográfico sobre as medalhas Aos Mais Bravos e da Passagem de Humaitá, pelo fato de que a primeira não foi concedida a qualquer pessoa, devido às razões já expostas anteriormente e a segunda, porque só foi concedida à Marinha, e não ao Exército.

Durante esta campanha, D. Pedro II concedeu uma grande quantidade de medalhas e condecorações, com a finalidade de premiar e valorizar os atos meritórios praticados pelos militares no decurso da guerra, estimulando o desempenho e o feito heróico.

D. Pedro II, em seu governo, não criou qualquer ordem honorífica. O imperador preservou as antigas ordens criadas no reinado de D. Pedro I: Ordem Imperial do Cruzeiro, Ordem de D. Pedro I e Imperial Ordem da Rosa.

Embora se revistam de grande importância histórica, por terem sido criadas com representações simbólicas que se referem à nova nação brasileira, nessas ordens não portam símbolos que se relacionem à memória da Guerra da Tríplice Aliança, motivo pelo qual não nos deteremos nas mesmas.

Além destas insígnias, foram concedidas em todo o governo imperial as ordens militares de São Bento de Aviz, São Thiago da Espada e de Nosso Senhor Jesus Cristo. Estas ordens foram criadas na Idade Média, trazidas por D. João VI ao Brasil por ocasião da transferência da Família Real e sua corte, tendo sido perpetuadas por D. Pedro I e D. Pedro II, devido à força da tradição militar que elas carregam.

Em relação aos militares com títulos nobiliárquicos que receberam medalhas e ordens honoríficas em campanhas anteriores ao período pesquisado, alguns se mantiveram com o mesmo grau, enquanto outros ascenderam a graus superiores; alguns ainda receberam pela primeira vez esta honraria. Estes personagens também receberam medalhas do governo argentino e uruguaio concomitantemente com as medalhas da Campanha do Paraguai.

Notas

1. BIBIANI, Regina Elísia de M. L. Texto extraído da dissertação *imagens e Símbolos da Guerra do Paraguai: uma estratégia de construção da memória do Exército do Brasil e da identidade nacional*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Rio de Janeiro: Unirio, 2003.
2. As medalhas condecorativas são as medalhas do mérito cívico, estímulo cultural; de guerra. São pependentes de fitas e não possuem graus.
3. SILVEIRA, Enzo. *Breviário heráldico medalhístico e nobiliário*. São Paulo: Ensil Ltda., 1972, p. 204.
4. COSTA, Canrobert P. da. *O Exército na Medalhística*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1950. p. 61-62.

5. Cláudio Schroeder, pesquisador e colecionador de medalhas, contribuiu com a seguinte informação: são conhecidos cerca de 30 passadores com datas diferentes relacionadas aos conflitos da guerra. Cf. SCHROEDER, Cláudio. *Relação das medalhas militares no Brasil de 1809 a 1870*. Porto Alegre: [S.n.], 1995.
6. O mesmo autor informa que foram confeccionados sete tipos diferenciados de passadores.
7. Neste período, Luís Alves de Lima e Silva ainda não havia sido agraciado com o título de Duque.
8. COIMBRA, Álvaro da Veiga. "A medalha Constância e Valor, Campanha de Mato Grosso e Retirada de Laguna". *Revista da Casa da Moeda do Brasil*. (ano III, n. 18, nov./dez.) Rio de Janeiro: Casa da Moeda 1949a. Rio de Janeiro, Casa da Moeda, ano 3. n. 18, p. 341, nov./dez. 1949.
9. Idem. Ibidem.
10. Idem. A medalha do Forte de Coimbra. *Revista da Casa da Moeda do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 20, p 93, mar./abr. 1950.
11. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO GERAL DA MARINHA (BRASIL). *Medalhas e condecorações*. Rio de Janeiro, 1983. p. 13.
12. Idem. p.16.
13. COIMBRA, Álvaro da Veiga. Medalha Naval do Riachuelo. *Revista da Moeda do Brasil*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 15, p. 159, maio/jun. 1949.
14. Leia-se 6 de agosto de 1870.

3º DOSSIÊ

ACERVOS

Apresentação

O futuro do passado da cidade

A formação do núcleo original do acervo

Museu Histórico de Belo Horizonte

Rio de Janeiro: entre imagens e imaginário

Apresentação

Rafael Zamorano Bezerra

A formação do mundo moderno é marcada pela construção de identidades nacionais, constituídas a partir do compartilhamento de elementos culturais comuns aos indivíduos pertencentes a uma determinada região geográfica, delimitada pelas fronteiras dos Estados nacionais. Estes, por intermédio de suas instituições de cultura, selecionaram elementos identificadores da nação, como, por exemplo, a língua, as artes, a música e a escrita de uma história em comum.

Os museus de história tiveram um importante papel nesse processo, pois ao longo dos séculos XIX e XX foram responsáveis por selecionar, preservar e divulgar as alegorias¹ representativas da nacionalidade. Missão complexa, pois o objetivo era conceber por meio de bens culturais uma história que, supostamente, representasse a Nação como um todo.

No Brasil, essa identidade forjou-se durante diversos momentos e circunstâncias e freqüentemente esteve relacionada aos ideais de modernidade. A fundação do Museu Histórico Nacional insere-se num desses momentos. Criado em 1922, o MHN exaltava a história nacional por meio da representação da nação a partir de seus grandes feitos e heróis. É a valorização do passado como elemento formador e identificador do sentimento nacional. Enfim, um culto da saudade, bem como afirmou Gustavo Barroso.

Todavia, os museus de história não retratam apenas os anseios nacionais presentes no momento de sua criação, pois sua significação está constantemente aberta, podendo ser ressignificado e reinventado, constituindo-se em graus diversos num lugar material, simbólico e funcional. Nesse sentido, podemos pensar os museus a partir das reflexões de Pierre Nora e entendê-los como lugares de memória², que “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é necessário criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar

atas”.³ A criação de acervos de museus de história insere-se nessa perspectiva, tornando conjuntos de objetos expressões do patrimônio cultural da nação. Assim, os acervos museológicos não remetem apenas àquilo que o museu pretendeu representar, mas são expressões das próprias políticas e práticas culturais em que essas instituições estão envolvidas.

Ao refletir sobre um acervo, o pesquisador deve ter em mente que irá encontrar formas distintas de analisar os objetos encontrados: a representatividade do acervo como um todo e a especificidade do objeto, fruto de seus diversos usos sociais. No primeiro caso, a análise está voltada para a idéia do acervo como discurso museológico, inserido numa coleção que possui um sentido próprio. No segundo, o que conta é a identificação do objeto como fonte informação, um documento histórico pensado e analisado a partir de sua própria historicidade.

Nesse sentido, temos a satisfação de apresentar dois artigos que contemplam essas duas perspectivas. No primeiro, Gilvan Rodrigues dos Santos e Thiago Carlos Costa analisam a criação do Museu Histórico de Belo Horizonte. Os autores estudaram de que maneira Abílio Barreto, idealizador do museu, tentou compor um acervo representativo de uma tradição que vinculava Belo Horizonte à história nacional e regional. Essa seleção legitimava a criação do museu a partir da construção de um passado, e concomitantemente, inseria a jovem capital na modernidade.

No segundo artigo, Inês Nogueira, José Augusto dos Anjos e Tathiana Sant’anna analisam os diversos projetos políticos que objetivavam aproximar, por meio da cidade do Rio de Janeiro, a imagem do Brasil às das nações européias. Tais projetos também possuíam um caráter modernizador e influenciaram ao longo dos anos as imagens e os imaginários sobre a cidade. Para os autores, as fotografias de Augusto Malta sob a guarda do Museu Histórico Nacional traduzem não apenas as modificações dos espaços, mas igualmente as sensibilidades e sociabilidades dessas transformações. São documentos históricos que registram os projetos urbanos e os contrastes do Rio de Janeiro da primeira metade do século XX.

Acreditamos que a composição dos artigos que integram este dossiê explore as duas potencialidades indicadas de pesquisa em acervos. São metodologias distintas que ampliam as possibilidades de produção de conhecimento a partir dos museus e mostram como estas instituições são,

também, lugares de pesquisa histórica. Isto vem de encontro com a prática editorial dos *Anais do MHN*, que é estimular e divulgar a pesquisa acadêmica em instituições de memória. Esperamos, assim, que este dossiê e os demais deste volume tragam boas reflexões aos nossos leitores e estimulem ainda mais a pesquisa em museus.

Notas

1. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio histórico no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
2. NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". In: *Projeto História*. São Paulo, n. 10, dezembro de 1993.
3. Idem. p. 13.

O futuro do passado da cidade
A formação do núcleo original do acervo
Museu Histórico de Belo Horizonte

Gilvan Rodrigues dos Santos e
Thiago Carlos Costa

NOTA BIOGRÁFICA

GILVAN RODRIGUES DOS SANTOS – Bacharel e licenciado em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenador do acervo fotográfico do Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte/MG) e do Laboratório de Acervos Digitais da mesma instituição.

THIAGO CARLOS COSTA – Bacharel e licenciado em história pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Coordenador do acervo de objetos do Museu Histórico Abílio Barreto.

RESUMO

O presente texto faz uma leitura do processo de formação do núcleo inicial do acervo e da institucionalização do Museu Histórico de Belo Horizonte (atual Museu Histórico Abílio Barreto). A inauguração desta instituição está presente no contexto do governo modernista do então prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubistchek de Oliveira. Somando-se a isso, o jornalista e historiador, e primeiro diretor do MHBH, Abílio Barreto elabora uma história da nova capital de Minas, baseada no discurso entre a modernidade e a tradição da mineiridade, buscando recorrer a um passado bandeirante para a recente cidade dialogar com o restante do estado mineiro, pois este deveria ser seu papel como capital. A formação do núcleo original do acervo do museu passa, então, sobre o embate entre modernidade e tradição, permeada por sugestões do diretor do Sphan, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, enriquecendo mais ainda a narrativa sobre o processo de formação do núcleo inicial do acervo do atual Museu Histórico Abílio Barreto neste exercício de construção de uma memória e identidade coletiva.

PALAVRAS-CHAVE

Acervos, museus de história, Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte, Minas Gerais, Abílio Velho Barreto (1881-1959).

Um museu para o futuro

 Em 18 de fevereiro de 1943, o jornalista e historiador Abílio Barreto e o prefeito da cidade de Belo Horizonte, Juscelino Kubistchek, abriram ao público, oficialmente, o Museu Histórico de Belo Horizonte.¹ Evento, em diversos sentidos, surpreendente, pois a capital de Minas Gerais ainda não tinha, naquele momento, completado 50 anos de existência. Mesmo assim, seus dirigentes políticos já se mostravam preocupados em preservar sua história. Essa criação de um museu que não se encaixava nos parâmetros teóricos então vigentes contém questões sobre formação de acervos, o que tinha se tornado central para Barreto.

Vistos, naquele período, como templos dedicados à contemplação do passado por meio de tesouros insubstituíveis, locais de um tipo de culto civil aos antecedentes, os museus não poderiam ter qualquer ligação com o futuro. A proposta de criação do Museu Histórico de Belo Horizonte, que tinha se dado no início da década de 1940, instaurava, assim, uma perspectiva diferente para a nova instituição. De acordo com os jornais da época, podemos observar a expectativa de que, inserido em uma administração que se propunha moderna, uma instituição de memória serviria como ferramenta de consolidação de uma futura identidade coletiva:

É que a verdadeira história de Belo Horizonte está começando a se escrever agora. Estes últimos anos que estamos vivendo marcaram verdadeiramente o início da história de Belo Horizonte – uma história de tremenda significação nacional. Essa febre de crescimento, esse ritmo de desenvolvimento de que nos apossamos assinalam a nossa entrada na história. (...) Fundando agora o seu museu, Belo Horizonte exprime sua confiança no futuro.²

O problema da formação de coleções: uma curta aproximação teórica

Segundo Ulpiano de Meneses, em texto bastante conhecido,³ os museus são espaços que procuram estabelecer uma intermediação institucionalizada entre o indivíduo e os objetos materiais, sendo constituídos como locais de guarda de artefatos e coleções de interesse artístico, histórico e técnico. Dessa maneira, essas instituições se afirmam como espaços de educação, informação e lazer e ultrapassam a idéia, antiga, do museu como local de simples veneração de curiosidades ou “coisas raras”. Menezes ainda afirma que

O museu histórico deve ser o lugar das estátuas, bustos ou retratos a óleo de cidadãos brasileiros que prestaram serviços à Pátria? Podem-se conciliar as necessidades da evocação celebração da memória com a responsabilidade de promover a consciência histórica? A celebração, a evocação e a memória devem obrigatoriamente estar presentes no museu histórico. Não, porém, como objetivos, e sim como objetos de conhecimento.⁴

Perdendo a característica de objetos de uma espécie de culto institucionalizado, os artefatos musealizados tornam-se peças fundamentais para o trabalho dos museus em uma outra vertente. A partir do momento em que são retirados do ciclo da mercância, os objetos materiais tornam-se valiosos pelas informações que transportam e que expressam processos sociais que os geraram. Esse procedimento possibilita ao colecionador, seja este instituição ou pessoa, estabelecer uma mediação entre o público usuário, seja ele composto por visitantes ou por pesquisadores, e o acervo preservado.

Certamente, toda essa metodologia pressupõe que se forme um acervo, que, por sua vez, coloca, para as instituições museológicas, uma questão central: o que recolher? Essa ação, fundadora dos processos técnicos, leva à formação de uma coleção, ou seja, um

(...) conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar dos deuses ou dos homens: os objetos de coleção.⁵

Definição geral que pode englobar uma infinidade de objetos com a

característica comum de terem sido privados de sua utilidade original, ganhando, como uma espécie de “atributo a mais”, um “sobrevalor” simbólico. O “valor museal” encontra-se nesse valor atribuído pelo ato institucional de preservação. Entretanto, todo ato de recolhimento pressupõe uma escolha, ou seja, para cada objeto recolhido, outros são descartados, o que significa que se perderão. O valor simbólico dos objetos recolhidos reside, em grande medida, nessa escolha e cristaliza-se no conjunto de informações que permitirá, no museu, em um segundo momento, a construção de uma exposição, ou seja, de um discurso.

As antigüidades mais novas do mundo

Museu de uma cidade sem passado, o Museu Histórico de Belo Horizonte viu-se diante desse dilema. Pelos parâmetros formais, certamente não havia, pelo menos àquela altura, passado a salvar para a memória das futuras gerações. Então, o que deveria ser identificado para preservação, em meio a uma cidade sem história, para documentar e monumentalizar?

Esse problema deve ter afligido não só os primeiros técnicos do MHBH, como os extratos mais cultos da sociedade belo-horizontina. Ele se expressa pela pena de alguns jornalistas, que acreditavam ser necessária, para a criação de um museu, documentação que remetesse a um passado longínquo, marcado por fatos marcantes e por homens destacados.

A criação do Museu Municipal de Belo Horizonte veio permitir que se reúna tudo aquilo que se relacione com o passado da capital, muito embora se observe que a cidade, por contar apenas 43 anos de existência, não tenha ainda um passado cheio de fatos interessantes, marcantes de épocas diversas.⁶

Segundo os parâmetros da época, uma jovem cidade sem fatos marcantes em sua trajetória não reunia os pré-requisitos básicos que possibilitariam a implantação de um museu de história. Entretanto, o trabalho de recolhimento de documentos tridimensionais feito por Abílio Barreto iniciou-se antes, em 1935. Neste ano, Barreto foi designado pelo prefeito Negrão de Lima para dirigir o Arquivo Geral da Prefeitura. Segundo a historiadora Maria Inez Cândido, já se dava, desde antes, “o recolhimento sistemático de peças consideradas preciosidade históricas e artísticas da capital ou do arraial de Belo Horizonte”, o que possibilitou a Barreto

fazer um ensaio do processo de recolhimento de objetos para o MHAB. O material recolhido fazia parte da então criada Seção de História⁷, na inspetoria do expediente, anexa ao Arquivo Geral e que, futuramente, viria a formar o núcleo original do acervo do museu.

A partir de então, e considerando os objetos recolhidos até aquele momento, Abílio estruturou a organização do acervo e criou três seções específicas na Seção de História. A primeira tratava dos objetos do Arraial até a data da inauguração da capital. Já a segunda reunia objetos referentes a preciosidades históricas e artísticas da capital a partir de sua inauguração. E a última falava das “cousas de Minas e do Brasil”.⁸

Nesta estrutura de organização das coleções, nota-se um posicionamento conceitual que orientaria o recolhimento de itens: o acervo deveria representar também o universo simbólico da história da cidade, de Minas e do país. Se Belo Horizonte era uma cidade com uma história ainda pouco consistente, por outro lado essa história se adensava, se inserida em meio às histórias estadual e nacional. É nesse sentido que se constrói uma seção constituída de objetos relacionados a Minas Gerais e ao Brasil. Os objetos, uma vez organizados, funcionariam como documentos, testemunhos da trajetória história da cidade em meio a um tempo maior e mais rico do que aquele possibilitado pela juventude da nova capital.

Passado e tradição: como escrever a história de Belo Horizonte?

Mas havia um problema maior: a história mais distante de Minas não apontava uma tradição para a cidade, visto que a decisão de se erguer a “Cidade de Minas” tinha sido uma decisão republicana. Por qualquer abordagem, a nova capital era um rincão sem um passado próprio, mas, pior do que isto, era um rincão sem tradição. O interesse em encontrar laços entre a trajetória do desaparecido arraial do Curral del Rei e a da então recém-fundada Belo Horizonte demonstra a preocupação de Abílio em elaborar uma certa “tradição”⁹ para a cidade. Para Barreto, essa tradição se expressaria num jeito “mineiro” de ser,¹⁰ que teria suas origens no período colonial: um jeito de viver, uma visão regionalista, uma forma de fazer política. Abílio Barreto procurou demonstrar, em sua obra clássica, que essa tradição teria sido passada para os habitantes da nova capital tanto pela continuidade com o arraial quanto pelo fato de que a cidade não tinha habitantes próprios, mas originários de diversas regiões do Estado.

A história do arraial colonial e a tese da ligação com Belo Horizonte estão bem descritas na sua obra mais conhecida: *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*, dividida em duas partes “História Antiga” e “História Média”.¹¹ Barreto publicou a primeira parte de sua obra em 1928. Em 1936, o trabalho é publicado em dois volumes: uma edição ampliada de “História Antiga” e a primeira edição de “História Média”. A obra procurava emular o trabalho de Diogo de Vasconcelos, então considerado referencial, no que tange à escrita da história de Minas. Vasconcelos tinha começado a lançar seu grande trabalho (dividido em dois tomos) *História das Minas Gerais* a partir de 1901.¹² O historiador Francisco Iglesias, mesmo reconhecendo o valor da obra do mineiro, afirma que “Diogo não era historiador profissional, que lhe faltava formação e só escrevia nas horas vagas”.¹³ Mas é o próprio Iglesias que irá isentar Vasconcelos de maiores culpas, ao afirmar que, sendo um amador erudito, o autor teria feito o que sabia, ainda que não fosse muito rigoroso no tratamento das fontes e com a arquitetura da obra, esta sem estruturação interna perceptível. Vasconcelos não conseguiu alcançar o rigor da historiografia positivista praticada no Brasil, que já tinha produzido alguns trabalhos de indiscutível vigor. Sem a apurada crítica da documentação e a construção interna da narrativa, sobra ao historiador mineiro o enquadramento romântico: o gosto pelo passado, o culto à tradição e a narrativa quase ficcional.¹⁴

É o que virá a fazer, alguns anos depois, Abílio Barreto, que também não era um historiador de formação acadêmica. Este constrói uma grande narrativa sobre a trajetória do Curral del Rei, procurando apresentá-lo como uma espécie de “passado possível” de Belo Horizonte.

Sua principal tese, entretanto, a de Belo Horizonte como continuação do extinto Arraial do Belo Horizonte, antigo Curral del Rei,¹⁵ mostra-se um equívoco, pois se tratava de espaços urbanos totalmente distintos, tanto historicamente quanto institucionalmente, sem qualquer aspecto observável de continuidade. Os aspectos de ruptura, entretanto, parecem ter sido ignorados por Barreto, cuja intenção era costurar a capital a uma tradição que não podia ser imediatamente observada. Essa tradição seria conformada pelo fato de que se encontraria, no sítio de origem da cidade, uma ocupação tipicamente mineira, remontando ao início do século XVIII, ou seja, à época de ouro das Minas Gerais.¹⁶



Vista aérea dos bairros Cidade Jardim e Lourdes, na década de 1940, com o casarão do Museu Histórico Abílio Barreto ao centro

Do texto aos fragmentos: a criação do museu de Belo Horizonte

Levada em conta a tese da continuidade, é perfeitamente compreensível a criação de uma seção de objetos que recolhesse e preservasse peças do antigo arraial. Os objetos testemunhariam a narrativa da origem colonial e a persistência de costumes tipicamente mineiros. Essa seção era composta por uma exposição sobre o Arraial e a repartição encarregada dos trabalhos de construção de Belo Horizonte, a Comissão Construtora da Nova Capital, constituída em 1893 e cujos trabalhos foram dados como completos em 1897, quando da inauguração da nova cidade.

A segunda seção do museu contava a história da cidade a partir de 1897, até o período de inauguração da futura instituição. Abílio, até aí, parece seguir, rigorosamente, a narrativa de seu livro, constituindo esse período a tradução, para uma linguagem de museu, da “história média” de Belo Horizonte. Atuando como recolhedor sistemático de artefatos, o organizador do MHBH contrapõe-se à idéia geral de que a cidade ainda não possuiria relíquias históricas. A Seção de História estava engajada numa espécie de recolhimento preventivo, necessário para a formação de um acervo que, no

futuro, registrasse a memória da jovem cidade.

Com a aproximação da inauguração do Museu Histórico de Belo Horizonte, Abílio Barreto realizou duas viagens para o Rio de Janeiro. Na primeira, em agosto de 1941, visitou o Museu Histórico Nacional, o Museu de Belas Artes, o Museu de Ciências Naturais, a Casa de Rui Barbosa e museus particulares, como o do Dr. Antônio Carlos Simões da Silva e o do escritor Gastão Penalva. No relatório de viagem, Abílio relatou ao prefeito de Belo Horizonte a experiência no Rio, analisando as instituições de forma sistemática, buscando exemplos para a organização do museu para Belo Horizonte. São detalhadamente descritas as edificações onde estão instalados os museus, a disposição de cada tipo de suporte museográfico, a forma de exposição de mobiliário, louças, numismática, indumentária, cerâmica e fotografia. Também relatou a utilização de guias, livros de registro de acervo, planilhas de inventário e outros instrumentos de catalogação do acervo museológico e lista de uma bibliografia específica para o trabalho técnico em museus. Por último, detalhou a formação do corpo técnico das instituições visitadas.

Em meados de julho de 1942, Barreto realizou uma segunda viagem ao Rio, mas desta vez tinha objetivo de entabular negociações com o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade, visando obter auxílio na organização do futuro museu. Doutor Rodrigo ofereceu os serviços de um funcionário do órgão para o auxílio nos trabalhos de arranjo dos objetos nas respectivas salas de exposições do casarão do século XIX, onde estava instalando o MHBH. Foi estabelecido que as obras de restauração do “Casarão da Fazenda Velha” teriam prioridade. O diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ofereceu também auxílio para a restauração de fotografias e impressos que necessitassem de restauro, além de publicações, dentre as quais uma coleção da *Revista do Sphan*.¹⁷

Nos relatórios de viagem, Barreto destaca o Museu Histórico Nacional, pelo grande acervo lá preservado, e, principalmente, por sua organização. O organizador do MHBH esclarece que, particularmente nesse último aspecto, o museu sob direção de Gustavo Barroso possuía uma proposta adequada ao que se buscava para o museu de Belo Horizonte.

O Sphan, na época, atuou ativamente na restauração e na adequação

do “Casarão da Fazenda Velha do Leitão”, que se encontrava em estado de conservação bastante precário. A edificação, datada de 1883, tinha sido construída para sede da antiga fazenda, função que cumpriu até ser desapropriada pelo governo estadual, na época da construção da nova capital. Este sítio histórico se encaixava no perfil estado-novista de história nacional, e serviria para ser sede do museu de uma cidade como Belo Horizonte, que, na época, embora com pouco mais de 40 anos, precisava renovar os “ventos de modernidade” que tinham erguido a cidade no fim do século anterior.

Juscelino Kubitschek de Oliveira, nomeado prefeito de Belo Horizonte na esteira do Estado Novo, acabou vendo sua imagem “cultuada pelos admiradores e execrada por seus críticos [constituir] a síntese de um tempo paradigmático para os brasileiros, quando a esperança e a ousadia povoaram corações e mentes”.¹⁸ O projeto para Belo Horizonte seguia as mesmas matrizes que depois foram aplicadas, por exemplo, na capital federal: ao mesmo tempo que plantava no espaço monumentos de caráter modernista, buscava preservar a tradição que identificava os belo-horizontinos, por meio de um projeto de preservação das relíquias históricas da cidade, dentre as quais a principal fosse, talvez, o Casarão. Até aqui, entende-se a simpatia do Sphan pelo projeto e a disposição de Melo Franco em colaborar, a ponto de designar, para a restauração do Casarão, o arquiteto Sylvio de Vascellos, que, com o acompanhamento de Barreto, concebeu e comandou os trabalhos.¹⁹ Esta restauração, concluída no final do ano de 1942, inaugura uma relação paradoxal entre Abílio e o Sphan, pois, por mais que sempre trocassem elogios, quase nunca concordavam.

Organizando fragmentos: o núcleo original do acervo

No início do mesmo ano de 1942, Rodrigo de Melo Franco solicitou a Abílio Barreto que lhe fosse fornecida a relação dos objetos que seriam expostos no museu. Uma lista contendo 63 tópicos, descrevia aproximadamente 160 objetos, tais como mobiliário, numismática, armaria, telas, plantas, documentos e fotografias divididos em três seções. A lista era formada por três partes, obedecendo a divisão proposta pelo organizador do museu, sendo que a primeira parte relacionava um número razoável de objetos. A segunda parte listava os objetos datados a partir da inauguração

da nova capital de Minas Gerais, em dezembro de 1897. Continha o maior número de objetos do documento: 85. A terceira parte era formada por objetos provenientes de Minas e do Brasil, sendo a seção que apresentava menor número de itens: 20 objetos.

O documento parece não ter agradado os técnicos da “Academia Sphan”. Parecer da seção técnica daquela repartição federal, assinado pelo técnico José de Souza Reis, mostra-se favorável ao trabalho do museu somente com o acervo relacionado com o Arraial.

Dos objetos reunidos no arquivo da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, cuja relação examinamos, aqueles que fazem parte da 1ª lista (objetos originais de Curral d’El Rei) são, a nosso ver, os que apresentam maior interesse para constituírem o futuro museu da casa do Leitão [...] Ora, a casa da Fazenda Velha, construção de tipo rural, da época do arraial de Curral d’El Rei, não nos parece o local adequado para a instalação de um museu que historie a cidade nova.²⁰

Contrário às duas seções anteriormente criadas por Abílio na Seção de História, o parecer técnico do órgão federal sugeria que o museu deveria trabalhar com uma cronologia que tivesse como limite a inauguração da cidade de Minas, em dezembro de 1897. Prossegue o documento:

Trazer, cronologicamente, a documentação até a fundação da cidade nova é, pensamos, a solução mais exeqüível. Assim, da 2ª lista (objetos pertencentes à Capital), seriam apenas aproveitados os objetos ou documentos referentes àquela fundação. [...] a 3ª lista (objetos históricos, artísticos, arqueológicos e etnográficos provenientes do estado Minas Gerais, em particular de Ouro Preto, antiga capital do Estado, e ainda objetos do Brasil) da relação consta de objetos originários de Minas e do Brasil. Pensamos que as peças descritas não se enquadram nas condições necessárias para constituírem o museu do antigo arraial. Algumas são peças de valor, mas que ficarão mais bem colocadas em museus de outra natureza.²¹

Apesar do mútuo respeito entre Abílio e Rodrigo Melo Franco de Andrade, que transparece na documentação existente no acervo do MHAB, o primeiro não acatou todas as colocações do segundo, no que se refere à formação do museu. Em ofício datado de 11 de agosto de 1942, Abílio apresenta ao prefeito de Belo Horizonte suas ponderações em relação às intenções do Sphan sobre a formação do acervo do museu e mostra sua

posição de manter a concepção do acervo de acordo com a linha-mestra que vinha sendo seguida desde 1935. O prefeito parece ter sido convencido pela argumentação do organizador do museu, pois, em ofício datado de 27 de outubro de 1942, enviado ao diretor do Sphan, Kubitschek declara-se favorável à proposta de Barreto. Respondendo todos os pontos levantados pela seção técnica, mostra-se sintonizado às propostas de seu funcionário:

(...) o pensamento dessa prefeitura é dotar a capital de um museu não somente coletor e conservador de cousas históricas do arraial de Belo Horizonte, antigo Curral d'El-Rei, mas também preciosidades históricas de Belo Horizonte."²²

No mesmo ofício, Juscelino justifica a escolha do sítio histórico da antiga Fazenda do Leitão e sugere ter planos para construção de pavilhões na adjacências do casarão, para justificar a existência de um acervo não proveniente do extinto Arraial. Com esse intuito, “os objetos já reunidos e destinados a esta secção ficarão guardados em uma sala da referida fazenda até que se instalem as mesmas novas secções em acomodações apropriadas”.²³ Quanto à terceira seção, o prefeito legitima a aquisição desse acervo, mas não de uma forma convencional: ele seria guardado pela instituição segundo a sua procedência, mas, se a mesma quisesse, seus itens poderiam ser objetos de troca com outras instituições que possuíssem objetos de interesse do MHBH. Juscelino descreve do seguinte modo:

(...) cumpre-me ainda dizer-lhe que os objetos constantes da terceira lista, isto é, os originários do Estado e do País e que não se enquadram no plano do nosso Museu, constituem doações espontâneas que nos foram feitas, as quais resolvemos guardar para doações a outros museus ou a permutar com estes por outros objetos que interessem ao nosso.²⁴

A sintonia do discurso de Abílio e Juscelino em torno da formação do acervo do MHBH fundamenta-se, ideologicamente, numa “tradição” que, esta sim, acompanhava a cidade: a da modernidade como marca e destino. A escolha de Abílio para coordenar o projeto faz sentido se considerarmos as pretensões do então prefeito em juntar seu nome ao de Belo Horizonte tendo como base uma combinação de modernidade e conservadorismo – esta, por sinal, uma das características do modernismo mineiro, do qual Rodrigo Melo Franco de Andrade também era tributário.

A lista de objetos recolhidos por Barreto até a inauguração do Museu

Histórico de Belo Horizonte parece colocar algumas questões em torno desse tema. Vale a pena ressaltar alguns itens em suas três seções. Na primeira seção, correspondente aos objetos provenientes do extinto Curral del Rei, o item número um,²⁵ o “artístico altar colonial que faz parte da extinta Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei”, tinha sido uma doação do próprio Sphan; também estão relacionados fragmentos da daquela edificação, como um espelho de fechadura, candelabros e fragmentos de esteios. Pelo menos 20 chaves pertencentes a algumas das últimas casas do extinto Curral del Rei também estão relacionadas, pois passavam à guarda da prefeitura da nova capital à medida que as edificações iam sendo demolidas. Constam ainda oratório, roda de fiar, sineta, passadores de arreio e outros objetos atribuídos ao Arraial. Fazem parte da lista três telas do pintor francês Émile Rouède, que retratam paisagens do Curral del Rei às vésperas de sua demolição. Fechando o documento, grande número de cadernos de anotações dos topógrafos da Comissão Construtora da Nova Capital.²⁶

A segunda lista entre as três formuladas é a que registra maior número de itens: uma urna com a ata de assentamento da pedra fundamental do edifício dos Correios e Telégrafos de Belo Horizonte, de 1904, e que foi demolido em 1940, para dar lugar aos atuais edifício Sulacap e Sulamérica; um número significativo de itens do mobiliário utilizado em repartições públicas da cidade, bem como algumas placas de mármore, retratos, escarradeiras e outros objetos provenientes do extinto Teatro Municipal, inaugurado na década de 1910 e demolido no início dos anos 40 para dar lugar ao Cine Metrópole; um pente de balas provenientes da revolução de 1930. Nesta lista ainda constam medalhas, placas, telas e fotografias que retratam a inauguração da capital e de seus primeiros prédios públicos.

Na lista da questionada terceira seção, encontra-se o menor número de objetos. Pode-se observar a presença dos objetos originários de Minas Gerais e do Brasil, principalmente da antiga capital, Ouro Preto. Dessa cidade provinham bandeira-distintivo, medalha e principalmente telas de pintores conhecidos no cenário artístico mineiro. Constavam nesta seção alguns objetos de outras cidades mineiras, como Barbacena e Nova Lima. Integram ainda a seção objetos de uso pessoal de um padre mineiro e um par de canhões provenientes do forte de Angra dos Reis, construído no

período colonial, doado pelo diretor da Rede Mineira de Viação. Um conjunto de documentos referentes à Guerra do Paraguai, que pertenciam a um ex-oficial mineiro, também fazia parte dessa lista.

Essas listas, portanto, apresentam uma visão bastante completa do núcleo original do acervo do MHBH. A correspondência entre a direção do Sphan e Barreto, encontrada nesse período, refere-se principalmente aos trabalhos de conclusão da restauração e à adequação do casarão da Fazenda do Leitão para a instalação do museu – acrescentando que havia divergências entre Melo Franco e Abílio sobre as obras para o aproveitamento do sítio histórico do museu.²⁷ O trabalho realizado pelo Sphan chegou ao fim no final do ano de 1942, tanto que em relatório de Barreto enviado a Juscelino, o historiador afirma que

(...) conquanto ainda no período abrangido por este relatório não estivesse ainda inaugurado oficialmente o nosso Museu, já se achava ele, entretanto quase arrumado e em condições de ser aberto à visitação pública, na Fazenda Velha do Leitão, e podia já V. Excia. ter certeza absoluta de que estava inteiramente vitorioso no empreendimento a que se abalançara (...).²⁸

A inauguração oficial do Museu Histórico de Belo Horizonte aconteceu apenas alguns meses depois, a 18 de fevereiro de 1943. Contou com a presença de autoridades como o governador do Estado, Benedito Valadares, o prefeito da capital, Juscelino Kubitschek, e outros secretários e teve boa cobertura da imprensa local.

Todas as preciosidades conhecidas e que recordam a história da capital, desde quando era o simples Curral del Rei, foram reunidas cuidadosamente, de tal modo que o museu se tão completo quanto possível, construindo curioso documentário da evolução da cidade.²⁹

Assim comentava, por exemplo o jornal *Estado de Minas*, sendo apenas um dos inúmeros registros encontrados sobre a inauguração do museu. Aberta à visitação pública, a instituição tornou-se uma atração na cidade, contrariando as teorias de que uma cidade com pouco mais de 45 anos não teria acervo para guardar e muito menos expor. No momento da inauguração do Museu Histórico de Belo Horizonte, seu acervo apresentara um crescimento considerável. Em um dos últimos relatórios anteriores à sua abertura, encontramos aproximadamente 450 objetos identificados. Mobiliário, estátuas, telas, medalhas, fragmentos de construções, fotografias,

diplomas, documentos, plantas, livros, revistas compunham o variado acervo da instituição.

Em entrevista à revista *Mensagem*, datada de 15 de junho de 1943, Abílio Barreto apresentava o Museu Histórico de Belo Horizonte, organizado em duas seções:

[...] uma que é constituída por preciosidades históricas do extinto Arraial de Belo Horizonte, antigo Curral d'El-Rei, compreendido também o período da Comissão Construtora da Nova Capital (1894-1897); e outra que é propriamente o Museu da Nova Capital de Minas.³⁰

Essa declaração não apresenta, pois, o terceiro núcleo do acervo organizado originalmente e que se constituía de itens provenientes de Minas Gerais e do Brasil. Este núcleo acabou sendo diluído na coleção que tratava da História a partir da inauguração da capital e constitui parte do acervo sob a guarda da instituição até os dias atuais.

Por fim, podemos fazer um breve e sucinto balanço do processo de formação das coleções que compõem o acervo do MHAB e, assim, chegar a algumas indicações. Inicialmente, o processo de recolhimento de acervo realizado por Barreto acabou acarretando uma proposta de abrangência maior do que seu próprio objeto de atuação, a cidade. Embora Abílio Barreto tivesse sido criticado pela ousadia de trabalhar com um museu que tratasse da história de uma cidade tão recente, o historiador conseguiu apresentar uma proposta mais ampla do que a visão positivista dominante naquele período, em que se prezava somente a idéia de agrupamento de objetos relativos a um passado longínquo e ou pertencentes a grandes homens. O universo do acervo, composto por suportes museológicos de variadas tipologias, constitui justamente a riqueza do acervo do museu e possibilita, até os dias de hoje, novas interpretações sobre estes artefatos. A concepção de salvaguarda de acervo aplicada por Abílio para a memória da cidade de Belo Horizonte foi original à época, possibilitando o recolhimento de artefatos. Significativos, tanto para as gerações que o antecederam como para as que lhe foram contemporâneas.

Notas

1. Em 1967, o Museu Histórico de Belo Horizonte recebeu o nome de Museu Histórico Abílio Barreto em homenagem ao seu idealizador e primeiro diretor, falecido em 1959.
2. *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 05/06/1941, p. 3.
3. MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. "Para que serve um Museu Histórico?" In: *Como explorar um museu histórico*. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992.
4. Idem. p. 1.
5. POMIAN, Krzysztof. "Coleção". In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1984. V. 1. Memória-História.
6. *Estado de Minas*, 11/06/1941.
7. Decreto n. 91, de 26 de maio de 1941.
8. Cf. MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. Documentação do Museu Histórico Abílio Barreto de 19/05/1942.
9. Tradição, neste caso, vista aqui com a função de legitimar determinados valores pela repetição de costumes e fazeres do passado, orientados pelo hábito aceito e atuante. Cf. HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.
10. A tese da "mineiridade" é recorrente em diversos autores. Por exemplo, VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade: ensaio de caracterização*. Belo Horizonte : Imprensa Oficial, 1968.
11. Cf. BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva* (vol. 1 – História Antiga; vol. 2. – História Média). Belo Horizonte: Editora Rex, 1936. Ainda sobre este assunto, a historiadora Maria Auxiliadora Faria conclui que "(...) Barreto mirava-se no exemplo de Diogo de Vasconcelos, tido como fundador da historiografia mineira, e que em 1901 publicara a primeira versão da *História Antiga das Minas Gerais* e, em 1918, a *História Média das Minas Gerais*". FARIA, Maria Auxiliadora. "Belo Horizonte – memória histórica e descritiva: à guisa de uma análise crítica". In: BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte... Op. cit.*, v. 1. p. 28.
12. Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcelos nasceu em Mariana no ano de 1843 e morreu em Belo Horizonte em 1927. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, era

advogado, político e historiador. Monarquista convicto, foi presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto. Publicou diversos livros no estilo de memória, como é o caso de sua *História da Minas Gerais*, obra dividida em duas partes, a primeira, "História Antiga", lançada pela primeira vez em 1901 e depois, numa versão ampliada, em 1904. A segunda parte, "História Média", foi lançada em 1918.

13. IGLÉSIAS, Francisco. "Reedição de Diogo de Vasconcelos". In: VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte e Brasília: Itatiaia/Instituto Nacional do Livro, 1974, v. 1. p. 16.

14. Cf. IGLÉSIAS, Francisco. "Reedição de Diogo de Vasconcelos". Op. cit. p. 19-20.

15. Em 12 de abril de 1890, o presidente de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, por meio do decreto n. 36, determinou que a freguesia do Curral del Rei, município de Sabará, passasse a se denominar Belo Horizonte, conforme requerimento dos próprios habitantes, a partir de uma proposta do Clube Republicano local, que a tinha formulado pela primeira vez ainda antes da Proclamação da República.

16. O arraial foi totalmente demolido, restando, do casario original apenas a antiga igreja, a Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, que durou até por volta de 1920. Em comum com a nova capital, tinha apenas o sítio e dos moradores que optaram por viver na nova cidade.

17. Para as visitas técnicas de Barreto, cf. BRASIL, Museu Histórico Abílio Barreto. *Catálogo Geral*. Relatório. Relativo à viagem feita por Abílio Barreto ao Rio de Janeiro em visita aos museus, para fins de organização do Museu Histórico de Belo Horizonte. Datado de 20 de agosto de 1941. 8 p. ms.; BRASIL, Museu Histórico Abílio Barreto. *Catálogo Geral*. Relatório. Relativo à viagem ao Rio de Janeiro, serviço do Museu da Cidade. Datado de 1ª de julho de 1942. 3 p., ms.

18 PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo. "Prefácio do mito". In: *Juscelino prefeito: 1940-1945*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2002. p. 19-30. (Catálogo da exposição, abr. 2002 a fev. 2003, Museu Histórico Abílio Barreto).

19. Sobre o assunto, cf. BITTENCOURT, José Neves. "MHBH, MHAB, MhAB: O sítio da Fazenda Velha do Leitão, seus diversos prédios e seus museus, 1943-2000". In: PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo (org.). *Reinventando o MHAB: o museu e o seu novo lugar na cidade, 1993-2003*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2004; SILVA, Carla Castro e. "O Casarão do MHAB: usos, tombamentos e conservação". In: BRASIL, Museu Histórico Abílio Barreto. *MHAB: 60 anos de história*. Caderno 1. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2003.

20. Cf. BRASIL, Museu Histórico Abílio Barreto. *Catálogo Geral*. Parecer de autoria de José de Souza Reis, datado de 27 de julho 1942. 2 f. ms.
21. Idem.
22. Cf. MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. Documentação do Museu Histórico Abílio Barreto de 27 de outubro de 1942.
23. Idem. p. 12.
24. Ibidem.
25. Cf. BRASIL, MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. *Catálogo Geral*. Arquivo Administrativo. Relação dos objetos reunidos no arquivo da Prefeitura e destinados ao Museu de Belo Horizonte. 4 p. ms
26. Cf. BRASIL, MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. *Catálogo Geral*. Acervo Textual. Cadernetas de Campo. 670 cadernetas contendo informações técnicas sobre caminhamentos, nivelamentos, locações, alinhamentos, medições.
27. Sobre o tema dos usos e discussões sobre o sítio histórico da Fazenda do Leitão, cf. BITTENCOURT, José Neves. "MHBH, MHAB, MhAB: O sítio da Fazenda Velha do Leitão, seus diversos prédios e seus museus, 1943-2000". Op. cit.
28. MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. Relatório apresentado pelo encarregado da Seção de História, núcleo fundamental do Museu de Belo Horizonte, ao Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, digníssimo Prefeito da Capital, e referente ao exercício de 1942. Belo Horizonte. Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto.
29. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 19/02/1943.
30. *Revista Mensagem*. Belo Horizonte, 15/06/1943.

Rio de Janeiro: entre imagens e imaginários

Inês Nogueira, José Augusto dos Anjos
e Tathiana Sant'anna

NOTA BIOGRÁFICA

INÊS NOGUEIRA – Cursa a graduação em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É bolsista de iniciação Científica pelo CNPq na pesquisa “Livros e impressos: poder, cultura e idéias no Brasil” e ex-estagiária da Divisão de Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional.

JOSÉ AUGUSTO DOS ANJOS – Cursa a graduação em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É estagiário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

THATIANA SANT’ANNA – Cursa a graduação em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É bolsista de iniciação Científica pelo CNPq na pesquisa “História e memória do cárcere no Brasil”.

RESUMO

O presente artigo analisa como o processo de transferência do centro administrativo de Salvador para o Rio de Janeiro e, principalmente, a chegada da Família Real ao país proporcionaram uma convergência de interesses políticos, que, posteriormente, vincularam-se a um projeto de identificação da nação com a cidade do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que a criação de uma identidade nacional envolveu projetos diversos em diferentes temporalidades. Todavia todos eles se relacionaram com a tentativa de criar uma proximidade entre as imagens da nação e as das grandes metrópoles européias, por meio do Rio de Janeiro. Assim, o presente trabalho procura indicar as potencialidades das fotografias da cidade no início do século XX feitas por Augusto Malta, como um tipo de fonte que não traduz somente as transformações dos espaços, mas também as sensibilidades e sociabilidades dos seus agentes, revelando os sonhos de uma comunidade projetada no espaço vivido, suas utopias e seus contrastes.

PALAVRAS-CHAVE

Rio de Janeiro, Augusto Malta, fotografia, modernização.

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, mas, ao mesmo tempo, ele se submete e se adapta às coisas materiais que resistem à transformação. Ele se fecha no ambiente que construiu. A imagem do meio exterior e as relações do grupo com este meio emergem com a própria idéia que faz de si próprio.¹



lhar o marasmo político-cultural no qual se encontra a cidade do Rio de Janeiro hoje pode levar algum desavisado observador a acreditar que esta seja uma condição histórica, o que se encontra longe de corresponder à realidade. A cidade do Rio de Janeiro foi, e é, palco de inúmeras disputas políticas e jogos de poder, desde a sua fundação até os dias atuais, assim como de diversos projetos envolvendo culturas políticas diferentes e muitas vezes conflitantes.² A construção de uma identidade nacional que pretendia ter o Rio como referência, como reflexo das metrópoles européias – notadamente Paris –; o jogo de forças entre a política local e o governo central, assim como a questão do deslocamento do Distrito Federal, que provocou o choque com uma memória e identidade já existentes, não obstante o fato de ter provocado uma redefinição na distribuição dos poderes e das influências políticas, são claros exemplos desta proposição.

Qualquer análise sobre as cidades – neste caso específico, a cidade do Rio de Janeiro – deve ter sempre em mente que a mesma não é constituída apenas pelas suas delimitações físico-geográficas, mas abarca, como espaço heterotópico, inúmeras cidades invisíveis por debaixo daquela que pode ser apreendida pelo simples olhar. Portanto, cabe ao historiador que deseje ter as cidades como objeto de estudo desvendá-las (no que se poderia chamar de um exercício “calviniano”), tal qual um Marco Polo moderno.³

Não obstante, o pesquisador, ao se debruçar sobre seu objeto, qualquer que seja, deve ter em mente que não se deve dissociá-lo do seu momento e lugar de produção – o “não-dito” de Certeau.⁴ Da mesma maneira, não se pode esquecer que tal objeto estará pautado pelo que Koselleck chamou de espaço de experiências e horizonte de expectativas daquele que o produziu.⁵ Não deve também o historiador permitir-se incorrer no pecado da ingenuidade, ao pensar o seu olhar como isento de suas lembranças e esperanças, na medida em que, desde a escolha de seu objeto de estudo até a tradução de seu trabalho em historiografia, ele estará pautado pelas suas carências e necessidades de orientação.⁶

Desde a transferência do centro administrativo de Salvador para o Rio, ainda no período colonial, e principalmente após a chegada da Família Real, houve uma convergência de interesses políticos para a cidade, que posteriormente aliou-se a um “projeto” de identificação da nação com a cidade. Mesmo com o fato de a criação de uma identidade nacional ter envolvido projetos diversos em diferentes temporalidades, todos relacionaram-se de uma maneira ou de outra à cidade do Rio de Janeiro, desde a fundação de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, durante o Império, até os projetos de reurbanização, já na República, que visavam criar uma proximidade entre as imagens da nação e das grandes metrópoles européias, com o uso do Rio de Janeiro. Para melhor entender a cidade como objeto de estudo, faz-se necessário uma análise acerca do imaginário social, na medida em que este teria a capacidade de criação da realidade, como sistema de idéias e imagens de representações.⁷ Em se tratando de representações e recriações da realidade, a lite-



Aspecto tomado no sentido da Praça Mauá para a Avenida Beira Mar. Do lado direito, a cúpula do Hotel Avenida e o Teatro Municipal. Na avenida, carros e bondes



Destacam-se os edifícios do Rio Hotel e da Camisaria Progresso e, entre estes, o tráfego de bondes. Praça Tiradentes – 1920.

ratura representa uma ótima fonte, na medida em que, apesar de ficção, ela não se isenta de estar impregnada das lembranças e esperanças de seu autor, podendo servir, como expôs a historiadora Sandra Pesavento, como uma fonte a mais para o trabalho do historiador.⁸ Desta forma, as crônicas de Lima Barreto podem servir como um ótimo auxílio para aqueles que pretendem se debruçar sobre a cidade do Rio de Janeiro.⁹

Já na primeira década do século XX esta questão da capitalidade e de uma identidade nacional centrada no Rio esteve em voga sob a administração de Pereira Passos, com a modernização do país, exemplificada na cidade, por meio da destruição dos cortiços – afastando, assim, o mundo da desordem do mundo do governo, da reurbanização da cidade e visando deixá-la com ares de uma moderna metrópole europeia. Tais reformas quebravam os laços com uma identidade que já não se queria mais, a identificação com a cidade colonial, na qual os mundos do Governo, do Trabalho e da Desordem ocupavam o mesmo espaço físico e geográfico.

Todo o período da chamada Primeira República foi atravessado pela questão da centralização do Rio como capital da nação e pelo embate político entre os que eram a favor do intervencionismo do governo federal na cidade e o bloco autonomista. Para estes últimos, era um absurdo o Rio, como vitrine da nação, servir apenas como hospedaria ao governo central e palco para seus interesses políticos. Na década de 30, há uma redefinição tanto da questão política quanto da manutenção desta identidade do Rio como centro da nação. No âmbito político, o bloco autonomista alcança

uma força maior no Distrito Federal, o que provoca uma mudança nas posições. Isso já se podia ver na campanha do próprio Getúlio Vargas, que se aproximou do discurso autonomista.¹⁰ Em relação à identidade, tem-se uma outra reurbanização da cidade com a construção de símbolos representativos do governo federal, como o prédio da Central do Brasil e a Avenida Presidente Vargas – trata-se novamente da afirmação do Rio como centro da nação, não só em termos políticos e administrativos, mas também em termos de identidade. A partir destes pontos, pode-se entender com mais clareza o calor da discussão quando da transferência do Distrito Federal para Brasília, na década de 50, que não só desarticulava todas as estruturas do jogo político que tinha a cidade do Rio como eixo, mas também entrava em choque com estes projetos de centralização da cidade e construção de uma identidade nacional a partir da mesma.

Entre memórias e projetos

Entendemos ser esta uma fascinante proposta para este início de século, quando a cidade se coloca mais do que nunca como desafio, sendo o lugar – por excelência – onde as coisas acontecem.¹¹ Seguindo este raciocínio, a historiadora Sandra J. Pensavento propõe um estudo da cidade utilizando a da abordagem da história cultural do urbano, que aposta na compreensão do universo por meio de suas representações.

As representações nos levam a problematizar a cidade e a colocá-la como objeto de estudo que aborda a questão dos imaginários sociais. Isso se acentua na contemporaneidade, que cada vez torna-se mais atravessada pelo domínio das imagens e, conseqüentemente, pela construção de uma realidade de um mundo que se parece. Desta maneira, o imaginário, como sistema de idéias e de representações coletivas, teria a capacidade de criar o real. E esta abordagem, dirigida ao “objeto cidade”, é que faz com que, ao fim e ao cabo, seja possível interpretar o espaço urbano como cidades dentro de cidades, com uma pluralidade de saberes e representações que, apesar de possuírem alguma dimensão por vezes paradoxal, não se contradizem, mas se justapõem num grande universo de conceitos.

Levar esta reflexão das cidades como entrecruzamento de poderes e saberes para a dimensão do trabalho do historiador faz com que se possa encarar o espaço urbano não simplesmente como um fato, mas como

algo na instância do plural, passível de questionamentos e interpretações, como “um teatro de guerra de relatos”, segundo os termos do historiador francês Michel de Certeau.¹² Desta forma, a cidade passa a ser entendida principalmente como símbolo de identidades de um espaço que não se limita ao geográfico, mas ao social; expressando seu conteúdo histórico e representando seus conceitos e valores.

Isto nos faz lembrar das belíssimas cidades imaginárias de Ítalo Calvino, em que constrói as cidades por meio de uma grande metaforização do social. Para ele, categorias que entrelaçam visível e invisível é que são capazes de criar o real. Todos os elementos de uma realidade material, dita como real, são impregnados de representações coletivas e individuais, o que nos faz perceber que toda a compreensão ou juízo sobre algo é construído de acordo com o que temos por experiência. A problematização será proporcional a um olhar, e este, articulado e costurado com um espaço vivido e um horizonte de expectativas.

No bojo destas questões, o Rio de Janeiro como cidade-capital – representando o Estado e seu poderio, como espaço de produção de imagens capazes de educar os agentes sociais – teve o papel pedagógico de modelar comportamentos e inculcar valores. E nas mudanças de valores e conceitos, principalmente na virada do século XX, fica claro que a memória e, em especial, a questão do imaginário que uma cidade pode ser capaz de criar não são categorias que se alteram com muita facilidade ou rapidez.

Desde antes da própria configuração da República, no final do século XIX, já existiam projetos de que se levasse a capital para o interior das províncias. Isto devido a diversos motivos que faziam do Rio de Janeiro uma capital tida como “perigosa”. Fatores como a indisponibilidade geográfica, a proximidade do porto, a higiene, a própria proximidade dos habitantes e sua intervenção nas decisões políticas, entre outros, tornavam dificultoso o projeto de fazer da capital a “vitrine da nação”.¹³

O problema está em como desconstruir a imagem do papel de cabeça do poder, centralizado no Rio de Janeiro por cerca de mais de um século. É certo que, desde a construção/invenção da capital imperial, a imagem da cidade não podia se limitar a um foco político-jurídico. Como na maioria das capitais européias, foi construída também nos trópicos uma cidade-mãe. Esta deveria ter a função de espelhar a nação, e isto envolvia conter a visão



Secretaria de Agricultura (1908) – Fachada do prédio, que fica na Urca e abriga hoje a Companhia de Pessoas e Recursos Naturais, na Avenida Pasteur

das províncias, que estabelecia a imposição de hábitos e costumes, padrões de comportamento e de linguagem, gosto e moda, numa clara intenção unificadora e homogeneizadora, a fim de internalizar padrões e fazer que todos tivessem o desejo de pertencer à corte e de ser civilizados.

Além disso, no artigo “Nação e civilização nos trópicos”, o historiador Manoel Salgado discute justamente qual seria a proposta do século XIX: a de “reconstruir” o passado e escrever a biografia da nação. Naquele momento, esta era uma tarefa indispensável para constituição do Estado nacional.

O fato de que é a partir do IHGB no Rio de Janeiro que a leitura dessas histórias regionais será empreendida, reunindo, assim, na capital da monarquia todos os conhecimentos relativos às províncias. É [a] expressão evidente da existência, no interior da instituição, de um projeto intelectual claramente centralista.¹⁴

Seria, dessa forma, na articulação das histórias regionais com a história nacional que mais nitidamente se observaria o florescer desse projeto claramente centralista e unitário. No Rio de Janeiro deveriam ser empreendidas as leituras das histórias regionais, desprovidas de suas potencialidades/especificidades políticas, evidenciando que era na capital que se operava o sistema de representações que definia as regiões.¹⁵

Era, portanto, o Rio de Janeiro, desde a sua formação e, mais ainda, a partir da vinda da Família Real, o palco de formação de opiniões. Tornou-se o *locus*, o cenário que enquadrava a Economia, a História, a Política, ou seja, todas as opiniões de uma visão de mundo que assegurava uma perfeita

sintonia com o mundo civilizado, até porque era a principal ponte que fazia a ligação com o mundo europeu.

A partir da República, mudaram-se também os projetos. Os republicanos teriam a difícil e demorada tarefa de “construção” de um novo Estado. No processo de seleção entre aquilo que deveria ser eliminado ou incorporado a uma nova significação de nação, os republicanos tiveram que se defrontar com um duplo desafio: a postura centralista adotada pelo Império e a autonomista, que, a partir de então, passou a ser o foco das discussões.

Desde então, o Rio de Janeiro foi laboratório de diversas propostas políticas. Como coloca Marly Motta, dando exemplos políticos divergentes, como o do presidente Campos Salles e o do prefeito Pedro Ernesto, mostra que foi difícil, naquele primeiro momento, desmistificar a capital do seu papel de “vitrine” ou de “olho do poder”.

Primeiramente, a proposta de Campos Salles, nos primeiros anos de República, era de fazer da capital o lugar da “verdadeira política”. Mas, para isto, era necessário um conjunto de medidas que livrasse a capital das paixões, as quais dificultavam os projetos de caráter administrativo. Neste sentido, era fundamental despolitizar a cidade.

Em termos gerais, o governo de Campos Salles atuou no sentido de controlar o processo de participação e de estratégias de intervenção política na capital federal. Era imprescindível controlar tanto as *plebs* quanto a política local, contendo, assim, a “anarquia política”. Isto, de alguma maneira, vai de encontro à análise dos “bestializados” proposta por João Murilo de



Avenida Beira Mar, aspecto panorâmico de Botafogo, tomado do Almirante Martinelli, no Morro da Viúva

Carvalho. Segundo Marly Motta, a “assuada popular” no Rio de Janeiro sempre foi motivo de susto e insegurança por parte dos governantes.¹⁶

Para Campos Sales, a capital somente poderia se sustentar como República se pudesse dar conta, ainda mais naqueles momentos de instabilidade, de garantir os interesses e a harmonia geral. Desta maneira, o poder político deveria ficar estritamente limitado às esferas formais e de instrução intelectual. Para se efetivar este severo controle da política na capital, seria indispensável que houvesse uma reforma radical no espaço urbano, para que, de fato, o Rio de Janeiro “espelhasse” o que se pretendia para a capital republicana. Neste momento, portanto, foi testado o primeiro “projeto de uma capital despolitizada, voltada para a administração, com uma elite política fragmentada e dependente, e um povo/pleb controlado nas suas formas de atuação política”.¹⁷

Em contrapartida, o projeto de Pedro Ernesto, de alguma maneira, representou uma resistência à proposta de Salles. Na verdade, era justamente seu contrário: a política não deveria ser atribuição exclusiva dos Estados, a cidade do Rio de Janeiro deveria ser autônoma e politizada. “Vitrine do projeto nacional, a capital federal deveria não só reafirmar sua posição de maior centro cultural e educacional do país, como ostentar um eleitorado consciente e atuante”.¹⁸ O Rio de Janeiro deveria espelhar a nação, no sentido de ser o “foco” do poder que deveria irradiar suas influências tanto para as suas freguesias quanto para as outras províncias.

Toda esta indefinição política dos primeiros anos da República e a ambigüidade de seus projetos políticos fizeram da cidade um palco de testes, que se reflete, de maneira por vezes paradoxal, na memória e na História.

Apesar de táticas e métodos de ações diferentes, ambas faziam parte do mesmo arsenal de luta política. Eram, sim, faces indissolúveis da mesma moeda, indispensável para a conquista de um espaço para o mundo do trabalho no fechado clube político da República Velha.¹⁹

Deste modo, o imaginário por tantas vezes construído, desconstruído e reconstruído na cidade do Rio de Janeiro é refletido não somente pelo modo “debochado” do carioca, segundo José Murilo de Carvalho, mas estas reflexões são capazes de representar identidades dos “modos de ser” nacionais e regionais. Segundo Sandra Pensavento, com um olhar mais literário, diz que a visão sobre a cidade “seria o reino da representação

social, o terreno fértil para a construção de metáforas e para a realização de metonímias, onde o peso do simbólico se sobrepõe sobre a realidade e onde o parecer tem o mesmo efeito de ser”.²⁰ E, neste sentido, o Rio de Janeiro pode ser encarado como uma cidade-capital em que suas experiências contraditórias deixaram marcas profundas na memória política não só dos seus habitantes, mas no país.

A cidade do Rio e os símbolos do poder

Toda cidade constitui-se não só pelo seu espaço físico e geográfico, mas também por inúmeras cidades que se escondem debaixo dela, invisíveis, que necessitam de um olhar outro para serem desveladas que o simples observar. É preciso que o observador esteja atento às subjetividades que se encontram por baixo das obviedades, dos detalhes que se escondem a um olhar desatento. Desta maneira, o pensar as cidades deve ser um exercício não só preso às suas estruturas arquitetônicas e urbanísticas, mas também ligado ao imaginário social, aos simbolismos que se encontram impregnados nelas.

As estruturas de poder simplesmente não se impõem, mas precisam ser internalizadas e reproduzidas por aqueles que estarão submetidos a elas. Em se tratando de cidades, tais estruturas manifestam-se não só nas obviedades das relações diretas de repressão e punição, mas também nos simbolismos que se encontram implícitos em seus espaços, em suas estruturas arquitetônicas e urbanas, que visam justamente esta internalização e posterior reprodução das relações de poder. Na cidade do Rio de Janeiro, estas proposições se mostram de uma maneira deveras interessante, devido ao fato de a cidade ter sido palco de diversos projetos de centralização política e construção de uma identidade nacional que a tinham como eixo central, na medida em que a cidade foi por um longo espaço temporal a capital administrativa do país.

Tomando como corte temporal o período da Primeira República, pode-se ver nos diversos projetos urbanísticos relacionados ao Rio de Janeiro as internalizações e reproduções das relações de poder que atravessam a cidade. O projeto de reurbanização da cidade de Pereira Passos, que derrubou os cortiços encontrados na região central da cidade, visava, por exemplo, afastar do mundo do governo a massa popular e controlar esta última de maneira mais efetiva, por meio das políticas de higienização da cidade e de

seus habitantes. O maior símbolo que se tem desta reforma urbanística foi a construção da então Avenida Central, atual Avenida Rio Branco. Uma avenida enorme nos moldes das grandes vias européias. É interessante notar que todas as nações que se quiseram grandes possuíam avenidas enormes, o que não deixa de ser uma maneira de expressar esta grandeza. Eis alguns exemplos: as vias romanas e a avenida Norte-Sul, na Alemanha de Hitler. A construção da Avenida Central não tinha só o óbvio sentido de transformar o Rio em uma metrópole moderna, tal qual as grandes metrópoles européias, mas também o simbolismo da grandeza do poder e da nação.

Um outro projeto de reurbanização da cidade que também contém este sentido de demonstração de poder é realizado sob o governo de Getúlio Vargas, quando o prefeito da cidade era Henrique Dodsworth. A construção de uma avenida que cortava o centro da cidade, oportunamente batizada com o nome do então presidente da República e de enorme proporção, caso de outras construções arquitetônicas, como o Ministério da Guerra e o prédio da Central do Brasil, tinha um óbvio sentido não só de demonstração de um poder, mas também de uma disciplinarização das populações marginais e de uma regularização do espaço urbano para maior controle destas. Toda a arquitetura do entorno da Avenida Presidente Vargas e toda a reestruturação do espaço urbano da cidade possuem um sentido implícito de internalizar este poder e propiciar a reprodução do mesmo, assim como exercer um maior controle sobre a população que havia sido expulsa deste mesmo espaço, por conta das demolições necessárias à abertura da avenida.

Avenida Beira Mar. Vista do Flamengo, com destaque para o Palacete Pratinha, e a Curva da Amendoeira (atual Oswaldo Cruz)



A organização do espaço urbano também encena em si não só esta função de demonstração de poder, mas também do controle da população por este poder – vide o centro de Londres na Inglaterra, onde o acesso de carros é controlado, possuindo poucas vias destinadas à circulação dos mesmos, para um melhor controle e vigilância pela polícia. Do mesmo modo, as grandes avenidas também possuem esta função de controle – se, por um lado, o controle do acesso às mesmas torna-se complicado por conta de suas enormes proporções, por outro, o acesso a elas, em virtude de repressão a tumultos e desordem, é facilitado pelo mesmo motivo. Aliado a isto tem-se o fato de que a vigilância sobre um imenso espaço aberto se dá de uma maneira mais eficiente do que sobre inúmeros becos e vielas. Um dos fatores imprescindível ao sucesso do poder disciplinar é justamente o olhar hierárquico.²¹

Uma outra demonstração de poder que se encontra implícita nas cidades está em seus monumentos, que muitas vezes lembram grandes vitórias militares e seus protagonistas (já que não interessa ao poder perpetuar a lembrança das derrotas), como o Arco do Triunfo, em Paris, o Monumento aos Pracinhas e a estátua de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. A grandeza e beleza dos monumentos provocam no espectador um sentimento de inferioridade diante do mesmo e do poder que ele representa. Não por acaso, eles encontram-se, na maioria dos casos, localizados no entorno das grandes avenidas que a cidade possui.

Esta associação entre a arquitetura e a estrutura urbana das cidades, com a representação, a internalização e a conseqüente reprodução do poder, assim como com o exercício deste, encontram-se longe de ser uma novidade: pode-se vê-la na Roma Antiga, na França do século XIX, na Alemanha nacional-socialista e no Rio de Janeiro, não só o de Vargas e o de Pereira Passos. Até hoje podem-se encontrar inúmeras representações de algum poder, mesmo que não estejam ligadas ao Estado, como no caso religioso, com a construção de imensas catedrais. Não é por acaso que uma das que se encontra no Rio de Janeiro, localizada em uma das vias de maior movimento do subúrbio da cidade, semelhante a uma moderna *Notre Dame*, inspira nos que a observam uma contemplação pela beleza e grandeza do poder que representa, por meio de sua própria grandeza e de sua beleza e de seus detalhes arquitetônicos.



Trecho da Avenida Central. Imagem tomada da calçada lateral do Teatro Municipal para a Escola de Belas Artes. Mais adiante, a Biblioteca Nacional e o Jockey Clube



O Bonde de Sepetiba (1910), puxado a burros

Desta maneira, pode-se ver como os diversos projetos urbanísticos envolvendo a cidade do Rio de Janeiro procuraram não só demonstrar este poder, mas também pretendiam a reprodução e até mesmo uma internalização deste. Isto sem incluir neste ensaio o período do regime militar e suas imensas obras arquitetônicas, como a ponte Rio-Niterói e o prédio da atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Augusto Malta: fotógrafo da memória cosmopolita

Como ainda sugere Sandra Penavento, a História, vista, em certa medida, como uma espécie de ficção, mostra que a utilização da literatura como fonte tem o poder metafórico de conferir aos lugares um sentido e

uma função, quando levamos em conta as dimensões do imaginário.²² E, devido à pretensão de realidade a que a história aspira, estes tipos de fonte traduzem não somente as transformações dos espaços, como também as sensibilidades e sociabilidades dos seus agentes, revelando os sonhos de uma comunidade projetada no espaço vivido e suas utopias. Diante de cenas do urbano, seria possível construir a possibilidade de existência social, expressando as forças em luta, os projetos realizados e as propostas que não se concretizaram.

Neste sentido, Augusto Malta, fotógrafo oficial da prefeitura do Rio de Janeiro desde 1903, durante o governo do prefeito Pereira Passos, foi um dos pioneiros a dar início à reportagem ilustrada. Foi o primeiro fotógrafo brasileiro a intuir a importância da fotografia como documento e veículo de comunicação e linguagem própria.²³ Assim como João do Rio e outros cronistas, ele conseguiu captar com rara oportunidade o entusiasmo dos novos hábitos no centro da Capital Federal.

Tendo vivenciado praticamente todos os projetos urbanos na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XX, deixou cerca 80 mil chapas fotográficas, que podem ser encontradas em diversas instituições de memória, entre elas o Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional. A partir das 61 fotografias de seu acervo, podemos ilustrar e principalmente tomar noção das proporções das mudanças neste período.

Circulando pela cidade, Malta fotografou alguns locais contrastantes: os cortiços, as casas de cômodo, os palacetes, os pobres e a burguesia lado a lado. O fotógrafo da prefeitura acompanhou tanto a modernização conhecida como a *Belle Epoque* como a derrubada e a subida dos morros, flagrando a miséria dos marginalizados no surgimento das favelas.²⁴

Fotografa o luxo e o esplendor do centro da cidade e das avenidas, observados do alto do morro por aqueles que, anos antes residiam em cortiços, no coração da cidade. A zona sul da cidade era ocupada, então, por residências de classes de alta renda.

A abertura da Avenida Central separa duas épocas; os costumes se modificam. E, com eles, surge uma nova mentalidade, principalmente a partir de 1908: o objetivo de criar uma Cidade Maravilhosa.

Talvez alheio a essa postura esteticista, Malta percorre o centro da cidade fotografando o casario decadente das gentes marginalizadas. Enquanto

se moderniza a cidade com suntuosas construções, acaba incluindo nos registros pessoas que ali convivem; aquelas que por ali transitam.

Malta editou postais, meio de divulgação da face urbana, com amplas avenidas, jardins bem cuidados e seus pontos turísticos, construídos ou naturais. Mas o mais curioso é que fez questão de mostrar o reverso desses postais. Ele fotografa uma cidade ainda com seríssimos problemas de higiene e saúde pública. Presencia uma metrópole movida ainda a lombo de burros, nas primeiras décadas do século XX, e testemunha como em tão pouco tempo esta mesma cidade se transforma na “Paris dos trópicos”.

Os projetos por tantas vezes ambíguo de uma República ainda em formação. As intensas obras por diversos prefeitos, na tentativa de modelar a cidade para que esta se mostrasse como “vitrine” da nação. As obras em comemoração ao centenário da Independência do Brasil, em 1922. Conseguiu registrar as obras que, em sua época, tiveram sua importância e que hoje já nem existem mais, como, por exemplo, o prédio que se localizava no Passeio Público, demolido por causa de um projeto da linha do metrô que nunca se concretizou.

Desta maneira, como seus mais de vinte anos de carreira, vivenciou tanto cidade que se destinava a um projeto de civilização e o que ele ainda era na prática.

Dentro destes apontamentos, pretendemos mostrar que, quando se trata de memórias e imaginários, as mudanças externas não são capazes



Passeio Público – 1906. Dois pavilhões já demolidos e o Palácio Monroe

de modificar as mentalidades envolvidas de maneira permanente. O problema do que se fazer com a memória e a experiência construída durante décadas, quando se mudam os projetos, formou, com todas as ambigüidades, a sua “identidade”. Formar uma cidade é muito mais do que mudar a sua aparência, apesar de esta também estar inserida na maneiras de se relacionar no mundo.

(...) as cidades são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.²⁵

Notas

1. Cf. LIMA, Evelyn F. Werneck. *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990. p. 13.
2. Entenda-se por “cultura política” não só o termo *stricto sensu*, mas sim todo o jogo de representações sociais e culturais a ele relacionado.
3. CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
4. CERTEAU, Michel de. “A operação histórica”. In: Le GOFF, Jaques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 17-48.
5. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993.
6. RUSEN, Jorn. *Razão histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência História*. Brasília: UnB, 2001. p. 33-36.
7. PESAVENTO, Sandra J. *O imaginário da cidade*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999. p. 8.
8. Idem. p. 13.
9. Cf. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos (org.). *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Rio Arte, 1988.
10. SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 58-59.

11. PESAVENTO, Sandra. *O imaginário...* Op. cit. p. 8.
12. CERTEAU Michel de. "A operação..." Op. cit. 1997.
13. MOTTA, Marly Silva. "O Rio de Janeiro vitrine da nação." In: *Rio de Janeiro: de cidade capital a estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 23.
14. GUIMARÃES, Manoel Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, p. 27.
15. MOTTA, Marly Silva. *O Rio de Janeiro...* Op. cit. p. 37.
16. Idem. p 50.
17. Idem. p. 53.
18. Idem. p. 54.
19. Idem. p. 62.
20. PESAVENTO, Sandra. *O imaginário...* Op. cit.
21. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 153.
22. PESAVENTO, Sandra. *O imaginário...* Op. cit. p. 12.
23. FUNARTE. Núcleo de Fotografia, 4ª mostra de fotografia. *Carnaval de Malta*. Rio de Janeiro, fevereiro de 1980.
24. CAMPOS, Fernando Ferreira. *Malta e Santos, fotógrafos de memória*. Rio de Janeiro: Santelena, s.d. p. 12.
25. CALVINO, Ítalo. *As cidades...* Op. cit. p. 44.

4^o DOSSIÊ

RESERVA TÉCNICA DOS ANAIS

Apresentação

Arqueologia brasileira no Museu Histórico Nacional
Levantando algumas questões

Ainda sobre Lund e a Lagoa Santa

Manifestações de arte na arqueologia do Brasil

Apresentação

José Neves Bittencourt

 Em tempos recentes, a diversificação e a complexidade crescentes das atividades desenvolvidas pelos museus obrigou a que parte considerável de seus acervos fosse recolhida a depósitos especializados, nos quais ficam armazenados em condições ideais de preservação. Quando necessário, os objetos do acervo são recuperados e incorporados às tarefas dos museus: pesquisa, tratamento técnico, exposições.

Nos museus, os objetos são a base das ações de produção e divulgação de conhecimento. A produção de conhecimento surge da pesquisa realizada por profissionais pertencentes às equipes institucionais ou que buscam o museu de modo a ter acesso aos objetos e às bases de dados geradas pelo processamento técnico. Sua divulgação é feita por meio de publicações científicas –no caso do Museu Histórico Nacional, são seus *Anais*.

A revista do Museu Histórico Nacional começou a ser publicada em 1940. Ao longo de sua primeira fase, que se estendeu por 35 anos e 26 volumes, foram publicados mais de 250 artigos, que incorporavam acima de um milhar de ilustrações, versando a grande maioria dos textos sobre objetos recolhidos e preservados pelo Museu. A segunda série, iniciada em 1995 – que prossegue em plena vitalidade –, publicou, em seus dez volumes, mais de 150 textos originais e um número superior a 400 ilustrações.

É, seguramente, um patrimônio de conhecimento. Patrimônio que, cuidadosamente guardado nas páginas da publicação, continua acessível a especialistas, estudiosos e todos quanto se interessem pelo fascinante universo dos museus. Uma verdadeira “reserva técnica”, visto que todo esse material pode – e é – freqüentemente mobilizado pelas atividades do MHN.

E, como os objetos não são recolhidos para ficar na reserva técnica, achamos que o vasto conhecimento formado pelos artigos já publicados

nos *Anais do Museu Histórico Nacional* precisa voltar à exposição – no caso, às suas próprias páginas.

Esperamos, pois, que a exposição a seguir deleite todos quanto visitem as páginas desta seção.

Arqueologia brasileira no
Museu Histórico Nacional
Levantando algumas questões

José Neves Bittencourt

A moderna Arqueologia brasileira está, no momento, sendo colocada em posição de destaque no âmbito de atuação do Museu Histórico Nacional. A exposição *Oreretama*, inaugurada recentemente, mostra o lugar ocupado por essa ciência, que, em outros tempos, foi classificada como “auxiliar da História” no programa científico e museológico deste Museu.

Uma exposição como *Oreretama* implicou uma longa gestação. Não era, em princípio, um tema “fácil” (como se esses houvesse temas fáceis...) para a Instituição. Como tem sido de praxe, nas últimas duas décadas, abordar um tema especializado implicou convocar especialistas acadêmicos não apenas para elaborar o projeto conceitual, como também para colaborar na pesquisa e na seleção de acervo. Isto porque o Museu Histórico Nacional, embora reúna as maiores coleções de História no Brasil, não possui acervo significativo no que diz respeito à Arqueologia – em nenhum de seus dois aspectos, seja o pré-histórico ou o histórico.

O que não deixa de ser curioso, pois a Arqueologia sempre esteve presente no programa do Museu. Não é difícil fazer essa constatação: em 1924, ano de lançamento do primeiro catálogo da Instituição,¹ sua estrutura surgiu expressa em duas “seções”: a primeira, de “Arqueologia e História”, e a segunda, de “Numismática”. Naquele momento, é muito provável que a divisão tenha sido estabelecida em função de dois motivos. O primeiro é que o conhecimento histórico em que se apoiava seu fundador, Gustavo Barroso, tinha sido construído no século anterior, com base nas disciplinas praticadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e uma dessas era a Arqueologia. O segundo motivo era de ordem talvez mais objetiva: boa parte do acervo era constituída por fragmentos que talvez viessem, em algum momento, exigir a intervenção da Arqueologia para serem interpretados. Lá tinham sido reunidos fragmentos arquitetônicos, recolhidos nas

cercanias do prédio onde se encontrava instalado o Museu, antigas peças de artilharia desenterradas em vários lugares do Rio de Janeiro e do Brasil e uma grande quantidade de moedas que remontavam à Antigüidade Clássica – domínio sempre fortemente ligado aos primórdios da disciplina arqueológica.² Esses tipos de acervos eram tidos como “documentos históricos”, ou seja, testemunhos da trajetória do Estado brasileiro e de seu antecedente direto, o Estado português presente no Brasil ao longo de mais de três séculos de colonização.

Os habitantes pré-cabralinos da porção portuguesa da América não recebiam, por outro lado, grande atenção por parte do Museu. Isto por serem considerados, no máximo, como coadjuvantes da formação histórica brasileira. A leitura que a Instituição fazia dos “nobres selvagens” era retirada do programa romântico do século XIX. Entretanto, talvez possamos especular sobre outro motivo pelo qual os “primeiros habitantes do Brasil” não teriam tido maior espaço nas exposições da “Casa do Brasil”. A partir da segunda metade do século XIX, os índios brasileiros passaram a ser alvo do interesse da Etnografia, disciplina ligada à formação de coleções geralmente recolhidas em museus de História Natural. Essa disciplina, em seus primórdios, aplicava uma forma específica de classificação adaptada a partir do evolucionismo, substituindo organismos vivos por grupos sociais, o que resultava num enfoque que pressupunha uniforme o desenvolvimento cultural da humanidade. O fato é que os museus brasileiros tornam-se arquivos de documentos originais, que, segundo os pesquisadores de então, permitiam que se examinassem as etapas “atrasadas” da humanidade.³

Provar o atraso dos autóctones locais não seria, de modo algum, o objetivo de Gustavo Barroso. Ao contrário, pretendia esse erudito, típico representante da “República das letras” implantada com a Constituição de 1891, demonstrar a continuidade existente entre a formação social brasileira e a civilização europeia. Um programa como o dos museus etnográficos –, estabelecer cientificamente o atraso provocado pela inferioridade das raças formadoras – embora estivesse no centro dos debates da elite intelectual da época, não poderia constar dos objetivos do museu de história brasileiro.

O que não significa que a Arqueologia fosse ficar totalmente fora das grossas paredes do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. O método implantado por Barroso para a interpretação dos “testemunhos” que acumulava

recorria, fortemente, às “disciplinas auxiliares da História”. Posteriormente, quando da implantação, em 1932, do Curso de Museus, todas elas estariam representadas na grade curricular elaborada pelo diretor do MHN, feito também diretor do curso. E a pequena equipe que se reunia em torno do diretor passou a dispor, em meados dos anos 30, de um arqueólogo.

Tratava-se de João Anyone Costa. Natural do Rio Grande do Sul, Costa é considerado um dos mais ativos produtores da segunda fase da Arqueologia no Brasil – a fase, no dizer de André Prous, do “período intermediário da arqueologia brasileira”.⁴ Conservador efetivo do Museu Histórico Nacional, professor do Curso de Museus, Costa foi autor de alguns trabalhos até hoje consultados. Seu manual *Introdução à Arqueologia no Brasil* é reconhecido pelo mesmo Prous como primeiro manual da Arqueologia brasileira. Teve sua primeira edição publicada em 1934, na prestigiosa série “Livraria Brasileira”, e é, ainda segundo Prous, “repleto de informações, [mas] não consegue ir além de uma simples compilação de dados já conhecidos, sem nenhuma visão globalizante dos problemas”.⁵

Costa, embora prolixo autor (publicou quase 50 livros e artigos), ainda se situa na fase da Arqueologia brasileira em que o trabalho era feito em bases próximas ao amadorismo, baseando-se principalmente na observação e na especulação. Orientados pelas teorias evolucionistas e pelos métodos oriundos da História Natural, os pesquisadores de então procuravam fornecer descrições detalhadas dos objetos das coleções dos museus ou oferecer medidas craniológicas precisas dos esqueletos achados nos sítios arqueológicos. Isto, na maior parte das vezes, com o objetivo de incluir o índio nativo do Brasil numa escala evolutiva, como pertencendo a uma suposta infância da humanidade.⁶ Mas Costa ia mais além. Sintonizado a um grande grupo de intelectuais então chamados “indianistas”, vê os povos “primitivos” do Brasil como capazes de participar da construção nacional, tendo inclusive contribuído marcadamente para a formação, junto com os portugueses, de uma “raça brasileira”. Em seu tratado *Indiologia*, publicado em 1943, o arqueólogo-indianista da equipe de Barroso faz verdadeira apologia do índio brasileiro, ao ponto de afirmar, em dado momento, serem atributos dos índios, herdados pela “raça brasileira”

(...) a mansidão, a delicadeza no trato, certa ironia que dispensamos às pessoas, a meiguice para os animais, a acuidade para todas as coisas. Veio-

nos também a força no sofrimento, a ternura contemplativa pela terra, o apego excessivo às crianças, a sensibilidade com que envolvemos em nossa simpatia o mundo que nos cerca.⁷

É nesse momento que Costa se mostrou mais afinado aos propósitos da “Casa do Brasil”, idealizados por Barroso segundo os objetivos do Estado Novo. Totalmente de acordo com o programa museológico barroseano, a relação entre os índios e o Estado-nação plasmava-se, nas exposições, segundo a ótica romântica. Tanto é que, durante esse período, que se estende até 1959, o MHN jamais possuiu um acervo de caráter etnográfico, mas apenas representações do “selvagem brasileiro” construídas segundo a leitura romântica de pureza de caráter e integração à natureza.⁸ Eventualmente, o Museu também representava as “boas relações” que os povos indígenas teriam tido com o Estado imperial, embora em posição sempre subordinada. Tanto Barroso quanto Costa eram funcionários de uma entidade que reificava, em suas exposições, o Estado nacional, e do qual os índios passavam a fazer parte, por meio de uma política que tinha como objetivo efetivar a sua integração.⁹ Pelo caráter do acervo, e pelo próprio discurso de Barroso, não é imediatamente perceptível a integração do MHN a esse aspecto da política varguista, que, no entanto, torna-se notável pelo tipo de representação dos índios nas exposições. Culturas cuja história não poderia ser compreendida dentro da ótica do Estado-nação, os indígenas acabam, no Museu Histórico Nacional, ganhando uma “história oficial”, que, quase com certeza, seria, para eles, incompreensível.

Os dois artigos que estão transcritos a seguir parecem explicar-se nessa direção. O primeiro, escrito em 1940, procura buscar dois objetivos: o primeiro, homenagear Peter Lund, durante todo o século XIX e durante parte do século XX, um ícone da ciência no Brasil, por ter descoberto o fóssil ainda hoje apelidado “homem de Lagoa Santa”; o segundo, fixar posição sobre a antigüidade do homem brasileiro, discussão em que Costa parece querer tomar parte ativa.

Essa última discussão é seminal, na Paleontologia e na Arqueologia brasileiras, desde o século XIX.¹⁰ Ao longo de algumas páginas, o arqueólogo-indianista desfia um texto algo árido, cuja finalidade parece ser expressar concordância com a tese de que o homem americano não seria tão antigo quanto queriam alguns pesquisadores da época. Costa, como quase todos

os pesquisadores contemporâneos, já estava livre das idéias que tinham estado em voga no século XIX em torno das “grandes migrações americanas”. Por outro lado, a tese que defendia em um de seus livros, então recém-publicado, intitulado *Migrações e cultura indígena* (e que parece ser fonte da maioria das informações constantes do artigo), era de que, embora o indígena brasileiro tivesse um “caráter migrante”, este não deveria tê-lo levado a lugares tão distantes quanto a Austrália e a Tasmânia.¹¹ Isso podia significar que não haveria continuidade entre os autóctones brasileiros e os então considerados atrasadíssimos habitantes originais da Oceania. Esta idéia já tinha assombrado, em outras épocas, gente do porte de João Batista de Lacerda, que, fazendo medições craniométricas em exemplares das coleções do Museu Nacional, tinha descoberto continuidades entre os “selvagens brasileiros” e os aborígenes australianos.¹²

O segundo artigo traz, nas entrelinhas, a preocupação com a escala cultural dos habitantes ancestrais da América portuguesa. Esta estaria expressa na cerâmica dos indígenas brasileiros, por meio da qual Costa junta-se a um debate caro, desde o século XIX, à intelectualidade brasileira: a discussão sobre o estágio das populações amazônicas e sua possível degeneração em função da pressão do meio ambiente.¹³ Baseado em informações levantadas em outras fontes, e especulando sobre um tema de ampla divulgação na época, Costa parece mais à vontade. Visto a absoluta falta de dados objetivos que não fossem aqueles passíveis de serem extraídos dos próprios objetos, e a própria impossibilidade de se basear em estudos comparativos de caráter “científico” (levantamentos antropométricos, por exemplo), o conservador-arqueólogo do MHN se permite a especulação. Ainda assim, o autor não se afasta das teorias sobre as “migrações andinas”, que colocariam no território brasileiro em épocas remotas – portanto, na história brasileira – grupos humanos de alta cultura, capazes da mesma “perfeição e (...) segurança do traço (...) dos artistas do mundo clássico, podendo afirmar-se que igual beleza ornamental a grega marajoara empresta às utilidades domésticas que o artista o desenhou”.

Costa refere-se à cerâmica que, descoberta na pequena ilha artificial do Pacoval, na Lagoa de Arari, tornou-se uma espécie de ícone do dilema brasileiro de “ter ou não ter” antepassados dignos para a nação. Esse dilema suscitou interpretações um tanto delirantes em Ladislau Netto, que chegou

a contratar um egiptólogo francês para interpretar a magnífica cerâmica lá deixada por um povo então não decifrado,¹⁴ não abandonou a cena, e é, em outra direção, o mesmo de Barroso que vê na nação brasileira uma formação “tumultuária” e no Estado, a única visão possível de ordem. Essa interpretação de Barroso reflete-se fortemente no acervo do MHN; por outro lado, a ausência do índio “real” pode ser outra evidência, esta menos aparente.

Em ambos os artigos, é notável a preocupação de Costa com a correção científica. É uma preocupação que atravessa o trabalho de todos os conservadores do MHN: objetividade e neutralidade, conseguidas por meio da observação e da descrição de fatos. Ao longo de seus artigos, o arqueólogo procura manter-se, como ele mesmo diz, longe de afirmações “fortemente desaconselhadas pela ciência”. Entretanto, podemos ver nelas

(...) como é percebida a relação entre natureza e cultura, o que é traço de uma ou de outra e até que ponto concebemos e percebemos a intervenção de uma na outra. É importante termos em mente que essa relação – cultura/ciência X natureza – é dinâmica, sendo alterada de acordo com o contexto político e sócio-cultural no qual ela se insere.¹⁵

É exatamente sobre o que estamos falando. O fato é que o MHN, como formação discursiva e como narrativa, liga-se ao contexto político e o reflete. E, no caso dessas instituições, o interessante é que tal contexto pode ser vislumbrado não só nas acumulações de documentos materiais que constituem o acervo, mas também nas ausências que este contém e que, por vezes, são tão expressivas quanto as primeiras.

O que se pode dizer, por ora, é que o lugar da Arqueologia, disciplina à qual Angyone Costa dedicou, de forma tão extremada, sua vida, ainda está por estabelecer.

Notas

1. Cf. BRASIL, Museu Histórico Nacional. *Catálogo geral*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. Este primeiro catálogo apresentava apenas os aproximadamente 2.500 objetos pertencentes à primeira seção: “Arqueologia e História”. A coleção de Numismática, em função de sua densidade e, já na época, de sua importância, formava o núcleo da segunda seção, cujo catálogo não chegou a ser publicado na longa gestão de Barroso.

2. Cf. TRIGGER, Bruce. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2001. Especialmente os capítulos 1 e 2 são esclarecedores quanto aos antecedentes da Arqueologia, à sua ligação com o antiquarismo e ao surgimento da arqueologia científica, no século XIX.
3. Sobre o assunto, cf. SCHWARCZ, Lillian. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; BITTENCOURT, José Neves. *Território largo e profundo: os acervos de museus no Rio de Janeiro como representação do território nacional, 1818-1889*. (Tese de doutorado não-publicada). Niterói: UFF/Departamento de História, 1994 (2 v.). Especialmente os capítulos 1 e 2.
4. PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UnB, 1992. p. 9-11.
5. Idem. p. 11.
6. BUENO, Lucas M. R.; MACHADO, Juliana S. "Paradigmas que persistem: as origens da arqueologia no Brasil". *Com ciência* (Revista Eletrônica de Jornalismo Científico). Brasília, 2003. Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/creditos/shtml>>. Acessado em 28 set. 2006.
7. COSTA, Angyoneapud GARFIELD, Seth. "As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas". *Revista Brasileira de História* (vol. 20, n. 39, 2000). São Paulo: Vértice/Anpuh, 2000. p. 19.
8. Um bom exemplo dessas aquisições são as maquetes das estátuas componentes do grande grupo escultórico elaborado em Paris para constituir o monumento a D. Pedro I, de autoria de Auguste Rodin, representando os grandes rios brasileiros. Cf. BRASIL, Museu Histórico Nacional. *Catálogo Geral*. Reserva Técnica.
9. Cf. GARFIELD, Seth. *As raízes de uma planta...* Op. cit. p. 19-20.
10. Lund descobriu, na região de Lagoa Santa, Minas Gerais, em 1843, vestígios de homens pré-históricos, particularmente fragmentos de crânio e mandíbula, que ficariam conhecidos como "homem de Lagoa Santa", denominação que se fixou no século XX. A descoberta de Lund seria seguida por outras, inclusive o "homem de Confins" e alguns encontrados nos anos 50, que estão no acervo do Museu de Ciência e Técnica da Universidade Federal de Ouro Preto. Por fim, em 1970, uma missão francesa desenterrou, em outra das 800 grutas da região de Lagoa Santa, um fóssil muito semelhante ao descoberto por Lund, mais de cem anos antes. A discussão sobre a antigüidade do fóssil de Lund atravessou todo o século passado e criou uma série de mitos em torno das populações paleoíndias, atualmente afastados por pesquisas

universitárias realizadas principalmente a partir dos anos 90. Sobre o assunto, cf. NEVES, Walter. A.; ATUI, João Paulo V. “O mito da homogeneidade biológica da população paleoíndia de Lagoa Santa: implicações antropológicas”. *Revista de Antropologia* (vol. 47, n. 1, 2004, p. 159-205). São Paulo: USP, 2006.

11. Cf. COSTA, Angyone. apud SPENCER, Walner B. “O patrimônio cultural desconsiderado: o Lajedo de Soledade”. *Mneme – Revista de Humanidades* (vol. 6/n. 13, dez.2004/jan.2005). Caicó: UFC, 2005. Disponível em <<http://www.seol.com.br/mneme/ed13/132.pdf>>. Acessado em 28 set. 2006.

12. Depois do século XIX, quando foram simbolicamente mobilizados como antecedentes da nação em construção, e imagem para representar o Estado, dentro dos quadros do programa romântico, os índios brasileiros começaram a ser postos, no final do século XIX e no início do XX, entre as raças mais primitivas existentes no planeta. A partir de pesquisas realizadas com base nas coleções de objetos e espécimes depositadas no Museu Nacional e no Museu Paulista, cientistas como Batista de Lacerda e Rudolph von Inhering passaram a considerar os silvícolas como imprestáveis, intelectual e moralmente, para o projeto de construção da nação. (Sobre o assunto, cf. BITTENCOURT, José Neves. “De um índio a outro: os silvícolas brasileiros na leitura romântica e cientificista – 1840-1889”. *Anais do VI Seminário de História da Ciência e da Tecnologia, 4-7 jun. 1997* [ed. Isidoro Alves e Elena Moraes Garcia] 107-111. Rio de Janeiro: SBHC, 1997.

13. Sobre o tema, atualmente englobado na discussão sobre o povoamento pré-histórico da Amazônia, cf. PROUS, André. *Arqueologia...* Op. cit. p. 427ss.

14. Tratava-se do francês Paul l’Epine, contratado em 1882 por Ladislau. Epine pensou ter identificado na sofisticada decoração da cerâmica do Pacoval hieróglifos egípcios, indianos, chineses e mexicanos. A pesquisa foi publicada em 1885 e teve conseqüências as mais diversas. A tese deixou de ser levada a sério ainda nos anos 40 (cf. PROUS, André. *Arqueologia...* Op. cit. p. 9).

15. BUENO, Lucas M. R.; MACHADO, Juliana S. *Paradigmas que persistem...* Op. cit.

Ainda sobre Lund e a Lagoa Santa*

Anyone Costa

RESUMO

O autor faz considerações acerca de estudos sobre os primeiros habitantes do Brasil. No que tange aos vestígios arqueológicos encontrados na Lagoa Santa e nos Confins, tema estudado por Peter Wilhelm, infere que eles não passam do período da pedra lascada.

PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia, Paleontologia, Lagoa Santa, Peter Wilhelm.

* Artigo originalmente publicado na primeira edição dos *Anais do Museu Histórico Nacional* (vol. 1, 1940) 43-49. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. IV, 1943. Transcrição e reedição realizada pela equipe do Centro de Referência Luso-Brasileira – Museu Histórico Nacional.

(Nota dos editores: texto mantido exatamente conforme o original).

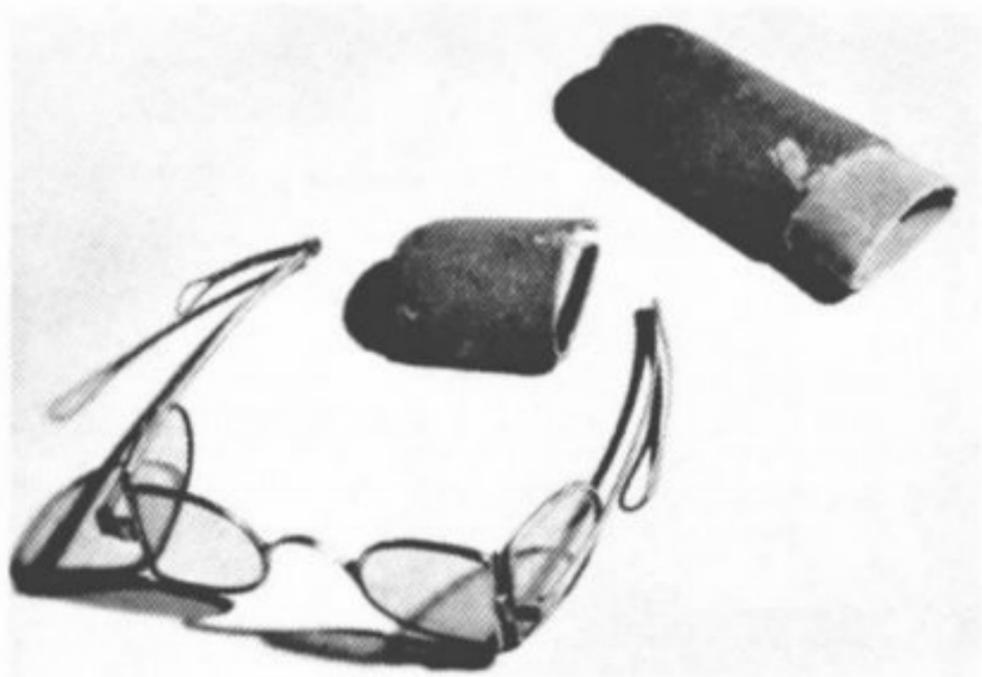
Lund, sobre quem tanto se tem escrito ultimamente, bem merece ser considerado o pai da Paleontologia brasileira. Construtor de uma obra de grande solidez, foi quem lançou os alicerces desta ciência em nosso país, no momento em que a Paleontologia entrava na sua fase de organização, aceita por uns, negada por outros, e quando se discutia se machado de pedra e outras utilidades do homem da pré-história eram “pedras de raio”, as velhas “ceráunias” conhecidas dos gregos e romanos e caídas com as chuvas do céu...

Lund chegou ao Brasil trazendo a impressão de que existia uma fauna e uma flora “ante-diluvianas”. Foi aqui que os seus conhecimentos, conduzidos por uma admirável intuição, lhe fizeram crer que a ciência do tempo estava atrasada quando dividia a história da Terra em dois períodos: um, anterior e outro, posterior ao dilúvio bíblico. Eram idéias ainda aceitas por muitos sábios europeus, mas que as pesquisas do quaternário francês começavam a demolir. Os trabalhos de Boucher de Perthes, no Somme, sofriam os ataques do grande Cuvier e, só mais tarde, a Academia de Ciências de França aceitaria as conclusões do sábio pré-historiador e traçaria rumos para novos caminhos à história natural do homem.

As afirmações de Jussieu, que vinham de 1723, cem anos antes, de que o encontro abundante daquelas pedras, em uso entre selvagens da América e da Oceania, era suficiente para demonstrar serem as mesmas produto da indústria humana, estavam no período da contradita, ainda sofriam violenta contestação de parte dos defensores da ciência oficial.

Lund veio ao Brasil muito jovem, com 24 anos, chegando ao Rio a 8 de dezembro de 1825. Nasceu em Copenhague a 14 de junho de 1801 e, quando aportou à nossa terra, já era um naturalista e, poderia dizer-se, um poeta: conduzia grande bagagem de sonhos e projetava realizar muitas coisas... O Novo Mundo o atraía pelo clima tropical do Brasil e pelas pos-

*Óculos com que trabalhava
o Dr. Lund no Brasil. Acervo
Museu Histórico Nacional*



sibilidades de trabalho científico que essa terra virgem lhe oferecia.

Sua demora, aqui, nessa primeira viagem, fez-se de 1825 a 1829, regressando à pátria, onde ficou pouco tempo, preferindo vagar por outros lugares da Europa: Kiel, Berlim, Dresden, Praga, Viena, Roma, Nápoles, Palermo, Florença, Milão, Veneza e Paris. Na cidade que por tantos anos alimentou o pensamento e gerou a liberdade para o mundo, Lund freqüentou as famosas reuniões de professores e estudantes promovidas nos salões do grande Cuvier. Cultivou com assiduidade nesses quatro anos de residência na Europa todos os grandes nomes da ciência. Conviveu com Humboldt, que conheceu nas reuniões em casa de Cuvier. Ouviu as preleções sobre física e química de Ampère, Biot e Thênard. Nos últimos meses de 1832, achava-se de volta a Copenhague, onde fora em visita à família, partindo, via Hamburgo, para o Brasil, terra escolhida definitivamente para segunda pátria e de onde não mais sairia.

Lund (Peter Wilhelm) residiu 52 anos em nosso país, sendo quase quatro anos da primeira vez e 48 da segunda, vindo a morrer a 5 de maio de 1880 na Lagoa Santa cujos, ares o haviam seduzido a tal ponto que se excluiu, voluntariamente, de todo o contato com o mundo, com o qual mantinha apenas as comunicações de ordem puramente científica.

Quando Lund encontrou os fósseis da Lagoa Santa, as descobertas dessa natureza faziam época na Europa. Havia uma viva curiosidade científica impelindo jovens cientistas para a observação e o estudo das cavernas da Europa, especialmente as da França, observação e estudo que iriam permitir uma outra orientação às idéias correntes sobre as origens do homem. O

européu começava a aceitar sob muita reserva a afirmação de que aquela parte privilegiada do mundo nem sempre fora habitada por homens brancos e louros. Já havia cientistas que condescendiam em acreditar na hipótese de que a Europa tivera o glaciário e nas suas planícies e vales, milhares de anos antes, grandes animais extintos tinham vivido e que, possivelmente, outra gente habitara essas campinas, onde mais tarde os romanos haviam se entendido com os pescadores da Lutécia.

Para se chegar a conclusões que hoje nos parecem tão fáceis, grande fora a luta a sustentar nas sociedades sábias, a princípio com a violenta oposição dessas próprias entidades, mais tarde com a sua complacência desconfiada, depois com pleno assentimento e defesa... Embora assentimento e defesa custassem muito a chegar.

Lund viera ao Brasil ainda cheio de preconceitos e foi a força da nossa natureza, no que ela lhe oferecia de aspectos vivos e em quadros e elementos de vida extinta, que lhe deu o sentido da antigüidade da nossa terra e, diante da vida fossilizada que lhe foi possível escavar em centenas de cavernas, acordou no seu espírito a idéia de que, talvez contemporaneamente com os animais cujos restos nas lapas do Sumidouro, uma outra raça humana aqui vivera, anterior aos nativos que Cabral encontrara.

Para levá-los, no primeiro momento, a essas conclusões avançadas, serviriam de argumento o volume e o peso apresentados pelos ossos humanos e também o estado de metalização em que muitos desses ossos se deparavam. A presença dessa velha humanidade da Lagoa Santa foi objeto de comunicação feita ao Primeiro Congresso de Antropólogos que se reuniu no mundo e teve por sede a cidade de Moscou, sob a orientação de Quatrefages e Virchow.

Mas Lund, que, se vivesse mais tempo, teria feito uma exata classificação daqueles restos, porque não lhe faltavam conhecimentos das ciências naturais e sua intuição era segura, logo observou a semelhança daqueles crânios com a conformação dos crânios mongóis, antecipando-se à verdadeira corrente de povoamento americano, àquela que filia os povos deste continente às velhas raças asiáticas e oceânicas.

E chegar a esta conclusão não era fácil para aqueles tempos. Então, o fenômeno do achatamento da testa, a “testa fugida”, como se chamava a compressão frontal explicada modernamente pela Culturologia, era tida

como caráter somático definidor de raça, confundindo-se os dolicocefalos de fronte recuada e grande abertura da cavidade nasal, que são característicos dos proto-australóides, com os tipos de fronte achatada artificialmente, a que me refiro acima.

Pensava-se que houvera uma velha raça que alguns queriam fosse americana e outros sustentavam originar-se da Ásia, definida, singularmente, por esse detalhe do crânio de achatamento artificial, comum, como se sabe hoje, a muitos povos da Oceania, da Ásia, da África e da América, porém não ligado à antropologia física, mas sim apresentado como elemento definidor de clan, preso às leis totemistas.

A antigüidade do homem da Lagoa

Foi essa antigüidade a causa principal de vivas discussões no mundo científico. Mas a confusão não prevaleceu por muito tempo, porque exatamente dois notáveis brasileiros, os Drs. Rodrigues Peixoto e Lacerda Filho, antecipando-se para o tempo e para o meio, chegaram à conclusão de que os restos encontrados na Lagoa Santa haviam pertencido a indivíduos afins com os Botocudos, tribo que ainda hoje existe no Brasil.

Naquele momento as conclusões dos dois sábios brasileiros não ultrapassaram o domínio privilegiado de poucos homens interessados nessas pesquisas. Fez-se muito cedo silêncio sobre seus estudos. Outros assuntos vieram preocupar o mundo científico, até que, meio século depois, a vulgarização e o interesse crescente pela Paleontologia brasileira deram razão às conclusões de Lacerda e Peixoto, após a queda ruidosa das teorias de Ameghino.

Ameghino é um sábio italiano que se fez argentino e dedicou sua longa vida à descoberta de restos que lhe permitissem dar asas à fantasia para juntar uma nova raça ao quadro das raças humanas, a do *Homo Pampeanus*, localizada por ele na Argentina.

Tendo feito algumas descobertas de fósseis nos Pampas, tentou com frágeis elementos reconstituir uma espécie, teria recebido o destino de ser a raça geratriz da espécie humana. O sábio ítalo-argentino, como já escrevi em *Migrações e cultura indígena*,¹ diante do encontro de uma vértebra (atlas) e de um fêmur destruídos pela ação do tempo, ideou a existência de um tipo diferente de homem, explicando que esse material por ele encontrado eram fósseis de uma espécie a que chamou "tetraprótomo", fazendo sair dele,

por evolução lenta e gradual, o “triprótomo”, o “diprótomo” e o “prótomo” – tronco genealógico da humanidade, do qual se destacavam dois ramos: o homem americano (branco, amarelo) e o homem africano que, por uma degradação curiosa e não explicada, produzira o macaco. Com vagar, chegou-se à verificação de que o fêmur era de animal, e uma calota de que Ameghino se servira pertencera a um índio de raça contemporânea.

A questão da antigüidade do homem americano veio, assim, em debate, sem que se chegasse a uma conclusão que possibilitasse afirmar que o homem da Lagoa Santa constitui um dos troncos fundamentais da humanidade. Há partidários desta escola, há os que divagam pela mística das datas, 125, 250, 500 mil anos... É sempre agradável ter um avô que apresente certidão de idade tão provecta... Há também aqueles que se perderam pelos domínios clássicos e fizeram o povoamento americano filiar-se aos povos da bacia oriental do Mediterrâneo... Os troianos, os hebreus, os fenícios, os cartagineses... Mas outros ultrapassaram o delírio e chegaram à Atlântida... A fascinação da palavra do homem de gênio nos *Diálogos de Platão* envolve num véu de fantasia a consciência dos outros homens... Renan, quando negava a divindade de Jesus, infiltrava nos espíritos o sutil veneno da dúvida... Mas tudo isso continua disfarçado no campo movediço das hipóteses. Não temos elementos capazes de nos levar a afirmações seguras sobre a existência de uma vida humana tão antiga no Brasil, nem na América.

Os estudos de Antropologia em nosso país são recentes e não dispõem de ambientação, de um aparelhamento técnico suficiente. Não argumentemos com os trabalhos de Lacerda e Peixoto, nem com estudos aparecidos recentemente, embora firmados por nomes idôneos, porque as condições em que eles se realizavam, diante da deficiência do nosso material, não lhes dão força para dele tirarmos conclusões.

De todos os estudos feitos na América sobre a antigüidade do homem, de Hardlick aos mais recentes trabalhos de Boas, Latcham, Tello e Max Ulhe, não se conseguiu chegar à afirmação de que haja uma raça originária na América. Os que defendem ainda por estas alturas o autoctonismo, como Julio C. Tello e Posnansky, para não citar senão os que trabalham pela ciência, não lograram reunir elementos de convicção bastantes para fazer vencer os seus pontos de vista. O último Congresso de Americanistas reunido em 1939, na cidade de Lima, teria sido uma excelente oportuni-

de para essa grande idéia tomar corpo. O Congresso tinha justamente no Dr. Tello um dos organizadores mais bem credenciados... Mas a verdade da ciência independe do capricho dos homens, e os que compartilharam daquele admirável cenáculo de estudos americanos e se interessaram por esta questão saíram de lá convencidos de que o autoctomismo na América é alguma coisa semelhante à emigração dos atlantes... Não há na América, nem no Brasil, um tipo único, há pelo menos três: os protonegróides filia-dos à raça de Grimaldi, encontrados, entre outros lugares, nas cavernas do Orenoco, em Ipihoto; os que foram estudados por Paul Rivet e encontrados no sudoeste do Equador; os da costa do Pacífico excavados em Coquimbo, por Latcham, a quem tive há pouco tempo a oportunidade de estudar, reco-lhidos que estão ao Museu de Ciências Naturais de Santiago; afinal, os do Planalto Central do Brasil, encontrados entre os crânios retirados por Lund. Há, igualmente, crânios de fronte fugidia, com acentuada dolicocefalia e rasgada abertura da cavidade nasal, característicos dos proto-australóides, que, na minha opinião, foi o grupo predominante no povoamento, e há, também, em menor o grupo predominante no povoamento, e há, também, em menor quantidade o caspiano. Por último, fala-se agora no homem dos Confins. O homem dos Confins não é senão o homem da Lagoa Santa. Mas, para que se possa afirmar alguma coisa de exato sobre sua existência e relativa idade, é preciso que, a rigor, seja feito o estudo estratigráfico da região onde ele foi encontrado, com a mesma segurança de método aplicado em Mas d'Azil por E. Piette e Marcelline Boule e, mais recentemente, no Peru e no México, numa técnica melhorada por Ulhe e Tello, que tanto lhe acentuou a utilidade.

Até agora os exames precedidos nos crânios do chamado *Homo sapiens lagoanus*, classificado por Eskstedt, que é, afinal, o homem da Lagoa e o de Confins, revelam apenas, além da antigüidade, uma vida rudimentar que não ultrapassara o período da pedra lascada, segundo foi possível observar no material arqueológico de inferior qualidade recolhido. Fora este detalhe, propriamente, o que mais fere a atenção e pode levar a deduções interes-san-tes é a falta de homogeneidade dos crânios encontrados, entre os quais 50% são de considerável altura, exibindo à face larga cavidade piriforme; outros são camecéfalos, portadores de crânio baixo e fugidio, enquanto outros, em menor quantidade, acusam grande elevação crânica, tendo, porém, à face

uma estreita cavidade piriforme, o que levou o Sr. Bastos d'Avila, com justa razão, a identificar os crânios da lagoa em três grupos: o proto-negróide, que constitui a maioria; o proto-australóide, ainda em minoria apreciável, e, quase esporadicamente, o caspiano. São conclusões que aceitamos com prazer e acentuam a qualidade migratória do homem brasileiro, como quer que se diga, com justa razão, o Sr. Roquette Pinto. Apenas, os caminhos apontados para a grande viagem deviam ter sido outros² e esta não teria ocorrido em época tão longínqua que ainda alcançasse, unidas ao continente asiático, as terras da Austrália e da Tasmânia, a menos que se queira recuar com o aparecimento do homem para uma época muito além da terciária, hipótese arbitrária desaconselhada pela ciência.

Notas

1. COSTA. Angyone. *Migrações e cultura indígena*. São Paulo: Nacional, 1939.
2. Idem.

Manifestações de arte na arqueologia do Brasil*

Angyone Costa

RESUMO

O autor comenta pesquisa arqueológica realizada na região das matas e águas tropicais brasileiras, onde foram encontrados vestígios de objetos de arte em cerâmica, produzidos por três grupos indígenas, que se fixaram em Marajó, Santarém e Cunani. A cultura destes muito os distinguiu das outras tribos mais comuns no Brasil pré-cabralino, sendo objeto de pesquisa da Arqueologia brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia, cerâmica, arte indígena, Ilha de Marajó.

* 1ª ed. dos *Anais do Museu Histórico Nacional* (vol. 4, 1943). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. IV, 1943, p. 145-153. Transcrição e reedição realizada pela equipe do Centro de Referência Luso-Brasileira – Museu Histórico Nacional.

(Nota dos editores: texto mantido exatamente conforme o original).

Mo Brasil foram exatamente as tribos oleiras que edificaram os materiais artísticos que a arqueologia brasileira apresenta.¹ Elas viviam num estado de regresso social, querem uns; no de ascensão, afirmam outros. De qualquer maneira, paravam naquele estágio de cultura em que os grupos humanos apuram as qualidades de imitação com que passarão depois ao plano de criação artística.

As tribos ceramistas brasileiras foram várias, mas as de cerâmica artística foram poucas. Pelo litoral, pelos nossos sertões, as tribos que os europeus chamaram de índios, disputavam entre si as vastas extensões de terras, onde a caça e a colheita de frutos e tubérculos abundavam, mas não se realizava a cerâmica artística. Só muito distante, no território longínquo da Amazônia, três grupos étnicos se instalaram e a produziram. Deles, um dos mais interessantes e originais foi o do Pacoval, pequeníssima ilha artificial, construída no Lago Arari, na grande Ilha de Marajó, espécie de sentinela colocada na larga boca do estuário amazônico.

Ainda não tinham vindo por aqui nem Colombo, nem Cabral, nem Vesúcio, nem os irmãos Pinzon, nem Jean Cousin, nem Diogo de Leppe, nem John Cabot, nenhum cavaleiro das arrancadas do ciclo das navegações havia chegado ao litoral americano e já diversas tribos indígenas, cuja procedência ainda é objeto de pesquisas sujeitas ao imprevisto de descobertas e achados, fixavam-se nessas áreas restritas e diversas de nosso território: na ilha de Marajó já referida e também no continente, na confluência do Rio Tapajós com o Amazonas, onde se formou muito mais tarde o povoado que veio a ser a pequena cidade atual de Santarém. Ainda outro grupo fixou-se na região da Guiana Brasileira, em território do Estado do Pará, à margem do Rio Cunani, ou mais propriamente no Igarapé Holanda, que deságua nesse rio e onde caprichosos artífices deixaram valores apreciáveis de sua expressão de arte.



Fig. 1



Fig. 2

Fig. 1 — Mound do Pacoval — Aspéto primitivo

Fig. 2 — Mound do Pacoval — Aspéto atual

Por um singular destino, que os conhecimentos ainda não esclareceram, foi a região das águas e matas tropicais brasileiras, a famosa Hyléia de Humboldt, que recebeu a preferência das tribos migradoras que conduziam o sentimento da arte.

Vinham de regiões mais distantes, estavam no gozo de uma cultura que muito as distinguia do normal de outras tribos.

E o destino das caminhadas pelos altos rios, estradas naturais da região, as impeliu pela corda de água principal abaixo até a ilha onde se localizaram tribos Arãs do grupo Nu-Araque, as quais se atribui a cerâmica Marajó, na pequena ilha lacustre do Pacoval, lugar onde a Arqueologia brasileira encontrou suas utilidades mais belas.

Outro grupo, cuja procedência se desconhece, descendo dos altos afluentes do Amazonas, fixou-se no Tapajós e deu à Arqueologia santarena a beleza de peças zoomorfas de feição ornamental, lembrando, evidentemente, certas peças de arte chinesa antigas. Um outro desviou-se, talvez depois de ter descido toda a rota do Amazonas e de subir para a costa do norte, indo situar-se no Rio Cunani, em nossa Guiana, atordoando os arqueólogos, com um tipo de construção funerária ali deixado, no qual as linhas gerais dos hipogeus aparecem trabalhadas na rude tabatinga em que nossas tribos davam corpo aos seus primeiros anseios da arte.

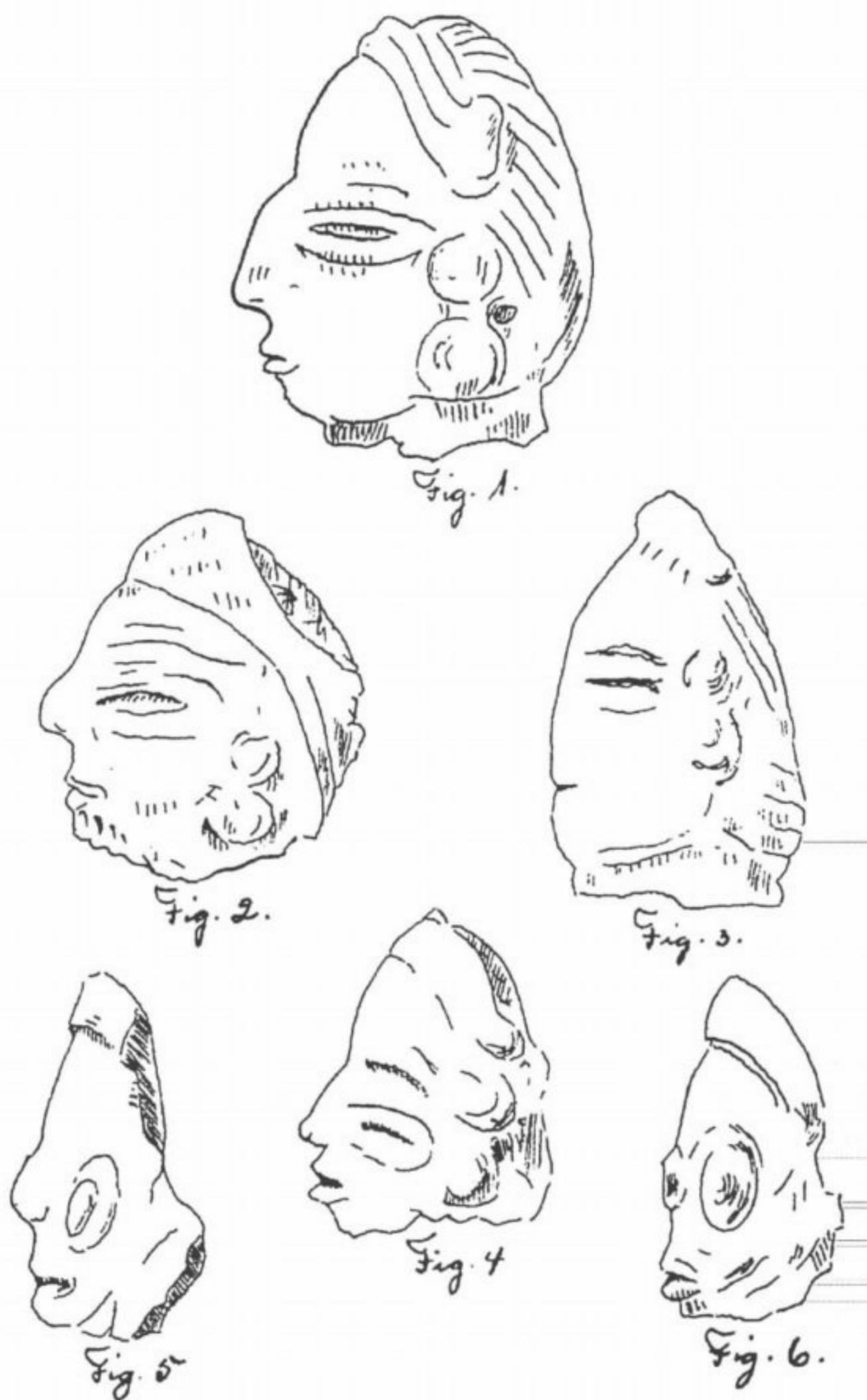


Fig. 1 — Cabeça de idolo do sexo feminino. Santarém.
Fig. 2 — Cabeça de idolo do sexo masculino. Santarém.
Fig. 3 — Cabeça de idolo. Santarém.
Fig. 4 — Idem.
Fig. 5 — Cabeça de idolo. Santarém.
Fig. 6 — Idem.

Foram esses três grupos, o de Marajó, o de Santarém e o do Cunani, os criadores da cerâmica oleira, com preocupação de beleza, hoje estudada na Arqueologia do Brasil. Os demais grupos espalhados pelo grande território brasileiro ainda se achavam no estado inferior de cultura, em que o homem só constrói utilidades essenciais, despidas de preocupação de esteia. Faziam, estes últimos, os artefatos líticos e a cerâmica extremamente grosseira, exigida pelas necessidades da vinhaça, ou cauim feito do milho com que produziam a embriaguez – material despido de caráter artístico.

A Arqueologia brasileira havia de ser naturalmente uma Arqueologia muito pobre, por isso que ela se compõe de material construído por tribos culturalmente muito inferiores, situadas como estavam no período da pedra polida.

Faziam cerâmica para as utilidades comuns da vida, por isso mesmo marcando-a com caráter de rusticidade próprio dos grupos humanos primários. Mas, por um milagre que a Arqueologia brasileira ainda não explicou bem, nesta cerâmica, despida de preocupação de arte, fazem exceção as lindas florações oleiras de Marajó, de Santarém, de Cunani, atribuídas a grupos de indígenas emigrados, em época pouco anterior às conquistas européias, seguramente no período de lutas que se travou entre quechuas e aimarás, antes da subordinação desses povos à casta Inca, que dominou imperialmente pelas terras limítrofes da Colômbia, todo o Equador, o Peru, a Bolívia, o norte do Chile e o noroeste argentino.

Os núcleos de cultura ceramista que realizaram no Brasil uma idéia de arte já acusam uma evolução referente à capacidade sensorial, na qual podemos observar sua força de observação, de descrição, direção e expressão, resultante das coisas do mundo sucessivamente aprendidas. O ensaísta brasileiro Vicente Licínio Cardoso explica que, em face do mundo, o homem vibra sentindo a natureza e expressa, através da arte, seus sentimentos e idéias. E, então, aquele índio brasileiro que nos deixou uma contribuição de Arqueologia artística marca na cerâmica as profundas impressões vindas do subconsciente e do ambiente físico e produz o ornato com que enriquece a Pottery do Clan, falando a linguagem das margens, do relevo, do desenho e da cor. Por um fenômeno que o perfeito conhecimento das coisas ainda não explicou, o mesmo desenho que tomou o desenho da grega e aparece na cerâmica egípcia, miceneana, egéia, etrusca, surge, igualmente, nas peças

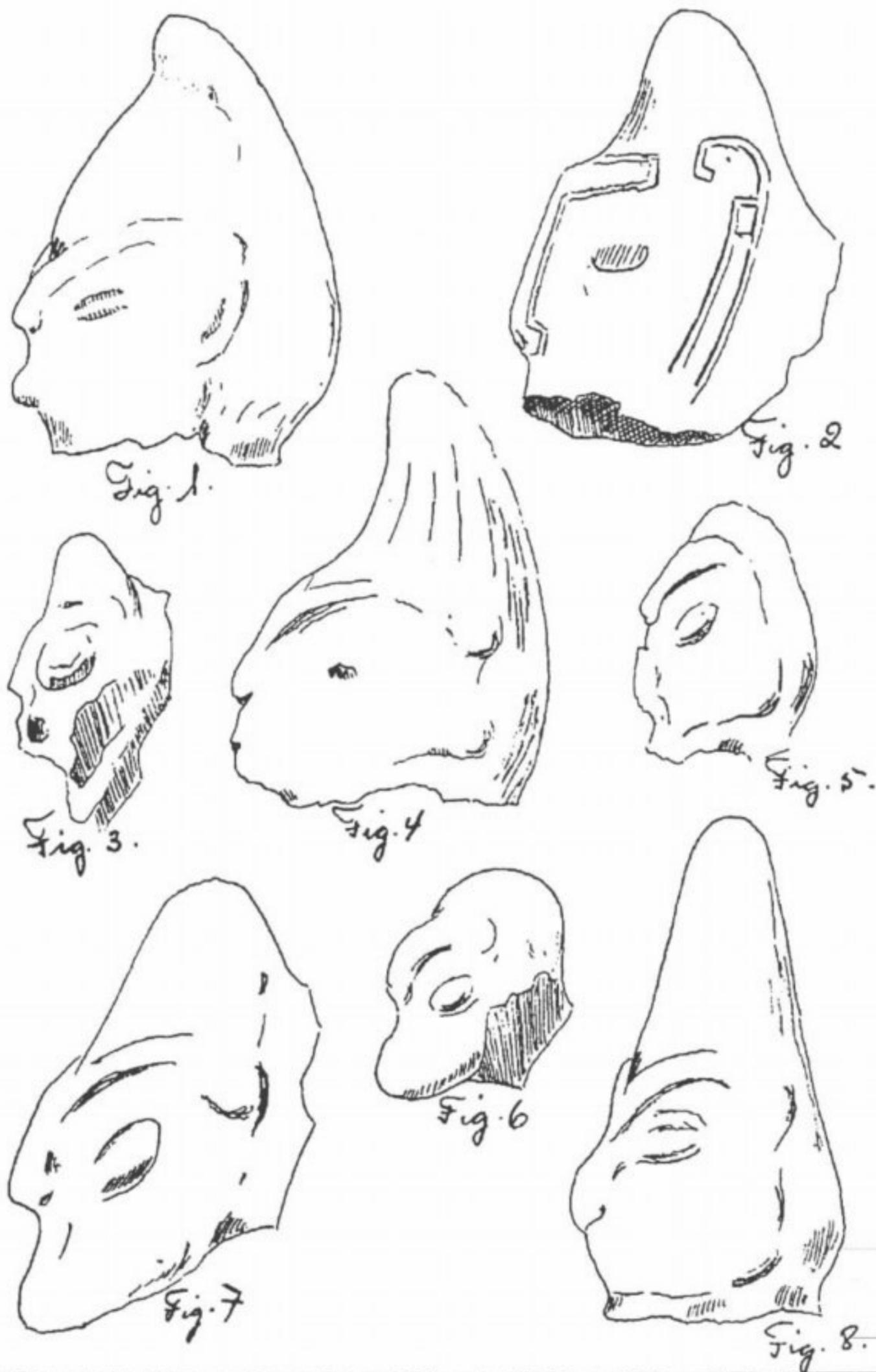


Fig. 1 -- Cabeça de idolo -- Mound de Pacoval
 Fig. 2 -- Cabeça ornamental de um vaso sagrado. Marajó
 Fig. 3 -- Cabeça ornamental de um vaso. Marajó
 Fig. 4 -- Cabeça de idolo
 Fig. 5 -- Cabeça de idolo. Mound de Pacoval
 Fig. 6 -- Cabeça ornamental de um vaso. Marajó
 Fig. 7 -- Cabeça ornamental de um vaso. Marajó
 Fig. 8 -- Cabeça de idolo. Mound de Pacoval

oleiras de Marajó. A perfeição e a segurança do traço é a mesma dos artistas do mundo clássico, podendo afirmar-se que igual beleza ornamental a grega marajoara empresta às utilidades domésticas que o artista o desenhou.

E ainda uma outra peculiaridade apresentam esses valores da Arqueologia do Brasil, quando nos defrontamos com a peça arqueológica, exclusivamente marajoara, a que os arqueólogos deram o nome de *tanga*. A tanga é uma utilidade feminina modelada com um pronunciado sentimento artístico, para servir em cerimônias religiosas.² Por isso é que as mulheres dessa tribo marajoara tomavam parte no culto. Viviam ainda no regime do matriarcado e é fácil de perceber que as sacerdotisas dessa misteriosa mística exerciam maior poder e fascinação sobre os deuses do que os homens.

E, então, como atavio, no ornamento propiciatório, cingiam aos rins o *Couvre-Sexe* feito de barro, trabalhado com a melhor tabatinga e decorado com as belas cores, elevando o pensamento e as oferendas aos seus deuses primários. Peça ligada ao cerimonial religioso, as tangas obedeciam aos melhores cânones da arte e eram realmente belas na singeleza do material em que se moldavam.

O primeiro arqueólogo que as estudou, Ladislau Neto, definiu-as como “placas triangulares, ou melhor, triângulos esféricos ligeiramente irregulares nas extremidades e no encurvamento quanto necessários a se adaptarem ao órgão destinado”.

Nessa descrição está a exata representação da peça que é a mais artística e mais rica da nossa Arqueologia, cheia de riscos, de retas e curvas, enriquecida com a cruz grega que assinala o centro da tanga, tendo o acabamento da grega na parte superior do triângulo que ela é, na verdade, como figura geométrica.

A beleza dessa composição já levou alguns espíritos, que gostam de fazer comparações pitorescas, a chamar a tanga de folha de parreira das Evas de Marajó.

Fora de Marajó, a arte arqueológica brasileira desenvolveu-se em belos potes de cerâmica, trabalhados com acentuado gosto artístico, nas terras tapajônicas de Santarém. A arte indígena deu ali algumas de suas melhores florações, criando tipos de acentuada beleza de forma, que lembram no desenho morfológico peças de Arqueologia oriental.

As peças arqueológicas de Santarém são em sua totalidade vasos de

diferentes serventias, que produzem lindos efeitos extraídos dos elementos de composição animal. Saurios, quelônios, pássaros e outras espécies são utilizados como modelos da cerâmica santarena, cuja modelagem toma a estrutura do animal, em vez de utilizá-lo apenas como efeito pictórico.

Domina nesta cerâmica a preocupação da forma, de preferência à beleza da cor. Em rigor, pode dizer-se que o índio de Santarém, autor das peças arqueológicas ali encontradas, era antes de tudo um escultor que sentia a beleza da forma, com prejuízo dos tons e das cores.

Já a mesma afirmação não é possível fazer-se quando se analisam as peças de Arqueologia encontradas no hipogeu de Cunani, de Marajó, procedendo seguramente de outras culturas.

Este breve estudo sobre a cerâmica artística arqueológica do Brasil impõe uma referência às origens ceramistas. E, embora não tenhamos bases suficientes para afirmá-lo, já é possível dizer, mas o desenho é gracioso e

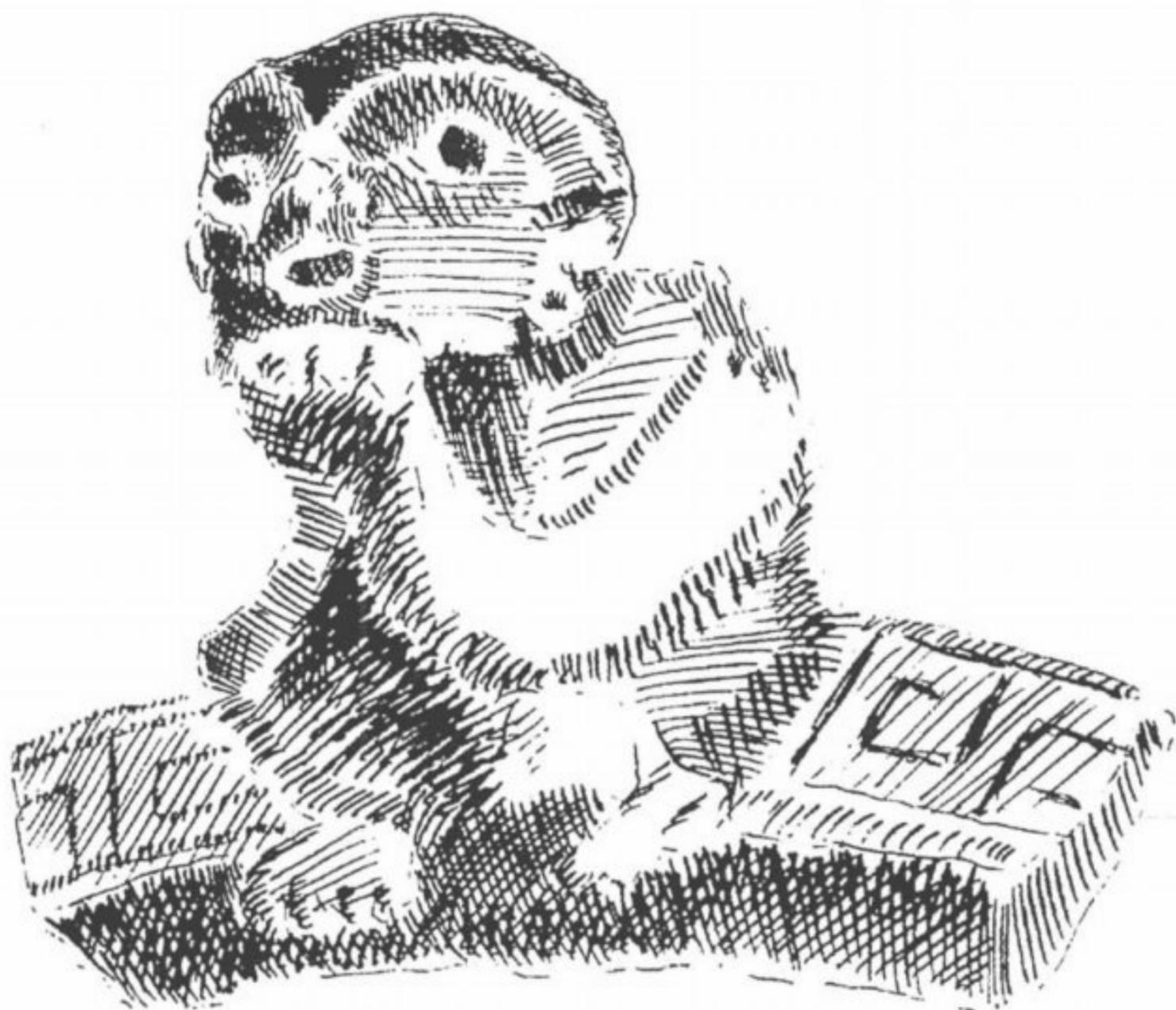


Figura ornamental da cerâmica do Pacoval

original, diferente do de Santarém e do da Guiana Brasileira. Nestas, há o predomínio da cor, sem se verificar desinteresse artístico na composição da forma. As peças já revestem a feição de animais ou de outros modelos exóticos, que a cerâmica de Marajó se prende à da península do Yucatan, de preferência à de Chirique na América Central, enquanto a de Santarém se aproxima da de certos modelos atacamenhos.

Para a de Cunani, a comparação mais aproximada seria aquela que a filiasse às tribos guaranis que houvessem tido contato com os oleiros da região andina da Bolívia. São meras hipóteses, sujeitas necessariamente a correções apontadas pelas conquistas que a ciência estabelecer. Apesar de rudimentar na qualidade, na forma e no desenho, a cerâmica produzida nos três centros arqueológicos referidos revela sensíveis qualidades de sentimento artístico, dignas até hoje de comovida admiração.

Notas

1. COSTA, Angyone. *Introdução à Arqueologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s.d.
2. Cf. COSTA, Angyone. "Una pieza sexual en la arqueologia amazonica". *Actas y trabajos científicos del XXVII Congreso Internacional de Americanistas*. Lima, 1939.

ABSTRACTS

1ST DOSSIER

From archeological site to museum space:

possibilities and limits for Archeology in Colonial Minas Gerais

CARLOS MAGNO GUIMARÃES AND ÉVELIN L. M. NASCIMENTO

The article develops reflections about the potential that certain archeological sites have of being turned into museum spaces. Taking as references three types of sites reminiscent of colonial Minas Gerais society (18th century), the paper proposes measures to be taken to turn them into museums. Also raised are problems and passive measures to warn them or find solutions in the case of the archeological sites that are included in the category of museums open for visitation and places used for research and divulgation.

Ships, museums and the black resistance:

the Cabaça Quilombo as a case study

ADLER HOMERO FONSECA DE CASTRO

The Museu Histórico Nacional has a very long relationship with archeology, being that the first didactic book of the field was a lesson manual from “Curso de Museus” (Museum Course) offered by this institution. Nowadays, however, there is not such a strong connection between the area of archeology and that of history museums, which generates a loss in both fields. The present article looks to show how the specific knowledge of history museums can collaborate in the interpretation of objects and archeological sites. To do this, the article works with an interpretation of a rock wall painting of a ship made by the runaway slaves in the 19th century in the interior of Minas Gerais. The work uses specific methodology for the study of historic ships, with the basis of studies developed in museums of history, to searches create grounds for the interpretation of an archeological site.

Historical Archeology in the Lavras do Abade:

a proposal for the administration of patrimony

DIOGO MENEZES COSTA

Fruit of a Master’s dissertation in Cultural Patrimony, this article presents part of the project “Lavras do Abade: strategies in administration for the historical archeological patrimony in Pirenópolis, Goiás”. It deals with a plan of activities which looks to value,

protect, maintain and research the archeological elements, as well as preparing this cultural patrimony for museological and tourist use. The text reflects about the elaboration and application of an administrative program and a group of procedures for the creation of a cultural park in the site.

Archeological railway remains between preservation and abandonment: cases of Belo Horizonte, São João del Rei and Ribeirão Vermelho

PABLO LUIZ DE OLIVEIRA LIMA

The article's objective is to analyze the problems related to certain elements which make up railway cultural patrimony in three cities in the state of Minas Gerais: Belo Horizonte, São João del Rei and Ribeirão Vermelho. The memory and the present day reality of railway transport in these locations are approached from a perspective of social history of culture. The privilege of interrelating history and other areas of knowledge such as archeology, anthropology and museology is the comprehension of multiple trajectories in which cultural patrimonies pass. This work raises questions about a complex scene. The situation of the property of railway cultural patrimony in the selected location is diversified, marking by the presence as well as the lack of protective actions, composed of both cases of preservation and cases of abandonment.

2ND DOSSIER

The first coin of independent Brazil

DULCE LUDOLF

This article is a numismatic study about the first coins of independent Brazil. The coins were a gift to D. Pedro I on the occasion of the coronation ceremony of the Emperor. The article brings technical information about the objects as well as indicating their possessors and the present location of these coins.

Portuguese India – issued by D. João III

ANÁLIA RAMOS PERPÉTUO PANIZA

The article's objective is to analyze the importance of coin money for the reign of D. João III in Portuguese India. For this purpose, coins from the Numismatic Department of the Museu Histórico Nacional were studied.

The first century

LUÍS AUGUSTO VINCENTE GALANTE

The article is about the supply and circulation of coins to Brazil in the 16th century. Brazil was then a poor and burdensome colony for Portugal, as well as being explicitly forbidden to mint coins. Brazil was almost totally dependent on coins that arrived from Portugal, a situation that lasted until the beginning of Spanish rule. The text also examines the diverse forms of monetary circulation.

Still about coins countermarked with the Piratini Stamp

CLAUDIO SCHROEDER

The article's objective is to show an interpretation of the republican law of the time, until now, not undertaken by numismatists that deal with this issue. In this way, the analysis helps in the study of stamped coins. Nowadays, the coin collections show these countermarked pieces with a justification that in the opinion of the author, conflicts with legislation. To this end, the author used newspaper reports of the time. Among the conclusions of the research, the author affirms that the "farroupilhas" did not stamp coins and therefore does not agree with the present numismatic classifications of these coins in collections related to Brazil.

Iconography and iconology of the medals of the Paraguayan Campaign given by the Brazilian army

REGINA ELÍSIA DE M. L. BIBIANI

The article analyses a symbolic imaginary at the medals of the Paraguayan campaign created by the imperial government of Brazil to award the soldiers of the Armed Forces that participated in this conflict. The war medals were used to award those soldiers who stood out in their war acts in defense of the homeland, acts of bravery, for injuries among others. They were instituted by government decree with the purpose of expressing thanks and recognition for the fulfillment of an obligation in benefit of the nation. The author defends that through medalist iconography, one can interpret an iconological message which perpetuates the historic memory of the most important episodes of this war. These messages can be observed on the medals with the denominations of places of memory; in those that reflect military merit by carrying out his duties with bravery, praise and dedication to the homeland; in efforts and in sacrifice of the defenses and obscure battles; as well as in the victories gained at the cost of many sacrifices and human loss.

3RD DOSSIER

The future of the city's past

The formation of the original nucleus of the Museu Histórico de Belo Horizonte

GILVAN RODRIGUES DOS SANTOS AND THIAGO CARLOS COSTA

This article analyses the formation process of the original nucleus of the collection and the institutionalization of the Museu Histórico de Belo Horizonte (present-day Museu Histórico Abílio Barreto). The inauguration of the institution was present in the context of the then governor of Belo Horizonte, Juscelino Kubistchek de Oliveira, and his modernist government. His agenda was summed with that of the journalist and historian Abílio Barreto, the first director of the MHBH. Barreto elaborates a story of the new capital of Minas, based on the discourse between modernity and the tradition of Minas Gerais, looking back to its “bandeirante” past so the new city could dialogue with the rest of the state of Minas, in that way carrying out its role as the capital. The formation of the original collection of the Museum deals with a draw between modernity and tradition. Suggestions from the director of Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Rodrigo de Melo Franco de Andrade, enriched the narrative about the formation process of the collection’s initial nucleus of the present Museu Histórico Abílio Barreto in an exercise of constructing a collective memory and identity.

Rio de Janeiro: between images and the imaginary

INÊS NOGUEIRA, JOSÉ AUGUSTO DOS ANJOS AND THATIANA SANT’ANNA

This article analyses the process of transferring the administrative center from Salvador to Rio de Janeiro and principally how the arrival of the Royal Family to the country proportioned a convergence of political interests, which after were linked to a project of identification of the Nation with the city of Rio de Janeiro. It is important to emphasize that the creation of a national identity involved diverse projects in different time periods. However, all of them were related to the attempt of creating proximity between the images of the Nation and the large European cities by means of Rio de Janeiro. This work looks to point to the potentials of the early 20th century city photographs by Augusto Malta. They serve as sources that not only translate into the transformations of space, but also the sensibilities and socialibilities of its agents, revealing the dreams of a projected community in a living space, its utopias and its contrasts.

4TH DOSSIER

Still about Lund and the Lagoa Santa

ANGYONE COSTA

The author makes some considerations around the studies of the first inhabitants of Brazil, realized by studying fossils found in Lagoa Santa and in Confins, Minas Gerais. The archeological remains, studied by Peter Wilhelm Lund, infer that they are not from the Stone Age.

Manifestations of art in Brazilian archeology

ANGYONE COSTA

The author writes about archeological research carried out in the Brazilian forests and tropical waters, where remains of ceramic art were found produced by three indigenous groups, which were located Marajó, Santarém and Cunani. The culture of these groups vastly separates them from the tribes more common in the precabralian Brazil, and is the object of Brazilian Archeological research.

functions of the canvases which are not merely decorative objects.



Beco dos Tambores.

Portaria do Museu Histórico Nacional, c. 1940.

Este volume dos Anais do Museu Histórico Nacional, de número 37, foi composto e impresso na cidade do Rio de Janeiro, em outubro de 2005, 505º do Descobrimento do Brasil, 183º da Independência, 116º da Proclamação da República, 83º da criação do Museu Histórico Nacional e 65º do lançamento do Volume 1 dos Anais do Museu Histórico Nacional.

MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL

Ministério
da Cultura



IPHAN

Instituto
do Patrimônio
Histórico e
Artístico
Nacional